



CRÍTICA
marxista

*Revista de difusão e discussão da produção intelectual
marxista em sua diversidade, bem como de intervenção
no debate e na luta teórica em curso.*



Editora Revan

Copyright © 2006 by Armando Boito Jr. e Caio Navarro de Toledo

Crítica Marxista nº 22

Todos os direitos reservados no Brasil pela Editora Revan Ltda. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos ou via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Revisão
Ricardo Teixeira
Miriam de Freitas

Capa
Alex Benoit

Impressão
(Em papel polen-soft 80g. após paginação eletrônica, em tipos Optima, CG Omega e AGaramond. 11/13)
Divisão Gráfica da Editora Revan

ISSN 0104-9321

1ª edição: maio de 2006

, e Sandra Zarpelon (cientista política).

CRÍTICA marxista

Editores

Armando Boito Jr.
Caio Navarro de Toledo

Comitê editorial

Andréia Galvão – Universidade Estadual de Campinas/Armando Boito Jr. – Universidade Estadual de Campinas/Caio Navarro de Toledo – Universidade Estadual de Campinas/Décio Saes – Universidade Metodista de São Paulo/Hector Benoit – Universidade Estadual de Campinas / Isabel Maria Loureiro – Universidade Estadual Paulista / João Quartim de Moraes – Universidade

Estadual de Campinas / João Roberto Martins Filho – Universidade Federal de São Carlos/Jorge Grespan – Universidade de São Paulo/Luciano Martorano – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Patricia Trópia – Pontifícia Universidade Católica de Campinas/Sérgio Lessa – Universidade Federal de Alagoas/Virgínia Fontes – Universidade Federal Fluminense

Conselho editorial

Adalberto Paranhos – Universidade Federal de Uberlândia/Adriana Doyle Portugal – socióloga/Adriano N. Codato – Universidade Federal do Paraná/Altamiro Borges – jornalista/Andréia Galvão – cientista política/Aldo Durán Gil – Universidade Federal de Uberlândia/Amarílio Ferreira Junior – UFSCar/Andriei Gutierrez cientista político/Angela Lazagna – cientista política/Anita Handfás – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Arlete Moisés Rodrigues – Universidade Estadual de Campinas/Augusto Buonicore – historiador/Carlos César Almendra – Fundação Santo André (SP)/Carlos Zacarias de Sena Júnior – Universidade Estadual da Bahia/Ciro Flamarion Cardoso – Universidade Federal Fluminense/Claudinei Coletti – sociólogo/Clovis Moura – *In memoriam*/Cristiano Ferraz – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Danilo Martuscelli – cientista político/Edgard Carone – *in memoriam*/Edilson José Graciolli – Universidade Federal de Uberlândia/Emir Sader – Universidade de São Paulo/Elizário Andrade – Universidade Católica de Salvador, Bahia/Eurelino Coelho – Universidade Estadual de Feira de

Santana (BA)/Ester Vaisman – Universidade Federal de Minas Gerais/Fernando Novais – Universidade Estadual de Campinas/Fernando Ponte de Sousa – Universidade Federal de Santa Catarina/Flávio Castro – cientista político/Florestan Fernandes – *in memoriam*/Francisco Foot Hardman – Universidade Estadual de Campinas/Francisco Farias – Universidade Federal do Piauí/Francisco José Teixeira – Universidade Estadual do Ceará /Franklin Oliveira – historiador/Gildásio Santana Jr. – Universidade Estadual da Bahia, Vitória da Conquista/Guilherme Cavalheiro Dias Filho – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Hector Saint-Pierre – Universidade Estadual Paulista/Hermenegildo Bastos – Universidade Nacional de Brasília (DF)/Iná Camargo – Universidade de São Paulo/Isaac Akcelrud – *in memoriam*/Jacob Gorender – historiador/Jadir Antunes – Universidade do Oeste do Paraná/Jesus José Ranieri – Universidade Estadual Paulista/João Francisco Tidei de Lima – Universidade Estadual Paulista/Jorge Miglioli – Universidade Estadual Paulista/Jorge Novoa – Universidade Federal da Bahia/José Carlos Ruy – jornalista/José Corrêa

Leite – jornalista/José Francisco Xarão – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/José Luís Soares – sociólogo/José Roberto Zan – Universidade Estadual de Campinas/Leda Maria de Oliveira Rodrigues – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Lelita Benoit – Universidade Metodista de São Paulo/Lúgia Maria Osório – Universidade Estadual de Campinas/Luziano Mendes de Lima – Fundação Universidade Estadual de Alagoas/Marcelo Ridenti – Universidade Estadual de Campinas/Marcos Del Roio – Universidade Estadual Paulista/Maria Elisa Cevasco – Universidade de São Paulo/Maria Orlanda Pinassi – Universidade Estadual Paulista/Mário José de Lima – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Marly Vianna – Universidade Federal de São Carlos/Mauro Iasi – Faculdade de Direito de São Bernardo, SP/Maurício Tragtenberg – *in memoriam*/Mauro C. B. de Moura – Universidade Federal da Bahia/Muniz Ferreira – Universidade Federal da Bahia/Nelson Prado Alves Pinto – Universidade Estadual de Campinas/Nelson Werneck Sodré – *in memoriam*/Noela Invernizzi – socióloga/

Oswaldo Coggiola – Universidade de São Paulo/Paulo Cunha – Universidade Estadual Paulista/Paulo Denisar Fraga – Universidade Regional do Noroeste do RS (Unijuí)/Paulo H. Martinez – Universidade Estadual Paulista/Pedro Leão Costa Neto – Universidade Tuiuti do Paraná/Pedro Paulo Funari – Universidade Estadual de Campinas/Régina Maneschky – socióloga/Reinaldo Carcanholo – Universidade Federal do Espírito Santo/Renato Monseff Perissinotto – Universidade Federal do Paraná/Ronaldo Barros – Universidade do Estado da Bahia/Rosa Maria Vieira – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Sandra Zarpelon – cientista política/Sérgio Braga – Universidade Federal do Paraná/Sérgio Prieb – Universidade Federal de Santa Maria (RS) /Sílvio Costa – Universidade Católica de Goiás/Sílvio Frank Alem – *in memoriam*/Tânia Pellegrini – Universidade Federal de São Carlos/Valério Arcary – historiador/Wolfgang Leo Maar – Universidade Federal de São Carlos/Zilda Gricoli Iokoi – Universidade de São Paulo

Colaboradores internacionais

Afredo Saad Filho – Inglaterra/Ângelo Novo – Portugal/Atilio Borón – Argentina/Domenico Losurdo – Itália/Ellen Meiksins Wood – Canadá/Frederic Jameson – Estados Unidos/Gérard Duménil – França/Guido Oldrini – Itália/Guillermo Foladori – Uruguai/István Mészáros – Inglaterra/Jacques Bidet – França/James Green – Estados Unidos/James Petras – Estados Unidos/

Joachim Hirsch – Alemanha/Marco Vanzulli – Itália/Maria Turchetto – Itália/Michael Löwy – França/Michel Ralle – França/Nestor Lopez – Argentina/Nicolas Tertulian – França/Pierre Broué – França/Ronald Chilcote – Estados Unidos/Serge Wolikow – França/Timothy Harding – Estados Unidos/Victor Wallis – EUA/Vittorio Morfino – Itália

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

REVISTA *CRÍTICA MARXISTA*
Armando Boito Jr.
Cemarx, IFCH, Unicamp
Caixa Postal 6110
13083-970 Campinas SP

www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista

Sumário

APRESENTAÇÃO.....9

ARTIGOS

Dominação burguesa nas sociedades modernas.....13
Jorge Miglioli

Marx com Espinosa: em busca de uma teoria da emergência.....32
Maurício Vieira Martins

Socialismo e tecnologia: uma visão setorial.....55
Victor Wallis

Novos rumos do comunismo.....75
Ângelo Novo

Sobre a teoria marxiana da história nas “Formações econômicas pré-capitalistas”97
Marco Vanzulli

Concepção de história e apostasias de esquerda.....109
Mário Duayer

A Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de novembro de 1935 no Brasil.....132
Anita Leocadia Prestes

COMENTÁRIO

Engels & Marx: guerra e revolução.....154
João Roberto Martins Filho

DOCUMENTO

Arte, verdade e política.....161
Harold Pinter

RESENHAS

O Imaterial. Conhecimento, valor e capital. ANDRÉ GORZ.....174
Henrique Amorim

Mao – O processo da revolução. MÁRCIO BILHARINHO NAVES.....178
Luciano Cavini Martorano

Marxismo e educação: debates contemporâneos. JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI
E DEMERVAL SAVINI (ORGS.).....181
Patrícia Vieira Trópia

*A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o
consenso.* LÚCIA MARIA WANDERLEY NEVES.....185
Virgínia Fontes

*A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos
tenentes.* JOÃO QUARTIM DE MORAES.....190
Augusto Buonicore

L'adieu à la classe moyenne. JEAN LOJKINE.....194
Andrei Gutierrez

RESUMOS/ABSTRACTS.....198



marxista

APRESENTAÇÃO

Neste vigésimo segundo número, *Crítica Marxista* publica artigos sobre filosofia, história, política e estudos clássicos e atuais sobre o socialismo e o marxismo.

No ensaio que abre a revista, Jorge Miglioli discute as diferentes modalidades pelas quais se efetiva a dominação de classe no capitalismo contemporâneo. Em “Dominação burguesa nas sociedades modernas” são examinadas e debatidas estas quatro modalidades: a propriedade e o controle dos meios de produção; a estrutura política e administrativa do Estado; os aparatos de repressão e coação públicas e, finalmente, os mecanismos pelos quais se realiza a dominação ideológica. “Marx com Espinosa: em busca de uma teoria da emergência”, de Maurício Martins, examina uma relevante questão presente nos debates filosóficos contemporâneos: o projeto de se fundar um marxismo espinosiano. Diferentemente de alguns intérpretes, Martins busca ressaltar as discontinuidades reais existentes entre o pensamento de Marx e o de Espinosa. Mário Duayer, em “Concepção de história e apostasias de esquerda”, discute uma obra pouco comentada de E. P. Thompson. Para o ensaísta, em *An Open Letter to Leszek Kolakowski* Thompson antecipa e critica o fundamento teórico das correntes que, a partir dos anos 1970, questionam e combatem o pensamento marxista. Anita Leocádia Prestes, em “A conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de novembro de 1935 no Brasil”, examina criticamente interpretações oficiais – difundidas pelos meios acadêmicos e pela mídia liberal-conservadora – segundo as quais os levantes antifascistas de novembro de 1935 teriam resultado de supostas “ordens de Moscou”.

Três colaboradores internacionais de *Crítica Marxista* escrevem neste número. Em “Novos rumos do comunismo”, o ensaísta português Ângelo Novo analisa

CRÍTICA MARXISTA • 9

as razões do fracasso da transição ao comunismo tentada nas revoluções do século XX; embora não credite esse resultado à obra teórica de Marx, não deixa de discutir criticamente o influente esquema de transição presente na *Crítica do Programa de Gotha*. Marco Vanzulli, professor da Universidade de Milão-Bicocca, em seu ensaio entende que Marx – no texto-laboratório das *Formen* – busca determinar as linhas abstratas do processo de desenvolvimento multilinear das formas de propriedade, partindo da *unidade natural* do trabalhador com seus pressupostos materiais até a forma capitalista de privatização da propriedade. Por fim, Victor Wallis, editor de *Socialism and Democracy*, em “Socialismo e tecnologia: uma visão setorial” defende a tese de que a contribuição decisiva e relevante do socialismo – no terreno da tecnologia – não reside em criações e invenções particulares. O socialismo visa a reorganização da sociedade de maneira tal que as escolhas tecnológicas – deixando de ser feitas na base da mercantilização e do lucro – devem levar em conta as necessidades da humanidade e do mundo natural; em suma, a preocupação com a sobrevivência da espécie a longo prazo e a pressuposição de que nenhuma parte da humanidade tem direito de negar a outras as condições de uma vida decente.

Na seção *Comentário*, João Roberto examina alguns livros recentemente publicados em inglês (EUA e Inglaterra) que tematizam a questão da guerra e da revolução nas obras de Marx e Engels. De forma sintética, discute três dessas vertentes interpretativas que, com enfoques distintos, não deixam de reconhecer a relevância e atualidade do pensamento dos fundadores do marxismo – em especial o de Engels – para a análise da guerra no mundo contemporâneo. Na seção *Documento* publicamos um texto de alta qualidade literária e política. Em “Arte, Verdade e Política”, o dramaturgo inglês Harold Pinter escreveu um contundente libelo contra a política belicista dos governos estadunidenses, em particular contra a recente agressão ao povo do Iraque. Argumentando que o poder imperial é mantido por uma “vasta tapeçaria de mentiras”, forjadas pelas potências capitalistas, Harold Pinter propõe, com resoluta convicção, que Bush e Blair – responsáveis por assassinatos em massa – deveriam ser indiciados num eventual Tribunal Internacional de Justiça como “criminosos de guerra”.

Por fim, seis resenhas completam o nº 22 de *Crítica Marxista*.

~~*

No início de novembro de 2005, por ocasião do 4º Colóquio Marx e Engels, organizado pelo *Centro de Estudos Marxistas* (Cemarx), o Comitê Editorial reuniu-se com alguns membros do Conselho Editorial e outras pessoas interessadas na produção de nossa revista. Nesse encontro, realizado na Unicamp, após um

10 • APRESENTAÇÃO

relato informativo sobre questões e problemas recentemente enfrentados pelo Comitê Editorial, foram discutidas propostas e sugestões no sentido de aprofundar e qualificar ainda mais nosso trabalho editorial. Nesse sentido, duas questões foram ressaltadas para a atenção e o exame do Comitê: a) buscar encontrar mecanismos que envolvam mais de perto o Conselho Editorial no processo de produção da revista; b) buscar enfrentar – através de artigos, comentários, entrevistas, resenhas etc. – temas e problemáticas teóricas que, na atualidade, estão sendo debatidos e orientam as pesquisas acadêmicas. Como lembra nosso programa editorial, *CM* deve intervir ativamente “no debate e na luta teórica em curso”. Em recente comunicado aos membros do Conselho Editorial buscamos atender a essas duas preocupações formuladas na reunião realizada em novembro passado.



S



Dominação burguesa nas sociedades modernas

JORGE MIGLIOLI*

Desde a publicação (em 1867) do primeiro volume de *O Capital*, surgiu uma vasta literatura sobre o processo de exploração econômica dos trabalhadores por parte da burguesia. Contudo, a respeito da *dominação* burguesa a literatura é muito mais escassa e fragmentada.

Para conquistar e manter seu domínio sobre as demais classes da sociedade, a burguesia se utiliza de diversos instrumentos, que podem ser agrupados em quatro categorias: 1) a propriedade e o controle dos meios de produção; 2) a estrutura política e administrativa do Estado; 3) os aparatos de repressão e coação públicas; 4) os mecanismos ideológicos. Os aparatos de repressão e coação, em geral, fazem parte da estrutura do Estado, mas estão colocados separadamente devido a sua importância.

I

A sociedade capitalista se caracteriza pelo fato de a burguesia ser a classe que detém a propriedade e o controle dos meios sociais de produção ou, pelo menos, a maior parte deles (a parte restante podendo ser constituída por empresas públicas ou estar em mãos de pequenos proprietários). Esse fato é usualmente analisado pelo ângulo da exploração: de como o monopólio dos meios de produção por parte da burguesia como um todo permite que ela explore a classe trabalhadora.

* Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

Todavia, esse fato é também um elemento do processo de dominação. Por dois motivos básicos. Primeiro, a exploração da classe trabalhadora é a principal fonte dos capitais e riquezas em geral amealhados pela burguesia, e é com esses recursos que ela financia outros instrumentos de dominação (agremiações burguesas, partidos políticos, meios de comunicação etc.). Segundo, porque o fato de possuir e controlar os meios de produção implica, por si mesmo, uma posição de dominação da burguesia em seu relacionamento com os trabalhadores assalariados; afinal, o emprego, os salários, as condições de trabalho dependem das decisões dos patrões, mesmo quando os trabalhadores têm alguma força de negociação (por exemplo, através de sindicatos). Essa dominação direta se manifesta inclusive nas relações pessoais entre patrões e empregados, onde esses últimos freqüentemente assumem uma postura de submissão, não só dentro mas também fora do processo de trabalho.

Além da dominação efetiva, o monopólio dos meios de produção por parte da burguesia, principalmente quando representado por meio das grandes fortunas, exerce também um domínio simbólico. Ou seja, grandes riquezas tornam-se símbolos de grandes poderes, que impõem às classes subalternas atitudes de admiração, fascínio, respeito e até mesmo temor.

II

O Estado é o principal órgão de dominação política de uma classe sobre outras. Para conquistar esse poder, a burguesia passou por um longo processo de formação, de crescimento e de aprendizagem.

Na Europa ocidental ela surge, entre os séculos 10 e 11, sob forma mercantil, isto é, composta por comerciantes, cambistas e emprestadores de dinheiro, e logo em seguida é aumentada com a participação dos artesãos urbanos. Durante muito tempo o poder político esteve nas mãos da nobreza, dos grandes senhores de terras, o que não impediu o crescimento e enriquecimento da burguesia. Com a formação das monarquias absolutistas (apoiadas pela burguesia), unificando territórios, mercados, leis, moedas, tributos etc., o poder político se concentrou nos reis. Bastante enriquecida, uma parte da burguesia começou a comprar terras, conquistar títulos de nobreza e, inclusive, a assumir cargos nos governos. Apesar de continuar sendo uma classe subordinada, a burguesia se fortaleceu, adquiriu maior experiência e começou a vislumbrar a possibilidade de tomar o poder. Na Inglaterra, já no século 17, teve importante influência nas revoluções de 1640 e 1660, das quais resultaram a queda do poder do rei, o aumento da participação do parlamento (em especial da chamada “Câmara dos Comuns”, separada da “Câma-

ra dos Lordes”) e a conquista de novos direitos, sem, contudo, profundas alterações. Na Inglaterra, a burguesia, aliada da pequena nobreza (que se aburguesava), depois dessa revolução agiu de modo lento e cauteloso, e isso continuou assim até mesmo com o aparecimento (a partir da segunda metade do século 19) dos empresários industriais, a fração mais dinâmica e ousada da burguesia. Na França a história foi bem mais turbulenta. Inserida no chamado “terceiro estado”, a burguesia começou a lutar diretamente pelo poder de classe a partir da revolução de 1789 (que acabou com os direitos feudais), antes mesmo de iniciar a industrialização do país, e continuou sua luta apesar de todos os percalços posteriores: a instauração do império de Napoleão Bonaparte, a restauração monárquica, o golpe de Luís Bonaparte etc. Também em outros países da Europa, mais cedo ou mais tarde, a burguesia começou a mostrar-se como uma classe própria, em suas ambições, num período de grandes transformações: industrialização, formação da classe operária, recomposição de territórios (unificações alemã e italiana), guerras etc. Estudando a situação econômica e política de diversos países europeus, Arno J. Mayer chegou à conclusão de que mesmo nos mais desenvolvidos (Inglaterra, Alemanha, França) a burguesia só chegou à posição de classe dominante, superando a classe ligada ao Antigo Regime, a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-18)¹

Nos Estados Unidos a história foi bem menos complicada. Em 4 de julho de 1776 as treze colônias americanas declararam-se independentes do Império Britânico, continuaram lutando até 1781 e finalmente em 1783 assinaram o tratado de paz com a Inglaterra; estavam então formalmente criados os Estados Unidos da América. Sua Constituição definitiva foi aprovada em 1787 e no ano seguinte George Washington foi eleito seu primeiro presidente. Nos doze anos entre a declaração da independência e a aprovação da Constituição, a grande burguesia dos treze estados (grandes proprietários de terras – como G. Washington –, comerciantes, banqueiros, especuladores, fabricantes), formada ainda durante o período colonial, consolidou-se como classe dominante.

Situação semelhante aconteceu em outros territórios colonizados, evidentemente com variações. Com a introdução de formas capitalistas de exploração, ainda sob o domínio colonial, foram surgindo as burguesias locais, subordinadas aos colonizadores. Com a independência desses territórios, suas burguesias passaram a adquirir o caráter de classe dominante, mesmo que submissas aos ditames das grandes potências internacionais – como na América Latina e em outras regiões do mundo.

¹ Arno J. Mayer. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

É interessante observar que, muito antes de assumir o poder em escala nacional e internacional, ou seja, em espaços limitados e fechados como os das cidades, e durante um certo período da história, a burguesia alcançou a posição de classe dominante. Em suas origens, na Idade Média européia, os comerciantes começaram a concentrar-se em burgos (daí a denominação de burgueses), muitos dos quais desenvolveram-se como cidades de milhares de habitantes. Com o consentimento (às vezes obtido à força) dos senhores feudais das terras onde se localizavam essas cidades, muitas se transformaram em comunas com autonomia administrativa, governadas por seus próprios habitantes. Com o crescimento populacional resultante principalmente do ingresso nas cidades de trabalhadores rurais fugitivos do regime de servidão em suas áreas de origem, essas populações foram divididas em pobres e ricos (que a partir de um momento passaram a receber, só eles, a designação de burgueses). Foram os ricos (comerciantes, banqueiros, artesãos etc.) que, desde o início, assumiram o controle e os principais postos de governo das comunas: suas primeiras experiências como classe dominante. E o governo dessas comunas seguia mais ou menos um padrão comum, antecipatório da hoje em dia tradicional divisão de poderes em executivo, judiciário e legislativo: o *maire* (prefeito), os *échevins* (algo como juizes ou conselheiros) e a assembleia geral de habitantes (forma mais popular de parlamento, não permanente)².

III

No capítulo 1 do *Manifesto Comunista*, Engels e Marx afirmam que “o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios de toda a classe burguesa”³. A afirmação é verdadeira mas parece exagerada por causa da palavra “comitê” e da expressão “nada mais é do que”. Isso soa como se um grupo de burgueses estivesse permanentemente reunido para cuidar dos interesses exclusivos da burguesia.

Não se trata disso. O Estado é um vasto conjunto de órgãos ocupando um enorme número de pessoas numa estrutura em forma de pirâmide, cuja base é formada por funcionários que apenas cumprem obrigações sem poder de decisão em questões relevantes. A parte média alta ganha importância porque está próxima do pico (especialmente em certas atividades) e assume funções de decisão e mando. Mas o fundamental são os cargos no cume do governo: presidente, ou

² Ver Régine Pernoud, *Histoire de la bourgeoisie en France*, vol. I, cap. 1 a 3. Paris, Seuil, 1981.

³ F. Engels e K. Marx, *Manifesto Comunista*, p. 68. Petrópolis, Vozes, 1990.

primeiro ministro, e seus ministros (poder executivo), juízes do tribunal superior (a cúpula do poder judiciário) e parlamentares (legislativo). É aí e nos escadões médios superiores (especialmente em cargos que interessam mais diretamente, como, por exemplo, na área econômica) que entra a burguesia. De diversos modos. Pessoalmente, ocupando cargos: são burgueses afastados formalmente de suas atividades econômicas, mas tendo aí suas fontes de renda, que se dedicam à vida política. Ou através de seus representantes de confiança, os quais estão ligados à burguesia por interesses comuns e muitas vezes são provenientes dos quadros de direção de empresas privadas ou prestam serviços a elas. Ou então, por meio do assédio aos ocupantes dos cargos de governo, seja em caráter pessoal ou através de congressos, cerimônias, jantares de confraternização etc., além do permanente ou esporádico trabalho de *lobby*. Ou ainda, de forma mais grosseira, pela pura e simples corrupção. E para concluir este ponto, é preciso ressaltar que a burguesia não fica diariamente tramando sua dominação, a qual se dá rotineiramente através das leis; estando em vigor essas leis, a dominação está garantida através de sua aplicação, e para isso existem os órgãos competentes do Estado.

Uma das mais importantes funções do Estado nas sociedades capitalistas é a de coordenar e harmonizar os interesses diversificados da burguesia como um todo. Ela não é uma classe homogênea. Dentro de uma nação a burguesia pode dividir-se por regiões e, o que é mais importante, fracionar-se por setores de atividade (rural, comercial, industrial etc.) e essas diferentes frações (regionais ou setoriais) podem ter conflitos entre si; por exemplo, a burguesia de uma região protestando contra os favorecimentos estatais a outras regiões, diversas frações setoriais reclamando das taxas de juros dos bancos, comerciantes clamando pela queda das tarifas de importação para aumentar suas vendas de bens importados, contrariamente aos industriais que desejam a elevação dessas tarifas para que seus produtos vençam a competição de preços com os importados, e assim por diante. É preciso haver um órgão para resolver essas pendências; esse órgão é o Estado. Se as diversas frações tivessem igualdade de força dentro do Estado, seria necessário encontrar um equilíbrio para as políticas estatais. Mas o mais comum é a preponderância de uma fração dentro do bloco burguês; nesse caso é preciso fazer concessões às outras frações para preservar a unidade do bloco. Isso nem sempre acontece e pode, então, surgir conflitos em seu interior, inclusive com lutas pela tomada do poder do Estado. Um dos exemplos históricos mais conhecidos desse tipo de disputa, assumindo formas violentas e, inclusive, envolvendo a participação da classe operária, ocorreu na França

⁴ K. Marx. *As lutas de classes na França 1848-1850*.

nos anos de 1848-50, descrito por Marx em seu livro *As lutas de classes na França*⁴.

Disputas mais intensas pelo predomínio dentro do bloco burguês e do poder do Estado são mais específicas de fases em que a burguesia como um todo está em vias de tomar o poder ou consolidando esse poder recém conquistado, que são também, nos países economicamente mais avançados, momentos em que o crescimento industrial já aumentou enormemente o peso da burguesia como um todo e, dentro dela, a importância da burguesia industrial. A partir daí, a tendência é a de que essa última assuma a hegemonia dentro do bloco, reduzindo as disputas.

Mais recentemente, ou seja, a partir da década de 1970, acentua-se um novo processo de mudança no bloco burguês. Na verdade o processo não é novo. Já podia ser observado no início do século 20, mas só nas últimas décadas ganhou relevância e continua expandindo-se, até mesmo nos países capitalistas menos avançados. Trata-se da unificação da burguesia através da financeirização do capital. Em poucas palavras: diferentemente dos capitalistas dos velhos tempos que eram proprietários diretos de suas empresas (e, dependendo dos setores onde elas se localizavam, eles eram capitalistas rurais, ou comerciais, ou industriais etc.), os atuais capitalistas (principalmente médios e grandes) diversificam a aplicação de seus capitais em ações de sociedades anônimas em diferentes setores ao mesmo tempo, de modo que deixam de ser rurais, comerciais etc. e se tornam capitalistas multissetoriais; cria-se assim uma burguesia unificada, isto é, não fracionada setorialmente, em que todos seus membros têm interesses em todos os setores ao mesmo tempo. Essa burguesia unificada assume o caráter de burguesia financeira: em lugar de possuir capital *real* (prédios, máquinas, equipamentos etc.) ela se converte em proprietária de capital *financeiro*, que compreende o dinheiro e papéis facilmente conversíveis em dinheiro (como as ações, os títulos de crédito etc.)⁵.

É claro que a unificação do capital reduz os atritos setoriais, facilitando a atuação do Estado como órgão não só de coordenação econômica mas também de dominação política da burguesia. Porém isso não aplaina todas as arestas. Sobram pelo menos duas. Uma é o fato de que, mesmo se economicamente unificados, nem todos os burgueses rezam pela mesma cartilha; sem abandonar a defesa do interesse geral de sua classe, formam-se grupos que defendem propostas diferentes para vários problemas nas mais diversas áreas, como na economia, nas políticas interna e externa, na assistência social, ecologia etc. Todos sabem que, em questões essenciais na defesa do sistema capitalista – e para usar de conhecida comparação

⁵ Esta questão está mais claramente exposta em Jorge Miglioli, “Burguesia e liberalismo: política e economia nos anos recentes”, revista *Crítica Marxista*, n° 6, 1998.

irônica –, nada é mais parecido com um republicano do que um democrata nos Estados Unidos, assim como acontece com conservadores e trabalhistas na Inglaterra, e no entanto seus respectivos partidos gastam fortunas e empenham-se bravamente para eleger seus representantes no governo. Além disso, e mesmo que a pluralidade partidária burguesa seja efetivamente resultado de lutas passadas e expressem divergências presentes, sua existência faz bem para a imagem “democrática” do sistema: afinal, caro eleitor, você é livre para escolher seu candidato, mesmo que você esteja optando apenas pela cor que o diabo deve ter.

A segunda aresta que incomoda o funcionamento “harmonioso” do Estado é a atuação desregrada das grandes empresas – que os economistas contemporâneos, mesmo os de língua portuguesa, gostam de chamar de “corporações”. Por um lado, essas empresas infringem as leis, falsificam balanços e relatórios, corrompem autoridades etc. Descobertas e levadas a público essas mutretas – como vem ocorrendo freqüentemente nos últimos anos –, provocam o desgaste do sistema e principalmente da confiança nas empresas que deveriam ser os baluartes da economia de mercado livre. Por outro lado, essas empresas – através de *lobbies* e de contatos diretos com políticos no poder – intervêm nas decisões governamentais e buscam favores especiais. Tudo isso provoca rachaduras no bloco burguês no poder, porque beneficia grupos específicos de capitalistas, às vezes em detrimento de outros. Por isso mesmo, e embora o sistema capitalista não seja um modelo de honestidades e correção no mundo dos negócios, o Estado tenta reprimir esses comportamentos, em prol da unidade das diferentes frações da burguesia e para evitar desgaste político junto a outras classes sociais.

Em conclusão, o Estado moderno é realmente um órgão “para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Mas não só. Serve também para subordinar os interesses das outras classes aos interesses primordiais da burguesia. Alguns autores, que negam até mesmo a existência de classes sociais, consideram o Estado uma instituição voluntariamente constituída pelos membros da sociedade com a finalidade de defender igualitariamente os interesses e direitos de todos seus “cidadãos”. Ou então, um pouco mais avançadamente, reconhecendo a existência de classes, outros autores vêem o Estado como um órgão de conciliação de interesses de todas as classes, situando-se acima delas. Não deixa de ser verdade que o Estado não pode deixar de levar em conta as necessidades e reivindicações das classes subalternas, sabendo que a intolerância – em especial se radicalizada – pode gerar grandes insatisfações e revoltas. Assim, é necessário prestar alguma assistência, principalmente em áreas básicas, como saúde, educação, moradia, salário mínimo, aposentadoria etc.; ou seja, em relação às classes subalternas, principalmente as mais pobres, o Estado é, antes de tudo, assistencialista. Além disso, precisa garantir-lhes alguns direitos especiais, próprios de suas atividades (como assalaria-

dos: direitos de sindicalização, de greve, de férias remuneradas etc.), e prometer-lhes (o que nem sempre é cumprido) tratamento igualitário em face das leis do Estado. (Como disse o romancista André Gide em algum texto, a lei é tão igualitária que pune com o mesmo rigor tanto o pobre como o rico que roubem uma galinha...) Em suma, o Estado burguês atende interesses das classes subalternas com o objetivo de preservar o processo de exploração em condições de estabilidade política e social e desde que não haja prejuízo para a burguesia como um todo. Para expressar isso com um exemplo simples: a classe trabalhadora pode reivindicar melhores salários e condições de trabalho, mas não pode exigir o fim do próprio sistema capitalista; ou seja, só se pode jogar de acordo com as regras e quem as faz é a burguesia.

IV

Como a burguesia assume o poder do Estado? Com exceções, é um processo longo, que às vezes implica manifestações violentas como revoltas e guerras civis. Antes de mais nada, requer o crescimento da burguesia, não apenas em termos populacionais mas principalmente em termos de força econômica, política, cultural e ideológica (para usar uma expressão marxista fora de moda, a burguesia tem de deixar de ser apenas “uma classe em si” e converter-se em “uma classe para si”). As atividades econômicas controladas pela burguesia precisam ter importante papel na sociedade e formar alguns grupos burgueses ricos e muito ricos para se projetarem também social e politicamente, inclusive adquirindo funções públicas (até mesmo cargos ministeriais). Precisam formar suas próprias coletividades auto-reconhecíveis, desde organizações de festas até agrupamentos mais formais, como clubes e corporações, onde não só se aproximam pessoalmente como também ganham consciência política. Nesse processo de tornar-se uma “classe para si”, isto é, tornar-se uma classe auto-consciente, distinta das outras classes, a burguesia também vai criando seus próprios princípios e valores (até mesmo religiosos, como na Europa, onde parcelas da burguesia abandonaram o catolicismo para adotar variadas correntes protestantes) e identificando seus próprios interesses.

Antes de tomar o poder do Estado, a burguesia passou por variadas aprendizagens que a prepararam para o grande salto posterior. Em primeiro lugar, em suas ocupações profissionais, os burgueses mostraram capacidade técnica e administrativa, criando e renovando procedimentos de produção, de comércio e de atividades bancárias, como as novas formas de organização empresarial, o seguro, a letra

⁶ Cf. Jacques Le Goff. *Mercadores e banqueiros da Idade Média*. Lisboa: Gradiva, s.d., cap. 1.

de câmbio, a contabilidade mais precisa etc.⁶; sem esquecer que foram eles mesmos que liquidaram o primitivo artesanato de ofício, substituindo-o pela manufatura e, depois, pela grande indústria, revolucionando os modos e os volumes de produção. Os burgueses também penetraram na vida acadêmica. Com a criação das universidades a partir dos primeiros anos do século 13 (Bolonha, Oxford, Paris etc.), os burgueses puseram seus filhos para estudar; eram principalmente estudos de Direito, que interessavam mais diretamente a eles; muitos desses advogados, ou “legistas”, tornaram-se proeminentes em suas sociedades; apenas como exemplo: o reinado de Felipe o Belo (1268-1314, rei da França a partir de 1285) assinala a ascensão de uma camada específica da burguesia: os legistas, “que são figuras típicas de burgueses, de um gênero novo, que não obtêm sua influência de um poder econômico (...) mas de seus conhecimentos jurídicos, do estudo e da prática da lei”⁷. A importância dos juristas está no fato de que são eles que propõem mudanças nas leis vigentes no período feudal, adaptando-as aos “novos tempos”, propondo inclusive o poder absoluto do rei (contra os senhores feudais) e a padronização das normas jurídicas em todo o reino (em oposição às leis específicas de cada domínio senhorial). Em outras áreas, e em poucas palavras, os burgueses criaram escolas laicas, aprimoraram os conhecimentos de cálculo e de geografia, e patrocinaram as artes (especialmente pintura e arquitetura). Em suma, durante muito tempo, entre uma aristocracia fútil e decadente (como a do período absolutista) e classes trabalhadoras (urbanas e rurais) iletradas e rudes, a burguesia estava justamente predestinada a ser a classe dominante. Se os reis eram “reis pela graça de Deus”, a burguesia conseguiu seu reinado por seus próprios méritos.

Em seu caminho para o poder, a burguesia também passou por experiências revolucionárias. Algumas mais limitadas, como suas lutas para liberar suas comunas do domínio feudal. Algumas mais ousadas, como a de Étienne Marcel, grande mercador de Paris, que aproveitando-se da confusão (surto de peste e de fome, guerras, disputas pelo trono) na França, na metade do século 14, conseguiu tomar o poder por um curto período, com um conselho formado apenas por burgueses, até ser massacrado⁸.

Talvez os maiores envolvimento revolucionários da burguesia tenham sido, por ordem cronológica, na Inglaterra em 1640-60, nos Estados Unidos durante a luta pela independência a partir de 1776 e na França em 1789 e anos seguintes. Em todos esses três casos o poder dominante, na época, era a nobreza feudal, embora, nos Estados Unidos, ainda colônias britânicas, o núcleo desse

⁷ Régine Pernoud, op. cit., p. 135.

⁸ Idem, pp. 192-205.

poder estivesse do outro lado do oceano Atlântico, o que facilitou a luta pela independência americana: apesar da resistência do rei da Inglaterra na época, perder alguns territórios pouco conhecidos, escassamente povoados e de economia incipiente não era uma tragédia tão grande quando comparada com a eventual perda de poder dentro da própria Inglaterra. Nesse país e na França a burguesia não conquistou o poder; teria sido prematuro, considerando-se que aquela que seria sua parcela mais poderosa – a industrial – ainda nem despontara em cena. De qualquer modo, a burguesia fez algumas conquistas, as mais importantes delas sendo o rompimento com as amarras feudais e a maior liberdade econômica – além de começar a ser reconhecida como uma nova força na história⁹.

Nos Estados Unidos a tomada do poder foi fácil e rápida e, dentre os atuais países capitalistas avançados, a mais antiga. Expulsos os colonialistas britânicos e assinado o tratado de paz com a Inglaterra em 1783, o destino do novo país – constituído originalmente por 13 estados – foi entregue a seu povo, aqui entendido como o conjunto da população. Algumas medidas progressistas foram tomadas: fim do direito de progeneritura (segundo o qual só o filho mais velho tinha direito à herança dos pais), proibição da importação de negros escravos, confisco e partilha das enormes propriedades de terras de ingleses, separação entre Estado e religião, etc. Os anos seguintes, em especial o de 1786, foram de crises políticas e econômicas: conflito entre estados, insatisfação com a inoperância do governo confederado (central), antagonismo entre pobres e ricos em alguns estados, a revolta liderada por Daniel Shays, ausência de uma moeda nacional, descontrole das moedas estaduais, impedimentos ao livre comércio entre estados, falta de proteção aos produtores locais, especulação exagerada com terras e títulos públicos de dívida. Descontentes, alguns homens poderosos, pela riqueza e/ou influência política (entre eles George Washington, latifundiário e ex-comandante militar na luta pela independência), decidiram realizar uma convenção, com delegados de todos os 13

⁹ Ver Christopher Hill, *A revolução inglesa de 1640*. Lisboa: Presença, 1977; Georges Lefebvre, *A revolução francesa*. São Paulo: IBRASA, 1989, especialmente livro 6, cap. 1.

¹⁰ Como assinalam discretamente Allan Nevins e Henry Steele Commager (*Breve história dos Estados Unidos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. 131): “Alguns historiadores deram muita ênfase ao fato de que o maior grupo de delegados era o de proprietários e portadores de títulos continentais [norte-americanos] ou estaduais”, ou seja, títulos de dívidas públicas. E mais adiante (p. 135): “Alguns estudiosos, que encaravam a Convenção como um grupo econômico, e não político, declararam que suas conclusões principais favoreciam os proprietários, os comerciantes e financistas”. Mas os autores tentam justificar esse fato alegando que os Estados Unidos eram, na época, uma sociedade quase sem distinção de classes... Também apresentam (nas pp. 135-136) um breve resumo da nova constituição.

estados, para elaborar uma nova constituição federal¹⁰. Não cabe aqui entrar em minúcias, mas sem dúvida essa nova constituição, aprovada em 1788, fixou regras adequadas e precisas para a organização da sociedade dentro de moldes burgueses e serviu de modelo para outros países no futuro.

Uma classe social em sua ascensão ao poder, como a burguesia, enfrenta uma dupla tarefa: livrar-se da classe até então dominante e livrar-se da classe “popular” (aí incluindo os trabalhadores de todos os setores, pequenos comerciantes e agricultores, prestadores de serviços etc.). Aproveitando-se de que essas duas classes são antagônicas, a burguesia, conscientemente ou não, joga uma contra a outra. Nos Estados Unidos a luta contra o domínio inglês foi travada e vencida graças à participação popular; na França, na revolução de 1789 e nos enfrentamentos posteriores contra as forças do Antigo Regime, o povo novamente foi fundamental. Na medida em que a burguesia vai conquistando poder, suprimindo entraves econômicos e políticos para seu desenvolvimento, ela vai integrando-se com a “velha” classe dominante: agora não mais a burguesia preocupa-se em comprar títulos de nobreza (embora continue a fazê-lo para elevar seu *status*), mas é a nobreza que se emburguesa envolvendo-se em atividades capitalistas, porque, afinal, com a perda de suas explorações feudais, os nobres precisam buscar novos meios para enriquecer-se, ou pelo menos, evitar o empobrecimento. A partir daí é a classe popular que incomoda e, como não se pode suprimi-la, torna-se necessário criar mecanismos para afastá-la do poder.

O mecanismo mais simples (inclusive porque mais conhecido ao longo da história) e também freqüentemente usado nos tempos modernos, não só nos chamados países periféricos mas também na Europa (quantas ditaduras houve nesse continente durante o século 20?) é o do governo autoritário, onde o povo é sumariamente afastado do poder. Talvez uma forte razão para isso seja a da burguesia sentir-se ameaçada em seu poder, principalmente em situações de agitação popular ou de crise econômica e política. Um outro motivo seria de o poder executivo precisar promover alguma mudança brusca de orientação enfrentando a oposição dos outros poderes legalmente constituídos. Também relevante é a tradição “democrática” ou “autoritária” do país envolvido (é mais difícil imaginar uma ditadura na Inglaterra do que na Rússia), embora nem sempre a tradição seja suficiente para segurar um forte impulso autoritário no meio de uma crise.

Sem recorrer a isso, a burguesia tem sido pródiga em criar instrumentos para manter a classe popular afastada do poder. Assim já acontecia nas comunas na Idade Média, quando se exigia um certo nível de riqueza como condição para participar do processo eleitoral. O requisito da riqueza – seja sob a forma de propriedade, de renda ou de imposto pago – também foi adotado na Inglaterra e na França, quando a burguesia ainda lutava pela conquista do poder e procurava

afastar os mais pobres, e nos Estados Unidos por ocasião da escolha dos delegados à Convenção da Filadélfia (1787), encarregada de elaborar a nova (e definitiva) Constituição federal. Acrescente-se que, mesmo depois de aprovada essa constituição, outros instrumentos impeditivos também foram usados, como a proibição de voto de índios e negros (mesmo os nascidos nos Estados Unidos), enquanto os imigrantes em geral só teriam direitos eleitorais depois de se tornarem cidadãos americanos, mas isso muitas vezes era negado ou longamente postergado em função dos interesses dos governantes¹¹.

Sistema mais sofisticado de afastar o povo do poder foi criado pela própria Constituição norte-americana. Trata-se do modo como foi formulado o processo de escolher o governo, dividido nos chamados três poderes: executivo (presidente da república, que nomeia seus ministros), legislativo e judiciário (no caso americano, juizes do supremo tribunal são os que interessam aqui); o legislativo seria separado em duas partes: a câmara dos representantes (deputados) e o senado. Os deputados seriam eleitos diretamente pelo povo (com as restrições já mencionadas) para um período de dois anos; os senadores seriam eleitos pelos deputados para um mandato de seis anos, sendo que um terço deveria ser renovado a cada dois anos (posteriormente os senadores, como os deputados, seriam eleitos pelo povo); o presidente, com mandato de quatro anos, seria escolhido indiretamente pelo povo, ou seja, os cidadãos de cada estado elegem seu candidato e cada um dos estados tem um peso previamente estabelecido no total de votos para presidente (supostamente isso era para preservar a autonomia de cada estado); finalmente, a Corte Suprema teria seus membros (juizes) indicados pelos presidentes, com mandatos para toda a vida¹².

Deve-se acrescentar que, nos Estados Unidos, a Corte Suprema funciona na prática como uma Terceira Câmara chamada a ser ‘a guardiã da propriedade contra o poder do número’ [isto é, dos eleitores]; e é justamente dessa forma que ela, no século XIX, obstaculiza fortemente o desenvolvimento da democracia, o associativismo sindical, o imposto de renda progressivo, a proibição do trabalho infantil etc.¹³

¹¹ Muitas dessas restrições eleitorais, assim como os argumentos usados por políticos e intelectuais da época (europeus e norte-americanos) para justificá-las ou defendê-las, são citadas por Domenico Losurdo, *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: UNESP, 2004, cap. 1

Uma breve descrição desse sistema é feita por Leo Huberman, *Nós, o povo: a epopéia norte-americana*. São Paulo: Brasiliense, s.d., pp. 79-80.

¹³ Domenico Losurdo, op. cit., p. 25.

O sistema parlamentarista também constitui um filtro para se chegar ao poder central: o povo vota em candidatos ao parlamento (poder legislativo) e o primeiro ministro e os demais ministros são indicados pelo partido que obtém maioria de votos; a não ser que essa maioria seja absoluta, o partido vencedor precisa compor-se com outro ou outros partidos (como acontece freqüentemente na França e na Itália, onde existem muitos), e toda essa negociação implica nova filtragem.

Tanto no parlamentarismo como no presidencialismo, a existência de partidos políticos também é importante no processo de filtragem. Para ser eleito presidente ou chegar ao cargo de primeiro ministro é preciso, antes de tudo, ser escolhido por seu partido. E, no regime capitalista, um partido que consegue fazer um presidente ou um primeiro ministro, em “condições normais” (isto é, sem grandes crises), precisa ser um grande partido em escala nacional, com muitos recursos para sustentar e vencer eleições – em suma, um partido burguês, no qual somente pode ser escolhido um candidato identificado com os princípios, ideais e interesses da burguesia.

Em resumo: em sua ascensão ao poder do Estado, a burguesia elimina ou incorpora em suas fileiras a classe dominante precedente (como a nobreza na Europa, ou seus representantes nos Estados Unidos, ou os grandes proprietários de terras em outros países como o Brasil), e vai afastando desse poder seu aliado anterior, o povo, através de diversos mecanismos, desde os mais autoritários até os mais sofisticados, ou menos evidentes.

Cabe acrescentar: na medida em que a burguesia vai-se consolidando no poder, tornando-se mais segura, ela começa a extinguir ou abrandar alguns desses mecanismos, às vezes não por iniciativa própria mas por causa de pressões internas (populares) ou mesmo externas (afinal, é preciso ter uma ‘boa imagem’ na chamada “comunidade internacional”). É o que muitos chamam de “avanço ou aprimoramento da democracia”. E para compreender adequadamente esse processo, sem ilusões a respeito do caráter intrinsecamente autoritário da burguesia, é preciso levar em conta um outro aspecto do problema: a supressão ou a suavização de diversos mecanismos políticos de afastamento do povo é facilitada pelo contrapeso da crescente dominação ideológica, que torna esse povo cada vez menos “perigoso” para os propósitos burgueses – um tema a ser abordado mais adiante.

Uma nota final, talvez redundante: apesar do “avanço democrático” na atualidade, a burguesia como um todo, ou frações dela, está freqüentemente lembrando às outras classes – em escalas nacional e internacional – que ela não perdeu seu caráter autoritário e está pronta para “pôr ordem” nas coisas quando necessário, inclusive através de processos iníquos ou fora das regras oficialmente aceitas. No interior dos países isso é visível nos atos de repressão a movimentos sociais

contestatórios e, nos períodos eleitorais, no surgimento ou ressurgimento de propostas de combate aos trabalhadores, aos imigrantes de qualquer origem, às reivindicações igualitárias de mulheres, grupos minoritários etc. Até mesmo atos considerados arcaicos, como os velhos procedimentos de impedir o direito de voto ou anular votos efetuados, voltam a ser praticados quando do interesse de pelo menos uma parcela poderosa da burguesia – como a ligada aos setores militar e de energia –, como aconteceu nos Estados Unidos, em particular no estado da Flórida, para promover a primeira eleição de George W. Bush para presidente da República, em 2000. No plano internacional a ação da burguesia chega a ser escandalosa, com intervenções militares, ameaças bélicas, atividades subversivas em países não alinhados etc., como sempre ocorreu ao longo da história, chegando a níveis extremos nos dias de hoje.

V

Nos chamados Estados democráticos a dominação burguesa é exercida com base 1) em leis escritas e 2) em regras socialmente aceitas. Tem-se, em geral (até mesmo em regimes ditatoriais), uma lei maior, que é a Constituição, e, subordinada a ela, um grande conjunto de leis específicas disciplinando diferentes aspectos da vida em sociedade. Além disso existem regras não jurídicas adotadas mais ou menos voluntariamente pelos membros da sociedade, às vezes com poder coercitivo maior do que o de muitas leis.

Para simplificar, os termos “lei” e “regra” serão usados aqui para designar, respectivamente, o que está e o que não está submetido ao controle jurídico do Estado, como definido no parágrafo anterior.

Podem ser observadas duas tendências opostas: por um lado, o crescimento das leis, englobando aspectos cada vez mais amplos da vida em sociedade; por outro lado, a redução das leis no que se refere especificamente à esfera econômica, que passa a ser cada vez mais desregulada ou apenas disciplinada por regras. Existe uma base epistemológica que norteia essas duas tendências: o comportamento econômico não precisa de leis porque é regulado pela força do mercado, enquanto não há uma força semelhante para regular outros tipos de comportamento social os quais, portanto, necessitam de leis.

Não cabe aqui discutir a concepção de que a força do mercado é suficiente para controlar o comportamento dos “agentes” econômicos. Como se sabe, essa é a idéia fundamental do liberalismo econômico e orienta a ação, ou inação, do Estado nessa esfera da vida, deixando-a livre de intervenções. Mas, por trás dos argumentos teóricos para justificar essa atitude, a razão verdadeira é a de que a

burguesia tem o total controle direto dessa esfera e não requer a interferência do Estado, a não ser em momentos excepcionais para a defesa de interesses econômicos da classe ou de frações da classe.

Quanto aos outros comportamentos sociais, a conclusão é perfeitamente justificável. Em sociedades mais antigas, a tradição, as religiões, as relações de família e outras atuavam como princípios reguladores; com o avanço do capitalismo tudo isso foi-se esfacelando. E aqui é irresistível a tentação de citar um trecho famoso do *Manifesto Comunista* (cit., p. 69):

O contínuo revolucionamento da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrado é profanado...

Essa volatilização da solidez e da estabilidade gera a quebra de regras, comportamentos anárquicos, ou o que Durkheim chamaria de *anomia social*. É preciso, então, restabelecer nova ordem social, necessária para o funcionamento do sistema capitalista, e isso é feito – ou pelo menos, tentado – pela imposição de leis, a qual requer, por sua vez, mecanismos de controle, coação e repressão, supridos pelo Estado e complementados por outros de caráter privado. Ergue-se um monumental aparato envolvendo instituições e grande parcela da população economicamente ativa, exercendo as mais diversas funções: tribunais, delegacias de polícia, corregedorias, cadeias, presídios etc., e juizes e advogados das mais diversas áreas, policiais, carcereiros etc.; a isso podem agregar-se as forças armadas que, embora formalmente incumbidas da segurança externa do país, servem também para serviços internos.

É claro que nem todo esse aparato está diretamente voltado para a defesa do sistema capitalista e de interesses específicos da burguesia no país. Uma parte atende a necessidades da população; por exemplo, para evitar e punir roubos, assaltos, agressões, assassinatos, para disciplinar o trânsito em ruas e estradas, para combater o tráfico de drogas etc. Mas muitas situações ilegais que parecem envolver apenas indivíduos e podem ser insignificantes para o funcionamento do sistema têm importância na medida em que infringem os princípios ou as normas desse sistema; tal é o caso, por exemplo, dos chamados

crimes contra a propriedade, quanto esta, principalmente a propriedade privada, é um dos pilares do regime capitalista.

Por outro lado, pelo menos uma parte desse aparato serve para a proteção direta do regime, vigiando sindicatos, reprimindo movimentos contestatórios (às vezes também greves), espionando a vida de opositores etc. Por fim, a simples existência desse aparato tem enorme poder de advertência e coação.

VI

O controle estatal (aí incluídas a filtragem no acesso ao poder assim como a coação e a repressão) exercido sobre as classes subalternas pode ser e usualmente é arrefecido ao longo do tempo, na medida em que a burguesia se fortalece no poder graças à expansão e ao aprofundamento da dominação ideológica – a qual nada mais é do que o domínio do pensamento da classe dominante¹⁴, ou, visto por outro ângulo, a aceitação ou incorporação desse pensamento por parte das classes dominadas.

A dominação ideológica é comum a todas as formações sociais onde existe o domínio material de uma classe social, a classe que controla os meios de produção. Foi no capitalismo que essa dominação atingiu sua maior expressão, devido à concentração populacional, ao desenvolvimento dos meios de comunicação e ao esforço dos “intelectuais orgânicos” da burguesia (para usar uma denominação dada por Gramsci). Na Europa, durante a Idade Média, o que preponderava mesmo era a ignorância e o misticismo numa população esparramada pelas zonas rurais, mas ainda assim havia uma campanha ideológica mantida pela igreja cristã, que era a única instituição capaz de alcançar a totalidade (ou quase) da população dominada. As missas e outras celebrações religiosas, assim como a aproximação pessoal com os “emissários de Deus”, eram momentos de doutrinação, nos quais ensinava-se que, entre outras coisas, aquele mundo era criação divina e, portanto, eterno. A própria nobreza acreditava nisso, mostrando – como também acontece nas sociedades capitalistas – que a classe dominante crê em seus próprios mitos. Mas embora a pregação ideológica fosse muito menor do que a dos tempos modernos – entre outras razões, por insuficiência de meios materiais e recursos humanos –, a submissão dos dominados era facilitada pela inexistência de alternativas sociais pelas quais lutar: combater um senhor feudal para conquistar o quê? destronar um rei para colocar outro? A não ser já no fim da Idade Média, quando as classes subalternas se reuniram para alcançar algumas vitórias de menor ou maior impor-

¹⁴ “As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante”. K. Marx e F. Engels, *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1999; p. 72.

tância (como nas revoluções inglesa e francesa antes mencionadas), anteriormente restavam apenas as revoltas pessoais e de pequenos grupos cujas manifestações eram frequentemente identificadas como atos satânicos.

O modo de produção capitalista enfrentou, desde seu período de formação, um adversário poderoso com uma proposta diferente de organização social: a classe operária e o socialismo. Não é à-toa que já em 1848 o *Manifesto Comunista* começa com a frase: “Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo”. Mas antes disso a burguesia já estava lutando contra esse espectro, inclusive no plano ideológico. Surge aí uma vasta literatura de filosofia, em especial de filosofia política – e até mesmo uma nova “ciência”, a economia política – lançando as bases e, aprimorando-as, do que seria a justificação teórica do novo modo de produção. Embora ainda usados, argumentos religiosos, em face do avanço das ciências físicas e do racionalismo iluminista, cediam lugar a novas idéias sociais agora apoiadas no conhecimento da natureza ou no que seus autores entendiam como natureza. Muitas dessas idéias partiam do conceito de “natureza humana”, e cada autor atribuía-lhe a característica que lhe servisse para formular sua concepção social. Dois exemplos ilustres: Thomas Hobbes (1588-1679) partia do princípio de que o homem tende naturalmente a lutar contra os outros homens (ou, segundo a famosa expressão, “o homem é o lobo do homem”) para explicar a necessidade da existência do Estado; para Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), precursor do liberalismo político, a sociedade não é um estado natural do homem.

Buscava-se assim elementos da natureza – nesse caso, da “natureza humana” – para explicar o Estado e a sociedade e depois, mais especificamente, a formação social capitalista; ou seja, naturalizava-se e daí, como parte da natureza, eternizava-se o capitalismo. Se nos Estados absolutistas da Idade Média um homem era rei “por vontade de Deus”, nos Estados modernos a formação social capitalista é apresentada como a “condição natural da sociedade”. Para isso muito contribuíram os economistas, a partir de Adam Smith, que “descobriu” duas características naturais do ser humano – sua tendência à troca e seu egoísmo ou interesse próprio¹⁵ – e sobre isso elaborou sua teoria da “mão invisível” ou capacidade auto-reguladora do mercado livre. Foi a partir de Adam Smith que os chamados economistas “neoclássicos” construíram sua teoria

¹⁵ A divisão do trabalho “é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana (...) ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra”. E: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse”. Adam Smith, *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983; pp. 49 e 50.

apologética do liberalismo econômico – que hoje domina avassaladoramente o pensamento desses profissionais – glorificando o capitalismo.

A identificação da formação social capitalista com a natureza é um argumento ideológico poderoso. Se ela é “natural”, de nada adianta combatê-la ou tentar transformá-la em outra coisa, a qual, por decorrência lógica, seria “antinatural” – e o vexatório colapso das economias ditas socialistas do leste europeu é usado como exemplo disso. Se não adianta combatê-la, essa crença gera, naqueles que desejariam fazê-lo e em todos os que se importam, um sentimento de impotência e resignação. Ou, mais generalizado ainda, um sentimento de indiferença. E todos esses sentimentos são politicamente paralisantes, o que torna a situação mais tranqüila para a burguesia. Os mais renitentes ainda fazem algumas perguntas, como: pelo menos é possível melhorar o capitalismo, por exemplo reduzindo o desemprego e as desigualdades sociais e protegendo a natureza? Se o capitalismo é tão bom, por que os países subdesenvolvidos, que são capitalistas, vão tão mal? A resposta é uma só: tudo é uma questão de tempo, porque o livre jogo do mercado resolverá esses problemas. A solução é esperar, e continuar acreditando.

Dentro dessa onda politicamente paralisante, alguns indivíduos mais ativos reagem e embarcam em campanhas mais restritas e pragmáticas (como os movimentos das organizações não-governamentais, as conhecidas ONGs), as quais, todavia, não constituem uma ameaça ao sistema capitalista. Mas a grande maioria de indivíduos volta-se exclusivamente para a vida pessoal, muitos deles movidos pelos valores da nova ordem: eficiência, competitividade, enriquecimento... e muita, muita diversão que essa nova ordem se encarrega de oferecer para todos os gostos e que em geral dispensa o ato de pensar, de refletir.

Mas a campanha ideológica não arrefece. Ela começa dentro de casa, onde os mais velhos (em geral os pais) ensinam aos mais jovens um conjunto de princípios e valores da ordem capitalista: respeito à propriedade privada, desprezo pela política, indiferença pelos “desafortunados”, admiração pelos “bem sucedidos” (principalmente os “ricos e famosos”), boa formação para “enfrentar o mercado de trabalho” e assim por diante. As escolas dão continuidade ao conformismo, embotando o espírito crítico e enfatizando as áreas técnicas, prioritárias para a procura de empregos porque mais requisitadas pelas empresas. As religiões se dividem e subdividem em igrejas, enriquecendo pastores, pregando a resignação no mundo terreno e oferecendo recompensas no mundo celestial, desde que se tenha fé, muita fé; e ainda criam-se ou estimulam-se seitas onde se pratica a total passividade com o objetivo de se atingir o nirvana olhando-se para o próprio umbigo, com muito incenso e cantoria sorumbática. Um quadro exagerado? E as organizações políticas outrora combativas e de oposição, quando não revolucionárias? Sindicat-

tos de trabalhadores humilhados e impotentes, enfrentando a onda de desemprego e de concentração de renda, nadam contra a corrente na busca de empregos e de manutenção dos níveis salariais, sem outras perspectivas. Partidos políticos antes de esquerda tornam-se “realistas” e caem no mais descarado reformismo, quando não aderem ao liberalismo, apesar de tentar manter um linguajar progressista. Outro quadro exagerado? Evidentemente continuam a existir sindicatos combativos, partidos de esquerda (em geral fragmentados), manifestações organizadas ou espontâneas de contestação, mas são personagens situados nas margens do quadro, quase saindo pela moldura.

A burguesia moderna dispõe de um fantástico instrumento de doutrinação e dominação: são os meios de comunicação. Nos velhos tempos só era possível recorrer às conversas, aos discursos públicos, aos folhetos e aos jornais e, em âmbito restrito, aos livros; apesar de precários, esses instrumentos serviam à dominação mas também à contestação, e nesse caso sofriam censura e repressão, como no período do Antigo Regime na Europa. Na França, com a ascensão popular a partir da Revolução de 1789, os jornais ganharam grande importância e cresceu o número deles, inclusive daqueles ligados aos trabalhadores (que viriam a constituir a chamada “imprensa operária”); preocupada com isso e sem poder censurá-los ou reprimi-los diretamente, a burguesia, que a partir da revolução começou a desligar-se das “classes populares”, passou a recorrer a um poder que ela bem conhecia: o poder da riqueza; os jornais foram obrigados a pagar taxas por exemplar publicado ou a depositar garantia ao fazer seu *registro*¹⁶, o que acabou por reduzir ou mesmo suprimir, em certos períodos posteriores, essa imprensa.

Talvez tenha começado aí o controle burguês dos meios de comunicação. Hoje todas as grandes empresas de comunicação (editoras de livros, revistas e jornais, agências de notícias, redes de televisão, companhias cinematográficas, portais de acesso à *Internet* etc.) estão nas mãos da grande burguesia e ocorre um processo de concentração dessas empresas em escala nacional e internacional. Assim, as notícias divulgadas, as reportagens, e até os programas de divertimento são filtrados na malha dos interesses dessa classe. O monopólio dos meios de comunicação se transformou em monumental instrumento de doutrinação, dominação e alienação das classes dominadas.

¹⁶ Cf. Domenico Losurdo, op. cit., cap. 4.

Marx com Espinosa: em busca de uma teoria da emergência

MAURÍCIO VIEIRA MARTINS*

Introdução

A tentativa de estabelecer um diálogo entre a obra de Marx e a de Espinosa é um esforço que vem sendo feito por autores de renome nas últimas décadas. Com efeito, o projeto de se fundar o chamado marxismo espinosano vem pontuando o debate da esquerda internacional, principalmente a partir da insatisfação com os rumos – e a posterior crise – do que se convencionou nomear de socialismo real. O presente ensaio pretende se inserir neste debate. Adiantando parte do argumento a ser aqui desenvolvido, *sustentaremos que o esforço de aproximação entre os dois mencionados filósofos é de fato um projeto da maior relevância, porém, o modo como isso vem sendo feito apresenta vários pontos problemáticos que demandam retificação*. Conforme é sabido, autores ilustres como L. Althusser, M. Rubel, G. Deleuze, F. Guattari e, mais recentemente, A. Negri são representantes daqueles que, a partir de uma crítica ao teleologismo ainda presente numa certa tradição marxista, procuraram uma aproximação com as teses de Espinosa como sendo uma alternativa para um pensamento que não se quer finalista e nem determinista.

Este esforço interpretativo rendeu alguns textos influentes de filosofia a partir da segunda metade do século XX e o debate prossegue até os dias de hoje. É certo que o marxismo espinosano apresenta diferenças enormes (políticas inclusive) entre os seus defensores, mas há certos temas que compõem recorrentemente no debate. Dentre eles se destacam: uma crítica à suposição de que existem finalidades ocultas comandando o desenrolar da história (suposição que lança raízes numa persistente matriz teleológica ainda presente em Hegel); a conseqüente intensificação do momento presente obtida pela recusa em se aguardar um *telos* a ser concretizado no futuro. Já na vertente da teoria política, encontramos uma reitera-

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense

da crítica ao Estado como formação opressiva que subjuga seus agentes constitutivos (configurando uma forma de alienação), bem como, num âmbito mais geral, uma convocação para que os homens saiam de sua condição de heteronomia e passem a ser sujeitos de sua história.

Curiosamente, porém, um aspecto da maior relevância tem sido muito pouco abordado nesta tentativa de aproximação entre Marx e Espinosa: referimo-nos à explícita recusa, por parte de Marx, em derivar as relações sociais e políticas dos fenômenos naturais. De fato, é motivo recorrente na crítica marxiana aos economistas de sua época o fato deles implicitamente suporem que certas relações vigentes numa sociedade mercantil encontram sua base fundante em fenômenos naturais¹. Ora, o leitor de Espinosa sabe que, na polêmica do filósofo holandês com as abordagens predominantes em sua época, ele afirma insistentemente o conceito de que o homem é uma *parte da natureza* e que segue as leis gerais desta; a crítica espinosana recaindo sobre aqueles que, desconhecendo tal pertencimento natural do homem, tratam-no como “um império num império”². Vale lembrar que o filósofo vem sendo retomado positivamente por alguns autores ligados ao ambientalismo contemporâneo (como Arne Ness), precisamente por sua recusa em hierarquizar e separar o homem de sua fundação natural.

O objetivo do ensaio que se segue é exatamente perseguir os desdobramentos da questão que foi muito resumidamente exposta: *a crítica de Marx à naturalização das relações sociais se aplicaria ao próprio Espinosa?* Ou, invertendo os termos da pergunta (para aqueles que têm maior afinidade com o pensamento do filósofo holandês...): *será que a própria análise marxista se potencializaria com uma abordagem que mostrasse que também as relações humanas não podem, afinal, serem destacadas de sua fundação natural?*

Utilizando aqui uma terminologia que vem crescendo ultimamente, diremos que tanto Marx como Espinosa se beneficiariam de uma *teoria da emergência* para a visualização mais precisa das séries causais que se formam no âmbito de uma configuração complexa. Esta teoria – e mais adiante apresentaremos alguns de seus defensores – nos mostra os caminhos através dos quais níveis mais complexos do ser *emergem* a partir de sua fundação natural originária, adquirindo uma legalidade própria, cabendo a nós a tarefa de evidenciarmos a sua produtividade no caso aqui em foco. Nosso núcleo temático poderia ser assim resumido: como formular com precisão a presença humana no interior do sistema mais abrangente da causalidade natural, escapando dos dois perigos simétricos justamente denun-

¹ Ao longo deste artigo, serão devidamente citadas as passagens e os autores que estão sendo neste primeiro momento apenas introduzidos.

² Baruch de Espinosa, “Ética”. In *Espinosa* (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 175.

ciados por Espinosa e por Marx (respectivamente, tratar a presença humana no cosmos como “um império num império” ou, de modo inverso, ingenuamente naturalizar as relações sociais)?

Como objetivo suplementar deste artigo, abordaremos também a crítica de Espinosa a certos modelos ideais teóricos, que nos fazem pensar a história real dos homens cronicamente transcorrendo sob a égide de uma falta ou de uma insuficiência paradigmática. Em seu lugar, o que o filósofo holandês propõe é uma história em aberto se fazendo, onde seria equivocada a expectativa de algum *telos* que pudesse servir de parâmetro para uma apreciação de seu devir. Também aqui, um diálogo com Marx é uma tarefa que beneficia ambos autores, cabendo examinar, por exemplo, se é procedente a inteira rejeição de Hegel operada pelos defensores mais recentes de Espinosa, ou se a dialética hegeliana pode ser recuperada, ainda que em quadro categorial diferenciado. Procuraremos mostrar também que esta discussão conceitual gera efeitos no esforço de se encontrar alternativas de esquerda no nosso século XXI, que luta por construir rumos viáveis de pensamento e ação.

Uma última observação introdutória: houve aqui a opção deliberada de tornar o presente ensaio mais acessível a um público mais amplo. Entendemos que há um imenso trabalho de divulgação filosófica e científica a ser feito em nosso país; não nos furtamos a esta tarefa.

Espinosa: “somos uma parte da natureza”

“... somos uma parte da Natureza que não pode conceber-se por si mesma e sem as outras”³.

Começemos por Espinosa. Conforme é sabido, em praticamente todas as áreas em que produziu, ele imprimiu mudanças muito significativas na tradição filosófica. Seja na ética, seja na ontologia, ou na relação entre corpo e mente, ou ainda na sua teoria política tão singular (uma corajosa defesa da democracia em plena época de monarquias), o fato é que os ruídos do trovão Espinosa continuam a gerar seguidores mesmo nos dias de hoje.

A abrangência da verdadeira revolução operada pelo filósofo foi bem registrada no conhecido adágio hegeliano, “ou Espinosa, ou nenhuma filosofia”. Embora o próprio Hegel tenha levantado logo a seguir uma série de objeções ao espinosismo⁴ que geraram escola (uma suposta estaticidade do sistema, bem como

³ Espinosa, *Ética*, cit., p. 229.

⁴ G. W. F. Hegel, *Lectures on the history of philosophy*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1968, pp. 252-257, vol. 3.

a ausência da negatividade dialética, por exemplo), tal crítica hegeliana foi fortemente questionada por autores mais recentes, que nos apresentam o espinosismo como sendo uma rota afinal não percorrida e nem aprofundada na história da filosofia. Nesta perspectiva – e recordemos aqui o importante trabalho de P Macherey, *Hegel ou Spinoza*⁵ –, ao invés do predomínio de uma concepção teleológica da história (trajeto seguido pelo próprio Hegel), teríamos em Espinosa a afirmação decidida de uma pluralidade modal que não se deixa aprisionar por um modelo previamente formulado de como deve ser o transcurso histórico.

Para o propósito deste ensaio, interessa-nos inicialmente frisar a importância do basilar conceito espinosano de *substância* como fulcro sobre o qual se ergue toda sua elaboração. E também aqui Espinosa operou consideráveis alterações sobre a tradição filosófica. Pois enquanto na perspectiva aristotélica cada ente tem a sua própria substância (entes diferentes tendo, portanto, substâncias diferentes), o filósofo holandês expandiu o conceito à condição de causa imanente, constitutiva, que dá inteligibilidade a todo real. Aliás, Espinosa formula de forma extraordinariamente nítida o nosso pertencimento a uma rede causal mais abrangente: esta talvez seja uma das razões do impacto que sua leitura exerce até os dias de hoje. Com efeito, *sentimo-nos firmemente ancorados num cosmos quando lemos este texto seminal que é a Ética*: ele nos demonstra com vigor que somos partes finitas da substância infinita⁶.

O conceito do nada (ou mesmo da falta ôntica) – tão caro a certas filosofias – pouco tem a fazer na filosofia espinosana, que é uma afirmação da potência substancial se desdobrando em todos os níveis do real. Mesmo o fato trivial de estarmos aqui, lendo ou escrevendo um texto, só ocorre no âmbito da extensão e do pensamento, atributos da substância incriada. Por isso, concordamos com aqueles estudiosos que afirmam que, feitos certos esclarecimentos, o conceito de ontologia é bem mais compatível com Espinosa do que o de metafísica⁷: os seres finitos – na linguagem espinosana, os “modos”, modificações da substância infinita – exprimem, cada qual de uma maneira determinada, a potência da substância infinita.

E esta é talvez a intuição fundamental do pensamento espinosano: *uma afirmação do real se desenvolvendo e gerando continuamente efeitos sobre si mesmo, não existindo nenhuma instância exterior, nenhuma transcendência, que ofereça um lugar especial para o entendimento do que se passa em nosso mundo*. Espinosa aponta resolutamente para nossa imersão numa substância imanente, ativa, que se modifica e nos

⁵ Pierre Macherey, *Hegel ou Spinoza*. Paris: François Maspero, 1979.

⁶ Espinosa, *Ética*, cit., p. 229.

⁷ M. Chauí mostra com precisão que é um erro interpretar *ontologia* como sinônimo de *metafísica*. Pois a primeira admite um esforço de abordagem imanente ao próprio real. Cf Marilena Chauí, *A nervura do real*. São Paulo, 1999, p. 115n.

modifica. Diferenciando-se de séculos de uma tradição idealista que seccionava o mundo dos homens do mundo das Idéias, o filósofo nos mostra nosso enraizamento na substância mesma que nos constitui e que nos possibilita a ação e o pensamento.

É neste contexto que se entende sua famosa expressão: *Deus sive Natura* (Deus ou Natureza). Cabe aqui lembrar que trata-se de uma singular concepção do que seja Deus, que se afasta enormemente da teologia judaico-cristã. Na verdade, quando se lê *Deus* em Espinosa, pode-se substituir o termo por *causa imanente*, que se expressa também em seus efeitos. É a infinita produtividade da causalidade substancial que está sendo designada pelo antigo nome de Deus, causalidade que se modifica e gera as coisas finitas, dentre as quais os próprios homens.

Exatamente por não cindir o homem do seu pertencimento substancial, é que Espinosa vai recusar aquelas abordagens que desconhecem esta fundação ontológica. Numa abordagem que se pretende realista e que gerou desdobramentos da maior relevância ao longo da história do pensamento, o filósofo formula uma crítica ao persistente viés metafísico que tem dificuldades em reconhecer a auto-legalidade do mundo humano e natural. É numa polêmica com séculos de tradição idealista que Espinosa vai pensar a sociedade humana como um prolongamento da ordem natural. Ouçamos sua própria palavra:

A maior parte daqueles que escreveram sobre as afecções e a maneira de viver dos homens parecem ter tratado, não de coisas naturais que seguem as leis comuns da Natureza, mas de coisas que estão fora da Natureza. Mais ainda, parecem conceber o homem na Natureza como um império num império. Julgam, com efeito, que o homem perturba a ordem da natureza mais que a segue...⁸

Prosseguindo na leitura de seus textos, veremos que são pelo menos dois os destinatários desta crítica. Num âmbito mais geral, trata-se de conseguir um distanciamento face a uma abordagem de fundo teológico que punha os homens numa situação de ruptura e de eminência frente aos demais entes naturais, a partir de uma concepção hierárquica dos gêneros e das espécies. Mais especificamente, trata-se também de uma crítica àqueles seguidores de uma teoria política que separava radicalmente os homens de sua fundação natural. Contra estes interlocutores, Espinosa nos afirma que aqueles que pretendiam escrever uma ética, findaram por produzir uma sátira, fazendo “toda espécie de louvores a uma natureza humana que em parte alguma existe, e atacando através dos seus discursos a que realmente existe”⁹.

⁸ Espinosa, *Ética*, cit., p. 175.

⁹ Baruch de Espinoza, “Tratado político”. In: *Espinosa* (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 305.

O ponto que desejamos examinar aqui em maior detalhe (até porque, como já foi dito, ele não foi suficientemente desenvolvido pelos comentaristas) é que, quando se dispõe de algumas aquisições de filosofias posteriores, chama a atenção o fato de Espinosa não aprofundar as diferenças qualitativas que existem entre a fundação natural e os desdobramentos que dela surgem. Dito de outro modo: em sua corajosa polêmica com a tradição de sua época, Espinosa transita de modo bastante direto entre fenômenos que, a rigor, demandariam análise mais diferenciada. Pois tudo se passa como se o indiscutível pertencimento dos homens à natureza fosse também a garantia da decifração da lógica que comanda seus atos. Como exemplo desta suposição, leiamos a seguinte passagem do *Tratado Teológico Político*, que trata do direito natural de cada indivíduo:

Os peixes, por exemplo, são por determinação da natureza feitos para nadar e os maiores dentre eles para comer os menores. ... E, uma vez que é lei suprema da natureza que cada coisa se esforce, tanto quanto esteja em si, por perseverar no seu estado, sem ter em conta nenhuma outra coisa a não ser ela mesma, resulta que cada indivíduo tem pleno direito a fazê-lo, ou seja (...), a existir e agir conforme está naturalmente determinado. Nem vemos que haja aqui nenhuma diferença entre os homens e os outros seres da natureza...¹⁰

É a teoria do *conatus* que está subjacente a passagens como esta. O *conatus*, esforço para perseverar no ser, é uma lei da natureza que está presente tanto nos homens como em animais como os peixes. É claro que não seria correto afirmar que Espinosa desconhece a singularidade da atividade humana face àquela presente em outros entes: ele é um filósofo demasiadamente arguto para deixar de lado esta (óbvia) diferença. Na verdade, nosso autor chega mesmo a dissertar sobre o entendimento humano como sendo a nossa “melhor parte”, em comparação, por exemplo, com as paixões.

O que se passa, contudo, é que este reconhecimento da singularidade humana não vem acompanhado do aprofundamento da discussão da *emergência de uma causalidade peculiar*, que se distancia de sua fundação natural. Em outras palavras: o mundo humano é certamente reconhecido na sua singularidade, comportando, por exemplo, decisões políticas que levaram Espinosa a escrever agudos textos como o *Tratado Teológico-Político* e o *Tratado Político*. Mas mesmo neste último trabalho (apontado pelos comentaristas como o momento mais avançado do pen-

¹⁰ Baruch de Espinosa, *Tratado teológico-político*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 234-235.

samento político espinosano), a própria instituição do estado civil é pensada como prolongamento do estado de natureza, conforme Espinosa afirma explicitamente:

O homem, com efeito, quer no estado natural quer no civil, age segundo as leis da sua natureza e procura satisfazer os seus interesses, pois em cada um destes dois estados é a esperança ou o temor que o leva a fazer isto ou aquilo, e a principal diferença entre os dois estados é que, no estado civil, todos têm os mesmos temores e a regra de vida é comum, o que não suprime, necessariamente, a faculdade de julgar própria de cada um¹¹.

Sublinhamos aqui esta *postulação de uma continuidade entre o estado de natureza e o estado civil*. Diferenças existem, é certo, mas o filósofo nos alerta que não se deve perder de vista o fundo comum: os homens agem sempre segundo as leis da natureza. Aliás, é isso que nos permite entender a lacônica resposta que o filósofo dá ao seu correspondente Jarig Jelles, que havia lhe perguntado qual era a diferença entre a sua (de Espinosa) concepção política e a de Hobbes. Pergunta que o filósofo responde dizendo que, diferentemente de Hobbes, ele conserva “sempre resguardado o direito natural”¹².

Chegando neste momento da exposição, convém ouvir como alguns intérpretes abalizados do pensamento espinosano se debruçaram sobre o tema aqui em foco, inclusive para que nossa leitura não seja suspeita de parcialidade. Para não nos alongarmos em demasia, citaremos apenas dois deles, Antonio Negri e Marilena Chauí (que são, aliás, bem diferentes entre si).

Pois bem: se consultarmos *A anomalia selvagem*, de A. Negri, encontraremos a seguinte afirmação:

O Estado – embora definido sobre uma base contratual – não é fictício, ao contrário, *é uma determinação natural, uma segunda natureza*, constituída pela dinâmica conflitual das paixões individuais, e recortada para este fim pela ação daquela outra potência natural fundamental que é a razão¹³.

Já Marilena Chauí, no seu *Política em Espinosa*, afirma com clareza:

Isso significa que **o direito civil prolonga o direito natural** e que a vida política é a vida natural numa outra dimensão....Esta [a lei] institui o político fundan-

¹¹ Espinosa, *Tratado político*, cit., p. 313.

¹² Baruch de Espinoza, *Correspondencia*. Madrid, Alianza Editorial, 1988, p. 308.

¹³ Antonio Negri, *A anomalia selvagem*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, p. 155, grifos nossos.

do-se na natureza humana, definida como parte da Natureza e como potência natural ou desejo... *Espinosa estabelece o fundamento natural da lei...*¹⁴

As palavras dos dois estudiosos são claras: o Estado é formulado como uma segunda natureza; a lei institui o campo político fundando-se na natureza humana. Pesquisadores de Espinosa de longa data, tanto Negri como Chauí (não obstante suas diferenças internas) fazem questão de, acompanhando o filósofo holandês, discorrer longamente sobre os equívocos daqueles que seccionam os homens de sua determinação natural. É contra os que supunham a artificialidade da formação do Estado que se afirma sua fundação ontológica nas paixões humanas, e esta fundação é natural.

Marx: “a natureza não produz possuidores de dinheiro”

É precisamente aqui que um confronto de Espinosa com Marx revela-se particularmente produtivo. Sem maiores delongas, diremos que quem acompanha o trajeto deste último autor sabe que em seus textos mais explicitamente filosóficos (como os *Manuscritos Econômico-filosóficos*), ele aceita inicialmente a proposição de que o homem é “imediatamente um ser natural”¹⁵. Porém, o que o texto traz de novo é a apresentação da atividade humana em seu profundo impacto sobre a determinação natural, transformando agora o homem em ser natural *humano*¹⁶.

Este entendimento será aprofundado na polêmica de Marx com Ludwig Feuerbach. Conforme é sabido, num primeiro momento de seu trajeto, Marx reconheceu o esforço empreendido por Feuerbach para distanciar-se do idealismo de Hegel (que afirmava a primazia do Espírito Absoluto como realidade fundamental), a ênfase de Feuerbach recaindo sobre a precedência do mundo natural-sensorial face ao âmbito dito espiritual. Contudo, na medida em que avança em sua obra, Marx aponta para alguns limites sérios de Feuerbach que tocam bem de perto a presente discussão, pois o autor de *A essência do cristianismo* finda por desconsiderar a presença da atividade humana na configuração assumida pelo mundo sensorial. Daí porque, na difícil e decisiva *Primeira Tese ad Feuerbach*, Marx afirma que a principal insuficiência de todo o materialismo anterior é o fato de “...a coisa, a realidade, o mundo sensível, serem tomados apenas sob a forma do *objecto ou da contemplação*, mas não como *atividade humana sensível, práxis*, não subjectivamente”¹⁷.

¹⁴ Marilena Chauí, *Política em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 240, grifos nossos.

¹⁵ Karl Marx, *Manuscritos: economía y filosofía*. Madrid: Alianza Editorial, 1985, p. 194.

¹⁶ Idem, ibidem, p. 195, grifado no original.

¹⁷ Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã e Teses sobre Feuerbach*. Lisboa: Editorial Avante! 1981, p. 103, grifado no original.

Isso significa que o próprio mundo sensorial já não existe mais em sua forma originária, pois se tornou o repositório da atividade desencadeada por sucessivas gerações de homens. Há presença humana (que, neste sentido particular, é uma presença subjetiva, pois proveniente de sujeitos) mesmo naquilo que nos parece mais “natural”:

Ele [Feuerbach] não vê que o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada directamente da eternidade, sempre igual a si mesma, mas antes o produto da indústria e do estado em que se encontra a sociedade¹⁸.

Com efeito, há vários séculos vivemos imersos dentro de um gigantesco conjunto de artefatos criados pela ação dos homens. O homem é uma parte da natureza, sim, *mas a rede categorial apropriada para analisar os fenômenos naturais já não se mostra adequada para o mundo dos negócios humanos*, pois deles emergiu uma lógica própria que, embora não chegue a violar as leis naturais, findou por constituir um nível distinto de causalidade. Por isto, e voltando agora a Espinosa, quando ao início de seu *Tratado Político* ele afirma que as paixões humanas serão tratadas como se fossem propriedades da natureza, tal afirmação foi, para a sua época, inegavelmente revolucionária: é uma áspera polêmica com abordagens de fundo teológico que estava então sendo travada. Hoje, porém, este projeto naturalista demanda retificação, pois ele desconsidera as peculiaridades da lógica peculiar gerada pela ação humana ao longo dos séculos (e é disso que trata a teoria da emergência que abordaremos mais à frente).

Se prosseguirmos agora acompanhando o trajeto realizado por Marx, também na polêmica travada com a economia política de sua época encontraremos um desenvolvimento do tema aqui em foco. Pois quem quer que estude os textos do filósofo alemão sabe que ele aponta insistentemente para o que lhe parece ser um dos aspectos mais vulneráveis dos economistas: o fato deles procederem a uma naturalização das relações sociais (tomarem por relações naturais aquilo que na verdade é produto de um desenvolvimento histórico). De novo aqui, Marx entende que este procedimento eclipsa o longo transcurso temporal que separa a sociedade capitalista de suas origens mais remotas. Mais do que isso, esta naturalização acabaria se revelando um procedimento político conservador: instituições como a propriedade privada, dentro desta ótica, adquirem o status de uma realidade eterna e inexorável. Dentre as inúmeras passagens em que Marx se pronuncia sobre o assunto, destacamos aquela onde ele comenta a origem da relação entre possuidores de dinheiro e “meros possuidores” de suas forças de trabalho:

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 33

A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias, e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fôsse comum a todos os períodos históricos. Ela é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior¹⁹.

A passagem é decisiva, trata-se de um antídoto eficaz para erros de diverso teor. Mas será que um entendimento deste tipo termina por erigir uma espécie de “muralha chinesa” entre os homens e a natureza? Cremos que não, pois a formulação apenas indica a insuficiência de nos contentarmos com a determinação natural para o entendimento das relações sociais. A relação, aqui, não é de exclusão entre homem e natureza, mas sim de um intercâmbio que adquire características cada vez mais mediatizadas. Para usarmos as palavras de G. Lukács, que ao final de sua vida interessou-se por questões relativas à emergência de níveis mais complexos do ser, o referido intercâmbio consiste na substituição de “determinações naturais puras por formas ontológicas mistas, pertencentes à naturalidade e à socialidade (...), desdobrando ulteriormente a partir desta base as determinações puramente sociais”²⁰.

Poder-se-ia talvez alegar que as mencionadas considerações críticas não atingem o próprio Espinosa (filósofo sem dúvida mais denso, por exemplo, do que um Feuerbach, ou mesmo do que os economistas políticos), já que na sua *Ética* ele faz referência a uma *substantia actuosa*, que se expressa nos seus infinitos atributos. Com efeito, o espinosismo devidamente registra a existência de uma dupla atividade: a da substância propriamente dita, mas também a atividade modal (modos, seres finitos, gerando efeitos sobre outros modos). Porém, esta é uma formulação ainda muito genérica do problema, pois quando Espinosa se põe a falar sobre os chamados negócios humanos, ele é facilmente surpreendido fazendo afirmações bastante vulneráveis, principalmente para o leitor informado pelas aquisições teóricas marxianas já mencionadas. Senão, vejamos:

(...) o homem forte considera antes de mais nada que tudo resulta da necessidade da natureza divina e, por conseguinte, que tudo o que pensa ser insuportável e mau, além disso, tudo o que parece ímpio, horrendo, injusto e torpe, provém do fato de conceber as coisas de uma maneira perturbada, mutilada e confusa²¹.

¹⁹ Karl Marx, *O capital* (Livro I, vol 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 189.

²⁰ Gyorgy Lukács, *Per l'ontologia dell'essere sociale* (vol. 1). Roma, Editori Riuniti, 1981, p. 268.

Porque eu gozo e procuro passar a vida com tranqüilidade, alegria e jovialidade, e não perdido na tristeza e no pranto, e assim subo um degrau a mais. Ao mesmo tempo reconheço (e isso me proporciona extrema satisfação e tranqüilidade de espírito) que todas as coisas são feitas pelo poder do ser perfeitoíssimo e por seu imutável decreto²².

Como vemos, Espinosa solda fortemente os acontecimentos humanos na causalidade divina (substancial); ele se apazigua quando afirma que tudo ocorre por obra do imutável decreto do “ser perfeitoíssimo”. De seu ponto de vista, bastaria mudar uma interpretação “mutilada e confusa” dos fatos para se alcançar um estado de tranqüilidade. Bem, quanto a isso, poderíamos dizer que talvez ele não se sentisse numa posição tão confortável se levasse em conta as mencionadas considerações de Marx ..., pois veria a dramaticidade de vidas humanas se perdendo cotidianamente devido a um sistema econômico que opera – não de acordo com o decreto do “ser perfeitoíssimo” – mas de forma humanamente alienada. A bem da verdade, em seus textos de teoria política Espinosa oferece ao leitor uma possibilidade de interpretação mais transformadora da realidade social e política, mas mesmo neles, como vimos nas passagens citadas anteriormente, permanece uma ambigüidade na articulação entre as determinações naturais e aquelas que historicamente desabrocham da ação humana.

Pois o fato é que, quanto mais avançamos no devir histórico, mais somos obrigados a reconhecer a intervenção no sistema geral da causalidade (da *substantia actuosa*, se quisermos usar a expressão de Espinosa) de uma série de forças que modificam sua configuração original. Dentre estas forças, Marx enfatiza especialmente a atividade humana deliberada como modificadora não só do perfil da realidade natural, como também da própria espécie humana. É deste ponto que trataremos a seguir.

O trabalho humano: descontinuidade no mundo natural

Falar na importância da atividade humana para o perfil assumido pelo mundo sensível é também falar no *trabalho* humano, dimensão fundamental desta atividade. Pois o desencadear do processo de trabalho consciente é responsável por enormes modificações ocorridas na face do planeta. Curioso é notar que, em termos filosóficos, o trabalho enlaça em seu interior dois processos que foram formulados de forma antagônica na história do pensamento: a *causalidade* e a *teleologia*. Examinemos isso mais de perto.

Quando trabalhamos modificamos uma cadeia causal existente no mundo, nela introduzindo forças que geram objetividades novas. Mas isso não é feito às

²¹ Espinosa, *Ética*, cit., p. 267.

cegas; há categorias de finalidade operando no interior do processo de trabalho. É o que nos diz Marx na sua célebre passagem onde distingue o “pior arquiteto” da “melhor abelha”, tendo em vista que o primeiro “figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade”²³. E que não se diga que este é um momento acessório, pois é a posição da finalidade que orienta decisivamente o desencadear do processo de trabalho. (Em contrapartida, veremos mais adiante que, em sua polêmica com o pensamento teológico, Espinosa recusa inteiramente a existência das chamadas causas finais).

A esta análise de Marx, deve-se imediatamente adendar que a *teleologia que está aqui em foco só tem vigência no estrito âmbito do processo de trabalho. Fora dele, o que continua a existir são processos causais impessoais*. Se interpretar a história usando categorias teleológicas é um grave erro, já no âmbito restrito da atividade humana a presença de uma atividade movida por finalidades é inegável. Sendo assim, o erro consiste em projetar a teleologia existente apenas no processo de trabalho para o decurso histórico como um todo, procedimento que transforma a história humana numa “pessoa a par de outras pessoas”, dotada de finalidades. É o que pode se ler na irônica polêmica de Marx com os jovens hegelianos, escritores de uma história teleológica que enganosamente atribuía, por exemplo, ao descobrimento da América a finalidade oculta de “fazer eclodir a Revolução Francesa...”²⁴.

Bem sabemos quantos críticos de Marx afirmam enfaticamente que a concepção de história do autor é finalista – e enxergam nisso a influência de Hegel – mas o exame de algumas passagens como a que acabamos de mencionar aponta numa outra direção. Sendo rigorosos: é possível se encontrar, por exemplo no capítulo 24 de *O capital*, ou no *Manifesto do Partido Comunista*, trechos que são de fato mais vulneráveis à referida crítica. Nestas passagens Marx parece depositar uma confiança excessiva no futuro advento de uma sociedade socialista – que poderia ser interpretada como finalidade inscrita no processo histórico; porém, vemos que este entendimento pode ser retificado a partir de outras indicações que o próprio autor nos fornece.

Retornando agora à análise das repercussões que o processo de trabalho gera sobre o mundo objetivo, é crucial ter em mente que ele representa uma *descontinuidade frente ao sistema das causas puramente eficientes que até então vigorava*. Pois, enquanto em momentos históricos mais recuados, tinha-se apenas a transformação impessoal de um “ser-assim” num “ser-outro”, já com o advento do trabalho, os homens passam a direcionar sua atividade com vistas à consecução de uma finalidade. Devemos reconhecer que aqui reside uma contribuição importan-

²² Spinoza, *Correspondência*, cit., p. 193.

²³ Marx, *O capital*, cit., p. 202.

te de Hegel, pois foi ele quem, diferentemente de Espinosa, devidamente teorizou esta descontinuidade. Contemporaneamente, o filósofo romeno Nicolas Tertulian chama a atenção para esta lúcida contribuição de Hegel:

A emergência de um escopo significa uma interrupção na causalidade espontânea, um ato que quebra a pura concatenação das causas eficientes: o momento da escolha, da invenção da ‘posição teleológica’, não pode ser reduzido ao simples efeito de uma causa eficiente. Hegel sublinhou pela primeira vez a novidade qualitativa deste ato²⁵.

O que merece ser aqui destacado é a descontinuidade, a diferença qualitativa entre a causalidade eficiente (impessoal) e a emergência de uma causalidade final (desde que desfeita a dilatação indevida da teleologia anteriormente mencionada). Emergem aqui momentos ideais, de figuração do objetivo a ser alcançado, no âmbito mesmo do ser mais abrangente. Ora, é precisamente a partir da contínua exteriorização da atividade humana que surge um mundo qualitativamente diferente daquele que era regido apenas pela causalidade natural sem intencionalidade. É o nosso mundo humano; nele transcorrem nossas vidas.

O conceito de emergência

A referência à importância do trabalho nos fornece a oportunidade de ingressar na teoria da *emergência*, que reputamos ser fecunda para a discussão em tela. Com efeito, o que esta teoria nos diz é que níveis mais complexos do ser emergem continuamente a partir de sua fundação originária:

diz-se que uma propriedade de um sistema complexo é ‘emergente’ apenas no caso em que ela, a despeito de surgir das propriedades e relações que caracterizam os constituintes mais simples do sistema, não é previsível nem redutível àquelas características de nível inferior²⁶.

Para aqueles que não estão familiarizados com o conceito, é fundamental frisar que falar em “nível inferior” demanda um esclarecimento. *Não se trata de uma abordagem valorativa* (que atribua um sentido “melhor” ou “pior” a esta ou aquela dimensão ontológica em foco), mas apenas da visualização das premissas

²⁴ Marx e Engels, *A ideologia alemã e Teses sobre Feuerbach*, cit., p. 48.

²⁵ Nicolas Tertulian, *Lukács: la rinascita dell’ontologia*. Roma, Editori Riuniti, 1986, p. 93, grifos nossos.

historicamente necessárias para a emergência da vida em seus diferentes aspectos. Em termos muito sintéticos: *é possível existir ser inorgânico sem a presença do ser orgânico, porém, o inverso é ontologicamente impossível*. A história de nosso planeta Terra é um testemunho vivo disso. Durante milhões de anos, havia apenas a natureza inorgânica, e isso nos é confirmado pelas pesquisas em ciências da natureza a partir de Darwin. Por outro lado, a emergência de seres orgânicos – e também de seres sociais como os homens – demanda necessariamente a presença fundante do mundo inorgânico, com o qual os seres vivos mantêm seu metabolismo vital (plantas, por exemplo, necessitam de elementos minerais para poder se reproduzir).

O trabalho dos biólogos Maturana e Varela pode ser citado aqui como exemplo de uma formulação que reconhece, num primeiro momento, a heterogeneidade do mundo biológico face aos seus fundamentos físicos. Para eles, as células, unidades autopoieticas “ancoradas” originalmente no mundo físico, adquirem uma legalidade própria:

Assim, as unidades autopoieticas especificam a fenomenologia biológica como a fenomenologia própria delas, com características distintas da fenomenologia física. *Não porque as unidades autopoieticas violem algum aspecto da fenomenologia física* – já que, por terem componentes moleculares, devem satisfazer todas as leis físicas – *mas porque o fenômeno que geram ao operar como unidades autopoieticas depende de sua organização e do modo como esta se realiza, e não da natureza física de seus componentes, que só determinam seu espaço de existência*²⁷.

Em que pese o tom estruturalista por vezes um tanto fechado presente nestes autores, poderíamos dizer, trazendo a discussão para o âmbito do mundo humano, que as relações sociais não chegam a “violiar” (transgredir) as leis da natureza. É óbvio que continuamos hoje, no século 21, a ter um código genético fortemente estruturado, mas o fato é que este último (diferentemente do que supõem os entusiastas das transposições sociológicas do Projeto Genoma) é insuficiente para explicar a lógica peculiar que comanda o mundo contemporâneo.

Certamente, não faltam objeções a serem feitas quanto a uma teoria da emergência. A principal delas, e a mais óbvia, é que tal teoria foi produzida nas ciências da natureza, sendo temerário transpô-la para as ciências sociais. Aliás, são conhecidos os infelizes exemplos de autores como N. Luhmann e G. Teubner como sendo responsáveis pela problemática transposição das contribuições de Maturana e Varela

²⁶ J. Kim, “Emergent properties”. In: T. Honderich (ed), *The Oxford companion to philosophy*. Oxford, Oxford University Press, 1995, p. 53.

para o âmbito das relações sociais. Porém, não resta dúvida que um uso mais lúcido e crítico da teoria pode ser feito, especialmente para aqueles que estão interessados em fazer o marxismo dialogar com outros campos do saber.

A este respeito, valemo-nos da palavra do filósofo húngaro G. Lukács (pouco suspeito de flertar com qualquer concepção naturalista das relações sociais). Pois muito antes da atual expansão do conceito de emergência, Lukács havia feito considerações que surpreendem pela proximidade temática com um debate só atingiu a filosofia e as ciências sociais vários anos depois. Na grande *Ontologia* do final de sua vida, ainda que possamos divergir de algumas de suas tomadas de posição, Lukács validou explicitamente uma teoria dos níveis do ser que merece ser aqui mencionada.

O texto lukácsiano é cuidadoso em apontar para *o erro que consiste em transpor categorias oriundas da biologia para as relações sociais*. Este registro, que chega a ser trivial para qualquer pesquisador que tenha uma formação mínima no marxismo, vem acompanhado, porém, de uma ressalva da maior relevância: Lukács ao mesmo tempo reconhece a *fundação orgânica insuperável do ser social* e adverte que ela não deve ser em hipótese alguma desconsiderada. O estudo histórico numa perspectiva de longa duração nos mostra os agrupamentos humanos, em intercâmbio entre si e com a natureza, modificando continuamente sua herança natural originária, e gerando níveis de objetividade (e certamente de constituições subjetivas) que se distanciam cada vez mais daquela herança. A questão que nos interessa diz respeito à correta visualização entre estes níveis distintos do processo onto-genético. Examinemos então o texto lukácsiano: “O ser da esfera da vida é baseado necessariamente sobre a natureza inorgânica, assim como o ser social sobre o inteiro ser natural”. Donde a necessidade, prossegue, de relevar “(...) o traço comum a ambas esferas, pelo qual os fatores do nível inferior do ser podem somente ser replasmados, mas não é possível eliminá-los”²⁸.

Portanto, ainda que seja possível “replasmá-las” as determinações naturais, elas não podem ser eliminadas. Na verdade, ao invés de uma eliminação, o que ocorre é que: “(...) as categorias pertencentes aos graus inferiores do ser são assujeitadas, transformadas, para dar lugar ao domínio das próprias categorias.” Neste mesmo passo, Lukács adenda também que:

(...) do combinar-se da atividade social dos homens na reprodução da própria vida(...), nascem categorias e relações categoriais de todo novas, qualitativamente diversas que (...), modificam até a reprodução biológica da vida humana²⁹.

²⁷ Humberto Maturana e Francisco Varela. *A árvore do conhecimento*. São Paulo: Editorial Psy, 1995, p. 92, grifos nossos.

Já sabemos que a expressão “graus inferiores do ser” **não** está sendo usada em sentido valorativo, mas apenas indica, por exemplo, que o ser inorgânico é necessariamente anterior ao orgânico, assim como o ser social tem os dois primeiros como pressupostos. Assim é que as categorias da natureza se constituem como base insuprimível sobre a qual a atividade humana opera sucessivas transformações: neste sentido, até mesmo a Internet e um computador de última geração podem ser considerados como uma “parte da natureza”, se quisermos utilizar a já mencionada expressão de Espinosa. Contudo, o prosseguimento da análise nos obriga a destacar a emergência de determinações novas, que imprimem alterações decisivas sobre sua base fundante. Disso dá conta o conceito de *emergência*: as leis do primeiro nível, o mais básico, se revelam manifestamente insuficientes para o entendimento do que se passa na nova realidade que emergiu. No que diz respeito ao ser social, é o já mencionado fenômeno do trabalho o responsável pelo engendrar de um gigantesco conjunto de edificações, artefactos que em muito se distanciam de uma natureza originária³⁰.

Esta é a razão pela qual uma ontologia do ser social só pode ser edificada sobre o fundamento de uma ontologia da natureza; contudo, e esta ressalva é para nós crucial, não é possível “fundar a primeira sobre a segunda de maneira demasiadamente unitária, demasiadamente homogênea e direta”³¹.

Creemos que agora estamos em melhores condições de retomar nossas considerações anteriores sobre Espinosa, pois o que pretendemos colocar em evidência é que *o filósofo holandês transita de forma muito direta entre níveis distintos de uma ontologia*. Infelizmente, é apenas embrionária em sua obra a percepção daquilo que chamaríamos contemporaneamente da legalidade específica de cada um dos níveis do ser, que demandam uma rede categorial mais “fina” para dar conta de sua especificidade. No texto espinosano, a natureza adquire simplesmente uma função de exemplaridade inquestionada.

Por uma relação produtiva entre Marx e Espinosa

Chegando neste ponto de nossa exposição, torna-se necessário esclarecer o que seria um equívoco grave de leitura. Ele consistiria em tomar o argumento que estamos desenvolvendo como um convite a interpretar o conjunto do pensamento de Espinosa (ou, numa outra medida, mesmo o de Hegel) como tendo sido inteiramente absorvido e retificado por Marx. Mediante esta interpretação, cabe-

²⁸ Lukács. *Per l'ontologia dell'essere sociale*, (vol. II), cit., p. 147.

²⁹ Idem, *ibidem*, vol II, pp. 146-147.

ria a pergunta mais geral: por que, afinal, estudar os filósofos anteriores, se eles serão retificados pelos autores mais recentes?

É chegado então o momento de enfrentarmos a difícil questão do modo possível de se estabelecer uma relação produtiva entre os diferentes filósofos. Com este intuito, apenas como mote para ingressarmos no debate, lembraremos brevemente um escrito de L. Althusser em que ele discute a afirmação de Lenin de que, para se ter um conhecimento correto de Marx, era preciso fazer um investimento filosófico prévio que incluísse o estudo da *Ciência da Lógica* hegeliana. Althusser inverte os termos da proposição leninista e diz que, em termos rigorosos, talvez seja o contrário o que ocorre: só quando se conhece bem Marx é que seria possível entender o pensamento, inclusive os erros, de Hegel³².

A afirmação althusseriana é bastante provocativa, e ela traz embutida em si uma certa concepção de história da filosofia. É o conceito de *corte epistemológico* que está subjacente às considerações do filósofo francês: com o advento de uma ruptura na história da filosofia, é apenas o pensamento posterior que permite visualizar corretamente os momentos pretéritos de um saber. Entretanto, *concordaremos apenas em parte com este modo de aproximação à história da filosofia, pois entendemos que um resgate do pensamento anterior é possível, de uma maneira diferente da perspectiva do corte epistemológico*. A questão é complexa, é merecida ser examinada em partes.

Começemos com nossa concordância com um aspecto da afirmativa althusseriana: de fato, existem momentos em que é o conhecimento da teoria posterior mais complexa que permite a visualização dos limites das teorias precedentes. Assim, aquele leitor que tenha investido com seriedade em algumas das conseqüências da tomada de posição filosófica marxiana conseguirá visualizar os limites das posições de Espinosa ou de Hegel. No caso do primeiro, uma adoção muito direta, por exemplo, da causalidade natural como fundamento imediato das relações entre os homens.

Indo ainda mais longe, entendemos que a ausência de uma teoria da evolução, elaborada por Darwin no século XIX, explica algumas das dificuldades com as quais se debate a ontologia proposta por Espinosa. Para evitar possíveis equívocos de interpretação, adiantamos desde já que uma teoria da evolução não deve ser nunca confundida com um darwinismo social (que transpõe grosseira e equivocadamente as categorias da biologia para as relações sociais), pois o que temos em mente aqui são processos de longuíssima duração, que transcorreram durante literalmente milhões de anos, como a já referida passagem do ser inorgânico para o

³⁰ Devido a limitações de espaço, restringimos nossa análise ao processo de trabalho; a rigor, o próprio Lukács fala também da importância da *linguagem* neste aflorar de deter-

orgânico. Apenas como exemplo das retificações decisivas que uma teoria da evolução acarreta para uma ontologia, mencionemos que Espinosa sistematicamente inclui o *pensamento* como atributo da substância infinita, na mesma medida que a *extensão*. Pois bem, esta inclusão merece comentário crítico. Pois quando se dispõe de uma teoria da evolução das espécies, há que se fazer um registro conceitual ao mesmo tempo simples e decisivo: *o pensamento é um produto bastante tardio no devir da substância: durante milhões de anos, a extensão já estava presente, mas não o pensamento* (que depende inclusive de pressupostos orgânicos para existir enquanto tal). Em sua genialidade, o próprio Espinosa intuiu isso, como na Proposição XXXI da *Ética*, I, onde ele afirma que o intelecto em ato refere-se à Natureza Naturada, e não à Natureza Naturante. O problema é que esta formulação coexiste com outras, que nos falam explicitamente de uma “substância pensante”³³; eis aqui um resíduo de antropomorfismo que não pode ser hoje endossado.

Assim, ainda que um neurologista contemporâneo competente como António Damásio tenha publicado recentemente um livro muito elogioso sobre Espinosa³⁴, afirmando que vários aspectos de sua teoria antecipam conquistas da biologia atual (Damásio aprecia especialmente o paralelismo espinosano entre corpo e mente), continua sendo verdadeiro que uma análise dos processos temporais de longa duração, com todo o impacto que eles exerceram sobre o perfil da natureza, é um tema quase ausente no filósofo holandês.

Isso posto, retornemos agora ao anteriormente citado postulado de L. Althusser, só que desta vez enunciando nossa divergência, que se relaciona ao fato de ele esvaziar de produtividade as filosofias anteriores. Com efeito, uma abordagem mais matizada da história da filosofia recuperaria aspectos que findam por ser desconsiderados pela noção do *corte epistemológico*. Reiteramos: não obstante os mencionados limites de Espinosa, devemos a ele uma elaboração muito consistente do conceito de substância, que é fundamental para o desenvolvimento mesmo da filosofia contemporânea. Ainda que Espinosa tenha proposto uma fundação demasiadamente direta dos modos na substância, ele nos deu um grande ensinamento que alcança inclusive o campo da política, pois também este último tem uma fundação ontológica. Não é possível se separar a política das determinações mais gerais que marcam a espécie humana. Talvez a “solução” Espinosa nos pareça hoje vulnerável (pois, como vimos anteriormente, a fundação proposta é por demais imediata), mas ela tem o grande mérito de não seccionar a política da potência natural humana.

minações especificamente humanas.

³¹ Idem, *ibidem*, vol I, p. 169.

Ainda sobre a teleologia

Mas não é apenas na afirmação decidida da atividade substancial que Espinosa deixou uma marca indelével na história da filosofia. Longe disso. Em várias outras vertentes de seu pensamento é possível encontrar material fértil para o exercício de um pensamento crítico mesmo nos dias de hoje. Retomemos agora, com os novos elementos conceituais que dispomos, ao importantíssimo tema da crítica espinosana à visão finalista do cosmos: veremos que, quando assumida em suas últimas conseqüências, ela gera efeitos produtivos também no marxismo. Pois se Espinosa desconsiderou a teleologia onde ela efetivamente existe, por exemplo no âmbito de um processo de trabalho (e Hegel justamente reprovou-o por causa disso), por outro lado, isso não retira a grandeza e mesmo a radicalidade da crítica espinosana à suposição de um cosmos finalista. Ouçamos uma passagem decisiva da *Ética*, um desses momentos luminosos da produção do filósofo, onde ele investiga a gênese do pensamento teleológico. A passagem é longa, mas merece ser citada na íntegra:

(...) se alguém vir uma obra (que suponho não estar ainda acabada) e souber que o fim do Autor da dita obra é edificar uma casa, esse dirá que a casa está imperfeita; pelo contrário, dirá que ela está perfeita no momento em que vir que a obra chegou ao fim que o Autor tinha proposto fazer-lhe atingir. Mas se alguém vê uma obra, não tendo nunca visto coisa semelhante nem conhecendo a intenção do artista, não poderá certamente saber se essa obra está perfeita ou imperfeita. Tal parece ter sido a primeira significação destes termos. Mas depois que os homens começaram a formar idéias universais, a excogitar modelos de casas, de edifícios, torres, etc, e a preferir uns modelos de coisas a outros, sucedeu que cada um chamou perfeito àquilo que via estar de acordo com a idéia universal que tinha formado deste gênero de coisas (...) Quando, portanto, [os homens] vêm produzir-se alguma coisa, na Natureza, que esteja menos de acordo com a concepção-modelo que eles têm de tal coisa, crêem, então, que a própria Natureza falhou ou pecou (...), mais por preconceito que por verdadeiro conhecimento das mesmas. Com efeito (...), que a *Natureza não age em vista de um fim*³⁵.

O alcance da passagem é mais profundo do que se poderia supor à primeira vista. O que Espinosa está nos dizendo é que *os conceitos da poiesis, da fabricação, acabam por invadir indevidamente outros domínios do ser*. Se de uma casa pode-se dizer que está completa ou incompleta, o mesmo não ocorre com inúmeros outros processos que transcorrem na natureza (reiterando aqui que o filósofo tem um

³² Louis Althusser. *Lénine et la philosophie (suivi de Marx et Lénine devant Hegel)*. Paris:

conceito alargado do que seja natureza, que incorpora inclusive o que contemporaneamente chamaríamos do âmbito dos negócios humanos). Mas ora, se é assim, não cabe dizer de um processo histórico que ele está completo ou incompleto, normal ou atípico (e, reparem, formulações como estas são frequentes ainda hoje no discurso de uma certa esquerda), pela simples razão de que *deve-mos abrir mão de um paradigma de normalidade extrínseco ao próprio objeto*. Estas considerações são da maior relevância mesmo em alguns setores do marxismo, que ainda têm dificuldades em fazer uma leitura mais aberta das passagens em que Marx nos fala de seu projeto político socialista, pois é frequente ouvirmos apreciações que interpretam o devir da história como se ele caminhasse para uma finalidade. E, ironia da situação: se antes dissemos que foi Hegel quem teve a lucidez de certivamente reprovar em Espinosa a subestimação da causa final, agora os papéis se invertem. É Espinosa quem nos ajuda a desmontar o finalismo excessivo que tantas vezes comparece nos textos hegelianos, como que a indicar quão complexo pode ser o debate teórico e prático. Vemos também que o conceito de corte epistemológico – largamente utilizado por Althusser – simplifica o que é uma relação bem mais matizada entre momentos distintos no devir de um pensamento.

Uma última observação sobre o relacionamento possível a ser construído entre Marx e Espinosa. Se quiséssemos nos situar no ponto de vista de um apreciador incondicional de Espinosa, poderíamos dizer que a teoria de Marx se situa inteiramente ao nível da causalidade modal, modos gerando efeitos sobre modos, assim como partes extra-partes. Prosseguindo neste tipo de argumentação, o marxismo seria encarado apenas como um saber setorial, desconhecendo a atividade substancial que, constituindo o mundo, constitui também cada um de nós. E, dentro da complexa relação que Espinosa estabeleceu entre a atividade substancial e a atividade modal, o marxismo só conseguiria enxergar esta última, carecendo de uma perspectiva ontológica mais abrangente. Nesta perspectiva, um espinosano convicto diria que sua interpretação é confirmada pelo fato de a obra de Marx adquirir características econômicas bastante especializadas, enveredando, por exemplo, pela transformação da mercadoria em dinheiro, ou pela composição orgânica do capital, ou ainda pela queda tendencial da taxa de lucros.

Contudo, esta interpretação pode ser questionada mencionando-se o decisivo fato de que os estudiosos de Marx logo se depararam com a questão de como articular o aspecto mais especializado da obra econômica marxiana com as preocupações filosóficas que são expostas em trabalhos como os *Manuscritos de 1844*, *A ideologia alemã* ou mesmo os *Grundrisse*. Pois, quando se recorre a estes textos, vê-se que o marxismo, além de sua crítica à economia política, tem a oferecer também uma teoria da relação do homem com a natureza, ou, se se quiser, uma concepção de mundo. Por esta via, abre-se a fecunda possibilidade de um diálogo

de Marx com o vasto legado da filosofia ocidental. Esforço de diálogo realizado, aliás, por vários autores relevantes do século XX (como Sartre, Lukács, Adorno, Gramsci, para citarmos apenas alguns), buscando colocar em evidência a espessura filosófica existente mesmo nos momentos mais especializados da crítica de Marx à economia política.

Consequências práticas do debate teórico

Por todo o trajeto realizado até aqui, não chegamos à conclusão de que o pensamento de Espinosa pode ser absorvido pelo de Marx, o primeiro autor sendo entendido apenas como um momento superado pelo segundo. Chegamos foi a um enunciado bem mais complexo e matizado: o de que o esforço de interlocução entre os dois filósofos é uma tarefa sobretudo produtiva, e que esta interlocução se mostra relevante não só para uma formação filosófica mais sólida como também para uma tomada de posição política. No que diz respeito ao tópico que esteve aqui em debate, sustentamos que, com Marx, aprende-se que o procedimento que deriva as relações sociais de uma causalidade natural é no mínimo parcial, pois passa a naturalizar aquilo que possui uma lógica própria emergente. Da parte de Espinosa, aquele que se dispõe a bracejar em sua obra, percebe claramente nosso pertencimento a um cosmos não teleológico que urge ser assumido em sua intensidade. Pois à medida em que se avança no estudo do filósofo, vê-se também que, por detrás de um vocabulário ainda marcado pela metafísica do século XVII, na verdade ele nos fala de forças em oposição, potência contra potência; é a atividade substancial se desdobrando ininterruptamente sem que seja possível definir-se de antemão o que acontecerá. E não resta dúvida que este discernimento tem consequências tanto éticas como práticas. História em aberto se fazendo, o mundo espinosano desautoriza qualquer previsão quanto a um trajeto “normal” ou “faltoso” a ser percorrido, conforme destaca, de forma provocativa, um estudioso de seu pensamento:

Daí a exigência, reiterada ao longo do *Tratado*, de se encarar a história, a política, a religião, o humano, em suma, não de um ponto de vista negativo, ou seja, como insuficiência quando comparado com uma atuação que se processasse mediante um entendimento infinito (negatividade que levaria sempre (...), a considerá-lo como produto de uma falta original), mas sim como positividade em consonância com a essência dos homens e com o seu sempre relativo domínio das possíveis conexões entre as coisas³⁶.

François Maspero, 1972, p. 89.

52 • MARX COM ESPINOSA: EM BUSCA DE UMA TEORIA DA EMERGÊNCIA

Considerações análogas a estas tornam ingênuo o espanto – ainda hoje encontrável numa certa esquerda – de quem afirma “eu não supunha que isso fosse possível”. Como estamos recusando a suposição de um *telos* que daria forma ao trajeto das sociedades humanas, o que cabe fazer a cada momento é uma análise das potências contraditórias que se manifestam em seu interior. Conseqüência disso é que vai para um primeiro plano o esforço emancipatório dos próprios homens contra as diferentes tiranias, bem como uma intensificação do momento presente, que passa a ser assumido em toda sua força. Recordemos, a este respeito, que as categorias hegelianas de “astúcia da razão”, ou de “marcha da história” tiveram um discutível devir ao longo do século XX, pois elas passaram a involuntariamente legitimar mesmo regimes políticos autoritários, sob o argumento de que a longo prazo uma situação melhor estaria por vir. Neste particular, concordamos com os defensores do marxismo espinosano quando eles afirmam ser preciso obter e expandir o máximo de liberdade possível, mesmo em condições reais adversas, ao invés de eternamente esperar por um momento futuro ótimo de emancipação.

Por outro lado, bem menos defensável é a expectativa excessiva quanto às conseqüências do resgate do filósofo holandês: enunciados como “retornando a Espinosa, a política volta a ser possível” são freqüentes em certos círculos espinosanos contemporâneos. O problema desta expectativa é que ela passa a atribuir a um filósofo aquilo que, a rigor, é uma tarefa a ser realizada pelos grupos sociais reais. Como hipótese a ser verificada, diríamos que *quanto mais difíceis se tornavam as condições para uma emancipação política a partir da terça parte final do século XX, mais alguns intelectuais passaram a idealizar Espinosa, que passou a ser uma alternativa de investimento conceitual em época de dificuldades do projeto socialista*. Nenhum problema quanto a recuar na história do pensamento no rastro de uma nova vitalidade (no campo marxista, W. Benjamin perseguiu com vigor este tema – que ele nomeava como a *história a contrapelo*), mas desde que isso seja feito de uma maneira que não perca de vista o momento presente.

Até por que *a centralidade da análise deve caber ao real histórico, e não aos pensadores, por mais brilhantes que eles sejam*. As dificuldades e os impasses do século 21 demandam tratamento próprio: é uma tarefa nossa, que deve ser enfrentada com os recursos que dispomos. Dentre eles, além das forças sociais vivas dos agentes, há também os recursos oferecidos pelo patrimônio categorial já elaborado anteriormente (e foi precisamente este difícil passo que buscou-se dar no presente ensaio). Tentamos mostrar que há algumas retificações conceituais importantes que devem ser feitas para tornar o pensamento de Espinosa produtivo nos dias de hoje. Em alguns casos, é preciso explicitar uma divergência efetiva, como na mencionada imediatividade com que Espinosa transita entre níveis de uma ontologia que são a rigor distintos.

E esta ressalva vale para Marx? Em certa medida, sim, pois todos os autores trazem a marca de um pertencimento histórico e demandam portanto uma atualização a ser feita por seus leitores contemporâneos (a idéia de uma filosofia perene é bastante frágil). Pensemos por exemplo naquelas famosas passagens do *Manifesto do Partido Comunista*, ou do capítulo 24 de *O capital*, onde nosso autor demonstra uma confiança excessiva – advinda de Hegel, afirmam os marxistas espinosanos – numa certa lógica inexorável do processo histórico que conduziria com segurança a uma sociedade socialista. Eis aqui um ponto merecedor de debate.

Isso posto, registramos a diferença de que, no caso de Marx, ele escrevia numa sociedade capitalista desenvolvida, cujas determinações objetivas e categoriais haviam se explicitado com muita força: já havia um considerável desenvolvimento da grande indústria e também da economia política como ciência. Talvez por esta razão, o próprio tema da emergência de uma causalidade especificamente social, ainda que não enunciado exatamente nestes termos, se manifestava com vigor num mundo saturado de mercadorias, quase que purgado de uma natureza originária. No que diz respeito a um saber que incide sobre as relações sociais humanas, extensos segmentos da obra de Marx se sustentam quase que na íntegra mesmo nos dias de hoje. Tome-se, apenas a título de ilustração, o capítulo 8 de *O capital*³⁷ – e este é apenas um dentre vários exemplos – onde é minuciosamente analisada a ganância do capital por um prolongamento da jornada de trabalho, bem como a resistência da classe trabalhadora a esta voracidade do sistema. A análise marxiana é praticamente irretocável, ela põe em evidência de forma rigorosa contradições objetivas que prosseguem até os dias de hoje. Ao passo que em Espinosa, é necessário todo um trabalho de reconstrução teórica – um distanciamento de certos supostos naturalistas, bem como de sua suposição de um deus pensante – para que ele possa ser uma fonte conceitual mais fecunda. Mas Espinosa foi um valente defensor da potência humana contra todas as formas de tirania. Por isso, para aqueles que se preocupam em encontrar instrumentos conceituais para o enfrentamento do momento presente, bem melhor do que fazer uma escolha empobrecedora entre Marx e Espinosa é trabalhar para que estes notáveis vértices do pensamento estabeleçam uma comunicação com as forças sociais ativas que operam no mundo atual.

³³ Espinosa. *Ética*, cit., p. 139.

³⁴ Antônio Damásio, *Em busca de Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

³⁵ Espinosa. *Ética*, cit., p. 25. *AGRIOS BOSSA, DE UMA TEORIA DA EMERGÊNCIA*

³⁶ Diogo P. Aurélio. “Introdução”. In: Baruch de Espinosa. *Tratado teológico-político*. Cit., p. LX.

³⁷ Karl Marx. “A jornada de trabalho”, cap. VIII de *O capital*, vol 1, cit, pp. 260-345.

Socialismo e tecnologia: uma visão setorial*

VICTOR WALLIS**

Observações gerais

A discussão do socialismo como um projeto histórico – isto é, como um projeto para o qual se possa argumentar que existam as condições práticas necessárias – esteve desde o início estreitamente associada às questões da tecnologia. Defensores mais antigos da justiça social (anteriores à época de Marx) falavam em termos de princípios éticos atemporais. Assim, líderes dos movimentos milenaristas faziam pronunciamentos religiosos apocalípticos a seus seguidores entre os camponeses, enquanto autores utópicos, por seu lado, dirigiam-se a todos os “homens de boa vontade” (embora na prática isso significasse as pessoas educadas que presumiam a manutenção de seu *status*). Marx, por outro lado, ligava o comunismo – e portanto também o socialismo, que seria seu precursor – à ascensão e, no devido tempo, à organização política do proletariado, cuja existência como classe social refletia a tecnologia do que ele denominava “grande indústria”¹.

A transição da manufatura para a grande indústria implicava: 1) o desenvolvimento do mercado de trabalho (isto é, da força de trabalho como mercadoria); 2) a redução do processo de trabalho a movimentos repetitivos sistematizados; e 3) a reunião de grandes números de trabalhadores sob um só teto. Foi esta combinação de traços que deu ao capitalismo – na forma em que assumiu nos tempos de Marx – tanto seu caráter destrutivo quanto, simultaneamente, o potencial de gerar sua substituição positiva.

* Agradeço a Milton Fisk, Richard Schmitt e David Schwartzman por seus comentários a uma versão preliminar deste trabalho. Tradução de Marcos Barbosa de Oliveira.

** Professor Associado no Berklee College of Music, Boston, E.U.A.

¹ [*grosse Industrie*] *Capital*, vol. I, cap. 15.

Passando diretamente para nossa própria época, podemos ver que o capitalismo, tendo triunfado sobre seus rivais em praticamente todas as regiões do planeta ao longo de mais de um século (um período mais longo, sem dúvida, do que Marx e seus sucessores imediatos imaginariam ser possível), nos confronta com um paradoxo assustador. Por um lado, vemos que o capital, considerado globalmente, desempenhou por completo o papel predatório que Marx previu para ele: concentrou riqueza num pólo e miséria no outro; tornou mais rigorosos que nunca os mecanismos de controle político, incluindo o recurso à agressão militar apoiada nas armas nucleares; criou uma cultura, amplamente hegemônica, à sua própria imagem (comercial); enfraqueceu drasticamente os serviços públicos; e, com sua disposição a sacrificar tanto o solo quanto o trabalhador em benefício do crescimento ilimitado, produziu uma crise ecológica que coloca em dúvida a continuação da vida de nossa espécie. Tudo isso torna mais urgente que nunca a tarefa de suplantar tal sistema. Porém – e aqui reside o paradoxo – os próprios fatores que fazem o domínio do capital ser tão destrutivo também operam no sentido de blindá-lo contra qualquer esforço de ir além dele.

Isso representa certa mudança em relação aos tempos de Marx. Para ele, a concentração de poder capitalista teve como subproduto a reunião dos trabalhadores e mais tarde sua consolidação numa classe que poderia liquidar o domínio do capital. Para nós, a concentração ainda maior do capital (numa escala global), ao lado das concomitantes mudanças tecnológicas, teve diversas conseqüências que fazem tal possibilidade parecer, pelo menos inicialmente, muito mais remota. Primeiro, o grande capital dispersou radicalmente sua força de trabalho, o que lhe deu a capacidade de solapar o poder potencial dos trabalhadores, mudando à vontade o local de suas operações. Segundo, a tecnologia dos meios de comunicação de massa foi usada para reduzir a esfera pública em benefício de uma comunicação direta, de mão única, dos centros de poder (públicos ou privados) para a família ou o indivíduo isolados. Terceiro, tanto dano ambiental já foi feito, e a infraestrutura de padrões nefastos de consumo de energia tornou-se tão profundamente enraizada, que qualquer reversão deve necessariamente ser lenta e perturbadora. (Esse efeito é amplificado pela ascensão da engenharia genética, que por sua própria natureza – uma vez que nenhum organismo biológico existe em isolamento – introduz mudanças incontrolláveis e irreversíveis no meio ambiente².) Finalmente, em termos de discurso político, a noção de que a alternativa radical ao capitalismo já foi tentada e fracassou tende a desencorajar muitas pessoas que poderiam em outras circunstâncias ser receptivas ao socialismo.

² Para uma discussão geral do fenômeno e suas implicações, ver Finn Bowring, *Science, seeds and cyborgs: biotechnology, and the appropriation of life* (Londres: Verso, 2003), especialmente, pp. 27-57.

Uma conclusão possível a ser extraída de tudo isso é a de que uma transformação concebível nos tempos de Marx deixou de sê-lo. Na cultura dominante, tal conclusão já assumiu o *status* de um axioma. Porém os seres humanos não são autômatos, e obstáculos aparentemente insuperáveis podem provocar defecções inesperadas, resultando em que aquilo que parecia à primeira vista um reforço ao *status quo* pode acabar sendo um sinal de sua fraqueza. Em termos da situação presente, é seu próprio caráter extremo que pode levar as pessoas a ir além, atuando mais rápida e mais decididamente que jamais imaginariam ser possível. Nada há, evidentemente, de “inevitável” nessa resposta, e é um fato lamentável que certos tipos de dano ambiental (por exemplo, a extinção de espécies animais e vegetais) não possam ser revertidos. Não obstante, o que atua a favor de uma resposta construtiva é o crescente reconhecimento de que não fazer nada – deixar as tendências vigentes seguirem seu curso – é prenúncio de desastre. A luta pela sobrevivência é na verdade uma motivação poderosa, mas depende por sua vez da confiança de que a sobrevivência é possível. Tal confiança alimenta-se em parte da solidariedade que pode ser estimulada por um amplo movimento social. Entretanto, para um movimento desse tipo crescer, é necessário que possua alicerces teóricos. As pessoas precisam entender a alternativa potencial como estando já implícita nas condições visíveis agora. A respeito da tecnologia, não é suficiente propor uma noção do “que poderá ser”. Qualquer visão desse tipo deve decorrer perceptivelmente do “que é”, incluída aí não apenas a realidade física e institucional, mas também a capacidade subjetiva de reação das pessoas.

A esfera da tecnologia é crucial nesse processo, pelo menos por duas razões. Por um lado, o culto capitalista da inovação³ promete superar todos os obstáculos, inclusive aqueles gerados pelo esgotamento absoluto das fontes mundiais de recursos. Por outro lado, sabemos que a sobrevivência da espécie humana depende de uma redução da ordem de 70% no consumo de combustíveis fósseis⁴ e que as condições para implementar tal redução em grande parte já existem. Tais condições, formadas em parte de *aparatos*, em parte de *conhecimento científico*, e em parte de *experiência organizativa*, constituem o que

³ Cf. a discussão de Ernest Mandel a respeito de “uma pressão permanente para *acelerar a inovação tecnológica*” (itálico no original), em *Late capitalism* (Londres, New Left Books, 1975), p. 192.

⁴ Intergovernmental Panel on Climate Change. Third Assessment Report, *Summary for policymakers; a report of working group I of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. 2001, como citado na California Medical Association Resolution “Climate Change and Human Health,” adotada em 24 de fevereiro de 2002 (www.sfbaypsr.org/work_cma13.html).

proponho discutir aqui. À medida em que as analisarmos ficará evidente que a estrutura necessária para direcioná-las à restauração ecológica rompe radicalmente com as prioridades capitalistas, vindo rapidamente a se conectar com reivindicações que refletem os interesses das classes trabalhadoras (ou, mais amplamente, com interesses não-capitalistas), e a longo prazo com o socialismo⁵.

Tanto para a economia como um todo quanto para cada um de seus setores, é possível delinear as principais características da prática capitalista corrente, os requisitos implícitos de uma alternativa socialista, e o grau em que as condições que satisfazem tais requisitos já estão presentes. Sejam quais forem as especificidades dos vários setores, uma abordagem socialista deverá apoiar-se nos seguintes princípios básicos: (a) propriedade e controle sociais das grandes propriedades, com a possibilidade de reconfiguração (incluindo a subdivisão e a dispersão) das unidades produtivas; (b) decisões econômicas além de cada unidade familiar consideradas questões de políticas públicas (em qualquer nível), a serem baseadas em critérios de saúde física e bem-estar social em vez de critérios de lucro e mercado; e (c) um conceito revisado de eficiência que leva em conta *todos* os insumos e produtos de cada atividade produtiva (e não apenas as computadas nas margens de lucro de cada empresa).

Podemos agora considerar a aplicação desses princípios aos setores mais importantes da atividade econômica. A discussão será puramente ilustrativa; a implementação real vai requerer debate organizado e planejamento por parte de todos os que são afetados.

Agricultura/Florestas/Pesca

As práticas tradicionais agrícolas, florestais e de pesca – claramente as mais vitais para nossa sobrevivência física – estão cada vez mais dando lugar ao agronegócio, ao reflorestamento, à pesca industrial (*factory fishing*) e à aqüicultura. O agronegócio, com suas vastas áreas de monocultura, e com sua arregimentação fabril de trabalhadores sem terra (com frequência migrantes), está profundamente comprometido com formas de cultivo que exigem grande consumo de combustíveis, baseadas em fertilizantes químicos e pesticidas altamente tóxicos. Desprezando práticas muito antigas de culturas mistas, elas destroem o solo arável e, por

⁵ Para uma exposição mais completa desse argumento, ver Victor Wallis, “Technology, ecology, and socialist renewal”, *Capitalism Nature Socialism*, vol. 15, nº 2 (junho de 2004), pp. 35-46.

⁶ Yrjö Haila e Richard Levins, *Humanity and nature: ecology, science and society* (Londres, Pluto Press, 1992), p. 157.

causa da super-irrigação, os aquíferos⁶. A criação de animais envolve desperdícios semelhantes. A criação de bovinos, em particular, requer uma área dez vezes maior que a plantação de cereais para alimentar um dado número de pessoas, e a poluição das águas proveniente de currais é prodigiosa⁷. Animais criados para sustentar o consumo de carne são sujeitos à superlotação extrema dos ambientes e condições altamente insalubres, incluindo o uso de hormônios de crescimento que por sua vez ameaçam a saúde humana⁸. Todas essas práticas são realizadas tendo em vista garantir a maximização da produtividade e dos lucros.

As mesmas considerações se aplicam às florestas e à pesca. As florestas são vistas não por seu papel na produção de oxigênio, na proteção contra a erosão do solo e as enchentes, e na preservação do *habitat* de muitas espécies de animais selvagens (incluindo predadores de pragas), mas exclusivamente como fontes de madeira, ou empecilhos para a formação de pastagens ou de plantações voltadas para o mercado. A destrutividade dessa abordagem é incalculável, talvez visível da forma mais dramática nos deslizamentos de terra em encostas cuja vegetação foi eliminada (causando, em países pobres, centenas de mortes de cada vez). Em termos do balanço capitalista, contudo, tudo isso é simplesmente desconsiderado. O mesmo se dá em relação à pesca, que leva implacavelmente ao esgotamento das reservas naturais de peixes. A criação de peixes é feita em condições semelhantes às de outras espécies de animais, com superlotação, cujos seus efeitos nefastos sobre a saúde também se transmitem aos seres humanos⁹.

Passando por todas as formas de produção de alimentos encontra-se o uso da engenharia genética (EG). Entre os tópicos da complexa controvérsia sobre o tema, alguns merecem ênfase¹⁰: 1. O ímpeto em direção à EG deriva inteiramente das grandes empresas. 2. A motivação inicial para a modificação genética das culturas era a de criar mercados cativos para certos herbicidas, aos quais

⁷ Jeremy Rifkin, *Beyond beef: the rise and fall of the cattle culture* (Nova York, Penguin Books, 1992), p. 221. Ver também Christopher D. Cook, *Diet for a dead planet: how the food industry is killing us* (Nova York, New Press, 2004).

⁸ Jane Akre, "The fox, the hounds, and the sacred cows," in Kristina Borjesson (org.), *Into the buzzsaw: leading journalists expose the myth of a free press* (Amherst (NY), Prometheus Books, 2002), p. 40.

⁹ "A global assessment of organic contaminants in farmed vs. wild salmon: geographical differences and health risks". *Science*, janeiro de 2004 (resumido em www.farmedanddangerous.org/farm_issues.htm).

¹⁰ Ver Bowring, *Science, seeds and cyborgs*, ou, para uma introdução sucinta, Luke Anderson, *Genetic engineering, food, and our environment* (White River Jct. (VT), Chelsea Green Pub. Co., 1999).

essas culturas seriam imunes. 3. Não há garantia de que a EG aumente a produtividade; em alguns casos ela tem o efeito oposto. A produtividade, contudo, não é a meta; a meta é fazer com que uma forma de produção que maximiza a dependência de insumos comerciais tome o lugar da agricultura comunitária independente. 4. É impossível garantir que plantas ou peixes geneticamente modificados não cruzem com espécies congêneres selvagens, com conseqüências desconhecidas. 5. A EG foi introduzida no abastecimento de alimentos dos Estados Unidos subrepticiamente (as empresas bloquearam as tentativas de exigir a rotulagem de produtos da EG); em países onde houve uma discussão aberta, a tecnologia da EG foi severamente restringida. 6. A tentativa de impor a EG também envolveu pressões intensas por parte do governo dos Estados Unidos, inclusive o bloqueio da adoção internacional do princípio de precaução (de acordo com a qual a segurança dos produtos deve ser provada antes que sejam colocados no mercado)¹¹.

Tendo em vista uma resposta socialista para todas essas práticas, é importante em primeiro lugar vê-las como aberrações. Em vez de partir da experiência acumulada dos produtores de alimentos que compreendem e respeitam o ambiente natural em que operam, a agricultura capitalista – da qual a EG é apenas a expressão mais extremada – concentra-se em atingir suas metas estreitamente definidas “por quaisquer meios necessários”, desconsiderando o impacto no ecossistema¹². A prioridade mais urgente para o socialismo, portanto, é resgatar as práticas agrícolas dos desequilíbrios e devastações perpetradas pelo capital. Isso implica uma abordagem abrangente, não restrita a intervenções num único nível. O que ela deve fazer é deixar de tratar a infra-estrutura da natureza (terra, água, árvores, vida selvagem) com um vasto amontoado de mercadorias em potencial prontas a serem apreendidas e colocadas no mercado. O desafio não é tanto de inovação, mas sim de recuperação. A maneira precisa como o processo de produção será organizado – em particular, a combinação exata de diferentes escalas de operações – deve ser determinada de acordo com as características, tanto naturais quanto culturais de cada região. Decisões específicas a respeito de questões como a do uso da água, do controle de pragas, das combinações de culturas, e das condições de trabalho podem então ser tomadas com base em discussões públicas, com livre fluxo de conhecimento fundamental e um compromisso compartilhado com a viabilidade a longo prazo.

¹¹ *Multinational Monitor*, vol. 24, nº 9 (Setembro de 2004): número especial, “The Precautionary Principle.”

¹² Para uma poderosa crítica a essa abordagem, ver Vandana Shiva, *Biopiracy: the plunder of nature and knowledge* (Boston, South End Press, 1997), esp. cap. 4. (Em português: *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento* (Petrópolis, Vozes, 2001).

A natureza não reconhece fronteiras de propriedade. O que se faz num área afeta outras. A viabilidade a longo prazo significa, por um lado, evitar as toxinas, por outro, a proteção da qualidade do solo, da disponibilidade de água, e da diversidade das espécies. Todos esses objetivos requerem um grau de combinações e complexidade na vida das plantas, o que por sua vez pode acarretar, por um lado, níveis maiores de trabalho, por outro, produção menor de qualquer produto considerado isoladamente em cada região. Tais mudanças entretanto podem ser positivamente avaliadas a partir de diversos pontos de vista¹³. 1. O grave desemprego rural existente na maioria dos países pobres do mundo poderia ser eliminado. 2. Embora o volume do principal produto de uma região possa declinar, isso pode ser compensado pela obtenção de produtos secundários, parte dos quais a serem consumidos localmente. 3. O trabalho agrícola se tornaria – como era freqüentemente no passado – mais variado, mais criativo, mais digno e mais saudável.

Passos na direção de um tal resultado podem ser divisados em várias regiões do planeta. Cuba, com o que resta de sua estrutura socialista, em alguns aspectos está na liderança, pois respondeu ao corte de insumos externos (decorrentes da desintegração da União Soviética) realizando uma transição exemplar para a agricultura orgânica, incluindo a promoção em larga escala de hortas urbanas¹⁴. A Índia tem sido o cenário de importantes esforços de organização de comunidades rurais visando a defesa de seus meios de vida contra projetos de construção de represas e de fábricas de refrigerantes que consomem uma quantidade enorme de água potável. E nos países capitalistas avançados, organizações de consumidores estabelecem cooperativas de alimentos e promovem campanhas educativas, enquanto os mercados dos agricultores re-estabelecem vínculos diretos entre a população urbana e pequenos produtores de alimentos das vizinhanças. Não importando quão limitado possa ser o alcance imediato de tais desenvolvimentos, eles oferecem redes substanciais em que projetos mais ambiciosos podem se apoiar¹⁵.

Indústria/Transporte/Energia

Na indústria, diferentemente da agricultura, a organização capitalista da produção aparece à primeira vista não como algo superposto a práticas muito antigas, de forma possivelmente arbitrária, mas sim como uma estrutura ineren-

¹³ Cf. Haila e Levins, *Humanity and nature*, cap. 5 (“Agricultural ecology”).

¹⁴ Peter M. Rosset, “Alternative agriculture works: the case of Cuba,” *Monthly Review*, vol. 50, nº 3 (julho/agosto de 1998), p. 144.

¹⁵ Uma expressão desse processo é a Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (*International Federation of Organic Agriculture Movements*), fundada em 1972, que realizou seu 15º Congresso Mundial em 2005 (www.ifoam.org).

te às tarefas a serem executadas. O surgimento da grande indústria é promovido pelo capitalismo; nenhuma época anterior oferece um modelo alternativo para ela. Os regimes socialistas do século 20 podem ter reforçado em vez de ter enfraquecido o vínculo aparente entre o sucesso industrial e o domínio do capital. A razão disso é simples. As revoluções socialistas ocorreram em países relativamente atrasados. Em termos de competição industrial, portanto, os regimes resultantes sempre pareciam retardatários. Tornou-se impossível para eles livrar-se de uma fixação no objetivo de superar esse atraso, quer a preocupação fosse exibir o que eles proclamavam como uma nova ordem social, quer fosse construir, num sentido mais prático, os meios de se defenderem contra a real e contínua ameaça de intervenção hostil. Ironicamente, portanto (como Lenin era o primeiro a admitir) eles poderiam competir com os poderes capitalistas apenas sucumbindo às regras do jogo capitalista¹⁶. Uma vez tornado rotina, esse padrão impregnou as ambições das camadas soviéticas dirigentes, tornando-as presas fáceis para a cooptação.

Porém o mero fato de que a grande indústria foi fundada e propagada pelo capital por si só não faz do capitalismo a única estrutura que torna possível sua existência. Por razões expostas inicialmente por Marx, a evolução histórica do domínio do capital traz problemas de um novo tipo com as quais o capital é incapaz de lidar. A anomalia central do capitalismo, em comparação com sistemas anteriores, foi sempre o fenômeno da superprodução. Na época de Marx, a superprodução entrou em jogo essencialmente com referência ao tamanho do mercado (em qualquer dada região) relativamente à quantidade de mercadorias disponíveis: se se produzia mais do que podia ser vendido, o mercado entrava em colapso e a economia em recessão. Hoje em dia, contudo, o fator limitante não é apenas o tamanho de qualquer mercado regional; é também a quantidade total de recursos disponíveis, numa escala global. Assim, o *desideratum* capitalista clássico do crescimento perpétuo deixa de ser viável mesmo a curto prazo, menos ainda como medida básica de sucesso econômico¹⁷. *O que é produzido*, assim como *quanto é produzido* deve ser decidido em função de um conjunto inteiramente novo de

¹⁶ Em “On the immediate tasks of the soviet government” (1918), Lenin defende, pesadamente, mas com muita firmeza, a emulação da disciplina industrial do que ele denomina “capitalismo de estado”, tal com praticado na época pela Alemanha.

¹⁷ Ver Richard Douthwaite, *The growth illusion: how economic growth has enriched the few, impoverished the many, and endangered the planet*, 2ª ed. (Gabriola (BC, Canadá), New Society, 1999).

¹⁸ Richard Heinberg, *The party's over: oil, war and the fate of industrial societies* (Gabriola (BC, Canadá), New Society, 2003), tabela de resumo nas pp. 103 - ss.

considerações – e portanto através de um conjunto de instituições e processos também em grande medida novos.

Devemos observar imediatamente que embora essa formulação seja prescritiva, ela deriva seu ímpeto do choque da economia com os limites objetivos, na forma de um pico na produção de petróleo¹⁸, de um aumento insustentável no carbono da atmosfera, de escassez de água limpa, ou (como acontece no momento na China) de uma diminuição absoluta das terras agricultáveis diante da expansão do uso de veículos motorizados particulares. Tais tendências implicam que um conjunto alternativo de parâmetros de produção não é apenas uma questão de preferência, mas de sobrevivência.

A resposta do capital a essa crise é ambivalente. Por um lado, ele não pode deixar de reconhecer as ameaças aos negócios correntes (“*business as usual*”), e assim, dedica a parte de sua capacidade à exploração, em particular, de novas fontes de energia, principalmente a promessa do hidrogênio¹⁹. Por outro lado, contudo, tanto em suas práticas empresariais diretas, quanto através de sua influência política, o capital aferra-se agressivamente ao objetivo de controlar e explorar as reservas de petróleo até a última gota rentável. Embora a pesquisa financiada a respeito de dispositivos tais como as células de hidrogênio esteja à disposição para ser aproveitada e levada adiante, inexistente a vontade de organizar a necessária conversão que elimina as tecnologias perigosas e insustentáveis. A proliferação de práticas tóxicas não foi reduzida, segundo o pressuposto de que os resíduos podem sempre ser descarregados sobre populações “consumíveis” (“*expendable*”)²⁰, enquanto a implementação de abordagens menos poluidoras espera o momento – adiado tanto quanto possível – em que o mercado para as práticas correntes se esgotará.

Uma abordagem socialista não se limitaria a inserir novas fontes de energia em padrões estabelecidos de consumo. Procuraria mudar tais padrões tanto liquidando os poderes das classes privilegiadas – com a oportunidade de uma ampla re-organização de prioridades que tal transição de poder traria – quanto utilizando as abordagens já disponíveis para a produção e o transporte que envolvem um custo ambiental e humano menor que o das abordagens favorecidas pelo capital.

Mais especificamente, o socialismo pode em primeiro lugar limitar a pressão sobre as fontes de energia reduzindo, de maneira organizada, a produção total de bens e serviços. A fim de minimizar os efeitos adversos, tal redução exigirá (*a*) a reconfiguração do espaço econômico (aproveitando melhor as van-

¹⁹ Jeremy Rifkin, *The hydrogen economy* (Nova York, Penguin Books, 2003), cap. 8.

²⁰ Ver, por exemplo, Benjamin Joffe-Walt, “China’s computer wasteland,” *The Progressive*, vol. 69, n° 1 (janeiro de 2005). Prisioneiros nos Estados Unidos também são usados na reciclagem de computadores (Boletim da *Silicon Valley Toxics Action*, primavera de 2003 [www.svtc.org/resource/news_let/spring_2003.pdf]).

tagens da proximidade geográfica), (b) a promoção do consumo coletivo (por exemplo, nos transportes), (c) a diminuição do recurso a possíveis novas invenções, e uso mais amplo de dispositivos já existentes (por exemplo, bicicletas), (d) o estímulo a uma redefinição social do que constitui a “boa vida” (especialmente reduzindo a ênfase nas posses e desacreditando estilos de vida que envolvem exploração), (e) melhoramentos imediatos para os mais pobres, e (f) num nível mais geral, (a partir de d), identificação das inúmeras práticas sociais aceitas no momento (por exemplo, comerciais, financeiras, burocráticas, repressivas, esbanjadoras e destrutivas) que podem ser cerceadas²¹ e o estabelecimento da necessária coordenação para transferir as pessoas dos setores afetados para atividades socialmente úteis e gratificantes.

Em segundo lugar, o próprio processo de produção precisará ser reorganizado, com mais alta prioridade concedida aos efeitos sobre as pessoas mais diretamente envolvidas com ele. Isso significa não apenas proteger os trabalhadores contra acidentes e moléstias, mas também promover suas oportunidades de interação social, difundir o controle sobre o processo de trabalho, democratizar as decisões sobre objetivos comuns (incluindo tanto *o que* é produzido quanto *como* é produzido), e em geral considerar a saúde mental dos trabalhadores (em particular, o nível de bem-estar sentido por cada um ao fim do dia) pelo menos tão importante para a empresa quanto qualquer produto que ela coloque à venda²².

É no contexto de tais tipos de mudanças que uma transição que afete toda a sociedade em direção a tecnologias menos poluentes e mais sustentáveis se torna imediatamente concebível. Até que um grande número de pessoas estejam bem organizadas e plenamente conscientes de seus interesses a longo prazo, a idéia de reduzir as emissões de carbono em 70% parecerá totalmente irrealista. Apenas com a transformação social bem encaminhada será possível a todos superar o falso dilema posto por aqueles que resistem até aos mínimos acordos internacionais relativos ao aquecimento global – “ou” se protege “a economia”, “ou” se preserva o meio ambiente.

²¹ Para uma discussão mais completa, ver Victor Wallis, “Toward ecological socialism”, *Capitalism Nature Socialism*, vol. 12, nº 1 (março de 2001), pp. 135 e ss.

²² Este objetivo é sugerido em parte pelas práticas chinesas dos anos 60, quando a empresa constituía um ambiente propício ao desenvolvimento cultural geral de seus trabalhadores. Cf. Barry M. Richman, *Industrial society in communist China* (Nova York: Random House, 1969), p. 723.

²³ Ursula Huws, “Material world: the myth of the weightless economy” (cap. 9 de *The making of a cybertariat: virtual work in a real world* (Nova York: Monthly Review Press, 2003)).

Informação/Comunicação/Educação

A tecnologia da informação e suas ramificações devem ser consideradas de dois ângulos. Por um lado, toda a conversa sobre uma suposta transição para uma “economia sem peso” precisa ser ajustada ao reconhecimento do substrato físico ou material em que as transações supostamente “não-materiais” são realizadas²³. Por outro lado, devemos considerar como as novas tecnologias em pauta afetam a substância do que é comunicado, e como tal dimensão substantiva por sua vez se insere numa estrutura ou capitalista ou socialista.

A aplicação usual do adjetivo “virtual” a imagens e outros conteúdos transmitidos por computador alimenta a ilusão de que, ao adotar este meio relativamente novo, estamos de certa forma deixando para trás o mundo confuso e pouco higiênico dos objetos tangíveis e do trabalho fabril. Essa é mais uma extensão da retórica dos sociólogos e economistas de meados do século 20 que, observando o crescimento do emprego no setor de serviços, popularizaram o termo “sociedade pós-industrial” como descrição do capitalismo contemporâneo. Ao fazer isso, eles celebravam uma suposta melhoria no *status* de uma grande parte dos trabalhadores, quando na verdade a maioria deles, nos novos setores de serviços, era mais fraca economicamente que os antigos empregados de fábrica, enquanto estes viam sua situação solapada pela ampla transferência de produção para os países do terceiro mundo. O importante é que as operações manuais repetitivas e sujas não eram eliminadas mas apenas transferidas para locais e condições menos favoráveis – e para populações mais vulneráveis²⁴.

Um processo análogo ocorreu com a computadorização. Tanto a manufatura quanto a operação dos computadores, bem como os usos que se fazem deles agravaram, em vez de amenizar, o assalto ao meio ambiente. O “custo” tóxico da fabricação de computadores por si só já é prodigioso. Como relata Wolfgang Sachs, “nada menos que de 15 a 19 toneladas de energia e materiais – calculados com base em sua vida útil completa – são consumidas na fabricação de um único

²⁴ Michael Zweig, *The working class majority: America's best kept secret* (Ithaca, Cornell University Press, 2000); Leo Panitch e Colin Leys (orgs.), *Working classes: global realities (Socialist Register 2001)* (Londres, Merlin Press, 2000).

²⁵ Wolfgang Sachs (Diretor do Wuppertal Institute for Climate, Energy and Environment, em Wuppertal, Alemanha), “Wasting time is an ecological virtue,” *New Perspectives Quarterly* (Inverno de 1997), p. 8.

²⁶ Cf. um estudo de Eric Williams da Universidade das Nações Unidas no Japão, mencionado em Kellyn Betts, “Calculating computing’s environmental costs,” *Environmental Science and Technology*, 2002 (www.chemistry.org/portal/a/c/s/1/feature_pol.html?DOC=policymakers%5Cpol_computers.html). Agradeço a Ted Smith do *Silicon Valley Toxics Coalition* (www.svtc.org) por esta referência.

computador”²⁵. Oitocentos quilos de combustíveis fósseis são gastos para fabricar apenas um quilo de *chips* de computador²⁶. Como se esses custos básicos não fossem suficientes, há ainda o fenômeno da obsolescência em constante aceleração. Perante a intensa competição em torno da velocidade, capacidade e versatilidade dos computadores, novidades são constantemente criadas, e grandes instituições sucateiam e substituem sistemas completos e em funcionamento com grande frequência. Seja lá quais forem os cálculos que levam ao primeiro passo, o efeito último é multiplicar as pressões reais para atualizar (*upgrade*) todos os outros sistemas que interagem com o original. De modo análogo, num complexo de escritórios, um componente em perfeito estado de funcionamento de um sistema computacional pode se tornar inútil por *upgrades* em algum outro componente ao qual está conectado.

Acima e além de tais pressões auto-geradas a partir do interior da indústria de computadores, devemos notar o freqüente recurso a “soluções” *high-tech* para problemas com os quais podemos lidar mais direta e eficientemente (e com menor custo ambiental) reconsiderando ou a infraestrutura ou os hábitos que dão origem a eles. A necessidade de tal reflexão tende a ser obscurecida pela mentalidade da “solução rápida” (*quick fix*) tecnológica, que resiste a mudanças nos hábitos pessoais e é positivamente avessa a abordagens coletivas ou estruturais. Assim, no confronto com os congestionamentos que ocorrem pelo menos duas vezes por dia nas grandes cidades, em vez de reduzir o número de veículos (com isso economizando não apenas energia mas também espaço, materiais, ar puro e sociabilidade), inventa-se um programa de computador para detectar onde, num dado momento, o trânsito possa estar um pouco melhor – esquecendo, é claro, que se todos fizerem o mesmo, volta-se à estaca zero.

Um tipo de irracionalidade análoga se manifesta nas aplicações educacionais e culturais da tecnologia dos computadores. Não se pretende com isso questionar as consideráveis vantagens desse tipo de tecnologia para a pesquisa, e para a difusão e arquivamento da informação. Existem contudo sérias dúvidas em termos de proporção, que dizem respeito não apenas à questão dos custos dos sistemas computacionais (comparados com outras possíveis alocações, tais como a contratação de mais professores, ou aumento do apoio público às artes), mas também ao grau em que o que pode ser feito com o computador se torna o fator determinante de quais tarefas devem ser realizadas. Esta última consideração é tão difundida que seus limites são difíceis de identificar. Especialmente quando se pensa no comportamento compulsivo (*addictive*) que se desenvolveu em torno de certos tipos de entretenimento com o computador, fica claro que a tecnologia pode afetar a experiência humana de maneira tal a restringir seu alcance, em vez de ampliá-lo (se não quantitativamente, pelo menos qualitativamente).

A dimensão compulsiva assume duas formas principais, as quais fornecem uma espécie de atalho para a gratificação. A primeira é a dos *videogames*, muitos dos quais envolvem manobras perigosamente semelhantes a ataques militares, em que a recompensa é uma imagem explosiva (envolvendo tipicamente um corpo humano). Tais jogos isolam o ato direcionado pelo *mouse* tanto do contexto humano do jogador quanto de qualquer significado mais profundo que a imagem possa ter. A segunda forma, provavelmente de prazo mais longo, é o fenômeno da Internet denominado Domínios Multi-Usuários (*Multi-User Domains, MUDs*), que “fornecem mundos para interação social anônima em que uma pessoa pode desempenhar um papel tão semelhante ou tão diferente de seu papel na vida real quanto desejar”²⁷. Indivíduos facilmente assumem múltiplas personalidades, gastando até doze horas por dia em frente da tela e perdendo qualquer sentido de sua verdadeira posição no mundo. Como diz Sherry Turkle, “o *self* dispersa-se em todas as direções”²⁸. A alienação que Marx observou primeiro nas relações capitalistas de produção adquiriu assim uma dimensão adicional, na medida em que o indivíduo busca agora uma fuga não (ou não apenas) do trabalho, mas de toda a esfera das interações face-a-face²⁹.

Num nível mais geral, a acessibilidade instantânea de um vasto universo de fatos e idéias, combinada com a consciência que se tem dela, acarreta o perigo de obliterar o penoso processo criativo que está por trás da proficiência autêntica, em qualquer campo. O fenômeno adicional da atualização incessante diminui o valor aparente de qualquer produto intelectual cuja forma física (por exemplo, a de um livro) fixe seu conteúdo em um momento já superado. Em relação a corpos de conhecimento que são cumulativos, torna-se difícil reconhecer as bases de qualquer estágio que tenha sido atingido no presente. A expressão extrema embora não rara dessa dificuldade é a prática do plágio, naturalmente facilitada pela tecnologia do processamento de textos e, o que é mais importante, parecendo eticamente aceitável por sua congruência com a percepção de que pode-se “acessar” qualquer item de informação a qualquer momento. A condenação oficial do plágio soa vazia à luz das enormes pressões e incen-

²⁷ Sherry Turkle, *Life on the screen: identity in the age of the internet* (Nova York, Simon & Schuster, 1997), p. 183.

²⁸ *Ibid.*, p. 258. A respeito do distanciamento da realidade social, ver também Joshua Meyrowitz, *No sense of place: the impact of electronic media on social behavior* (Nova York, Oxford University Press, 1985), esp. pp. 317ss.

²⁹ Marx escreveu que o trabalhador “só se sente [isto é, só se sente humano] fora de seu trabalho” (*The economic & philosophic manuscripts of 1844*, edição de D.J. Struik (Nova York, International Publishers, 1964), p. 110); analogamente, podemos dizer agora que o viciado em DMU só se sente completamente humano fora da vida real, no mundo “virtual”.

tivos que o tornam atraente, e que não são questionados. Mas esta é uma contradição familiar da cultura capitalista, muito semelhante à promoção da abstinência na educação sexual, no contexto dos meios de comunicação comerciais que valorizam a conquista sexual a todo instante. Em todos esses exemplos, a postura supostamente “moral” há muito tempo perdeu qualquer fundamento que pudesse ter tido numa preocupação genuína com a qualidade da interação humana – tendo esta sido desdenhosamente substituída pelas prioridades do mercado.

O mercado alimenta-se da exigência de gratificação instantânea. Em nenhuma outra isso aparece mais claramente do que na tecnologia do telefone celular. Deixando de lado as aplicações para as quais a mobilidade é totalmente desnecessária (por exemplo, longas conversas que poderiam ser realizadas a qualquer hora e em qualquer lugar), ficamos com diversas aplicações cuja conveniência ou necessidade têm de ser vistas no contexto de abordagens alternativas e então avaliadas em função das possíveis conseqüências – adversas para a saúde pública – de cobrir o mundo com os campos de micro-ondas necessários para o funcionamento dos telefones celulares³⁰. É emblemático da hegemonia capitalista (especialmente na forma típica dos Estados Unidos) que, assim como a imposição do sistema de transporte centrado no automóvel ou dos alimentos geneticamente modificados, a questão de construir ou não a infraestrutura global para o uso dos telefones celulares nunca tenha sido vista como uma questão de política pública – e muito menos como uma questão merecedora de amplo debate social baseado na completa divulgação das informações científicas relevantes. O objetivo de tal debate seria não apenas trazer à tona os riscos da tecnologia proposta, mas também estabelecer em grande detalhe as possíveis alternativas para o atendimento das necessidades legítimas a que a tecnologia em questão possa estar dirigida.

Subjacente a toda essa temática encontra-se a questão do controle. Deve a tecnologia ser controlada democraticamente, ou seu desenvolvimento pode com segurança ser deixado nas mãos do capital (e/ou de governos constituídos pelo capital)? À luz dos custos e perigos das novas tecnologias (assim como sua complexidade), escolhas a respeito de sua adoção têm implicações que vão muito além do que pode ser divisado pelo consumidor individual. Se isso é verdadeiro no que se

³⁰ Arthur Firstenberg, “Killing Fields,” *The Ecologist*, vol. 34, n.º 5 (junho de 2004), pp.22-27. Ver também Paul Brodeur, *The great power-line cover-up: how the utilities and the government are trying to hide the cancer hazard posed by electromagnetic fields* (Boston, Little, Brown & Co., 1993), esp. cap. 19.

³¹ Peter Montague, “Welcome to the NanoWorld: nanotechnology and the precautionary principle imperative,” *Multinational monitor* vol. 25, n.º 9 (setembro de 2004), pp. 16-19.

refere a tecnologias já conhecidas, o será com muito mais força em relação à nova nanotecnologia, que envolve partículas tão minúsculas e capazes de tantas permutações que os meios de contê-las ainda não foram inventados³¹. A proteção dos seres humanos, não apenas como “consumidores” (isto é, compradores), mas como recipientes involuntários de partículas com propriedades desconhecidas, tornou-se de fato uma responsabilidade coletiva. Daí a necessidade de controle social da produção. Apenas numa estrutura desse tipo o debate público pode ser estabelecido como pré-condição para as decisões mais importantes sobre a produção. No caso das tecnologias da informação, a tarefa será a de evitar aplicações deletérias ou desperdiçadoras, ao mesmo tempo em que se explora que papel positivo tais tecnologias podem desempenhar na democratização de todos os aspectos da sociedade e da política. Nesse sentido, sua contribuição poderia ir da quebra das barreiras de conhecimento à solução dos mais difíceis problemas de coordenação que emergem em qualquer processo de planejamento social amplo.

Vigilância/Repressão/Setor militar

A não-neutralidade da tecnologia merece ênfase particular quando consideramos as tecnologias de repressão. Nos setores que examinamos até agora, a tarefa foi a de identificar e preservar os componentes que podem satisfazer necessidades humanas (respeitando as preocupações ecológicas), ao mesmo tempo reconhecendo e retraindo os componentes desperdiçadores e/ou perigosos. Com as tecnologias da repressão, contudo, e em particular com as de destruição militar, nos confrontamos com um conjunto de aplicações que é inerentemente negativo e cuja adoção pode na melhor das hipóteses reivindicar apenas a justificação mais passageira e circunscrita em contextos de auto-defesa territorial.

É importante começar observando a dimensão militar do próprio capitalismo. Assim como a agricultura, as guerras são anteriores ao capitalismo, porém o capitalismo acrescentou a elas sua própria marca que, evoluindo através da história, deu origem a todo um novo nível de matança *high-tech*. Na esfera militar, a concentração de poder capitalista atingiu um nível anteriormente inimaginável, em que a agenda de dominação global tornou-se um ponto de consenso entre a classe dominante do país mais poderoso do mundo. A expressão mais específica dessa agenda é a auto-proclamada prerrogativa do governo dos Estados Unidos de intervir militarmente, a seu bel prazer, em qualquer país a qualquer momento. Um extenso registro de tais intervenções torna claro que

³² Ver especialmente William Blum, *Killing hope: U.S. military and CIA interventions since World War II* (Monroe (ME), Common Courage Press, 2003).

sua motivação não tem conexão necessária alguma com qualquer ameaça de ataque físico ao território dos Estados Unidos, ou, apesar das proclamações em prol da expansão da liberdade, com o fato de os regimes ou movimentos atacados terem ou não apoio popular³². O que as intervenções têm em comum, em vez disso, é um par de preocupações cruciais para o domínio do capital, a saber, 1) maximizar a esfera das operações econômicas das grandes empresas (no momento com foco sobre o petróleo) e 2) bloquear, punir, e finalmente destruir qualquer tentativa de traçar uma rota de desenvolvimento independente – especialmente se esta for de cunho socialista.

A tecnologia que se desenvolveu para levar a cabo esta agenda vai muito além de qualquer dispositivo que poderia ser concebido como necessário para a proteção territorial. Ela agora se estende à dominação do espaço, na medida em que os Estados Unidos proclamam soberania exclusiva sobre o escudo a partir do qual se exerce a vigilância – apoiada pela ameaça de ataque instantâneo vindo do alto – em qualquer parte do planeta³³. No nível do solo, o objetivo de intervir com impunidade minimizando o risco de baixas para os Estados Unidos promoveu um significativo impulso no sentido da substituição da infantaria por robôs³⁴. Seria difícil imaginar um reconhecimento mais definitivo de que a força militar está sendo enviada a locais onde não são bem-vindas. Entretanto, para que o efeito de blindagem seja completo, os robôs devem adquirir uma crescente capacidade de tomar decisões de vida ou morte por si sós, sem seres humanos por perto para digitar os comandos de computador. A dominação das máquinas sobre os seres humanos, descrita por Marx como controle do trabalho vivo pelo trabalho morto³⁵, se tornaria assim inexpugnável em grau nunca antes observado.

No *front* doméstico, o objetivo do controle da criminalidade passa, sem um ponto nítido de transição, para o da repressão política. A própria atividade crimi-

³³ Howell M. Estes, *U.S. space command long range plan* (Colorado Springs: HQ, U.S. Command, 1998), p. 65, *apud* Matthew Mowthorpe, *The militarization and weaponization of space* (Lanham (MD), Lexington Books, 2004), p. 200.

³⁴ Tim Weiner, “A new model army soldier rolls closer to the battlefield,” *New York Times*, 16 de fevereiro February de 2005, p. A1.

³⁵ *Capital*, vol. I, cap. 10, sec. 1.

³⁶ Para um panorama recente, ver Robert O’Harrow, *No place to hide: behind the scenes of our emerging surveillance society* (Nova York, Free Press, 2005).

³⁷ Testemunhas oculares da manifestação em novembro de 2003 contra a *Free Trade Association of the Americas (FTAA)*; ver Ben Manski, “Massacre in Miami,” *Socialism and Democracy*, n.º. 35 (janeiro-junho de 2004), p. 250.

³⁸ A respeito da introdução desses dispositivos, ver os relatos de Anne-Marie Cusac em *The Progressive*: “Stunning Technology” (julho de 1996) and “Shock Value” (setembro de 1997).

nosa pode naturalmente assumir uma feição *high-tech*, especialmente em campos relacionados à informação que acompanha práticas financeiras de rotina como o comércio de divisas. Contudo, os alvos da vigilância e dos armamentos *high-tech*, são com maior probabilidade populações oficialmente marginalizadas de um ou outro tipo, de detentos a militantes radicais. Existe agora uma grande variedade de mecanismos de monitoramento, de conexões de cartão de crédito e códigos de barras a *chips* de computador cirurgicamente implantados³⁶. Armas de atordoamento (*stun guns*) e outros dispositivos “não-letais” têm sido usados pelas forças policiais sem a menor preocupação com seus efeitos. O “controle de multidões” em manifestações freqüentemente se transforma num pretexto para agressões policiais, dirigidas especialmente a portadores de equipamentos de vídeo³⁷. No sistema carcerário, *stun guns* funcionam como reforço do regime oficial cada vez mais vingativo imposto a pretexto da luta contra o terrorismo³⁸.

Claramente, a disposição de usar tais tecnologias – ao lado da mais tradicional solução rápida baseada em armas de fogo – tende a aumentar na medida em que as políticas do regime que as promove levam cada vez menos em consideração as necessidades populares, fazendo com que fiquem menos capazes de conquistar adesão com base em quaisquer serviços reais que possa prestar. É este próprio processo que contribui para elevar a consciência popular da necessidade de mudança radical. Ao mesmo tempo, entretanto, o repúdio ao *status quo* amplia a insegurança e o conseqüente caráter repressivo do regime. Isso dá origem, entre outras coisas, a sérios problemas táticos para os partidários de uma ordem alternativa.

Esses temas vão além do que pode ser completamente resolvido aqui, mas têm de ser mencionados porque a questão crucial para o socialismo é o quanto ele pode demolir as estruturas e práticas que desacreditaram seu predecessor. Em nenhum campo essas estruturas e práticas parecem mais inexpugnáveis que no da repressão. O que dota a máquina repressiva de uma tenacidade adicional – e de uma aparência de inevitabilidade – é o fato de que ela é diretamente usada (quer internamente, quer internacionalmente) contra qualquer movimento socialista que pareça se aproximar da possibilidade de tomar o poder. Como pode um movimento socialista livrar-se deste tipo de condicionamento?

Não se deve esperar que essa liberação seja instantânea. O capital entrou, e continuará a entrar em guerra contra qualquer regime ou movimento que o

³⁹ Testemunha disso foram os esforços dos Estados Unidos para solapar o governo venezuelano de Hugo Chávez, cuja vitória na votação de 2004 foi mais decisiva e menos manchada por fraudes que a vitória de George W. Bush nas eleições norte-americanas do mesmo ano (ver www.venezuelanalysis.com).

desafie, não importando quão legal ou democrático o desafiante possa ser³⁹. Na verdade, tais bases para a legitimidade podem tornar o desafio ainda mais agudamente sentido (porque em última análise mais embaraçoso) do que seria o caso com um regime desprovido dessas qualidades. Para que armas defensivas se tornem obsoletas, portanto (da parte de regimes avançando em direção ao socialismo), um movimento internacional popular de enorme alcance, especialmente no centro do império, terá de agir como uma força limitadora contra a intervenção. Nesse processo, e como um de seus resultados, algumas restrições à tecnologia militar terão de ser estabelecidas. Dado que o poder imperial é o que exercita a iniciativa militar (e também tem a tecnologia militar mais avançada), é do seu lado que a contenção deve ser exercida. Uma vez que a contenção se torne manifesta, a liderança de um país em revolução terá espaço para reduzir seu próprio aparato militar – um passo que seria bem-vindo para ela na medida em que está comprometida com melhoramentos sociais.

A meta final seria uma sociedade em que as forças armadas se dissolvem numa reserva de cidadãos cuja principal diretriz não é o combate mas projetos de reconstrução de vários tipos. No que se refere às formas *high-tech* de vigilância, desenvolvidas no capitalismo tardio, elas se tornariam cada vez mais supérfluas à medida em que as transações financeiras privadas se reduzissem, em que declinasse a polarização econômica (reduzindo a pressão nas fronteiras), e em que práticas secretas de acumulação (incluindo as atividades criminosas) perdessem terreno para o resgate de colaboração face-a-face em ampla escala. O que causa preocupação mais imediata é o fato de que, mais que em qualquer outro domínio, o que pode ser feito numa estrutura socialista é severamente limitado pelo grau de ameaça externa presente.

Saúde pública e serviços de saúde

A tecnologia capitalista médica, como suas congêneres nas esferas da comunicação e militar, pode gabar-se de feitos extraordinários. Ao mesmo tempo, tanto as moléstias com que se vêem obrigados a lidar quanto a seleção dos beneficiários reflete uma falha em alcançar seu objetivo declarado – a saúde pública – de modo mais direto, eficiente, e universal. É amplamente aceito, exceto pela vertente dominante do discurso político nos Estados Unidos, que os custos dos serviços de saúde só podem ser razoável e universalmente pagos se forem distribuídos por toda a população, como se faz em muitos sistemas nacionais de saúde mesmo em

⁴⁰ Vicente Navarro. *Medicine under capitalism* (Nova York: Neale Watson Academic Publications, 1976), esp. pp. 82 e ss.; Samuel Epstein, “Cancer: it’s a growth industry” (entrevista), *Z Magazine* (outubro de 2003), pp. 39-42.

países em outros aspectos capitalistas. Menos reconhecido é o papel das prioridades capitalistas na criação de problemas de saúde que em princípio nem deveriam surgir, e aos quais tratamentos *high-tech* são aplicados seletivamente e (com frequência) apenas quando já é tarde demais⁴⁰. O maior desses problemas é o associado à *pobreza*. A fome, como a guerra, é anterior ao capitalismo, porém muitas das manifestações atuais da pobreza refletem prioridades baseadas no mercado, que incluem a exposição desproporcional dos pobres a condições de trabalho prejudiciais à saúde, ao ar impuro, à cultura do tabaco e aos alimentos industrializados, associados ao acesso insuficiente ao repouso, ao exercício, e mesmo ao conhecimento do que faz bem para a saúde. Sobrecargas mais específicas no sistema de saúde resultam de várias formas de *violência sistemática*, como acidentes de trânsito (os quais, vistos agregadamente, são previsíveis e portanto não-acidentais), atos individuais de violência, e ferimentos de guerra. Finalmente, os recursos dedicados à saúde (inclusive no nível *high-tech*) são também desviados para as *cirurgias cosméticas*, cuja procura resulta da mentalidade da solução rápida aplicada quer a problemas físicos (como a obesidade), quer a problemas psicológicos (refletindo a internalização de estereótipos degradantes associados à idade, ao sexo, ou à etnia)⁴¹.

Uma abordagem socialista não aboliria os tratamentos *high-tech*, mas reduziria a necessidade deles por meio do aumento do nível geral de saúde pública (mental e física). Essa abordagem – baseada no fim da pobreza, da violência, de hábitos prejudiciais à saúde, das toxinas ambientais, e da cultura estereotipadora responsáveis por demandas excessivas de cuidados médicos⁴² – seria mais barata para o sistema de saúde e mais benéfica para a população. Ela significaria, entretanto, uma re-configuração radical de prioridades sociais. Todos os setores

⁴¹ Para uma discussão interessante das pressões em pauta, ver Carl Elliott, “Enhancement technology”. In: David M. Kaplan (org.), *Readings in the Philosophy of Technology* (Lanham (MD), Rowman & Littlefield, 2004), pp. 373-79.

⁴² Cf. Richard Wilkinson, *The impact of inequality* (Nova York, New Press, 2005), e também os artigos de Nancy Krieger sobre a pesquisa na medicina (www.hsph.harvard.edu/faculty/NancyKrieger.html).

⁴³ Ver, por exemplo, Robert N. Ubell, “Twenty-five years of Cuban health care,” in Philip Brenner et al. (orgs.), *The Cuba reader: the making of a revolutionary society* (Nova York, Grove Press, 1989), pp. 435-45.

⁴⁴ O argumento deste último parágrafo é mais desenvolvido nos artigos de minha autoria “‘Progress’ or progress? defining a socialist technology”, *Socialism and Democracy*, n.º. 27 (primavera-verão de 2000), pp. 45-61 [“‘Progresso’ ou progresso? definindo uma tecnologia socialista”, *Crítica marxista* n.º 12, 2001, pp.133-146] e “Innovation,” in Wolfgang Fritz Haug (org.), *Historisch-Kritisches Wörterbuch des Marxismus*, vol. 6/II (Hamburg, Argument, 2004) [para a versão em inglês do texto, enviar mensagem para zendive@aol.com].

discutidos se desenvolveriam de acordo com as diretrizes aqui sugeridas. Com relação a serviços de saúde em particular, podemos ir além de esboços de sistemas imaginários, uma vez que a organização cubana atual já incorpora uma abordagem decididamente preventiva – baseada num nível ambicioso de treinamento, numa ética do serviço, e visitas de rotina dos médicos de família – resultando em indicadores de saúde pública comparáveis aos de países muito mais ricos⁴³. A dimensão mental ou psicológica é naturalmente mais complicada, mas sem dúvida uma sociedade em que as necessidades básicas de todas as pessoas são reconhecidas – quer no nível da comunidade, quer nas políticas públicas – libertará seu povo das tensões associadas ao difundido estereótipo capitalista do “perdedor”.

Uma tecnologia socialista?

Enquanto alguns dispositivos podem ser mais compatíveis que outros com os princípios socialistas, os necessários para a vida socialista são pré-existentes a qualquer formação socialista⁴⁴. A contribuição distintiva do socialismo não reside em invenções particulares que possam emergir mas sim na re-organização da sociedade de maneira tal que as escolhas tecnológicas não são mais feitas (como observamos no início) na base da mercantilização e do potencial de lucro, mas sim na base da compatibilidade com os requisitos gerais da humanidade e do mundo natural. O processo de identificar tais requisitos será naturalmente um tema para debate, mas as diretrizes para todas as decisões serão, por um lado, a preocupação com a sobrevivência da espécie a longo prazo, e por outro, a presunção de que nenhuma parte da humanidade tem direito de negar a outras, sob qualquer pretexto, as condições de uma vida decente.

Novos rumos do comunismo

ÂNGELO NOVO*

Numa altura em que ainda estava fresco na memória do mundo o fragor da queda da casa “soviética”, um número da revista francesa *Magazine Littéraire* publicou uma curiosa caricatura, mostrando um Karl Marx meditando e cabisbaixo, às voltas no seu gabinete, pensando com os seus botões: “*Il a dû se glisser une erreur quelque part...*” (devo ter deixado escapar um erro algures). Fotocopiei a caricatura e coloquei-a junto a uma estante de livros (precisamente a reservada aos fundadores do marxismo, Marx e Engels). Está ali como um lembrete irônico de como será sempre vã a pretensão de abraçar todo o mundo com o poder do pensamento, ou do amor, ou do que quer que seja humano, simples e demasiadamente humano.

Karl Marx está naturalmente ainda muito longe de aderir à galeria ajardinada das figuras de pedra do pensamento. A sua sombra está muito viva e presente. Marca decisivamente com o seu cunho os espaços de inteligibilidade do presente, que são do mesmo passo os espaços de luta por um futuro mais abundante, mais transparente e mais livre. É por isso mesmo que os erros de Marx – geralmente erros de avaliação concreta, devidos à sua impaciência revolucionária – devem merecer-nos o escrutínio mais rigoroso e severo. Ele via melhor ao longe do que ao perto, digamos. Por outro lado, em muitos sentidos, estava sensivelmente em avanço relativamente ao seu tempo. Veio cedo demais e a sua luz cruel e avassaladora cegou-nos. Felizmente, a monumentalidade e percuciência da sua obra crítica permitem-nos (com o benefício da experiência histórica entretanto acumulada) absorver e dissolver sistematicamente os próprios erros do autor. Sem uma familiaridade mínima com alguns conceitos marxistas elementares, o leitor terá por vezes dificuldade em seguir este texto.

* Ensaísta português cujos textos político e de criação literária podem ser consultados em <http://www.geocities.com/CapitolHill/6446/>.

A *Crítica do Programa de Gotha* (doravante, CPG) é uma das mais conhecidas obras dos fundadores do marxismo¹. É sabido que Marx não gostava de dar receitas pré-fabricadas para sociedades futuras. Essa era, para ele, uma marca distintiva do socialismo utópico que ele pretendia superar por intermédio de um método científico, partindo da análise das contradições da sociedade atual para a descoberta das linhas previsíveis do seu possível desenvolvimento. Neste texto, porém, por um instante, ele parece ter cedido a essa tentação utópica. Devem aqui porém realçar-se as particulares circunstâncias em que o fez. A CPG não foi escrita por Marx com vista a ser publicada. É um escrito de circunstância, estritamente privado, visivelmente escrito sob um violento estado de desgosto e irritação, unicamente destinado a traçar a sua demarcação em relação ao projeto de programa – de forte influência lassalleana – redigido para a unificação da social-democracia alemã. Nesse sentido, as notas foram enviadas por Marx a Wilhelm Bracke, com a incumbência de que este as mostrasse particularmente a mais quatro correligionários (Geib, Auer, Bebel e Liebknecht) e lhas devolvesse prontamente. O que parece ter sido feito. O certo porém é que esta CPG seria feita publicar postumamente por Engels, em 1891 (numa altura em que se preparava outro congresso da social-democracia alemã, o de Erfurt), e desde então tem sido considerado um texto programático fundamental do movimento operário e comunista.

A importância capital que tem sido acordada à CPG deve-se, não à demolição das vulgaridades teóricas lassalleanas (que, entretanto, caíram por si próprias) mas, muito particularmente, ao esquema de transição para o comunismo formulado na nota crítica ao ponto 3 do capítulo I do programa de Gotha. É aí que, em meia dúzia de parágrafos, Marx faz a sua famosa distinção entre as fases inferior – “a cada um conforme o seu trabalho” – e superior – “de cada um segundo as suas capacidades”; “a cada um conforme as suas necessidades” – do comunismo, explicando como naquela primeira fase se fazem sentir ainda as sobrevivências económicas, morais e intelectuais da velha ordem capitalista. Nessas sobrevivências se inclui o direito igual burguês que, como todo o direito, é um direito de consagração e consolidação da desigualdade. Para o final da nota, Marx deixa claro que só se entregou passageiramente a estas reflexões para realçar a inanidade de conceitos como “produto integral do trabalho”, “repartição equitativa” e outras semelhantes

¹ A única tradução portuguesa a partir do original alemão é a de José Barata-Moura, incluída em Marx e Engels, *Obras escolhidas em três tomos*, Lisboa, Edições Avante, 1985, a abrir o III tomo.

Toda a análise crítica que vou desenvolver de seguida à CPG é devedora e segue de perto a argumentação da penetrante obra de Tom Thomas. *Karl Marx et la transition au communisme*. Paris: Albatroz, 2000.

patranhas ideológicas e jurídicas. Não certamente para fazer futurologia, construir modelos ideais ou impor receitas sagradas.

Vales-trabalho?

Naquela primeira fase (inferior) do comunismo, segundo o Marx da CPG:

Ele (o trabalhador) recebe da sociedade um certificado em como, desta ou daquela maneira, prestou tanto trabalho (após dedução do seu trabalho para o fundo comunitário) e, com esse certificado, extrai do depósito social de meios de consumo tanto quanto o mesmo montante de trabalho custa. O mesmo quantum de trabalho que ele deu à sociedade sob uma forma, recebe-o ele de volta sob outra².

A idéia de uma repartição “justa” da riqueza segundo o esforço de cada um é tão antiga como as sociedades de classes. Ao que parece, já S. Paulo dizia

² Marx e Engels, *Obras Escolhidas...*, cit., III tomo, pp. 15-16. Ironicamente, Marx parece ter sido fortemente influenciado pelo socialista utópico inglês Robert Owen (1771-1858) em toda esta passagem da CPG. Owen foi um grande industrial, humanista, reformador e experimentador social. No dizer de Engels, tratava-se de “um homem cuja pureza quase infantil tocava as raias do sublime e que era, a par disso, um condutor de homens excepcional”. Deixou algumas obras doutrinárias mas notabilizou-se sobretudo pelas inúmeras aldeias cooperativas que criou e dirigiu, com destaque para as de New Lanark (arredores de Glasgow) e de New Harmony (no estado norte-americano do Indiana).

Em New Harmony, numa primeira fase, foram criadas contas-corrente de trabalho na sua loja pública. Cada membro recebia aí um crédito, segundo o montante de trabalho útil desempenhado; contra esse crédito era aberto um débito, consoante os bens de consumo levantados. Cada membro dispunha da liberdade de abandonar a comunidade, com uma semana de pré-aviso, liquidando a sua conta. Mais tarde, sempre segundo a direção de Owen, este sistema foi posto de lado e substituído por uma distribuição totalmente comunista. Cada membro deveria fornecer trabalho consoante as suas capacidades e receber comida, roupa e acomodações conforme as suas necessidades. New Harmony... faliu, em 1829, após cinco anos de uma vida atribulada. Que Marx conhecia bem e aprovava a prática owenista dos certificados-trabalho prova-o a primeira nota de rodapé ao Terceiro Capítulo, I Seção do Livro Primeiro de ‘O Capital’ (cf. Karl Marx *O Capital*, Livro Primeiro, Tomo I, Lisboa, Edições Avante, 1990, pp. 112-113). A sacrossanta teoria marxista sobre a transição para o comunismo pode bem não ter sido mais que uma experiência owenista pela qual Marx tinha uma certa simpatia, a ponto de lhe ter ocorrido servir-se dela, de passagem, em privado, numa polémica que pouco tinha a ver com o assunto. As voltas que o mundo dá!

Devo esta chamada de atenção sobre a possível influência de Owen sobre Marx ao artigo de Joseph Green, “*Labor-money and communist planning (part 1)*” em *Communist Voice*, Detroit, Vol. 6, nº 3, Novembro de 2000.

si quis non vult operari, non manducet (aquele que não quer trabalhar, não deve comer). No *Manifesto do Partido Comunista* Marx e Engels criticaram estas utopias arcaicas por preconizarem “um ascetismo generalizado e um cru nivelamento de todos os homens”³.

Em particular, desde que Adam Smith e David Ricardo criaram a teoria do valor com base no trabalho, uma miríade de autores no seio do movimento operário (Proudhon, Gray, Dühring, para só citar alguns) propugnaram trocas “eqüitativas” e a retribuição segundo o “justo valor” do trabalho, julgando residir aí a solução do problema social. Segundo eles, a apropriação capitalista só poderia ser o resultado de uma fraude maciça. Como se sabe, foi Marx que, com a descoberta da mais-valia, estabeleceu definitivamente que a exploração burguesa resulta da remuneração do trabalho pelo seu valor efetivo, dentro das leis do modo de produção capitalista. Owen era de certo modo uma exceção entre estes autores – o que lhe terá valido o especial apreço de Marx – na medida em que ele também propugnava (e, dentro dos limites das comunidades por si dirigidas, julgava praticar) a abolição das relações capitalistas de produção mercantil. E assim temos Marx, depois de a ter denunciado teoricamente milhentas vezes, a defender a panacéia dos vales-trabalho *desde que no quadro de um regime de transição sob a ditadura do proletariado e com base na apropriação coletiva dos meios de produção*.

A verdade, porém, é que o derrube político da burguesia não elimina imediatamente as condições da produção mercantil: o trabalho alienado (logo repulsivo, compulsório), a propriedade privada, o indivíduo egoísta. Poderá haver uma maior ou menor aproximação, mas será sempre vão esperar que o capitalismo realize todas as condições de perfeita socialização do trabalho, processo esse que bastaria coroar com uma operação formal, meramente jurídica, de expropriação. Será sempre necessária uma fase de transição, fase essa mais ou menos longa e complexa consoante as condições históricas materiais do ponto de partida.

Marx sabia disto tudo, melhor do que ninguém. É assim com alguma surpresa que o vemos propugnar a remuneração do trabalhador com vales-trabalho, nesta fase da sociedade socialista, isto é, tal como ela sai da sociedade capitalista, profundamente marcada com todos os estigmas desta última. Nesta sociedade, a divisão social do trabalho ainda existe, mais ou menos profunda, mas sempre real. Há um pólo do capital e das potências intelectuais e um outro pólo do trabalho, ainda alienado. Conseqüentemente, existe um certo espírito individualista de proprietário, tanto no pólo superior como no pólo inferior da sociedade. O trabalhador sente-se também proprietário em relação à sua própria força de trabalho. Cada indivíduo vai assim tentar otimizar as trocas em que participa, obtendo para si o

³ K. Marx e F. Engels. *Manifesto do partido comunista*. Lisboa: Avante, 1975, p. 97.

máximo, contra o dispêndio do mínimo. Existirá também com toda a probabilidade, nesta fase da sociedade de transição, ao lado do plano social, um certo grau de anarquia produtiva de iniciativa privada.

Nestas condições, a forma valor de troca (e a sua representação em dinheiro) é a única que valida socialmente os trabalhos efetuados privadamente. Ora, é sabido como esta forma valor parte de uma dupla abstração em relação ao trabalho concreto. Primeiro há que reduzir os múltiplos trabalhos específicos a trabalho indiferenciado, homogêneo, simples desgaste de energia humana física e psíquica, mensurável quantitativamente. Depois, para medir efetivamente este trabalho indiferenciado pela única medida disponível para isso – o tempo –, há que supor que este mesmo trabalho é efectuado com um certo grau médio de diligência e destreza. O valor incorporado num produto é pois o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário (em média) ao seu fabrico. Se um trabalhador (individual ou coletivo) é excepcionalmente inepto ou usa instrumentos inadequados, não é por laborar exatamente as mesmas oito horas que os demais que criará nesse período o mesmo montante de valor que estes.

Mesmo supondo uma planificação perfeita e unidades de produção não concorrenciais – o que eliminaria problemas tipicamente capitalistas como a transformação dos valores em preços de produção pela perequação das taxas de lucro e a fixação final dos preços de mercado segundo as leis da oferta e da procura –, restará sempre o problema de fixar as quantidades de trabalho abstrato socialmente necessárias para as diferentes produções. Os níveis de produtividade média do trabalho variam muito de unidade para unidade de produção, consoante a qualidade da sua organização e apetrechamento técnico. Como o próprio Marx nos ensinou, o tempo de trabalho, enquanto medida do valor, existe apenas idealmente. Finalmente, teríamos ainda o delicado problema de saber se o trabalhador em concreto atingiu (ou eventualmente excedeu) o grau médio de diligência e destreza. Só assim se justificaria que ele acedesse ao produto de tantas horas de trabalho social abstrato quantas as que ele desempenhou individualmente e em concreto (após as deduções para reprodução e expansão dos meios de produção, fundo de reserva ou seguro, custos de administração e serviços sociais vários, incluindo assistência aos diminuídos e incapazes).

É bom de ver que, nas atuais condições de socialização do trabalho, todas estas medições só se poderiam fazer, aliás com uma grande dose de arbitrariedade, por uma organização central todo-poderosa e tentacular. Como o próprio Marx admitiu, tudo isto implicaria um “*governo despótico da produção e curador da distribuição*” (o que é uma boa descrição do Plano sob Estaline). Noutras circunstâncias, com uma socialização do trabalho mais avançada, o responsável pelas medições não seria mais do que “*um conselho que guarda os livros e registra os balanços de uma*

sociedade produzindo em comum. A apropriação comum dos meios de produção seria pressuposta etc., etc.”⁴. Duas hipóteses teóricas no tempo de Marx. Uma delas já a conhecemos hoje de sobejo, historicamente e na prática. A outra, conseguimos apenas a custo entrevê-la, algures no futuro.

Sobre a experiência “despótica” que conhecemos no passado, podemos também adiantar que ela não é estável. Havendo uma falsa socialização, por intermédio de nacionalizações puramente formais, a divisão social do trabalho persiste. Em condições de grande mobilização nacional e espírito de sacrifício coletivo podem-se realizar obras notáveis e uma acumulação acelerada com base neste modelo. Todavia, o trabalho continua alienado. Conseqüentemente, o demônio do individualismo espreita, tanto entre os “decisores” como entre os próprios trabalhadores. Isto não é ditado por qualquer “natureza humana”, como se ouve dizer por aí a gente supersticiosa, mas devido a um grau historicamente insuficiente de socialização do trabalho. Com esta base subjacente, nalgum ponto irá certamente romper-se o equilíbrio precário que mantém suspensa no ar a dinâmica da emulação coletivística. Quando finalmente se dissipa a ilusão e se esbate o fervor revolucionário nas aras da rotina estratificada, sobrevém por regra uma profunda estagnação. Há uma apatia e prostração generalizadas, bem retratada numa célebre anedota muito popular entre os meios operários soviéticos – “O socialismo, é simples: nós fingimos que trabalhamos e eles fingem que nos pagam”. Para estimular a economia são então injetadas cada vez maiores doses de “mercado”, naturalmente ainda e sempre “socialista”. São chicotadas tardias em cavalo cansado. Finalmente, os “decisores” resolvem libertar-se do fardo da propriedade estatizada (o “comunismo”) num regabofe pantagruélico e absolutamente celerado de privatizações – as famigeradas “reformas” na expressão inefável da imprensa ocidental.

A segunda hipótese é, obviamente, aquela que Marx tinha em vista na CPG. Mas para que ele tenha concebido, desde a primeira hora da sociedade pós-revolucionária, um sistema de distribuição consoante as horas de trabalho *concreto* desempenhado por cada trabalhador, é porque avaliou com manifesto – e injustificado – otimismo as condições de socialização do trabalho operadas pelo próprio capitalismo. Supôs, em primeiro lugar, que a produção fabril em larga escala operaria a conversão de todos os trabalhos particulares num mesmo trabalho geral, indiferenciado, constituindo cada prestação pessoal uma simples parte alíquota do trabalho social total. Seria assim trabalho imediatamente social, dispensando a

⁴ Karl Marx, *Grundrisse*, Londres, Penguin Classics, 1993, pp. 155-156. Nesta passagem, Marx comenta os planos de John Gray para um Banco Central que remunerasse a produção pelo seu “valor autêntico”. Tradução minha a partir desta edição em língua inglesa. Continua a não haver tradução integral em língua portuguesa (em Portugal ou no Brasil) desta obra fundamental de Marx.

validação *a posteriori* pela forma valor de troca e pela dupla abstração que descrevemos atrás. Aliás, ainda em 1847 Marx dizia já que o cálculo do valor pelo tempo de trabalho

*pressupõe que os trabalhos se igualizaram pela subordinação do homem à máquina ou pela divisão extrema do trabalho; que os homens se apagam perante o trabalho; que o baloiçar do pêndulo do relógio se tornou a medida exacta da actividade relativa de dois operários, como o é da celeridade de duas locomotivas. Então, não se deve sequer dizer que uma hora de um homem vale uma hora de outro homem, mas antes que um homem de uma hora equivale a outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem já não é nada; é quanto muito a carcaça do tempo*⁵.

É um bom testemunho da genialidade de Marx que ele tenha podido entrever, desde essa época recuada, pela simples análise da dinâmica interna do capital, algo que teria apenas um começo de realização efetiva cem anos depois, com o apogeu do taylorismo – a organização “científica” do trabalho – no arranque industrial após a II Guerra Mundial. Contudo, este cenário distópico – que lembra o ‘Metropolis’ de Fritz Lang ou os ‘Tempos Modernos’ de Chaplin – nunca se tornaria uma realidade generalizada, em virtude do caráter necessariamente desigual do desenvolvimento capitalista. E mesmo nos ramos industriais mais desenvolvidos nunca se chegou a uma situação de total igualização e indistinção mecânica no trabalho humano. Na indústria taylorizada, os trabalhadores (sobretudo coletivamente) mantiveram sempre uma grande capacidade de criar disfunções produtivas gravíssimas, pela mera atrição da sua resistência passiva. Entretanto, os modelos mais recentes de organização industrial parecem afastar-se ainda mais do ideal mecanicista do trabalho fungível e perfeitamente seccionável. Como prova disso temos as mais recentes doutrinas toyotistas, com o aliciamento dos operários para esquemas de cooperação diligente e criativa do gênero dos “círculos de qualidade”. Há, por um lado, trabalho operário com uma grande amplitude de graus de qualificação, a ponto de, no topo, se esbater a distinção entre colarinhos azuis e brancos. Por outro lado, mesmo entre os trabalhadores menos qualificados, a regra não é hoje a indistinção nos desempenhos mas sim a existência uma extrema emulação competitiva.

Marx supôs, porém, algo mais ainda. Supôs que a superação do capitalismo patriarcal da fase concorrencial pela grande indústria das sociedades anôni-

⁵ Karl Marx, *Miséria da filosofia*, Lisboa, Avante, 1991, p. 51. A tradução foi ligeiramente modificada, após cotejo com o original francês.

mas correspondia a uma socialização do trabalho praticamente acabada. Bastaria que uma revolução política e social a resgatasse do controlo parasitário do capital e aí teríamos o “trabalhador coletivo” finalmente emergindo liberto à luz do dia. Esta idéia teria seqüência na concepção de Lénine do capitalismo monopolista como antecâmara do socialismo e, por essa via, forneceu argamassa legitimadora ao revisionismo estalinista e à confusão por este promovida entre socialismo e simples propriedade estatal dos meios de produção.

Há assim uma incongruência teórica no Marx da CPG, no ponto em que ele parece admitir, na “fase inferior do comunismo”, uma propriedade comum ao mesmo tempo que, a título de meros estigmas do capitalismo, subsistem ainda a divisão do trabalho (oposição entre trabalho manual e intelectual) e a submissão do trabalhador, compelido pela necessidade, às potências intelectuais de uma racionalidade técnica que lhe permanece estranha e exterior. Isto quando, em toda a sua obra, Marx sempre insistiu e demonstrou que divisão do trabalho e propriedade privada são uma e a mesma coisa.

Também por aqui se vê que, afinal, a contradição privado/social persiste na primeira fase da transição. Nestas condições, remunerar o trabalho pelo seu conteúdo horário concreto (ficcionalando a sua completa socialização quando ele é afinal ainda alienado a constrangido) constitui claramente um convite e um prêmio à preguiça, ao desinteresse e à mediocridade. Não há “estímulos morais” que resultem continuamente face a uma situação persistente de separação e alienação, de trabalho como simples meio de subsistência e não de realização pessoal. Sobretudo quando – como será sempre de esperar nestas condições – os trabalhadores se encontrem face à evidência dos estímulos bem materiais que os dirigentes se outorgam a si mesmos pelas mais diversas vias, legais ou nem tanto. Confrontados com uma crise de legitimidade, os *apparatchiks* recorrerão normalmente a um endurecimento do modelo “despótico” sobre o qual Marx havia ironizado. Depois virá a crise de lucratividade e a implosão do sistema num salve-se quem puder, cujo tiro de partida é dado (e as primeiras posições tomadas) pelos próprios digníssimos dignitários da pátria socialista.

É certo que nenhuma das experiências do “socialismo real” do século XX optou formalmente pela remuneração laboral em vales-trabalho (exceto, por algum tempo, as comunas agrícolas chinesas). Mas a remuneração do trabalho era aí entendida como não mercantil, dissociada do funcionamento da lei do valor, na presunção de se encontrava já resolvido o problema da socialização do trabalho. E foi o que se viu. Na verdade, o que se passava era simplesmente a substituição do preço de mercado da força de trabalho por um preço administrativo. Manteve-se a relação de subordinação do trabalhador. A troca efetuada mediante a relação laboral continuou a ser de não equivalentes mas deixou de refletir fielmente a informação

veiculada pelo funcionamento da lei do valor. Não era ainda Ítaca, mas lançou-se ao mar o tambor que comandava os remadores.

A socialização do trabalho

O problema da transição para o comunismo não pode ser posto em abstrato, fora das condições históricas concretas em que se encontre a sociedade em questão no momento em que ela se decida a iniciar esse caminho. Não há aqui lugar para esquemas de validade genérica e intemporal. Nas condições atualmente vigentes nas sociedades mais desenvolvidas – e naquelas que neste momento é possível entrever para o futuro imediato, sob as leis de desenvolvimento capitalistas – podemos ter por certo que essa transição, a iniciar-se agora, tomaria como ponto de partida algo que não é ainda seguramente uma comunidade realizada na produção material da existência social. Essa comunidade não seria um pressuposto, uma base material subjacente já consolidado a que haveria apenas que juntar um arranjo institucional correspondente. Seria antes um objetivo a atingir consciente e voluntaristicamente na própria transição, mediante um longo processo de lutas de classes no interior do regime de poder democrático dos produtores (a ditadura do proletariado).

O processo histórico (que é real) de socialização do trabalho operado pela grande indústria no séc. XX teve as suas contradições e as suas insuficiências. Por um lado, com o ascenso das grandes sociedades monopolistas, criaram-se gigantescas unidades de trabalho coletivo (e de planificação econômica), superando-se em certa medida o individualismo autárquico e a cega anarquia da produção concorrencial. Por outro lado, porém, despojou-se completamente o trabalhador do seu saber técnico (o “ofício”) e do domínio que ainda lhe restava sobre os instrumentos e processos de trabalho. A parcelização e mecanização do trabalho fabril em cadeia colocou o trabalhador comum numa posição ainda mais débil, precária e alienada, face às grandes potências da ciência e da técnica – o “intelecto social” – apropriadas pela burguesia e postas ao serviço da acumulação privada. Neste modelo de organização produtiva o trabalhador está isolado, numa situação de grande dependência, todos os esforços sendo feitos para o impedir de tomar consciência do processo produtivo no seu todo. Deste modo, ele tem em oposição a si não apenas os detentores formais dos meios de produção (o capital financeiro) mas também a própria camada superior do “trabalhador coletivo”, os idealizadores, organizadores e supervisores da produção.

Em balanço, há a registar um avanço indiscutível na socialização do trabalho, na medida em que a produção passou a depender de uma organização mais complexa e integrada, de um esforço cooperativo mais amplo e alargado. É o que eu chamaria socialização do trabalho em sentido fraco e que no fundo se aproxima do conceito durkheimiano de “divisão do trabalho social”, próprio

das sociedades avançadas e que as mune de uma densa rede de laços de interdependência ou “solidariedade orgânica”. Há porém um segundo e decisivo sentido – que eu aqui apelidaria de sentido forte – do conceito de socialização do trabalho, relativamente ao qual os progressos verificados até hoje são muito menos evidentes. É que essa socialização só pode considerar-se completa quando o corpo orgânico do “trabalhador coletivo” se tornar transparente a si próprio, com um certo nível de equivalência nas tarefas, rotatividade funcional e co-responsabilização paritária. Só assim se começará enfim a esbater a divisão social do trabalho, base da apropriação particular dos meios de produção. A socialização do trabalho, neste segundo sentido, é um horizonte de autonomia e liberdade para todos, nunca um pesadelo estratificado de desqualificação e embrutecimento para o maior número.

A socialização do trabalho em sentido fraco surgiu com a emergência do modo de produção capitalista e, ainda que se aprofunde progressivamente (no limite, até uma distopia totalitária), será sempre perfeitamente compatível com ele até ao fim. Com efeito, como o próprio Marx demonstrou concludentemente, foi a partir do momento em que a troca mercantil simples deu lugar ao sistema de acumulação capitalista que surgiu a moderna forma valor. Neste sistema de produção generalizada de mercadorias, a própria força de trabalho é mercantilizada, tornando-se o eixo da reprodução alargada do capital. Surge assim a categoria do trabalho abstrato, essência do valor, como foi aliás desde logo intuído, ainda que de forma confusa e incompleta, pelos economistas clássicos (máxime Adam Smith e David Ricardo). Ora, o trabalho abstrato é o trabalho indistinto, sem qualificação particular, simples dispêndio de energia humana genérica. O trabalho abstrato é assim, justamente, o trabalho socializado. Simplesmente, esta é uma socialização do trabalho sob uma forma alienada, especificamente capitalista, que em nada contradiz ou põe em causa a apropriação particular dos meios de produção, antes pelo contrário a consolida e reforça.

Marx parece não ter chegado a tomar inteira consciência de que a socialização do trabalho nas sociedades modernas, longe de ser um processo histórico contínuo e cumulativo, teria ela própria de passar também por uma ruptura qualitativa antes de se lhe poderem detectar os germens do rumo comunista.

A questão da socialização do trabalho – no sentido forte acima exposto, que é o único que verdadeiramente nos interessa – tornou-se ainda mais complexa com os últimos desenvolvimentos em matéria de organização industrial: o modelo toyotista, de produção ágil (*lean production*) ou especialização flexível que tem vindo a ser implantado desde os anos 1990 como parte do “pacote” neo-liberal. A tendência agora é, nos países de capitalismo mais desenvolvido, para a fragmentação da própria classe trabalhadora entre: 1. uma camada altamente qualificada que

tem uma relativa estabilidade de emprego, remunerações razoáveis e algum conteúdo criativo no seu trabalho; 2. uma larga camada de trabalhadores pouco qualificados, precarizados, subcontratados etc.; 3. um exército industrial de reserva “clássico”, que faz pressão sobre o mercado de trabalho; 4. desempregados “de longa duração” que já não fazem sequer pressão sobre o mercado de trabalho, vivendo marginalmente na economia informal. A isto acrescentam, naturalmente, as vastas massas terceirizadas da criadagem moderna. Estamos muito longe pois do cenário previsto pela teoria de inspiração evolucionista que supunha a existência de uma socialização do trabalho acabada ainda sob o capitalismo, a qual haveria finalmente de provocar o estilhaçamento do aparato político burguês como uma velharia perimida – tal qual uma borboleta depois de integralmente formada acaba por se libertar do seu casulo.

Sucedem que, naquela fração superior da classe trabalhadora, em empresas de tecnologia avançada, há agora de fato uma maior autonomia, polivalência e responsabilização. O modelo piramidal, rigidamente hierárquico e compartimentado, do “*scientific management*” foi superado. Há uma muito maior comunicação lateral e a substituição de uma rígida “hierarquia de autoridade” pela mais fluida “hierarquia da competência”. Esbate-se um tanto a separação entre “concepção” e “execução”. O controlo capitalista exerce-se agora não tanto diretamente sobre os postos de trabalho individuais e isolados uns dos outros, mas sobre uma certa dinâmica de grupo relativamente autônoma do coletivo laboral. Se isto são notícias encorajadoras para os comunistas é certamente muito cedo para o dizer. As relações de produção capitalistas têm extrema dificuldade em encarar o uso de novas tecnologias (nomeadamente a informática e a robótica) de outra maneira que não seja como simplesmente um meio de substituir trabalho vivo, aumentando do mesmo passo o controlo sobre os trabalhadores remanescentes. Mas os imperativos da produtividade (impostos pela concorrência) têm também a sua margem de inflexibilidade, dando-se frequentemente o caso que o “*one best way*” de organizar a produção neste novo ambiente implique um certo aumento do controlo dos trabalhadores sobre o processo laboral. A burguesia fixa-se então numa estratégia alternativa: fazendo uso do seu controlo exclusivo sobre os meios de produção, compensa a autonomia ganha pelo trabalhador impondo-lhe níveis acrescidos de insegurança.

Em todo o caso, presentemente, tudo isto diz respeito a uma fração muitíssimo reduzida (e relativamente privilegiada) da classe trabalhadora. Dentro daquilo que poderíamos chamar o regime de acumulação neo-liberal, a empresa flexível é uma parte muito reduzida do todo, que inclui ainda, em vários sectores económicos e por todo o mundo, vastos complexos industriais em modelo fordista (linha de montagem), ou pré-fordista, precários sub-contratados, oficinas

“manchesterianas”, “*sweatshops*” de mulheres submetidas a um despotismo patriarcal, imigrantes engajados em semi-escravatura, etc., para não falar já das grandes massas do campesinato. A “nova vaga” não absorve de modo algum as anteriores, acresce-se-lhes pelo topo, dominando depois todo o conjunto numa combinação desigual. As vagas anteriores, por seu lado, longe de se esgotarem, estão algumas delas ainda em expansão mas rumando a certos sectores desqualificados e, sobretudo, à periferia geográfica do sistema imperialista. Em consequência, a paisagem social torna-se cada vez mais complexa.

A fragmentação e diversidade de experiências da classe trabalhadora não deixará de pôr, naturalmente, problemas sérios à formação do próprio “coletivo de luta”, embrião e condição prévia indispensável da comunidade social do futuro. Mas o problema aqui não é *se* haverá ainda condições para se formar novamente esse coletivo de luta. O problema é *quando* e *como* ele se formará, pois que da efetividade dessa formação se encarregará a própria dinâmica objetiva da luta de classes. Pode levantar-se em peso todo o exército dos ideólogos estipendiados da burguesia, com as suas fantasias pós-modernas de identidades difusas, transversais e caleidoscópicas. A exploração capitalista provoca necessariamente a polarização social. Desta nasce a solidariedade dos oprimidos que, temperada na luta, desemboca na consciência de classe.

Este foi sempre um processo longo e complexo, mais o sendo certamente agora se o encararmos no seu desenvolvimento ao nível mundial. Mas enquanto houver exploração – uma corrente subterrânea de drenagem de mais-valia para acumulação privada – o tabuleiro estará sempre disposto de forma a que as peças tendem irresistivelmente a perfilar-se de uma forma bipolarizada. Passando por dispersões e recomposições parciais, a classe trabalhadora está em contínua formação – na forja da espoliação e das lutas quotidianas – não necessitando para isso de forma alguma de reconstituir as grandes massas uniformizadas de outrora. As duas classes fundamentais em confronto acabarão por ter de se encarar novamente, olhos nos olhos. Sendo certo, porém, que uma época de revolução social nunca assiste ao afrontamento de dois exércitos perfeitamente alinhados mas a uma miríade de conflitos laterais, com a explosão de muitas outras contradições secundárias. Só porventura o olhar macroscópico da história distinguirá ali depois, claramente, naquele turbilhão desordenado, o fim da era burguesa e o ascenso mundial do proletariado a classe dominante.

Suponhamos então finalmente formadas (ainda que de forma incerta e descontínua) as linhas de batalha, e o assalto final encetado. O que se tratará de fazer após a tomada do poder pelos trabalhadores?

Em primeiro lugar, por-se-á fim à cadeia hierarquicamente articulada de sistemas de acumulação diversificados, a qual persistirá certamente enquanto hou-

ver capitalismo. Há que nivelar geograficamente os níveis de desenvolvimento, por intermédio de um esforço dirigido consciente e planificadamente para a generalização dos sistemas de produção mais avançados. De seguida, há que desenvolver os meios pelos quais cada trabalhador possa compreender e apoderar-se do conjunto da atividade social, nas suas condições materiais e intelectuais. À opacidade (e inversão) fetichista do reino da mercadoria é preciso substituir a transparência nas relações materiais de produção da existência. Para isso é preciso combater e comprimir progressivamente o trabalho alienado, pobre, constrangido, ganhando-se tempo para o aperfeiçoamento e desenvolvimento das capacidades pessoais dos trabalhadores.

Só o conjunto destes dois processos conscientes e dirigidos poderá criar uma efetiva socialização do trabalho (sentido forte), a qual, sabemos-lo hoje historicamente à nossa custa, não se gera espontaneamente no seio do capitalismo. Qualquer novo paradigma ergonômico que surja sob o capitalismo (por mais promissor que pareça no seu modelo abstrato) está submetido e sobredeterminado pela necessidade de rentabilização do capital, de extração de mais-valia para acumulação privada, necessidade essa que gera necessariamente a alienação do trabalhador (porventura sob formas renovadas). A socialização do trabalho é afinal uma tarefa que só ao próprio poder proletário caberá completar.

Cenários para a transição – I

A classe trabalhadora pode bem aceder ao poder, mas o trabalho constrangido (raiz da propriedade privada, como vimos) não existe por mero capricho malévolo das classes dominantes, do passado ou do presente. É o produto histórico de uma sociedade onde as forças produtivas são ainda pouco desenvolvidas e onde, em consequência, continua a reinar a escassez, a luta pela sobrevivência, a maldição bíblica do “ganharás a vida com o suor do teu rosto”. Não ainda aquela sociedade em que “as fontes manantes da riqueza cooperativa jorram com abundância” a qual, e só essa, permitirá acabar com “a servil subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho” e na qual o trabalho se tornará “não só meio de vida mas, ele próprio, a primeira necessidade vital”⁶.

Nestas circunstâncias ainda relativamente atrasadas, a tarefa fundamental da ditadura do proletariado não pode ser outra senão distribuir com equidade o trabalho constrangido, do qual há ainda uma absoluta e inultrapassável necessidade social. Repartindo este trabalho por todos os homens e mulheres válidos (com supressão de todas as camadas parasitárias e reintegração dos desempre-

⁶ Karl Marx, ‘Crítica do Programa de Gotha’, *Obras Escolhidas...*, cit., III Tomo, p. 17.

gados e do lumpen-proletariado), eliminando-se desperdícios e suprimindo produções e atividades inúteis ou sem sentido numa sociedade pós-capitalista (bens de luxo, publicidade, “serviços” financeiros, “entretenimento” alienante, armas de guerra sofisticadas e de destruição maciça etc., etc.), pode-se chegar facilmente ao estabelecimento de uma carga horária obrigatória geral muito inferior à atual. Digamos 30 horas semanais, que depois se iriam reduzindo progressivamente à medida que os níveis de produtividade aumentassem e a socialização dos meios de produção avançasse. Assim se deixaria tempo livre e recursos disponíveis para a educação e o aperfeiçoamento pessoal de todos os trabalhadores. Estes disporiam ainda de tempo para atividades de sua livre iniciativa e para a participação informada na decisão dos assuntos coletivos.

Tratando-se ainda de uma sociedade de escassez e de trabalho constrangido, este mesmo trabalho – ou com mais rigor, a *força* de trabalho – só pode ser remunerado pelo seu valor de troca, sob a sua representação monetária (dinheiro) que é inútil pensar em abolir nesta fase. A forma valor é ainda a única capaz de medir socialmente a riqueza criada e garantir alguma eficácia na alocação dos recursos sociais, nomeadamente a força de trabalho disponível. Embora os seus representantes tenham acedido ao poder político e eles se encontrem massivamente mobilizados para um processo de transformação social radical, os trabalhadores não serão lisonjeados com a ilusão de que os meios de produção e as alavancas do processo de decisão social são desde já seus.

Enquanto não dominarem por completo o processo de produção e reprodução da vida social, enquanto viverem encerrados nos seus gestos parcelares e subordinados, os trabalhadores serão ainda e sempre os forçados da sociedade. Profundamente alienados, vegetam nos porões da cidade. Estão assim numa relação de alteridade perante o *corpus* social total e, em particular, perante as potências intelectuais que o dirigem e detêm os seus segredos. Por isso, vendem a uma entidade exterior (a sociedade) a sua disponibilidade de serviço contra uma remuneração que lhes assegura a sobrevivência e a reprodução da sua força de trabalho ao mesmo nível de produtividade correspondente à sua complexidade específica (o que implicará um certo nível de conforto, atividade social, viagens, leitura, consumo de bens culturais etc.). O que importa aqui (no âmbito estrito das suas relações laborais) é que os trabalhadores disponham de todas as garantias da forma contratual já aperfeiçoadas no próprio seio da civilização burguesa: enquadramento sindical, acordos coletivos, segurança social, serviços de apoio etc..

A persistência da forma valor é precisamente testemunha da permanência da contradição privado/social, da necessidade que a sociedade tem de tudo medir e repartir, mesquinha e desconfiadamente. E essa persistência da forma valor não é sem conseqüências ou sem perigos. Se a divisão do trabalho persistir por muito

tempo, as potências intelectuais tentarão por certo de novo apropriar-se privadamente do produto social, tirando partido da existência destes estigmas da sociedade mercantil, que procurarão resgatar e aprofundar, no sentido de fazer reinar de novo e definitivamente a polarização social e o “cada um por si”. Aliás, enquanto existir divisão do trabalho e uma camada social separada detentora de um saber exclusivo de direção, haverá sempre uma apropriação material dos meios de produção, a qual mais cedo ou mais tarde tenderá a recobrar a sua natureza formal de propriedade privada.

É por tudo isto que, em sociedades marcadas pela divisão do trabalho, a transição será sempre um duro campo de batalha. Nela deve o proletariado organizado bater-se incessante e vigiantemente de modo a que, aperfeiçoando as suas capacidades, se eleve coletivamente ao controlo efetivo e democrático das unidades produtivas, do Plano econômico e da direção político-social, lutando pela máxima transparência em todos os processos de decisão e pelo esbatimento progressivo da divisão do trabalho. Para isso deverá coagir e vigiar, primeiro, cooptar e integrar progressivamente no seu seio, depois, as diversas camadas sociais detentoras dos vários saberes de direção e organização atualmente ao serviço da burguesia. Mas isso só terá resultado efetivo se, ao mesmo tempo, conseguir formar continuamente, no seu próprio seio, em quantidade e qualidade suficientes, novos quadros de direção e especialistas qualificados. Como o “sorteio” biológico das aptidões inatas de base se faz de forma notavelmente igualitária entre todos os ambientes sociais, o fator crítico será aqui a garantia de uma absoluta igualdade no acesso à educação formal, assim como a disponibilidade de tempo livre e oportunidades de aperfeiçoamento contínuo para todos os trabalhadores. Nestas condições de mobilidade e integração total, o “intelecto social” estará sempre completamente mergulhado no próprio corpo da sociedade. Não lhe será permitido destacar-se dela e constituir-se num pólo separado que se auto-reproduz enquanto tal em posição de domínio e exploração.

Com o avanço da automação, da socialização do trabalho e da qualificação técnica e científica do trabalhador imediato, as relações de produção vão-se transformando e o seu centro de poder desloca-se. É evidente que os indivíduos serão sempre diversos e terão capacidades desiguais. Nem toda a gente vai ter igual oportunidade de se esclarecer totalmente sobre todos os assuntos de relevância coletiva. E do ponto de vista do aproveitamento social ótimo dos talentos disponíveis não faz muito sentido colocar físicos nucleares em tarefas manuais ou rotineiras. Pense-se o que se pense do efeito correcional das campanhas maoístas de trabalho no campo, é fácil concluir que não é dessa forma voluntarista e justicialista que se eliminará a divisão do trabalho. Mas esse fato não depõe de forma alguma a favor de uma qualquer lei de bronze das oligarquias. As socie-

dades de classes foram e são o produto histórico da escassez e da violência. Numa sociedade que produza uma abundância de recursos capaz de satisfazer as necessidades concebíveis de todos e de cada um, não haverá apropriação privada, classes sociais nem Estado (que é a violência institucionalizada, protetora e garante da exclusão e da exploração). Numa sociedade que produza abundância, a diversidade é um fator de liberdade. Todos terão oportunidade de desenvolver e explorar as suas faculdades e talentos até ao limite, sem que as suas limitações próprias possam alguma vez servir de pretexto para a escravização (com o conseqüente estiolamento de capacidades potenciais e degradação pessoal) ao serviço de outrem.

Numa primeira fase do regime de transição não haverá ainda apropriação coletiva senão dos *principais* meios de produção. Subsistirão assim ainda largos interstícios de acumulação privada e competição cega, que a democracia proletária procurará reduzir progressivamente. Por outro lado, a apropriação coletiva é ainda em grande parte formal, em virtude da persistência da divisão do trabalho. Quando for possível a apropriação pública de todos meios de produção, sendo a alocação de recursos feita com base num Plano social rigoroso, compreensivo e democraticamente participado, não existirão já “preços” de produção (cuja formação resulta da distribuição da mais-valia entre capitalistas privados) ou de mercado (resultantes, além disso, do funcionamento das leis da oferta e da procura, ou seja, da “anarquia da produção” burguesa). Todos os bens – incluindo a força de trabalho – serão contabilizados e trocados somente pelo seu valor. Todo o trabalho deve ser por regra apenas trabalho necessário, sem prejuízo de se poder definir coletiva e democraticamente a exigência de sobre-trabalho, a distribuir por todos de forma uniforme, para garantir um nível de acumulação pública julgado adequado. Nenhuma acumulação privada terá lugar. Nenhuma remuneração do dinheiro ou da propriedade.

Teremos assim uma sociedade ainda mercantil – porque subsiste o fetichismo da forma valor –, mas já sem o concurso dos outros estigmas da exploração burguesa (lucro, juro, renda). O simples valor (valor de troca, naturalmente) rege toda a vida econômica, do princípio ao fim. Todas as trocas são trocas de equivalentes em valor. Não haverá já as flutuações loucas, a especulação, o desperdício, a incerteza, os ciclos periódicos de expansão e ruína. Todos os bens podem ser medidos com rigor pelo seu valor, que é a soma do valor da força de trabalho gasta, das matérias-primas incorporadas e do desgaste operado (amortização média) nos instrumentos utilizados na sua produção e transporte. Feitas as contas (que podem parecer muito complexas mas que rapidamente se tornam rotineiras e muito facilmente se revêm com a introdução no sistema das variações ocorridas), os produtos são etiquetados com um simples código de barras que marca o seu valor social

médio. É este valor que orientará a alocação de recursos pelo Plano, regendo ainda todas as trocas, inclusive as que se efetuarem entre as diversas unidades produtivas (fornecimento de produtos semi-acabados, por exemplo). Estas unidades manterão a sua contabilidade própria, mas não terão autonomia para reinvestir e acumular por sua própria iniciativa.

O planejamento social integral será possível de forma universalmente participada porque todos os valores são certos e fungíveis, existindo capacidade técnica, modelos teóricos, programas e sistemas de comunicações aptos a captar, armazenar, processar e distribuir muito rapidamente toda a informação relevante⁷. As decisões podem ser tomadas democraticamente aos mais variados níveis, sendo depois comunicadas para registro e contabilidade na base competente. Estas bases comunicam entre si verticalmente, sendo assim possível fazer planejamento participado, setorial ou total, às mais diversas escalas: micro, macro, regional e global. A rede informática permite além disso o estabelecimento de uma densidade tal de comunicações cruzadas que permite o encontro e harmonização instantâneos entre a oferta e procura de todos os bens (sendo que tendencialmente toda a procura é solvente). A famigerada “mão invisível” de Adam Smith torna-se obsoleta como regulador econômico. As catástrofes e estrangulamentos típicos do modo de produção capitalista tomam o seu lugar

⁷ Há agora já uma rica bibliografia sobre o impacto decisivo que o crescimento e sofisticação exponencial das capacidades informáticas têm sobre a possibilidade de conceber um planejamento económico rigoroso e participado. Na verdade essa literatura teve início numa altura em que a tecnologia computacional era ainda pouco mais que incipiente. Num artigo seminal datado de 1967, o grande economista polaco Oskar Lange afirmava que se tivesse que retomar a sua polémica de há trinta anos atrás com Friedrich Hayek – o qual sustentava ser o socialismo inviável devido à irreparável incapacidade subjectiva de um qualquer planeador central para recolher e tratar toda a informação que interage espontaneamente e de forma descentralizada no sistema de preços de mercado – dir-lhe-ia simplesmente: “qual é o problema? Coloquemos as equações simultâneas num computador electrónico e teremos a resposta em menos de um segundo”. Cf. Oskar Lange, “The computer and the market” in C. H. Feinstein (ed.), *Socialism, capitalism and economic growth: essays presented to Maurice Dobb*, Cambridge, Cambridge University Press, 1967. Desde então os computadores registaram ganhos gigantescos em capacidade de cálculo, com a constante miniaturização dos circuitos e em particular com a utilização do processamento paralelo. Por outro lado, há a registar que o abaixamento do custo de produção de pequenos computadores para uso pessoal (PC's) vulgarizou a sua utilização, que se tornou assim acessível a largas camadas de trabalhadores nos países capitalistas mais desenvolvidos. Para um ponto da situação muito mais detalhado e actualizado é importante a leitura dos estudos de Paul Cockshott (geralmente em colaboração com Allin Cottrell) disponibilizadas na internet em <http://www.dcs.gla.ac.uk/~wpc/reports/index.html>.

no memorial histórico da irracionalidade humana, ao lado dos ordálios e dos autos-de-fé.

Os recursos produtivos são distribuídos com vista à satisfação das necessidades socialmente sentidas, não se produzindo bens de luxo nem de ostentação. Contudo, haverá uma grande margem de variedade dentro dos mesmos tipos de produto, incluindo versões de maior qualidade (e valor correspondente) e outras mais simples. Numa sociedade tendencialmente igualitária, há que promover a diversidade, a criatividade, o inconformismo, o dissídio da norma, porque tudo isso acresce à riqueza social coletiva. Um(a)s pessoa(s) contentar-se-ão com a satisfação de algumas das suas necessidades ao nível mais elementar e serão particularmente exigentes na satisfação de outras (porventura raras ou exóticas), enquanto a preferência dos seus vizinhos poderá ser a inversa. Há assim que garantir uma grande variabilidade e leques amplos de qualidade em todos os produtos e serviços.

Porque há ainda escassez, a cada um são atribuídos direitos de consumo sobre os bens sociais de forma limitada e bem contada, consoante o seu trabalho. Cada trabalhador (e estamos numa sociedade em que todos são trabalhadores) recebe uma remuneração, em dinheiro, equivalente ao valor da força de trabalho dispendida, que é o custo da reprodução desta mesma força de trabalho, na sua complexidade específica e nas condições sociais vigentes. Eventualmente poder-se-ia pensar em conceder prêmios especiais para trabalhadores que revelem uma produtividade acima da média devido à sua superior diligência, zelo e consciência social (as diferenças de remuneração entre trabalhadores com diversos níveis de qualificação resultam desde logo do valor diverso que têm as respectivas forças de trabalho). Nesse caso, porém, a massa salarial total dos trabalhadores de uma determinada categoria terá de ser equivalente ao valor total da força de trabalho respectiva. O ganho dos mais empenhados seria assim a perda dos restantes, que seriam remunerados abaixo do valor da sua força de trabalho.

Os trabalhadores vendem assim, pelo valor real, a sua própria força de trabalho concreta, não uma qualquer suposta parte alíquota do trabalho social total (o que suporia resolvido o problema da socialização do trabalho). Mantém-se pois a servidão do assalariado e a mercantilização da força de trabalho, mas agora já não no contexto de uma relação de exploração de classe mas sim numa relação de sujeição de cada trabalhador concreto ao trabalhador coletivo. Sem esquecer que esse mesmo coletivo tem ainda de ser completamente homogeneizado, através da eliminação total da divisão do trabalho. É um primeiro patamar, que poderíamos denominar de economia de apropriação social com troca de equivalentes.

Esta economia é um sistema social dinâmico, de não-equilíbrio. Nela se fazem sentir forças regressivas, no sentido da apropriação particular, e forças progressivas, no sentido do comunismo. As forças progressivas contam com apoio do

poder político (com a sua direção e planejamento econômico-social) que é preciso preservar a todo o custo, sem prejuízo do necessário pluralismo de opiniões e da mais ampla democracia participativa *dentro do campo proletário*. Os recalcitrantes e saudosistas da ditadura burguesa poderão ser objeto de medidas repressivas, se as circunstâncias o impuserem, mas em princípio a sua voz será simplesmente esmagada e diluída na massa popular, por efeito da simples força do número, desde que lhes seja retirado o controle dos grandes meios comerciais de difusão que estavam antes ao seu serviço. Na democracia proletária cada indivíduo é uma opinião distinta, que vale pelo seu mérito intrínseco e capacidade persuasora. Para isso disporá dos seus meios próprios de difusão, em igualdade com todos os demais, para intervir a todos os níveis da vida pública (das questões de vizinhança às de âmbito planetário). O dinheiro não servirá para amplificar a voz a ninguém.

Mas a dinâmica social progressiva apoiar-se-á também na força do exemplo, com a criação de um sector comunista desde a primeira hora da transição. Com o estabelecimento de um horário obrigatório universal de trabalho de 30 horas semanais (tal era a nossa hipótese), libertar-se-á de imediato muito tempo, disponibilidade e talento que não podem ser desperdiçados. É certo que muito desse tempo terá de ser empregue em estudo, formação e no processo democrático alargado de debate e decisão de todas as questões de relevância social. Mas restará ainda assim muito tempo livre, que os trabalhadores empregarão em atividades de solidariedade e assistência, de criação artística e especulação ou de trabalho livre, individual ou associado. Tudo na base do mais puro voluntariado, para simples recreação, convívio e realização pessoal. A autoridade pública democrática alocará de forma planejada recursos (instalações, instrumentos, matérias-primas, etc.) e organização para enquadramento deste trabalho livre, cujo produto será distribuído gratuitamente.

À medida que a riqueza social se acumule e a produtividade do trabalho aumente, o horário de trabalho obrigatório poderá baixar ainda mais, sempre cada vez mais. Liberta-se assim ainda mais tempo que poderá ser empregue na expansão programada do sector comunista. Todas as estatísticas são públicas e debatidas, sendo decidida democraticamente a alocação dos recursos. A sociedade disporá assim de uma referência clara – concreta, mensurável e sensível para todos – do rumo que está seguindo. Pode até regredir. Em caso de catástrofe ou emergência, p. ex., poderá ter de se aumentar o horário de trabalho obrigatório geral. Mas isso terá de ser justificado, debatido e decidido em conjunto. Não haverá lugar para a demagogia nem para delírios ideológicos, mas sim para os fatos em toda a transpa-

rência. O setor mercantil (com troca de equivalentes) e o trabalho constrangido irá definhando, comprimindo-se progressivamente, enquanto o comunismo se vai expandindo à vista e com a participação de todos. O comunismo será pois a libertação, passo a passo, do tempo constrangido do trabalhador, abrindo-se-lhe assim as fronteiras de uma liberdade total e irrestrita, num espaço holístico de solidariedade organizada.

Cenários para a transição – II

O outro cenário para a transição – desenhado por Marx em certas páginas dos *Grundrisse*⁸ – é um esquema muito mais avançado, supondo, ou a precedência vitoriosa do esquema anterior, ou uma transição iniciada mais tardiamente, com as forças produtivas sociais muito mais desenvolvidas. Não é contudo de modo algum indiferente o fato de a transição se iniciar mais tarde ou mais cedo. A história não segue um rumo necessário e pré-determinado por leis “objetivas”. Não é uma progressão linear e cumulativa inexorável pontuada por rupturas qualitativas cuja ocorrência se possa prever antecipadamente. A aventura social moderna desenrola-se num sistema muito mais “caótico”, com janelas de oportunidade que se abrem e fecham, nódulos e encruzilhadas em que se tomam decisões fundamentais, anomalias e catástrofes imprevisíveis. Por isso, a ascensão ao poder do proletariado organizado, armado com uma estratégia transicional clara e lúcida, será sempre um fator decisivo no próprio desenho das oportunidades de progresso que se abrirão de seguida. A intervenção consciente na determinação do curso histórico não é tudo e certamente não garante a consecução dos resultados que se representaram antecipadamente. É sempre de esperar a ocorrência de um qualquer desvio, causado por uma miríade de factores imponderáveis. Mas sem intervenção consciente, então é que seguramente a corrente desordenada dos eventos, o cachoar de forças em estado bruto se tornarão incontroláveis e o rumo geral resultante pode bem ser o do barranco dos cegos.

Neste cenário avançado, a maquinaria automática (ciência e as suas aplicações) reduziram já o trabalho vivo a uma dimensão insignificante. A robótica avançada e todo o tipo de instrumentos autômatos, providos de sensores e programas informáticos evoluídos, tomam o lugar do trabalho físico humano. O trabalho passado acumulado produz incessantemente utilidades novas, praticamente sem qualquer nova intervenção humana. O trabalho vivo será, sobretudo de concepção de novos sistemas ou de manutenção e aperfeiçoamento dos existentes. Se, por hipótese quase absurda, estamos ainda numa sociedade capitalista, a taxa de lucro

⁸ Cf. Por exemplo, no capítulo sobre o capital, a luminosa passagem sub-intitulada (na minha tradução) “Contradição entre a base da produção burguesa (o valor como medida) e o seu desenvolvimento. Máquinas etc.”, *Grundrisse*, Penguin Classics, ob. cit., pp. 704 e ss..

tende para o zero sendo impossível manter relações de exploração. A apropriação privada dos meios de produção só pode ser uma miragem jurídica, ao gosto de meia dúzia de espíritos recalitrantes.

O principal factor produtivo é agora o próprio “intelecto geral” – o acervo dos saberes e técnicas historicamente acumulados – que constitui patrimônio comum da humanidade, imediatamente apropriável por todos pois está registado em suportes de acesso público livre. A necessidade da forma valor caiu agora drasticamente, não só porque o trabalho imediato se tornou residual como porque o seu carácter se transformou, tornando-se trabalho rico, auto-realizador, que ninguém regateará. A contradição privado/social esbate-se. Os produtos e a própria força de trabalho já não se trocam por equivalentes em valor, mas disponibilizam-se livremente como dádiva universal. A economia mercantil, restrita a bolsas cada vez mais reduzidas e circunscritas, acaba por se extinguir por completo. Os suportes eletrônicos da moeda-valor juntam-se às restantes velharias em papel e metal no museu do dinheiro. Todo o aparato de coerção pública desaparece naturalmente, por evidente inutilidade. Emerge uma ordem espontânea, livre, auto-regulada em que finalmente “o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”⁹.

A coordenação da produção e distribuição na sociedade comunista não necessitará de nenhuma aparato central, fosse ele meramente administrativo. Necessitará, isso sim, de uma gigantesca base de dados, acessível inter-ativamente por todos, com o registro de toda a procura, da produção disponível, e o inventário de todos os meios de produção prontos a ser usados. Essa base de dados central será depois desdobrada por outras menores, de âmbito regional e local. Os produtores livres têm assim ao seu dispor um quadro-síntese, de fácil consulta, que lhes permite orientarem a sua actividade para onde sintam que ela será socialmente mais útil e desejada, dentro naturalmente das áreas da sua vocação e competência. O equilíbrio entre oferta e procura é assim mantido constantemente, em tempo real, num sistema em que a informação flui horizontalmente por todo o lado, sendo apenas registrada centralmente. O planeamento geral resultará pois da soma das decisões conscientes e informadas de todos os produtores. Sendo que, naturalmente, sobre esta malha por assim dizer auto-regulada da vida coletiva (a “mão invisível” do comunismo), incidirá depois uma direção consciente, produto da participação democrática de todos, que poderá fazer a sociedade no seu conjunto evoluir nesta ou naquela direção, tomando esta ou aquela opção concreta.

⁹ K. Marx e F. Engels. *Manifesto do Partido Comunista*, ob. cit., p. 85.

Entretanto, mesmo com a automação generalizada, aquela apropriação comum do patrimônio intelectual da humanidade não é ainda um dado mas, precisamente, ainda e sempre, um campo de batalha para os produtores, na sua luta para extinguirem em si próprios os últimos resquícios da sua antiga condição de classe social dominada, explorada e alienada. As últimas seqüelas da divisão do trabalho esbater-se-ão progressivamente à medida que todos os trabalhadores, individual ou organizadamente, puderem aceder ao conhecimento, à fruição e à experimentação livre e crítica do patrimônio científico acumulado da humanidade. Não é que todos conheçam tudo. Mas o dinamismo e fluidez da circulação da informação, assim como a deslocação contínua dos atores impedem, o enquistamento de posições fixas de ascendente e privilégio. Por outro lado, enquanto os conhecimentos especializados e setoriais se tornam extraordinariamente complexos, pelo contrário, os conceitos e métodos necessários para o domínio das questões de alcance mais geral serão simplificados em extremo, ficando assim ao alcance da compreensão e da intervenção informada de todos.

O organismo social funcionará então de forma perfeitamente integrada, produzindo, reproduzindo e revolucionando continuamente os meios materiais da sua existência com base na iniciativa livre de todos e cada um dos seus membros, sem qualquer distinção qualitativa. Assim se encerrará finalmente o longo ciclo histórico da divisão do trabalho, das sociedades de classes e do Estado.

Sobre a teoria marxiana da história nas “Formações econômicas pré-capitalistas”*

MARCO VANZULLI**

O texto e sua perspectiva teórica e histórica

Referindo-nos ao famoso escrito *Formações econômicas pré-capitalistas*, que integra os *Grundrisse*, pretendemos desenvolver algumas considerações sobre os objetivos e a lógica que governam a tentativa marxiana de determinação das linhas do percurso histórico que põe fim ao sistema capitalista de produção. Antes de tudo, indicaremos o caráter pragmático peculiar que preside a reconstrução da passagem evolutiva da forma originária da propriedade comunitária às relações de propriedade que caracterizam o modo de produção capitalista. Mostraremos, pois, como, à primeira vista paradoxalmente, uma certa relação com o pensamento hegeliano permite a Marx pensar o processo histórico de forma absolutamente não hegeliana. Consideramos que, de uma tal análise, se possa extrair algumas úteis – embora parciais – conclusões sobre o caráter da teoria marxista da história. Esta se apresenta fundamentalmente como forma de prática teórica a serviço da práxis histórico social – excêntrica, portanto, em relação à tradição ocidental aristotélica da ciência teórico-contemplativa: pesquisa *in fieri* e, ao mesmo tempo, aplicação e elaboração de

* Tradução do italiano de Zaira Rodrigues Vieira.

** Pesquisador da Università degli Studi di Milano-Bicocca.

um método complexo, composto de vários níveis lógico-disciplinares unificados em vista da determinação das estruturas específicas do modo de produção capitalista e de suas relações com outros modos ou modelos de produção.

O texto das *Formen* apresenta, certamente, o caráter de texto-laboratório no qual Marx tenta deduzir uma reconstrução teórico-histórica absolutamente particular e inédita, mas não se trata de uma improvisação ou de um interesse extemporâneo. Nos encontramos, na verdade, face a um texto que é fruto de longos anos de reflexão, que precede em pouco *O Capital* – tendo sido mesmo usado na elaboração deste texto – e no qual se encontram e se compõem, numa única análise, as técnicas de investigação próprias a diversas disciplinas. Trata-se de disciplinas fundamentais, cada uma a seu modo, na formação do pensamento marxiano: a filosofia (sobretudo, no caso, a filosofia hegeliana); a economia política; os estudos de história antiga nos seus diferentes componentes, em particular, o direito antigo, enquanto concernente às formas e às relações de propriedade. As *Formen* é, certamente, um texto complexo, que se expressa por fórmulas sintéticas e no qual nos encontramos, como escreveu Eric Hobsbawm, frente ao desenvolvimento e ao procedimento do pensar de Marx, em que se pode, pois, seguir Marx enquanto pensa¹. Um modo de analisar este texto seria, portanto, aquele que toma em consideração suas diferentes almas cognitivas, reconstruindo, de cada uma, sua função e importância. Sem esquecer, porém, a compacidade das *Formen*, que podemos considerar, deste ponto de vista, uma unidade múltipla. Tanto no texto, quanto na mente de Marx, enquanto redige, enquanto trabalha e pensa, estes componentes heterogêneos não estão simplesmente reunidos, uns ao lado de outros, mas são partes ativas num todo. Portanto, a consideração da função e da maneira de agir de cada um deles poderia ser considerada, de algum modo, como uma análise propedêutica para voltar, depois, ao texto em sua complexidade e integridade. Aqui, nos deteremos fundamentalmente sobre a função desenvolvida pelo aparato conceitual e dialético da filosofia hegeliana, tentando, pois, sobre a base das considerações desenvolvidas, tirar alguma conseqüência relativa à teoria da história em Marx.

O objetivo fundamental das *Formen* é o de estabelecer de que modo se chega à estrutura da propriedade que caracteriza o modo de produção capitalista, isto é, à figura da simples força de trabalho e à possibilidade da acumulação originária que está na base do capital. É este o caráter que une os diferentes aspectos deste texto e que indica justamente aquela compacidade à qual nos referimos. Trata-se, pois, de entender como se produz “a separação do trabalho livre em relação às

¹ Cf. E. Hobsbawm. *Karl Marx, Formações econômicas pré-capitalistas – Introdução*. 5º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1986, p. 19.

² K. Marx. *Forme che precedono la produzione capitalistica*, in K. Marx - F. Engels, *Opere*, vol. XXIX (1857-1858). Roma, Editori Riuniti, 1986, p. 407.

condições objetivas de sua realização”². Com efeito, ao estabelecer os tipos históricos de propriedade, Marx tem sempre em mente a oposição entre proprietário e trabalhador que se dá na figura do trabalho assalariado. A propriedade é, em primeiro lugar, uma relação, como, de resto, o próprio capital. Os indivíduos não agem como meros trabalhadores na propriedade fundiária privada nem na propriedade coletiva. O indivíduo como trabalhador é um produto histórico³, assim como o homem enquanto indivíduo. Marx considera as formações pré-capitalistas em geral como formações econômicas cujo fim é a produção de valores de uso⁴, nas quais o indivíduo não é justamente um simples trabalhador livre, mas sua relação com as condições de trabalho é mediada por sua existência como membro da comunidade. Não é, com efeito, a *unidade* do homem com as condições naturais inorgânicas que necessita, segundo Marx, de uma explicação, mas antes sua separação, que se realiza plenamente apenas na relação entre o trabalho assalariado e o capital⁵. Como afirma, ainda, na *Introdução de 1857*: “O trabalho parece uma categoria de todo simples. A representação do trabalho, também, nesta generalidade, como trabalho em geral, é muito antiga. E, todavia, considerado nesta simplicidade, do ponto de vista econômico, o ‘trabalho’ é uma categoria tão moderna quanto o são as relações que produziram esta simples abstração”⁶. As *Formen* considera, portanto, o processo histórico enquanto processo de *dissolução* do vínculo entre o trabalhador e suas condições objetivas de trabalho⁷, tanto assim que a última parte do texto é dedicada à descoberta da gênese da acumulação originária do capital à luz da dissolução dos modos de produção precedentes.

Quando se trata de compreender a teoria da história de Marx – ou de articular uma tal teoria a partir do materialismo histórico – não se pode esquecer que é este o ponto de vista marxiano⁸. Em outros termos, a linha de desenvolvimento fundamental do materialismo dialético apresentada no *Prefácio de 1859*, que prenuncia o socialismo através dos modos de produção antigo clássico, feudal e capitalista, não deve ser tomada como uma prospectiva absoluta ou universal. Não o era pelo próprio Marx, como fica claro do interesse demonstrado, nos anos oitenta, pela comunidade rural russa com relação à eventualida-

³ Idem, *ibidem*, p. 408.

⁴ Idem, *ibidem*, pp. 417-418.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 422.

⁶ Cf. K. Marx. “Introduzione del 1857”, in *Per la critica dell’economia politica*. Roma, Editori Riuniti. 1984, p. 191.

⁷ K. Marx, *Forme che precedono la produzione capitalistica*, op. cit., pp. 434-436.

⁸ Este aspecto é claramente compreendido e expresso por G. Sofri. *Il modo di produzione asiatico. Storia di una controversia marxista*. Torino, Einaudi. 1974 (1979), pp. 192-195.

de da revolução, e, ainda, da constatação de que, para a maior parte dos povos do mundo, o capitalismo não é o resultado de uma evolução interna, mas um modelo econômico imposto a partir da revolução mercantil, como é o caso da estática formação social indiana. Na *Introdução de 1857*, Marx afirma que “a anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco”, isto é, afirma que aquilo que é plenamente desenvolvido, aquilo que “se desenvolveu em todo o seu significado”, a “forma superior”, pode permitir a compreensão das formas inferiores. Assim, as categorias que exprimem as relações e a estrutura da organização histórica mais desenvolvida e complexa – a sociedade capitalista – permitem compreender a estrutura e as relações de produção de todas as sociedades que a precede e que constituem sua premissa histórica (“com os restos e os elementos das quais ela se edificou”)⁹. Todavia, Marx não se põe, através deste discurso, o problema de compreender cientificamente a *forma inferior não desenvolvida*, mas, ao contrário, o de iluminar melhor a gênese da *forma superior plenamente desenvolvida*, ao estudo da qual está se dedicando, seja, precisamente, o modo de produção capitalista. É o caso das categorias econômico-jurídicas do dinheiro e da propriedade, que, como o *concreto* e o *simples* plenamente desenvolvidos, são o resultado das condições mais avançadas¹⁰.

Não escapa a Marx, porém, como tal compreensão do passado a partir do ponto de vista do presente, que desenvolveu algumas das antigas formas, implica uma concepção unilateral do próprio passado e a tendência a considerar as formas precedentes como simples etapas que devem conduzir à forma última. Para ser crítica das outras formas, a forma judicante deve ser, antes de tudo, autocrítica.¹¹ Mas, ao invés de desenvolver estes motivos com o fim de esmiuçar uma análise metodológica da possibilidade de uma representação objetiva do passado, Marx separa claramente a ordem do desenvolvimento histórico das categorias econômicas da ordem em que estas mesmas categorias se apresentam no interior da moderna sociedade capitalista – ordem que se apresenta de forma invertida em relação à ordem natural ou evolutiva¹². Para além dos princípios metodológicos do conhecimento histórico que Marx aborda, seu objetivo não é, pois, nem nas *Formen* nem em *Para a Crítica da Economia Política*, o de construir uma história objetiva e completa dos modos de produção econômicos precedentes ao modo de produção capitalista, mas, apenas, compreender melhor a gênese histórica e, portanto, a natureza deste último. Como escreveu Mario Dal Pra: “No curso do período no

⁹ K. Marx, “Introduzione del 1857”. In: *Per la critica dell’economia politica*, op. cit., p. 193.

¹⁰ Idem, ibidem, pp. 190-191.

¹¹ Idem, ibidem, p. 194.

¹² Idem, ibidem, pp. 194-197.

qual Marx vinha preparando o texto *Para a crítica da economia política*, ele se encontrou evidentemente dividido entre duas perspectivas diferentes: aquela que se afirmou primeiro foi a perspectiva de dar o devido relevo às questões de método e aos critérios gerais da pesquisa; a que prevaleceu de modo conclusivo foi a de silenciar toda questão de ordem geral ou preliminar, apresentando, antes, o desenvolvimento histórico dos estudos nos quais a nova investigação se situa-va”¹³.

As categorias hegelianas

O texto das *Formen* apresenta um valor particular no interior da produção marxiana na medida em que mostra muito claramente a ação das categorias hegelianas estruturando a lógica do pensamento marxiano. E não estamos referindo-nos, neste caso, nem à teoria da inversão materialista da filosofia hegeliana nem às analogias estruturais entre a filosofia da história hegeliana e a teoria da história marxiana como ela se apresenta, ainda, na *Crítica da Economia Política*¹⁴. De fato, a ação das categorias hegelianas, a lógica da reflexão, será algo de duradouro, a verdadeira e persistente hereditariedade hegeliana em Marx, que observamos estruturar seu modo de pensar e argumentar ainda n’*O Capital*. Nas *Formen*, é evidente, Marx utiliza os pares de oposição mediato/imediato, substância/indivíduo, substância/acidente, existência/essência, exterior/interior, totalidade/particularidade, subjetividade/objetividade, objetivação/estranhamento, a passagem dialética de uma forma a sua oposta. Estes pares e conceitos ajudam Marx a pensar a matéria histórico-econômica das *Formen* em suas relações e em sua dinâmica processual. Por exemplo, na forma originária da comunidade natural, os indivíduos são puros acidentes em relação à substância da comunidade, enquanto emer-

¹³ M. Dal Pra, *La dialettica in Marx. Dagli scritti giovanili all’”Introduzione alla critica dell’economia politica”*. Bari: Laterza. 1977, p. 284.

¹⁴ Em particular, no famoso *Prefácio* de 1859, cf. K. Marx. *Per la critica dell’economia politica*, op. cit., p. 6. Veja, sobre este último ponto, a análise correta de Gianni Sofri, que ilustra porque a indicação dos modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês como “épocas que marcam o progresso da formação econômica da sociedade” não pode ser considerada indício de uma teoria unilinear ou universalista. In: G. Sofri. *Il modo di produzione asiatico. Storia di una controversia marxista*, op. cit., pp. 52 e 209-210. Cf., ainda, E. Hobsbawm. *Karl Marx, Formações econômicas pré-capitalistas – Introdução*, op. cit., pp. 16-18. Sobre a analogia entre a problemática da *Crítica da economia política* e a da filosofia da história de Hegel, veja A. Boito. “O lugar da política na teoria marxista da história”. *Crítica Marxista*, São Paulo: Boitempo, n° 19. 2005, pp. 62-82, tr. it. de M. Vanzulli, “Il posto della politica nella teoria marxista della storia”. *Quaderni Materialisti*. Milano: Ghibli, n° 3-4. 2004-2005, pp. 21-40.

¹⁵ K. Marx. *Forme che precedono la produzione capitalistica*, op. cit., pp. 410-411.

gem como subjetividade na segunda forma, na qual aparece a separação entre cidade e campo e o indivíduo não é mais um acidente em relação à comunidade na medida em que se torna proprietário privado¹⁵. O ponto de partida é a *unidade natural* do trabalhador com seus pressupostos materiais, enquanto pressupostos naturais. O esquema hegeliano da emersão da subjetividade da substância ajuda Marx a pensar o desenvolvimento das formas de propriedade e sua privatização.

Marx tem, com efeito, necessidade de categorias abstratas, não no sentido genérico, válido para toda análise historiográfica, mas no sentido específico do elevado grau de abstração próprio das *Formen*. O que depende da natureza da análise que Marx desenvolve aqui, qual seja: a definição do desenvolvimento multilinear que determina as condições específicas do modo de produção capitalista. Assim como a teoria do modo de produção capitalista que Marx realiza n' *O Capital* é uma teoria submetida a uma particular rarefação teórica, a uma abstração que a considera em sua “media ideale”, sem tomar em consideração o “movimento real da concorrência”¹⁶, analogamente, nas *Formen*, o processo é cristalizado, as relações de propriedade são consideradas por si só em suas conexões dinâmicas e evolutivas segundo uma abstração conceitual muito elevada, na qual as figuras históricas estão em relação recíproca como essências. Por isto, torna-se indispensável empregar os conceitos da filosofia hegeliana. Indispensável e natural, pois, não se pode pensar que Marx já tinha em mente esquemas de desenvolvimento e que, em seguida, os descrevia através de conceitos hegelianos, mas é exatamente através destes últimos que o esforço cognitivo marxiano pode se explicar. Marx utiliza as categorias hegelianas, em particular, nos pontos do texto em que os pares conceituais opostos comportam uma comparação ou uma potencialidade dinâmica. Com Hegel, Marx reconhece que toda figura histórica é uma relação que contém em si aquilo que se lhe opõe e que é o outro de si, mesmo que, por vezes, em sua modalidade negativa. Quando Marx escreve (e se trata apenas de um exemplo entre muitos outros): “como ser isolado, o homem se refere, desde então, apenas a si próprio, enquanto os meios para se pôr como isolado tornaram-se, ao contrário, seu ser

¹⁶ Cf. K. Marx. *Manoscritti del 1864-1865*, apud A. Mazzone. “Introduzione”. In: Alessandro Mazzone (org.), *Mega: Marx ritrovato, grazie alla nuova edizione critica*. Roma, Mediaprint. 2002, p. 19.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 429.

¹⁸ Cf., sobre este ponto, o que escreve Jean-Pierre Lefebvre na introdução da edição francesa dos *Grundrisse* : «Si Marx utilise, ou plutôt réutilise, les catégories d'une philosophie dont il dit par ailleurs être sorti, c'est afin de tenir *ensemble* tout l'univers réflexif construit par l'économie politique classique, au-dessus de l'*antagonisme* qui exprime l'essence du mode de production capitaliste en tant que réalité *historique*; mais c'est aussi afin de pouvoir exposer la critique historique de ce que l'économie présente comme une nature, un *être*. Bref, il s'agit d'un choix (ou d'une contrainte) théorique. Mais aussi, d'une certaine façon,

universal e comum”¹⁷, pensa como um hegeliano e utiliza a relação dialética dos conceitos postos no processo para descrever uma figura histórica, neste caso, o caráter contraditório do indivíduo isolado em relação à comunidade e ao universal¹⁸.

O lugar e os limites da dialética

O desenvolvimento das formas de propriedade se compreende por meio da relação entre a *reprodução* e a *transição*; busca-se a tendência que conduz, por seu próprio desenvolvimento endógeno, por sua própria “dialética” de produção e reprodução, de uma formação social a outra. A argumentação se esforça por seguir a lógica interna das formas de modificação da propriedade e das relações de produção de uma dada formação social. Os modos de transição podem ser descritos de acordo com um processo constante e típico, diverso para cada formação social. Não são pressupostas, pois, leis dialéticas válidas de maneira geral, mas o que se tenta, na verdade, é antes a reconstrução do processo de cada formação social, seguindo, nele, suas conexões essenciais. É como se o sujeito *desta* reconstrução fosse o próprio processo. O estudo das *Formen* não é, de forma alguma, portanto, um estudo puramente histórico, mas, ao contrário, ele é a análise dos elementos conceituais da reprodução, considerados neles próprios. Estamos, pois, face a tipos de reprodução diversos, que dizem respeito a formas diversas de propriedade e de relações de produção, nos quais encontram-se reunidas condições essenciais dadas, conceitualizadas. Não é um modelo filosófico, de filosofia da história, que constitui o caráter desta investigação. Levando-se em conta a limitação das fontes históricas sobre as quais Marx está trabalhando, trata-se da tentativa de reduzir a multiplicidade das sociedades conhecidas a algum tipo geral sobre a base das relações de propriedade. Isto constitui apenas em certa medida uma explicação do processo civilizatório, concebido, aliás, enquanto passagem de uma formação social a outra; mas a compreensão da lógica do processo e de sua dialética não depende de um objetivo historiográfico ou de explicação das leis da evolução social enquanto tais, pois, esta análise se coloca precisamente no interior do estudo sobre o modo de produção capitalista. Justamente pelo caráter fundamentalmente teórico-abstrato da análise das *Formen*, Marx não identifica inteiramente as formações

d’un choix (ou une contrainte) théorique de circonstance dans la mesure où il est fait sous la pression d’une conjoncture d’urgence: il y a avait urgence dans l’esprit de Marx à dominer conceptuellement le processus en train de s’accomplir. Ce qui, dans un ouvrage publié, aurait pu sembler une rechute dans la philosophie et un démenti explicite de la critique faite à Proudhon, apparaissait à Marx plutôt comme une expérimentation en laboratoire dont il estimait sans doute bien connaître les procédures: une opération heuristique à haut risque mais nécessaire». J.-P. Lefebvre. *Introduction à K. Marx, Manuscrit de 1857-1858 «Grundrisse»*. Paris, Editions Sociales. 1980, p. XII-XIII.

pré-capitalistas com entidades histórica e geograficamente determinadas. Ele procura, de fato, nas formas pré-capitalistas, os modos de existência das categorias que o capital lhe forneceu e acentua seus pontos de contato mais que suas diferenças, tendo em vista que entende a história destas formações, sobretudo, como pré-história do capital¹⁹. De todo modo, se, por um lado, a evolução é compreensível em seus princípios e em suas conexões, por outro lado, no interior de cada processo histórico, restam diversas as conexões que podem ser instauradas e, portanto, os êxitos possíveis. A lógica do processo é retirada, por meio de mediações e abstrações, de sua base de eventualidade. Isto comporta, ao mesmo tempo, a contingência da história e a possibilidade de descobrir as leis de seus possíveis desenvolvimentos. Não é, pois, possível pensar um processo de desenvolvimento universal e unilinear²⁰.

A reprodução suprime, pouco a pouco, as condições sobre as quais se baseia uma dada formação social, isto é, a comunidade e as relações de produção que lhe constituem o fundamento. A reprodução é, tendencialmente, evolutiva, e isto concerne, no limite, também à formação estática por excelência, isto é, a forma asiática. O pressuposto econômico de uma formação social é modificado por seu próprio crescimento quantitativo no interior da reprodução (aumento da população, da pobreza, etc.) e, também, pelo sobrevir de elementos exteriores (guerra, conquista, comércio²¹), mas o desenvolvimento é, de forma tendencial, concebido como inerente à própria reprodução: é a reprodução de relações pressupostas. É este o motivo principal deste escrito – o desenvolvimento na reprodução – embora Marx não exclua *de facto* as variáveis devidas à influência cultural. Visto que o desenvolvimento ocorre na reprodução, trata-se de um desenvolvimento limitado, que se produz no interior de condições determinadas; todavia, o ampliar-se desta limitação entra, pouco a pouco, em contraste com a

¹⁹ Cf. G. Sofri, op. cit., pp. 45 e 41-43.

²⁰ A análise de Gianni Sofri retrodata de 1846 uma visão marxiana do desenvolvimento histórico prudente e complexa, de forma alguma unilinear, mas que tende, sim, a pensar as possíveis diferentes formas de propriedade, de divisão do trabalho, isto é, as diversas organizações sociais e os modos de produção como vias alternativas do desenvolvimento a partir da sociedade tribal primitiva. Também na *Ideologia alemã*, Marx e Engels fornecem apenas a descrição das formas de propriedade que se sucederam historicamente na Europa, sem pretender minimamente exaurir a história universal ou dar o desenvolvimento necessário de toda a civilização, cf. idem, ibidem, pp. 23-24.

²¹ Sobre a importância do escambo na dissolução do comunitarismo, da unidade indistinta e originária entre o indivíduo e a comunidade, cf. K. Marx, *Forme che precedono la produzione capitalistica*, op. cit., p. 429.

²² Idem, ibidem, p. 419.

base, ainda que, no início, esta pareça conhecer uma transformação compatível com os próprios pressupostos²². Trata-se de uma dialética interna à transformação própria da reprodução, não de uma dialética supra-histórica e geral, típica de uma filosofia da história. É uma dialética que depende de um crescimento quantitativo que, a um certo momento, quando torna-se incompatível com a forma no interior da qual se desenvolveu, comporta uma ruptura em direção ao estabelecimento de uma nova forma, isto é, comporta o instaurar-se de novas relações de propriedade. Lei dialética hegeliana que Marx aplica intencionalmente: “Aqui, como nas ciências naturais, evidencia-se a justeza da lei descoberta por Hegel, em sua *Lógica*: modificações puramente *quantitativas* além de certo ponto se transformam em modificações *qualitativas*”²³. A conservação da comunidade, isto é, a reprodução dos indivíduos como proprietários, comporta a destruição de suas condições específicas e ela “se inverte em seu contrário”²⁴. Certo, esta é a bem conhecida dialética do quantitativo-qualitativo, entre as forças produtivas e as relações de produção, do prefácio a *Para a crítica da economia política*, com seu suspeito (ou potencialidade de) economicismo²⁵. Aqui, porém, esta dialética não se apresenta como a dialética da história universal, mas como a forma dialética da reprodução enquanto desenvolvimento particular e específico de uma comunidade ou de uma formação social. De resto, como absolutizar o objeto cognitivo da história universal, quando é bem sabido que “a história universal não existiu desde sempre; a história, enquanto história universal, é um resultado”²⁶? O caso da formação asiática mostra que as relações que estruturam uma sociedade podem, também, impedir o desenvolver-se de uma tal dialética. Seria interessante ver quais elementos freiam, com maior incidência, o processo evolutivo, pois, teríamos uma confirmação, por via negativa, de quais elementos o provocam. Elementos de caráter quantitativo, tal qual o aumento da população em relação aos recursos? Elementos de caráter sócio-político, como a organização da formação social analisada junto ao nível de desenvolvimento tecnológico e de vida material? Certo, novamente o caso da formação asiática poderia conduzir-nos a mostrar que a consideração dos aspectos atinentes apenas ao desenvolvimento das forças produtivas não seria suficiente para elucidar a evolução ou estagnação de uma formação social. Também a famosa dialética das forças produtivas e das relações de produção do

²³ K. Marx, *O Capital. Crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1980, I, p. 353.

²⁴ K. Marx, *Forme che precedono la produzione capitalistica*, op. cit., pp. 426-427.

²⁵ K. Marx, *Per la critica dell'economia politica*, op. cit., p. 5.

²⁶ K. Marx, *Introduzione del 1857*, op. cit., p. 198.

Prefácio de 1859 revela-se como uma abstração explicativa do desenvolvimento, uma abstração bem mais esquemática que aquela que se encontra nas *Formen*, embora, em larga medida, construída sobre a mesma lógica.

Voltando, pois, à dialética da reprodução, é preciso insistir sobre o fato de que esta deve ser entendida como uma conceitualização, uma simplificação, a aplicação de um esquema hegeliano necessário para se pensar um processo histórico sob uma perspectiva particular. A história apresenta um quadro de elementos que podem concorrer para o desenvolvimento civilizatório muito mais complexo que aquele presente no esquematismo dialético. Estes elementos não podem, de fato, ser compreendidos em categorias mais gerais já contempladas no esquema dialético, nem ser considerados aparências despojadas de eficácia autônoma. Se se considera a dialética das forças produtivas e das relações de produção, apresentada na *Crítica da economia política*, somos, logo, conduzidos a aporias que colocam forçosamente em discussão o materialismo dialético. Não se poderia, por exemplo, explicar porque a França foi o país das revoluções políticas burguesas, enquanto o país que apresentava a forma mais desenvolvida do modo de produção capitalista era a Inglaterra. É claro que se faz necessário encontrar uma explicação desta diferença recorrendo-se a elementos externos àqueles que desencadearam as passagens dialéticas. Há, portanto, elementos do processo histórico não simplesmente acessórios e secundários que escapam a esta e também a qualquer outra dialética. Marx sabe muito bem que a dialética dos conceitos de força produtiva e relações de produção é “uma dialética cujos limites têm que ser definidos e que não anula a diferença real”²⁷. Em outros termos, retomando o texto das *Formen*, seu caráter abstrato e sua tentativa de descrever as linhas gerais do desenvolvimento nos dá uma indicação no sentido da não ontologização da dialética, do não fazer da dialética uma ontologia histórica. A dialética marxiana não se apresenta, pois, como a lógica hegeliana que se desenvolve sobre uma base materialista, mas, num certo sentido, como uma abstração heurística, uma conceitualização que comporta uma especial simplificação e esquematização e que não tem como objetivo a descrição integral dos movimentos evolutivos reais, mas a determinação das passagens centrais de linhas particulares de desenvolvimento *ad quem*, das particulares tendências evolutivas que conduzem ao modo de produção capitalista.

Certamente, a questão da dialética em Marx é bastante complexa, requer uma exploração analítica mais ampla no interior da obra marxiana. Basta pensar no Posfácio

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 197.

²⁸ Cf. K. Marx, *O Capital. Crítica da economia política*, op. cit., I, pp. 16-17.

²⁹ Cf. N. Bobbio, “La dialettica in Marx”. In: *Rivista di Filosofia*, nº 49. 1958, p. 346.

à segunda edição d' *O Capital*, onde é o próprio Marx que propõe a interpretação do materialismo dialético como oposto ao idealismo dialético hegeliano, a dialética reposta sobre seus próprios pés²⁸. Talvez fosse preciso seguir a sugestão de Norberto Bobbio em relação à pluralidade de significados que o termo dialética recebe no curso da obra de Marx²⁹. Bobbio propõe esta distinção geral: “A dialética pela qual Marx se apaixonou e em torno da qual trabalhou nos anos de maturidade, à medida em que avançava na pesquisa da economia política – vindo mesmo a falar de uma nova ciência econômica elaborada com método dialético – não é a mesma que ele descobriu nos anos juvenis, quando traçou as grandes linhas de uma filosofia da história não mais do ponto de vista do homem teórico, mas do homem prático (uma espécie de fenomenologia com a cabeça para cima ou, em outros termos, não uma fenomenologia do espírito, mas do indivíduo empírico). A primeira é um método de pesquisa científico (ou que ele considera como tal), um cânone ou uma série de cânones para uma compreensão mais adequada das categorias da economia, que são categorias históricas e não naturalísticas ou metafísicas; a segunda é um método de interpretação da história na totalidade de seu processo”³⁰. A dialética de que estamos tratando é, pois, a primeira destas duas elucidadas por Bobbio, embora pareça que se pode falar, para o Marx da maturidade, de uma coexistência destas duas dialéticas, que foram, também, nomeadas, respectivamente, “sintética” – aquela que concerne a uma concepção dialética da totalidade do desenvolvimento histórico – e “analítica” – aquela que vale como um instrumento de análise aplicado a um complexo determinado de fatos³¹.

A simplificação e conceitualização operada por Marx permite, por um lado, ressaltar muitos elementos do processo histórico real, permite, sobretudo, isolar seus fatores de desenvolvimento fundamentais. No caso do texto das *Formen*, trata-se dos fatores de desenvolvimentos fundamentais da instância jurídico-proprietária. Por outro lado, esta conceitualização e sua dialética comporta um empobrecimento que exclui outros aspectos do próprio processo histórico, que devem, ao contrario, ser levados em conta. Isto se deve *in primis* à intenção pragmática que permeia toda a reconstrução histórico-evolutiva e que faz com que ela seja conduzida segundo a particular angulação de perspectiva à qual acenamos. Além disto, é preciso considerar o caráter individual e específico de todo processo civilizatório, de toda formação social concreta, que remete

³⁰ Idem, ibidem, p. 349.

³¹ Cf. M. Dal Pra, op. cit., pp. XIX-XXI. Em sua análise, que considera as obras de Marx até 1857, Dal Pra insiste sobre a reconsideração da *Lógica* hegeliana, do método dialético e, sobretudo, da noção hegeliana de totalidade originária, na *Introdução de 1857* – depois da posição fortemente crítica em relação à dialética presente na *Sagrada família*, na *Ideologia alemã* e na *Miséria da filosofia* (pp. 283-325).

³² Cf., por exemplo, K. Marx, *Introduzione del 1857*, op. cit., pp. 172 ss. e 189.

a uma configuração típica, mas passível de estruturar, em seguida, de acordo com modalidades próprias, o conjunto constituído pela união das forças e das relações de produção. Estes elementos extra-dialéticos são decididamente levados em conta por Marx em suas obras históricas; ele, ainda, tem consciência da não-identidade entre representação científica e movimento real, entre abstrato e concreto. O *concreto* pode ser apenas o resultado da pesquisa científica, e não o ponto de partida³².

A análise marxiana insiste, nas *Formen*, sobre os elementos diacrônicos porque é conduzida do ponto de vista do ancoradouro capitalista, como temos visto. A tendência evolutiva reside justamente no fato de que a reprodução tende a impelir, para além de si mesma, à dissolução da forma que reproduz. Concedendo o desenvolvimento como reprodução, torna-se possível uma teoria materialista da história que exclua a descrição idealista da mudança sócio-cultural baseada unicamente na ação de fatores ideais. Precisamente porque, nas *Formen*, estamos diante de uma tentativa de determinação do desenvolvimento das formas de propriedade, a função dos fatores ideais não é levada em consideração. Poderíamos dizer a mesma coisa a propósito das forças produtivas, embora Marx indique o caráter fundamental destas e a correspondência que deve existir entre seu nível de desenvolvimento e aquele das formas de propriedade. Mas, justamente, a dialética não consegue compreender tudo, e se, no Prefácio a *Para a crítica da economia política*, a abstração dialética se fixa, sobretudo, no desenvolvimento das forças produtivas, aqui, ela se concentra sobre o desenvolvimento das formas de propriedade. É preciso então voltar-se para outro lugar para saber qual seria, no movimento da reprodução, a relação entre as forças produtivas e os fatores ideais, como a política e o direito, enquanto elementos de organização das relações de produção e do arranjo civil da comunidade. Para outro lugar, na própria obra de Marx, e também para as diversas tentativas elaboradas dentro da tradição marxista.

As *Formen* constituem, assim, apenas uma peça, embora, estimamos, de considerável importância, para reconstruir a teoria marxiana da história ou mesmo para elaborar uma teoria marxista da história. O que aparece evidente é que se trata, aqui, de uma reconstrução do processo histórico que remete a uma teoria multilinear da história, sendo que as diversas formas pré-capitalistas não são reconduzidas a uma origem histórica comum, colocada sobre uma mesma linha. Sua origem comum é, ao contrário, ao mesmo tempo, *natural e conceitual*, isto é, a unidade dos homens com a propriedade enquanto pressuposto natural. Um tal pressuposto natural – descrito, aqui, de forma hegeliana, também na estrutura em torno da qual se organizam suas relações internas – se tornará mais complexo quando os conhecimentos marxianos sobre as sociedades “primitivas” se enriquecerão graças à leitura das obras de Maurer, Morgan e Kovaleskij. Por outro lado, se as diferentes evoluções descritas têm uma tendência comum (as sociedades capitalistas) no sentido que tem sido indicado – isto é que Marx busca entrever a modalidade própria a cada formação para chegar à separação do trabalhador em relação à

Concepção de história e apostasias de esquerda

MÁRIO DUAYER*

Este artigo desenvolve idéias apresentadas em um seminário em honra do historiador marxista britânico E. P. Thompson (doravante EPT)¹. Focaliza uma obra pouco comentada do autor com o propósito de destacar sua importância teórica e sua atualidade para a tradição marxista. Na referida obra – *An Open Letter to Leszek Kolakowski*² –, como se procura demonstrar no artigo, ao analisar as metamorfoses do pensamento dissidente comunista polonês Leszek Kolakowski (doravante LK), o seu gradual afastamento da tradição marxista até a total apostasia, e localizar na concepção de história o eixo teórico de tal inflexão, EPT pôde antecipar e criticar, investigando este caso exemplar, o fundamento teórico substantivo das correntes de pensamento que, a partir dos anos 70, combatem o pensamento marxista a pretexto da luta contra toda metanarrativa.

Tradições teóricas e sistemas de crenças

Como se tratava, naquela oportunidade, do tributo a um pensador marxista, julguei prudente fazer preceder a discussão da *Carta* de um excuro sobre o desenvolvimento e a preservação das tradições teóricas. Se todo evento acadêmico em torno de um autor ou escola de pensamento cumpre a função corriqueira e necessária de presentificar parte do conhecimento social, o seminário em questão era um esforço deliberado de atualizar o pensamento de EPT e, por extensão, a tradição marxista. Tarefa que longe está de ser considerada indispensável. Para

* Professor da Universidade Federal Fluminense

¹ *Política e Paixão: Dez anos sem E. P. Thompson*, PPGSP/UFSC, Florianópolis, setembro de 2003.

² In Thompson (1978). Para simplificar as referências, daqui em diante a obra será citada como *Carta* e as páginas correspondentes aparecem sem qualquer outra especificação.

muitos a humanidade seria melhor se apagasse por completo esta sua herança obsoleta e, sobretudo, maldita. Pois é costume exótico de nossa época lançar aquele olhar de desdém para qualquer coisa que exiba vestígios de Marx. Sob uma ótica supostamente (pós-)moderna, superior, encara-se tais resquícios de séculos passados, de vidas passadas, como obsolescências a descartar. Não se lhes concede sequer o respeito solene que o arcaico costuma granjear. E isto vivendo uma vida cujas categorias e formas de pensamento precedem, lógica e historicamente, o que se qualifica de arcaico! Em vista deste comportamento maníaco-jubilatório (Derrida, 1994: 38), cabia sustentar a importância e a necessidade de manter e cultivar a tradição marxista.

No conforto de um seminário de esquerda, pude me referir às categorias marxianas de trabalho morto e trabalho vivo sem receio de causar a impaciência, a piedade ou o escárnio ativados hoje em dia com a simples menção do nome de Marx. Podendo fazê-lo, recordei algo sabido por todos: a educação e o aprendizado, em qualquer uma de suas modalidades, nada mais são do que trabalho vivo presentificando o trabalho morto cristalizado na cultura, na ciência. Trabalho vivo que dá sentido ao trabalho morto plasmado em livros, artigos e tratados. Um curso, uma tese, um livro, um seminário etc., não importa sua profundidade e originalidade, são modos pelos quais o trabalho vivo se apropria do trabalho morto, atualizando-o. São modos humanos de trazer para hoje as aquisições do passado.

Com tal imprudente esboço de uma lógica do desenvolvimento do conhecimento e da cultura, sugeri uma diferenciação no interior do processo, a saber, o problema da historicidade no interior da própria historicidade. A transmissão e aquisição de um patrimônio cognitivo produzem uma qualidade nova, uma consciência (social) capaz de compreender-se a si e, desse modo, atuar retroativamente sobre o próprio processo de sua autoconstituição. O que significa dizer que, a partir de certo ponto, a conservação, reelaboração e a transformação daquele patrimônio passam a ter um momento de deliberação.

A presentificação do conhecimento é processo complexo. Nem é totalmente deliberado, nem é completamente espontâneo. Não é linear nem caótico. O que uma época traz do passado e o que deixa inativo só pode ser explicado pelos imperativos da reprodução social, que pressupõem sujeitos que, de um modo ou de outro, baseados em uma herança em comum, têm de significar sua vida.

Em outro contexto, Lukács trata de questões que iluminam o problema. Ao enfatizar a objetividade (social) de toda forma de consciência, assinala que toda prática tem por pressuposto a apreensão mais adequada possível dos objetos e relações sobre os quais atua e que constituem suas condições. Na vida, quer o saibamos e queiramos ou não, somos obrigados nos comportar espontaneamente de maneira ontológica. Em outros termos, qualquer que seja a descrição sob a qual

tornamos o mundo compreensível para nós, mais ou menos desenvolvida, mais ou menos acurada, a vida nos exige um conhecimento objetivo do mundo. A ciência se desenvolve assim a partir da vida e na vida. Contudo, a passagem à cientificidade pode tanto “tornar consciente e crítica essa inevitável tendência [ontológica] da vida” como “atenuá-la, ou até fazê-la desaparecer”. E tanto mais quanto mais a própria realidade social oculta no plano fenomênico a sua própria essência. Em circunstâncias históricas favoráveis, a ciência pode desvelar a essência que, na vida cotidiana, fica velada nos fenômenos. Em condições adversas, contudo, a própria ciência pode “obscurecer e deformar indicações ou mesmo pressentimentos justos da vida cotidiana” (Lukács: 1984, 570).

A presentificação do conhecimento científico envolve uma seletividade em grande medida dependente de circunstâncias sociais, sobretudo quando coexistem tradições mais ou menos antagônicas em certo domínio. Em situações desfavoráveis, as próprias necessidades da vida social estimulam a preservação e a difusão de certas tradições científicas em detrimento de outras. Mas apesar da objetividade social deste processo e, por conseguinte, da objetividade (social) das tradições valorizadas, não se pode assumir *a priori* sua superioridade frente às tradições desprezadas. As circunstâncias sociais podem facultar e solicitar uma cientificidade que sequer se põe o problema do conhecimento objetivo, ou das estruturas e relações que co-determinam os fenômenos, restringindo-se à manipulação dos fatos imediatos. Neste caso, o critério de justificação e validação social da ciência se reduz à sua eficácia para a práxis imediata. Conseqüentemente, a justa posição de que a objetividade de toda teoria se afirma na prática sofre uma drástica reinterpretação. A prática que valida a teoria é reduzida à prática imediata. Lukács relaciona a crescente necessidade do capital em manipular todas as esferas da vida e o impacto desta tendência no desenvolvimento da ciência, que em geral participa deste processo com inteira consciência. Por isso,

[...] abstraindo as várias nuances que muitas vezes dão margem a violentas controvérsias, pode-se falar de uma tendência geral da época que... pretende a eliminação definitiva de todo critério objetivo de verdade, procurando substituí-lo pelos procedimentos que tornam possível uma ilimitada manipulação, corretamente operativa, dos fatos importantes na prática (ibid., 341).

[Se é assim, e se] de fato a ciência não se orienta para o conhecimento mais adequado possível da realidade existente em si, se não busca descobrir com seus métodos cada vez mais aperfeiçoados estas novas verdades, que são de modo necessário ontologicamente fundadas, e que aprofundam e multiplicam o conhecimento ontológico, então sua atividade se reduz... a sustentar a práxis no sentido imediato (ibid., 345).

Não há, portanto, só a possibilidade abstrata de que certas circunstâncias sociais podem obstruir o desenvolvimento da ciência, no sentido acima, ao favorecerem a preservação e difusão de tradições científicas que não buscam e não têm condições de buscar o conhecimento objetivo da realidade. Na verdade, como defende Lukács, na sociedade regida pelo capital esta é uma tendência concreta, que reduz toda a ciência a instrumento da prática imediata, a instrumento da reprodução do existente.

Lukács segue aqui indicações metodológicas, por assim dizer, que são legião na obra de Marx. Para citar apenas uma, já no fetichismo da mercadoria Marx dá conta da cientificidade específica da Economia Política:

[...] as categorias desenvolvidas da economia burguesa, como o preço, induzem o estabelecimento da condição de valor das mercadorias, por outro lado, dissimulam o caráter social e, portanto, o verdadeiro conteúdo.

[...] Formas desta natureza constituem as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas, portanto objetivas, ajustadas às relações deste modo de produção historicamente definido, a produção de mercadorias (Marx, 1978: pp. 84-5).

Ou seja, afirma textualmente o caráter objetivo da Economia Política, sua condição de forma de pensamento socialmente válida, porque ajustada às relações sociais regidas pelo capital, e, ao mesmo tempo, indica seu limite, por ser forma de pensamento que apreende tais relações sociais como relações naturais. Ao subtrair do objeto sua historicidade, constitui-se como forma de pensamento (científico, no caso) ahistórica. Nesta reflexibilidade, a sociedade aparece fixada em sua forma, e a forma de pensamento científico sanciona e aciona as práticas que reproduzem e fixam a forma.

Por esta razão, presentificar a tradição marxista representa o imperativo de preservar uma forma de pensamento que não suprime a historicidade de seu objeto. Ofício cujas dificuldades são evidentes. Já não é coisa pequena ser crítico das formas de pensamento científico “ajustadas ao modo de produção capitalista”; muitíssimo mais complicado é ser crítico do próprio “modo de produção” que fomenta e necessita aquelas formas de pensamento. A *Carta* de EPT deve ser analisada tendo presente esta dificuldade. Nela, EPT reafirma, contra o antigo correligionário LK, a necessidade de preservar a tradição marxista justamente no sentido indicado acima, i. é, como crítica da sociabilidade do capital e de suas formas de consciência.

O caráter fundamental desta tarefa é o tema de P. Anderson, em ensaio recente, onde justifica a necessidade de se reconstruir, reafirmar, o sistema de crenças

de esquerda tragado pelo caudal tardo-liberal. Ao discutir o papel das idéias nas grandes transformações históricas, Anderson fornece algumas ilustrações para mostrar que tanto à direita quanto à esquerda é possível encontrar seja os que atribuem às idéias um papel autônomo, seja os que as tomam como “meros epifenômenos mentais de processos materiais e sociais muito mais profundos”. (Anderson, 2002)

Anderson procura superar tal polaridade, em que a objetividade social parece ora como um processo que se efetiva sem o concurso dos sujeitos e suas idéias, ora como um processo posto a operar pelas idéias incondicionadas dos sujeitos. Dos seus argumentos, destaco a imagem que toma de Eliot para sustentar o papel central das idéias no curso dos processos sociais. Substituindo cultura, de que falava Eliot, por ideologia, Anderson a define como todo sistema de crenças importante estruturado em uma hierarquia de distintos “níveis de complexidade conceitual, que vão desde construções intelectuais altamente sofisticadas, ... passando por versões mais gerais e menos refinadas, às simplificações elementares e toscas em nível popular”. (Anderson, 2002) Sob esta ótica, um sistema de crenças é de fato um truísmo, pois provê a significação do mundo pressuposta pelo caráter intencional da práxis humana. Lukács enquadra o problema em termos similares, embora trabalhe com uma noção de ideologia distinta: “[...] a práxis postula por si só, necessariamente, uma imagem do mundo com a qual possa se harmonizar e da qual resulta da totalidade das atividades vitais um contexto pleno de sentido” (Lukács, op. cit.: 330).

Esta noção de sistema de crenças como totalidade estruturada de conhecimentos – no interior da qual as suas partes constitutivas adquirem sentido pleno e reciprocamente se validam, apesar de sua relativa autonomia como ciência, religião, noções da vida cotidiana –, é usada por Anderson para sustentar que o sistema de crenças *neoliberal* não tem paralelo na história, em sua universalidade intensiva e extensiva, nem mesmo no cristianismo. É neste sistema de crenças que o capitalismo, pela primeira vez na história se assume enquanto tal, ou seja,

em uma ideologia que anuncia o advento de um ponto final no desenvolvimento social, com a construção de uma ordem ideal baseada em mercados livres, para além da qual nenhum aperfeiçoamento é imaginável. Esta é a mensagem central do neoliberalismo, o sistema de crenças hegemônico que governou o globo na década passada. Hoje não há alternativa ao universo neoliberal, como um sistema de idéias dominante de alcance planetário. Estamos assistindo a mais bem sucedida ideologia política da história mundial. (Anderson, op. cit.)

De acordo com Anderson, a hegemonia do sistema de crenças neoliberal teve sua origem no trabalho inicialmente quase anônimo de Hayek, que se dedicou à presentificação da tradição liberal em circunstâncias adversas, no período

que vai do pós-guerra até a década de 70 do século XX, em que dominaram as concepções que mais ou menos abertamente defendiam a intervenção no mercado. Com a crise do *Welfare state*, i.e., do fracasso da administração do capitalismo por meio de políticas governamentais de inspiração keynesiana, a tradição liberal-conservadora tinha à mão o sistema de crenças neoliberal reconcionado sob os auspícios de Hayek. Em outras palavras, Anderson ilustra com o sistema de crenças neoliberal uma característica do processo de preservação de tradições científicas que sublinhamos anteriormente. Uma tradição, mesmo ficando inativa por um longo período, pode ser reativada e ganhar uma circulação social que a torna hegemônica. A condição para isso é ser continuamente atualizada. Mas nem todas as antigas idéias e ideais intencionalmente preservados ficam em uma espécie de fila na qual aguardam sua vez para (re)ingresso na história. Felizmente, há aquelas que não têm lugar no mundo real. Não é o caso dos “ideais” liberais, zelosamente preservados por Hayek – igualdade, liberdade, propriedade privada e individualismo. Como ilusões da esfera da circulação (Marx, op. cit., pp. 197-7), sempre podem ocupar um lugar, mais ou menos proeminente, nos sistemas de crenças que a ordem do capital promove e necessita. Reciprocamente, a crítica “das ilusões da esfera da circulação” (ibid.), por se referir à mesma objetividade social, sempre pode reaparecer integrando um sistema de crenças crítico da realidade que patrocina e solicita ilusões, e que, *ipso facto*, frustra desejos, desatende necessidades.

Este fundamento objetivo em que se apóia Anderson para reafirmar a possibilidade de reconstrução da tradição de esquerda. Isto porque, para ele, a história demonstra que as idéias cumprem um papel significativo no “equilíbrio da ação política e no resultado da mudança histórica”. De fato,

nos três maiores episódios de impacto ideológico moderno, o padrão foi sempre o mesmo. Iluminismo, marxismo e neoliberalismo: em cada caso um sistema de idéias foi desenvolvido a um grau elevado de sofisticação em condições de isolamento inicial do, e tensão com, o ambiente político circundante – com pequena ou nenhuma esperança de influência imediata. E foi somente quando eclodiu uma grande crise objetiva, pela qual de modo algum foram responsáveis, que os recursos intelectuais subjetivos gradualmente acumulados... de súbito adquiriram força avassaladora como ideologias mobilizantes com ação direta sobre o curso dos eventos. (Anderson, op. cit.)

Eis a lição que a história fornece para a esquerda: é preciso acumular “recursos intelectuais” para estar à altura das exigências postas pela própria história. E tal acúmulo, para Anderson, será tão mais abrangente em seu efeito quanto mais “intransigente e radical o corpo de idéias”. Hoje, com o mundo rendido por uma

única ideologia (sistema de crenças), a resistência e o dissenso não podem ser mais do que pontuais e episódicos se não se articulam e articulam um sistema de crenças no interior do qual possam adquirir um sentido para além da mera negação, sentido que não podem ter, exceto como ilusão, no sistema de crenças dominante. Deste diagnóstico tem-se o que a história reclama da esquerda:

pouco resultará... do débil ajustamento ... acomodação à ordem existente das coisas, atitude que ainda constitui muito do que passa por uma cultura “atualizada” de esquerda. O que é preciso, e que não chegará da noite para o dia, é um espírito inteiramente diferente – uma análise cáustica, resoluta e, se necessário, brutal do mundo tal como ele é, sem concessão às afirmações arrogantes da Direita, aos mitos conformistas do Centro, e tampouco, neste caso, às devoções *bien-pensant* de grande parte da esquerda. Idéias incapazes de chocar o mundo são incapazes de sacudi-lo. (ibid.)

Se Anderson delinea assim um programa de presentificação e transformação da tradição de esquerda, se indica desse modo sua necessidade e objetividade, se insiste que o corpo de idéias plasmado nesta reconstrução deve ser intransigente e radical para ter um impacto efetivo no curso dos eventos, há muito a preservar e muito a descartar. Quero argumentar que as contribuições de EPT estão indiscutivelmente no primeiro caso. E vou procurar fazê-lo sem levar em conta outros aspectos de sua obra³. Como foi dito, concentro-me exclusivamente na *Carta*, com o propósito de mostrar que ali, tomando LK como caso exemplar, EPT não apenas antecipa as apostasias de esquerda que capilarmente abasteceram nas últimas décadas do século XX o afluente curso da resignação e da passividade, mas faz um inventário de suas razões teóricas, que, vistas de hoje, mais de 30 anos depois, são, abstraídos os seus ornamentos retóricos, assombrosamente as mesmas.

Pretendo enfatizar a crítica que EPT elabora à idéia de LK de que a história não pode ser entendida e que, por isso, todo entendimento da história não passa da atribuição de valor (arbitrária) por parte do observador-pesquisador. Sublinho que EPT percebe nesta concepção o primeiro e decisivo passo de LK em direção à total rejeição da herança marxiana e, por isso, de sua apostasia. Analisando esta questão, o artigo tem o objetivo de sustentar que EPT antevê e refuta muitas das críticas às quais é submetido o pensamento de Marx nas últimas décadas por correntes supostamente libertárias, antitotalitárias⁴. Na *Carta* EPT articula argumen-

³ Sobre a relevância da obra de Thompson e as polêmicas que suscita, ver, por exemplo, McNally (1993).

⁴ Para uma crítica do conceito de totalitarismo, ver Zizek (2002).

tos contra idéias (pós-estruturalistas, pós-modernas e neopragmáticas) que teriam ainda que esperar alguns anos para ganhar circulação social generalizada. Lendo a *Carta*, não há como não constatar que EPT entrevê as teses que comparecerão como refutação de toda “grande narrativa”, do sujeito (agora descentrado) como agente moral e racional, ou como defesa do relativismo ontológico, da historicidade singular irreduzível das “formas de vida” etc. Mas a relevância da *Carta* vai além da crítica. Se hoje aquelas concepções, correntes e escolas de pensamento, meio combatidas, já não ostentam, com seu pretense ceticismo desencantado, aquele ar de infinita superioridade, a sua retirada de cena é mais aparente do que efetiva: continuam oferecendo sustentação a teorias e práticas, só que agora de maneira velada, como inconfessado espírito de época. Por isso, ao momento da crítica deve se seguir o momento da reconstrução, de afirmação do “sistema de crenças” alternativo.

A tragédia do stalinismo e desencanto revolucionário

A crítica de EPT a LK se dá no ambiente social, político e intelectual muito particular da Guerra Fria e do stalinismo. O próprio EPT delineia em traços gerais as dramáticas questões que se apresentavam aos pensadores de esquerda no período. Para entender o conteúdo da *Carta* e, sobretudo, sua motivação, é preciso expor, ainda que sumariamente, como EPT caracterizou a experiência daqueles anos. Em 1956, e nas lutas e derrotas posteriores pela transformação das sociedades do Leste Europeu, descreve a si próprio e a LK como representantes do revisionismo comunista, “estilhaços da fissão ideológica” que marcou a época. Ambos lutavam para “reabilitar as energias utópicas na tradição socialista”. Se os revisionistas comunistas do Leste Europeu enfrentavam a censura e a ameaça ostensiva do marxismo stalinista institucionalizado, o reduzido número de intelectuais britânicos comunistas pertencia “a uma tradição derrotada e desacreditada”, como sempre lembravam os representantes da cultura britânica ortodoxa; “não eram heréticos, eram bárbaros cuja presença dessagrava o altar dos deuses liberais” (pp. 93-4).

Os pormenores da fragmentação da esquerda com a repressão stalinista no Leste Europeu citados por EPT não vêm ao caso aqui. Importa apenas reter que a crítica de esquerda ao stalinismo já operava em tais circunstâncias históricas. Equilibrava-se em meio à polaridade instaurada pela Guerra Fria, em que a história parecia oferecer só duas alternativas: sistema capitalista ou stalinismo; ou seja, anticomunismo ou stalinismo. Daí o refluxo de grandes proporções na esquerda, à Leste e à Oeste, fruto da desilusão com o chamado “socialismo real”. EPT o exemplifica com a supressão da revolução húngara, que fez o Partido Comunista Britânico perder um terço de seus membros.

Neste processo, é claro, há de tudo, incluindo o surrado caminho da apostasia. Os dissidentes comunistas britânicos, entretanto, segundo EPT, não assumiram este

papel de renegados clássicos, até porque seu vínculo à tradição marxista independia de “qualquer desatino ou auto-ilusão do stalinismo”. Mantiveram a coerência e o compromisso com o “movimento comunista em seu potencial humanista”. E só puderam fazê-lo porque rejeitavam a interpretação do comunismo que omitia seus conflitos internos e a polarização absoluta do stalinismo em dois mundos (p. 95).

Com relação à evolução de LK, EPT admite que ele manteve e desenvolveu sua posição como marxista revisionista de 1957 a 1966, quando foi expulso do Partido Comunista Polonês. Todavia, a partir do exílio em 1968, tem dúvidas sobre a identidade de LK. Reconstruindo tal identidade de fragmentos de textos, EPT concorda em parte com as negativas que têm em comum: “desprezo pela ortodoxia comunista, ... objeção a slogans socialistas irrefletidos”. Mas o resultado deste conjunto de negativas já o deixa apreensivo: “sentido geral de derrota e negação; ausência de qualificações, de clareza sobre as razões do poder e da ideologia do capital, e de companheirismo com políticos aliados e antigos camaradas”, e total omissão do fato de que algumas de suas objeções ao socialismo revolucionário já haviam sido examinadas por parte da esquerda ocidental. Porém, com seus escritos na revista *Encounter*⁵, o dissidente polonês desbordou. Ali não se trata de eventuais divergências no interior da esquerda, mas de ofensa e traição. (p. 98)

Ao especular sobre as razões que teriam levado LK à total negação patente em tais escritos, EPT pensa no efeito do clima cultural e político reinante no Ocidente por ocasião de seu exílio: o Maio de 68, a ascensão do movimento revolucionário alemão, o “radicalismo” californiano etc., com o irracionalismo que irradiavam. Nada disto, para EPT, justifica a falta de generosidade e a impaciência de LK, que não soube vislumbrar, sob os aspectos negativos de tais movimentos, o “generoso entusiasmo da luta contra o racismo, contra a guerra, contra o conformismo ideológico”. LK não entendeu o que EPT nomeia “lei de desenvolvimento” da vida intelectual do Ocidente na fase de sociedade consumista competitiva: a moda cultural tem dinâmica similar à moda da alta costura. No caso da esquerda intelectual, tal lei se manifesta como oscilação irrefletida entre voluntarismo e determinismo. Nos dois casos, a consistência é coisa enfadonha e tende a morrer no silêncio. Ensurdido por tal silêncio, diz EPT, LK acreditou que a esquerda ocidental se resumia exclusivamente às tendências da moda intelectual, irracionalistas. E concluiu que a esquerda havia morrido de morte irracional. (p. 101)

O que demonstra, na opinião de EPT, que LK não soube identificar as diferenças no interior da tradição marxista, e, por isso, ao diagnosticar a patologia de alguns marxismos, inferiu a morte de todos. Idealizou o marxismo e, em consequência, o seu desencanto com a tragédia do stalinismo não lhe deixou alternativa senão renegá-lo *in*

⁵ Revista financiada pela CIA, entre outras.

totum. Concebendo o marxismo de modo similar ao sugerido por Anderson, i. é, como pensamento vivo – com todas as contradições e diferenciações que isto implica –, EPT não está sujeito à mesma conclusão. Como não idealiza o marxismo, pode identificar em seu interior ao menos quatro concepções distintas e, por isso, sujeitas à crítica, como o deve ser todo pensamento não enrijecido em dogma:

1. *Marxismo como doutrina*: visto como “corpo doutrinário auto-suficiente, plenamente realizado em um conjunto definido de textos”. Em geral, envolve uma atitude mental inclinada à aceitação de opiniões institucionalmente aprovadas, porque subentende alguma instância (um sacerdote, um comitê etc.) com poder de estabelecer os textos canônicos e sua correta interpretação. Embora desacreditado, sobrevive com impressionante vitalidade. Como sobrevive mesmo sendo em grande parte um *nonsense*, “deve satisfazer alguma necessidade humana”. (pp. 110-12)

2. *Marxismo como método*: embora não se apresente como doutrina, padece de uma dificuldade fundamental, i. é, ou não consegue definir com precisão suficiente as características que diferenciam o método de Marx dos métodos de outros pensadores, ou, quando o faz, torna o método algo rígido, elevado à doutrina. Com isso, recai no problema do marxismo 1: pressupõe instâncias autorizadas a referendar o método. (pp. 112-14)

3. *Marxismo como herança*: crê que o pensamento de Marx, assim como o de todos os autores que conformam determinada ciência, deve ser gradualmente diluído nas ciências sociais, formando assim a herança comum da disciplina. Para EPT, este marxismo referenda o oportunismo eclético e subestima a capacidade da sociedade capitalista de gerar e regenerar suas próprias formações ideológicas defensivas. Ao pressupor que o marxismo poderá ser incorporado à ciência social, tal como existe e é requerida pelas instituições da sociedade capitalista, omite o caráter crítico do pensamento marxiano e, em consequência, a dificuldade de sua assimilação por tais instituições. Segundo EPT, esta é a noção de marxismo finalmente adotada por LK, que demonstra com isto, no mínimo, ingenuidade em relação ao modo de operar das idéias no capitalismo. Imagina herança como rica fertilização recíproca de idéias, e ignora os mecanismos sociais de seleção de espécies de idéias próprios do capitalismo, que excluem cruzamentos heterodoxos. (pp. 114-16)

4. *Marxismo como tradição*: marxismo livre das objeções feitas ao tipo 3, pois pressupõe a coexistência de uma “pluralidade de vozes conflitantes,

mas que discutem no interior de uma tradição comum”. É mais fecundo do que o tipo 2, pois permite “grande dose de ecletismo, sem convidar à autodissolução desprovida de princípios subentendida no tipo 3.

Os traços gerais do marxismo como tradição, com base em idéias outrora defendidas por LK, seriam:

[...] ênfase nas divisões sociais primárias mais influentes na determinação do desenvolvimento histórico; historicismo que rejeita a avaliação dos fenômenos históricos desde a ótica de um moralizador posicionado como guardião de valores eternos; baseado no princípio geral de relatividade histórica..., mas também na convicção de que a natureza humana é produto da história social do homem e de que nossa inteira concepção do mundo é “socialmente subjetiva”... (LK, apud EPT, *ibid.*, pp. 117-18)

Sob esta perspectiva, portanto,

[... não é] doutrina que tem de ser aceita nem rejeitada como um todo. Não é um sistema universal, mas ... filosófica que afeta nosso inteiro modo de olhar o mundo; um estímulo continuamente ativo na inteligência social e na memória social da humanidade... (p. 118.)

Caracterização à qual EPT diz que agregaria a menção mais explícita ao “método dialético de análise” e, sobretudo, “o compromisso prático de Marx com o proletariado”. (*ibid.*)

Descritas as diferentes concepções de marxismo e analisadas as insuficiências das 3 primeiras, pergunta-se EPT: por que ainda manter a fidelidade à tradição marxista? E justifica: os marxismos 1 e 2, a despeito das críticas feitas, têm importantes compromissos políticos. Além disso, há a necessidade de companheirismo, de compromisso, mesmo que acompanhados de críticas e qualificações. Por último, pela necessidade teórica de trabalhar no interior de uma tradição e não cair no ecletismo subentendido no marxismo 3. Ao contrário de EPT, LK demonstra acreditar que não há nada a preservar nem compromissos a honrar. Em suma, esta é a diferença entre o revisionista e o apóstata: um acredita ser possível e necessário continuar se reivindicando marxista; o outro dá mostras de progressiva dissociação de qualquer tradição marxista.

Apesar disto, i. é, de LK ter deixado patente que não havia qualquer esperança de diálogo, EPT procura sustentá-la em respeito à antiga camaradagem. Ademais, alega que costuma evitar o desespero, porque “quando se desespera se adici-

ona no mesmo instante uma nova partícula às razões do desespero”. No caso de LK, EPT crê que o desespero fez uma incursão profunda: “arrombou as portas da razão”. E, “como desesperar é sofrer, e ninguém pode acusar um homem por seus sofrimentos, o que se pode fazer é raciocinar”. Com tal benevolência, EPT se põe a raciocinar sobre as razões teóricas do sofrimento de LK e de sua renegação do marxismo como tradição. (p. 131)

Ininteligibilidade da história e apostasias de esquerda

Para os propósitos deste artigo, da crítica imanente de EPT ao pensamento de LK basta realçar um ponto que, além de central no próprio argumento de EPT, ocupa lugar fundamental no cenário teórico e prático contemporâneo. Trata-se, como dito antes, da tese de LK segundo a qual todo entendimento da história pressupõe uma atribuição de valor subjetiva. Seguindo a crítica de EPT a esta tese é possível surpreender o processo de gestação de noções que, sob a alegação de recusa de toda metanarrativa, se tornariam hegemônicas nas últimas décadas do século XX, sustentadas por correntes teóricas como o pós-modernismo e o neopragmatismo.

Em primeiro lugar, EPT examina a tese a partir do risco representado pelo elemento messiânico, segundo LK intrínseco à tradição marxista. A meu ver, para EPT este é o fundamento teórico do qual parte LK para a renegação do marxismo como tradição. LK aborda a questão com a idéia básica de que a “esperança mais comum da historiografia é identificar ou ajustar a essência do homem à sua existência, i.e., assegurar que aspirações humanas inalteráveis serão satisfeitas na realidade”⁶. Para LK tal “escatologia secular” está intimamente ligada à tradição marxista, que atribui à história corrente um movimento dotado de direção, ao fim do qual é possível vislumbrar aquele objetivo permanente, definível, em que todos os conflitos existentes são inapelavelmente abolidos.

A referência ao pensamento de Marx vem aqui apenas subentendida, diz EPT, mas é explícita no artigo intitulado “Historical Understanding and the Intelligibility of History”, de 1966. Ali, procurando lidar com mais exatidão com os significados de “entendimento”, LK expressa de modo claro, como mostra EPT, sua “nova” concepção de história, na qual já está subentendida a impossibilidade de conhecimento objetivo. Em tal concepção, se a história “deve ser inteligível, i.e., se pode ser *entendida* como significância valorada e não como processo natural, tais valores devem ser inseridos pelo observador”. Tese cujo corolário é fácil perceber: qualquer teoria, concepção, interpretação que confere uma significância universal à história humana “tem de pressupor uma *potência* não-empírica que se efetiva a si mesma, graças à história, mas se situa fora da história e, por isso, não

⁶ Citação do artigo de LK “The Priest and the Jester” (1959), reproduzida por EPT.

pode ser inferida ou deduzida do conhecimento histórico”. Nenhuma concepção teórica do progresso, sustenta LK, pode ser elaborada sem referir a história a esta *potência* ou “essência”. (pp. 132-33)

O que equivale a dizer que a história não possui uma “inteligibilidade imanente”, fórmula econômica de LK para enunciar sua “nova” concepção de história. Como se vê, LK anuncia uma idéia que é moeda corrente na circulação teórica atual. Por isto, acompanhando a reconstrução de seu argumento por EPT, é possível assistir às elaborações incipientes de noções hoje bastante familiares, capturar a sua lógica e compreender seus fundamentos. Da tese deduz-se a primeira etapa do argumento: se a história não tem uma inteligibilidade imanente, o conhecimento histórico, o significado que a disciplina imagina encontrar na própria história, nada mais é do que uma “atribuição de significância” que conferimos, por um “ato de fé”, à sucessão de episódios, sociedades, culturas. O entendimento histórico, enfim, é uma projeção nossa que “dá ao passado seu significado”. Tal significação do mundo, tal projeção de que consiste a história, é ao mesmo tempo um projeto que

[...] tem de conter ... a esperança de que é *realmente possível* e a fé de que suas possibilidades se apóiam no *eidos* pré-histórico de uma *humanitas* cujo doloroso processo de encarnação nos é dado pela história. Mas o projeto é uma decisão sobre a escolha de valores. Por isso, não é um procedimento científico⁷.

A suposta demonstração empírica deste tipo de projeção (e seu projeto implícito) de valores na história, a fornece LK com três autores, Hegel, Marx e Husserl, cujas obras emprestariam uma significação universal à história humana:

[os três autores] tinham plena consciência que, no momento em que escreveram sobre história, não escreviam de fato sobre história [...] escreviam a autobiografia do espírito [...] conferiam continuidade àquilo sobre o que estavam escrevendo.

Ainda segundo LK, as “construções teóricas” daqueles autores, embora diferentes, exibiam uma “coincidência fundamental”, i. é,

[...] seu ponto de vista anti-histórico, a convicção... que uma essência do homem não-efetivada ... está *dada* de tal maneira que a necessidade de sua efetivação, por assim dizer, se impõe à história⁸.

⁷ Citação do artigo de LK “Historical Understanding and the Inteligibility of History” (1966), reproduzida por EP, *ibid.*, p. 133.

⁸ *op. cit.*

Este Marx anti-histórico, que se punha a escrever a autobiografia do espírito, LK flagra, como EPT descobre em outro artigo, “no *mito soteriológico*, salvacionista, oculto na tradicional antecipação marxista do socialismo baseada na identidade entre sociedade civil e sociedade política”. A sociedade comunista, vista por Marx como transcendência da separação histórica entre sociedade civil e sociedade política, é para o dissidente polonês a manifestação ostensiva de tal mito. Para ele, já na *Questão Judaica*⁹ é possível distinguir a matriz dessa “esperança primordial” no “futuro reino da liberdade”:

o conceito de “emancipação humana” carece de qualquer menção à luta de classe e à missão do proletariado. Todavia, a mesma visão do homem retornando à perfeita unidade, experimentando diretamente sua vida pessoal como uma força social, compõe o *background* filosófico do socialismo marxiano. Em todos os escritos posteriores... permanece o mesmo conceito escatológico do homem unificado¹⁰.

O núcleo do argumento de LK, como se nota, é em tudo similar ao das críticas atuais ao pensamento de Marx que estremecem os indecisos de sempre, deleitam os cínicos de plantão e arrastam multidões de inocentes. A tese, no formato mais corriqueiro, é a seguinte: toda finalidade humana humanamente concebível é pura utopia, no mínimo, ou “totalitarismo”, no máximo. Na verdade, o “totalitarismo” é o destino inescapável do projeto comunista marxiano, e isto em virtude de seu conceito (escatológico) de homem unificado. Tal conceito, que, em Marx, expressa uma possibilidade no desenvolvimento do ser social – a superação da fratura do indivíduo em ser genérico e sujeito privado, isolado, fratura que intui em suas primeiras obras como pensador comunista, mas cujos fundamentos concretos descobre ao investigar a natureza mercantil da sociabilidade do capital –, é interpretado por LK como uma postulação arbitrária de uma unidade originária do ser humano. Armado desta premissa – de um Marx anti-histórico –, o autor pode deduzir que no pensamento de Marx todas as “cristalizações [históricas] da sociedade civil”, porque antitéticas à sociedade política, são necessariamente de-

⁹ A passagem da *Questão Judaica* referida por LK é a seguinte: “Só quando o ser humano individual real retoma em si o cidadão abstrato e, como ser humano individual em sua vida empírica, em seu trabalho individual, em suas relações individuais, é convertido em *ser genérico*; só quando o ser humano tiver reconhecido e organizado suas “forças próprias” como forças *sociais* e, por isso, não mais separa de si a força social na figura da força *política*, somente então a emancipação humana está consumada”. (Marx, 1976(a): 370)

¹⁰ Citações de conferência proferida por LK na Universidade de Reading (mimeo), reproduzidas por EPT, p. 133.

preciadas, tendendo ... a ser substituídas por “órgãos coercitivos do Estado”. O “totalitarismo”, assim, é mero corolário da tese.

Da tese principal, LK deduz outras supostas patologias do pensamento de Marx, às quais quer emprestar corroboração empírica, afirma EPT, pelas experiências do *comunismo real*. (p. 134) Como é difícil distinguir a “administração das coisas do governo das pessoas”, e como a “administração da economia envolve comando sobre pessoas”, não há como diferenciar o comando político do econômico. Ademais, suprimido o lucro, toda a iniciativa econômica passa a depender do Estado, cujas tarefas se multiplicariam pela necessidade de administrar a economia. Equação que leva à conclusão subjacente às premissas, a saber: a perspectiva marxista de homem unificado mais provavelmente “gera o crescimento incontrolável de uma burocracia quase onipotente”. LK agrega a isto um argumento aparentemente fulminante: “a abolição das classes não garante o fim do choque de interesses privados”¹¹. A soma destas razões demonstraria, enfim, que a “restauração da perfeita unidade de vida pessoal e vida comunitária”, presumidamente defendida por Marx, é um mito. Resultado que contém um preceito encantador para a sociedade do capital: sendo todo projeto de futuro um mito irrealizável, deixe as coisas como estão. Ou seja: deixe o interesse privado cultivar as maravilhas da sociedade capitalista. Pois o “sonho (do homem unificado) não pode devir real, exceto na forma cruel de despotismo”. (p. 132)

Para refutar tais conclusões, EPT submete o argumento de LK a uma penetrante crítica imanente. Refere-se, primeiro, à conclusão de que, para um historicismo que

leva em conta somente o que está efetivamente dado no material histórico, a história é inexoravelmente ininteligível, totalmente opaca, [de modo que] o “entendimento” [visto como significância valorada em lugar de reconstrução de um processo natural /EPT] deve se impor ao conhecimento como

¹¹ LK, que pretende demonstrar o caráter anti-histórico do pensamento de Marx, distrai-se e não se dá conta que converte os “interesses privados” em categoria anistórica. O interesse privado originário pressupõe o indivíduo privado (isolado, independente etc.) originário, este mito conato do pensamento liberal. E já que LK, anti-histórico, acusa Marx de anti-histórico, vale examinar o que Marx pensa dos “interesses privados”: “A moral da história [história liberal, segundo a qual cada um, perseguindo seu interesse privado, promove o interesse geral /MD] reside, ao contrário, no fato de que o próprio interesse privado já é um interesse socialmente determinado, e que só pode ser alcançado dentro das condições postas pela sociedade e com os meios por ela proporcionados; logo, está vinculado à reprodução destas condições e meios. É o interesse das pessoas privadas; mas seu conteúdo, bem como a forma e os meios de sua efetivação, estão dados por condições sociais independentes de todos”. (Marx, 1976(b): 89)

regra hermenêutica”, [i.e., como uma regra de interpretação imposta pelo sujeito/EPT]. (p. 135)

EPT observa que aqui estão envolvidas questões difíceis e técnicas, já que incluem o que se compreende por *processo* social ou histórico,

[processo em que], no curso efetivo de investigações empíricas, pode-se observar seqüências de causa e efeito, e no qual é possível mostrar que regularidades de comportamento, de formação institucional e de expressão cultural ocorreram na vida social. (ibid.)

A própria formulação da questão, entretanto, levanta outras tantas, como, p. ex., as relativas à noção de processo e de causalidade. Quanto a estas, EPT assinala que lhe parece legítimo dá-las por resolvidas, porque LK, assim como ele, admite sua existência objetiva, visto que em seus textos emprega expressões do tipo “tendência real no processo histórico”. Apesar disso, em um aparente paradoxo, sublinha EPT, LK se recusa a dignificar a descrição do processo histórico como “entendimento”. E isto porque, para ele, a história sem a atribuição de significância pelo observador é um processo natural similar à “evolução do sistema estelar e, portanto, incapaz de ser entendido”. (ibid.)

EPT toma esta analogia com o sistema estelar e desmonta por completo a construção de LK. Inicia pelo óbvio: estrelas não são criaturas conscientes, não possuem os atributos de agentes morais ou de seres racionais. Caso os possuíssem, até o observador mais neutro estaria exposto a evidências que o fariam perceber que uma descrição coerente da evolução do sistema estelar não poderia ser assimilada ao que em geral se entende por processo natural. Diante de tais evidências, afirma EPT, ao observador não passaria despercebido que as intenções de certos atores estelares são antagônicas em relação às intenções de outros, que certos significados predominam sobre outros, que certos significados desaparecem “no espaço interestelar”. Sendo as significações dos agentes estelares sobre sua própria evolução uma propriedade objetiva da realidade estelar, teria o observador de incluí-las em sua “explicação”. Com isso, nota EPT, a “explicação” se converteria em “entendimento”: não seria mais a descrição de um processo natural, mas de um processo que inclui as significâncias valoradas dos agentes.

As premissas da analogia são até aqui: um sistema estelar composto de estrelas com atributos morais e racionais e um observador não-estelar imparcial. Em tal caso, mesmo admitindo que os significados são momentos objetivos do sistema, a explicação da evolução do sistema (e de seus significados) pode ser inteiramente elaborada, sublinha EPT, com base nos significados do próprio sistema. Ou seja, o

observador não precisa tomar partido das significâncias que as estrelas atribuem a si mesmas. Se, ao contrário, o observador assume uma atitude partidária, se “perfilha os significados daquele sol e despreza as intenções daquele planeta, estará projetando *na* história seus próprios critérios de inteligibilidade”. (p. 136)

Mas a suposição de um observador extra-estelar evidencia os insuperáveis problemas da analogia com sistema estelar. De fato, a menos que se postule a hipótese absurda de um observador existindo fora da realidade, tem-se de admitir que “a mente e a sensibilidade do investigador, independente da atitude que adote, são elas próprias produto do mesmo processo de evolução que ele investiga”. Vale dizer, tudo o que é – todos os seus atributos, incluindo sua capacidade de avaliar e julgar –, sendo resultado do próprio processo, constitui uma das possibilidades evolutivas do processo que se efetivou. O mesmo vale para os próprios significados que o investigador possa atribuir à evolução da qual é resultado: são significados que a própria evolução faculta e necessita. (Porque, recorde-se, o movimento do sistema está predicado a agentes estelares que, como agentes, têm de significar o mundo). Em suma, os diferentes agentes com suas distintas concepções (significações) expressam as possibilidades evolutivas do sistema. Por isto, mesmo que o investigador estelar consiga

contorcer a sua consciência em um estado extra-estelar [...] ainda assim ele se ilude, porque ele só demonstra que uma das possibilidades no processo do qual a sua consciência é um resultado é precisamente que sua própria evolução possa ser vista desta maneira. (ibid)

Apesar das aparências, adverte EPT, as duas atitudes envolvem uma atribuição de significado à história. Pois não é verdade que a noção de progresso atribui um valor à história que ela não possui e, por contraste, a negação da noção de progresso não atribui valor. Ambas, afirmação e negação, estão fundadas nas experiências facultadas pelos distintos momentos do processo. Nos dois casos a projeção é uma “notação de valor que é parte das possibilidades fornecidas [ao observador] por aquela história”. (p. 137)

EPT ilustra historicamente esta objetividade da própria atribuição de significado. Recorda que no século XIX, em presença da inovação tecnológica acelerada e da ascendente democracia burguesa, era fácil para os pensadores da Europa Ocidental advogar a idéia de progresso; em meados do século XX, com a guerra, o terror, o fascismo e, na seqüência, a *Realpolitik* focalizada no aparato estatal, era natural emergir a idéia de *devalued process*. Ilustração que talvez se aplique ainda mais para as concepções teóricas das últimas décadas. Com o desaparecimento patético do “socialismo real”, interpretado popperianamente como falseamento

da idéia de socialismo, parece natural a rejeição de toda metanarrativa”, da idéia de conhecimento objetivo.

Até aqui acompanhamos o argumento de EPT. Mas neste ponto a análise do autor parece implicar uma distância intransponível entre processos naturais e sociais e, em conseqüência, entre os modos de seu conhecimento. Segundo ele, no caso do processo natural sequer se coloca a questão da significância valorada. Na história, ao contrário, ela se põe compulsivamente. E isto, não só por causa de seu objeto (seres conscientes e valorantes [*valuing*]), mas porque o observador por sua própria natureza intelectual e moral é uma criatura dessas compulsões. Negar significância à história não é adotar uma postura “neutra”, científica, extra-histórica: ‘é fazer um tipo particular de declaração de valor’¹². (ibid.)

Se o interpretamos corretamente, parece claro que o argumento de EPT exhibe aqui um equívoco que, de um lado, obscurece em lugar de esclarecer o ponto investigado e, de outro, está em flagrante contradição com as inferências feitas por ele logo adiante. Para indicar tal equívoco, é preciso recordar que antes EPT procurou demonstrar a objetividade das distintas significações (teóricas ou não) que os sujeitos formam sobre o seu mundo (incluindo estruturas, processos, relações etc.). E acrescentou: os sujeitos significam compulsivamente. E o fazem simplesmente porque seu agir é teleológico, intencional. Pôr uma finalidade e agir em conformidade pressupõe, evidentemente, uma figuração do mundo.

Desta particularidade do agir humano EPT parece subentender que os processos sociais, ao contrário dos naturais, são dotados de significação. Estruturas, processos, relações etc. sociais teriam esta propriedade porque, por um lado, são constituídos pela ação de sujeitos conscientes e valorantes [*valuing*] e, por outro, são “observados” por sujeitos que valoram compulsivamente. Assim formulado o problema, parece existir uma diferença absoluta entre processos naturais e sociais. Os naturais, porque se movem em si mesmos, sem o concurso da consciência, são objetivos, i. é, não têm finalidade em si mesmos; os sociais, por contraste, porque produzidos por agires intencionais, além de objetivos, são teleológicos.

Como vimos, o argumento de EPT visa criticar a concepção de LK, segundo a qual só o conhecimento dos processos naturais é objetivo, porque o conhecimento dos processos históricos (leia-se sociais) pressupõe uma interpretação do observador. Hoje em dia, porém, com a difusão das idéias de Kuhn e de Lakatos, p. ex., ninguém mais alimenta a ilusão, subjacente à concepção de LK, de que as ciências naturais são *positivas*, livres de juízo e, por conseguinte, não envolvem a interpretação do cientista. Por isso, não é necessário nos estendermos sobre isso. O

¹² A afirmação entre aspas simples, reproduzida por EPT, é do artigo “Determinism and Responsibility”. In: Kolakowski, L. (1969). *Marxism and Beyond*: London: Pall Mall P.

problema é que EPT, para refutar LK, em lugar de criticar aquela ilusão de extração positivista, concentra-se nas diferenças ontológicas entre sociedade e natureza para, a partir daí, examinar os modos distintos de conhecimento que cada realidade admite. Mas é justamente ao tentar estabelecer aquelas diferenças que, em nossa opinião, EPT se equivoca.

Pode-se demonstrar o equívoco recorrendo a seu próprio argumento. Viu-se que para EPT todas as significações dos sujeitos são objetivas, i. é, são possibilidades interpretativas que resultam do próprio processo (de evolução social). Tem-se, assim, que a plausibilidade de interpretações alternativas é parte do próprio processo. Deste modo, se os sujeitos agem baseados em interpretações sobre a sua realidade que podem ser diferentes, segue-se que o processo como um todo, resultado de infinitos agires deste tipo, não é teleológico. Em outras palavras, apesar de produto da prática social baseada em significações, em valorações, a totalidade do processo não é realização de nenhum desígnio ou finalidade. Neste sentido, a sua objetividade, com as devidas qualificações, é similar à objetividade dos processos naturais¹³.

Por não ter conseguido estabelecer a peculiaridade do processo social em relação ao natural, EPT considera infeliz qualquer analogia entre eles, quando, na verdade, a analogia pode ser fecunda caso seu emprego não dissolva as diferenças dos dois domínios. No entanto, tem razão quando, referindo-se ao sistema estelar do qual tinha partido, repudia a metáfora do “observador extra-histórico, examinando a história como se ela fosse um fenômeno não-humano”. Esta metáfora, que expressa a injunção positivista de neutralidade axiológica, deve ser repudiada igualmente na “observação” dos processos naturais, porque estes últimos também não podem ser objeto de um absurdo observador extra-humano. Por conseguinte, é exatamente porque os processos natural e social são objetivos e, em geral, existem independentemente das significações que lhes são apensadas, que o conhecimento objetivo nos dois domínios é possível. Formulação a que chega também EPT, apesar do equívoco acima apontado:

podemos alcançar a objetividade; o que não podemos alcançar é uma objetividade extra-humana, interestelar, que seria assim extra-sensorial, extramoral e extra-racional. O historiador pode escolher entre valores, mas não pode escolher ser sem valores, pois não pode escolher sentar em algum lugar fora dos portões de sua própria natureza humana historicamente dada. (p. 137)

Com tais considerações, EPT conclui o primeiro passo de sua crítica à LK. O passo seguinte inicia com a pergunta: tem razão LK ao afirmar que qualquer

¹³ Para uma extensa análise destas questões, ver Lukács (1984) e Bhaskar (1986).

interpretação que oferece significância universal à história humana tem de “presupor uma *potência* não-empírica que efetiva a si mesma, mas que se situa fora da história e, portanto, *não pode ser inferida ou deduzida do conhecimento histórico*”? (p. 132-33) Para respondê-la, EPT toma a afirmação de LK de que as construções teóricas de Husserl, Hegel e Marx apresentam uma “coincidência fundamental”, i. é, os três pensadores não escreviam sobre a história, mas a autobiografia do espírito. Tal declaração, afirma EPT, é inteiramente absurda. E absurda porque não há como nivelar, em termos de conhecimento histórico, autores como Marx e Hegel, com Husserl, cuja familiaridade com o material histórico era confessadamente insipiente. Portanto, é possível dizer que os escritos históricos de Husserl narravam de fato a autobiografia do espírito. No caso, como mostra EPT, o espírito europeu em que todos os outros grupos humanos se miravam, em que desejavam se transformar. Comparar este tipo de projeção de valores na história, quase pueril, com pensadores do porte de Hegel e Marx, pensadores que, a despeito das objeções que se possa fazer às suas construções teóricas, possuíam inegavelmente um vasto domínio do material histórico, é simplesmente risível. (p. 138-40)

Não sendo possível, exceto nas ficções positivistas, apreender “fatos” históricos sem conceitos, a evidência histórica é sempre apreendida por meio de conceitos. Mas admitir que “o conceito deve ser trazido à história”, sustenta EPT, não equivale a defender que os conceitos *constroem* a história. Pois os conceitos devem sempre ser confrontados com a evidência histórica. Qualidade que diferencia Hegel e Marx de Husserl, em cuja construção teórica a projeção de valor na história simplesmente despreza toda evidência histórica. De fato,

[em Hegel, há uma] tensão complexa (mas decrescente) entre a atribuição do ideal e a investigação do efetivo, em que, todavia, o ideal sempre mantém a primazia sobre o efetivo e nunca pode ser reformado inteiramente pela autocrítica empírica. Em Marx, ... cujo engajamento com a evidência foi heróico... é empregado um método histórico em que há uma interação dialética contínua entre conceito e efetividade – a seleção conceitual da evidência, a organização estrutural dos dados e, em seguida, a ruptura e remodelação de conceitos e estruturas do ponto de vista da crítica que a investigação empírica ulterior suscita. (p. 139)

Em uma palavra, é totalmente infundado o *expediente empírico* usado por LK para corroborar a sua tese de que nenhum conhecimento pode ser inferido da evidência histórica. Na obra de Marx não há vestígio de qualquer *eidós* pré-histórico. Ao contrário, a afirmação de que o conhecimento objetivo da sociedade, suas estruturas e processos, pode ser apreendido da evidência fornecida pela

própria história está associada a uma historicidade radical que engloba o próprio conhecimento, visto sempre como “aproximado e relativo ao ponto da história em que se situa o observador”. Porém, deste caráter aproximado e relativo de todo conhecimento, não infere, como quer LK, que ele é uma construção inteiramente artificial e subjetiva. Hoje, talvez mais do que ao tempo em que escrevia EPT, estamos habituados a este novo tipo de idealismo. Novo porque, diferenciando-se de seus predecessores, não comete a ingenuidade de sustentar que as construções teóricas nada mais são a expressão sistematizada de nossas impressões. Admite, como o faz LK, que as construções teóricas são ficções sobre o mundo, “malhas de creanças” tecidas com impressões e especulações. A partir daí, respeitando os trâmites da lógica, pode deduzir a *equiparação de todas as construções teóricas*. Esta é a lógica do argumento de LK e o fundamento teórico de sua apostasia. É justamente contra este tipo de dedução que se dirige a crítica de EPT, como ilustra a seguinte passagem:

[mesmo aceitando] (...) que a significância valorada não resulta da própria evidência histórica, mas de uma atribuição feita pelo observador, não é verdade que qualquer tipo de significância que qualquer um decide atribuir é tão “boa” quanto qualquer outra. É preciso distinguir as atribuições de um neófito (...) e a ininterrupta submissão daquela atribuição à crítica histórica. Ofereço Husserl como um exemplo do primeiro caso, e Marx do segundo. (p. 141)

Aspiração socialista: projeção na história ou possibilidade da história?

Seria impossível apresentar aqui uma síntese da terceira etapa da crítica de EPT a LK. Porém, para os propósitos é fundamental ao menos indicar como ele completa a crítica aos dois pressupostos do argumento de LK. O primeiro, como vimos, mantém que a evidência histórica não permite qualquer conhecimento objetivo; o segundo, derivado do anterior, postula que qualquer pensador que pretende oferecer uma “significância universal à história humana” tem de pressupor uma *potentia* originária, não-empírica, anti-histórica – cuja ilustração mais emblemática seria oferecida por Marx. A nosso ver, a crítica de EPT a esta concepção não poderia ser mais atual, tendo em vista o predomínio absoluto da idéia de que não é possível pensar o futuro fora da sociabilidade do capital, cujos traços mais salientes pudemos expor acima com base em P. Anderson.

Se o fundamento teórico de LK se apóia na afirmação de que Marx postula uma essência humana anterior à história, EPT retruca assinalando que esta questão tem que ser discutida com referência à evidência histórica. E, como a presumida essência humana não-histórica pressuposta por Marx aparece realizada na socie-

dade comunista, este mito soteriológico, salvacionista, que repõe, por assim dizer, a unidade entre indivíduo e sociedade, a tese de LK se resolve na seguinte questão: a aspiração socialista ou comunista, que o pensamento de Marx arma teoricamente, é uma aspiração objetiva ou é uma “projeção” na história daquela essência originária inicialmente pressuposta?

Da análise de EPT, examinamos aqui unicamente as respostas que se pode dar a tal questão com base no fato de que os sujeitos humanos são agentes morais e racionais. Como agentes morais, decidem entre o bom e o mau, o apreciável e o desprezível, entre o desejável e o indesejável. Enfim, são sujeitos que valoram. Como agentes racionais, decidem entre o possível e o impossível, o realizável e o irrealizável. Enfim, examinam as possibilidades objetivas de alcançar o desejável. Se, ademais, admitimos que no domínio social as próprias valorações, assim como capacidade de analisar as condições de realização do desejável, são históricas como todo o resto, podemos recordar algo que já fora enfatizado por EPT: por um lado, as alternativas com as quais, em dado momento, os sujeitos se defrontam, e que exigem sua decisão, são alternativas objetivas do próprio desenvolvimento da sociedade, e, por outro, as significações por meio das quais os sujeitos interpretam estas alternativas são identicamente objetivas, produtos de sua própria evolução.

Sendo assim, indaga EPT: a aspiração socialista é a projeção de uma essência humana ahistórica ou é uma aspiração “empírica” que é produto da própria evolução da sociedade? Ou, formulado em termos da categoria do estranhamento de Marx: a aspiração (comunista) de que os sujeitos humanos possam vir a reconhecer a sua força social como sua própria força é a projeção de uma essência humana anterior e fora da história ou é a intuição ou (re)conhecimento desta força que se objetiva empiricamente na história e aparece como coisa que confronta e subjuga os sujeitos?

A resposta, afirma EPT, só pode ser analisada tendo presente a descoberta, feita por Marx, do modo de produção capitalista como sistema, o que inclui a “descoberta da luta de classes, de suas características formações ideológicas e morais e de sua contradição imanente”. Este modo de produção, como qualquer outro, abre possibilidades objetivas para a “natureza humana”. Tais possibilidades, por mais que pareçam ilimitadas, “são limitadas pelo gênero, capitalismo”. Por isso, no capitalismo a realização da “natureza humana” aparece de maneira contraditória: é ao mesmo tempo ilimitada e limitada. É ilimitada pela força produtiva do trabalho social desenvolvido sob a lógica do capital. É limitada porque é constrangida pela forma capitalista. As duas tendências, bem como as aspirações que ativam, são tendências empíricas produzidas pela própria evolução da sociedade. Tanto a aspiração inatingível de eliminar política ou administrativamente as

contradições do capitalismo, como a aspiração de eliminar tais contradições pela transcendência da forma capitalista. Em síntese, reformar ou transformar, com as antitéticas significações do mundo que subentendem, são possibilidades empíricas, objetivas. Nem por isso, como dissemos, são equivalentes. Pois admitida a objetividade do processo histórico, as significações que não o apreendem adequadamente frustram os sujeitos humanos como agentes morais e racionais.

A Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de novembro de 1935 no Brasil

ANITA LEOCADIA PRESTES*

Já é um truísmo dizer-se que os levantes armados de novembro de 1935 resultaram de ordens expedidas de Moscou ou, melhor, de decisões tomadas pela Internacional Comunista. J.W.F. Dulles escreve que “os planos para uma insurreição no Brasil foram traçados em Moscou, em 1934, no curso de reuniões a que estiveram presentes uns poucos comunistas brasileiros e membros da cúpula do Comintern (Terceira Internacional)”¹.

R.H.Chilcote acrescenta que “a maioria dos autores concorda que Moscou esteve envolvida através do envio de agentes importantes do Comintern ao Brasil”² e “na União Soviética, Prestes convencera o Comintern da necessidade de um golpe militar e do estabelecimento de um governo de frente popular sob sua liderança”³.

* Professora do Departamento de História da UFRJ. E-mail: anitaprestes@ifcs.ufrj.br

¹ John W.F. Dulles, *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p.13.

² Ronald H. Chilcote, *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922-1972*. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 82.

³ Idem, *ibidem*, p. 79.

Mesmo J. Gorender, conhecido ex-dirigente do PCB, escreve que embora a Internacional Comunista tivesse deixado de “estimular os movimentos insurrecionais” e passasse a “recomendar a formação de frentes populares, que deveriam ser organizações abrangentes, formadas não só de partidos comunistas, mas também de partidos radicais e socialdemocratas”, o Comintern abriu uma exceção para o partido brasileiro. “Ao PCB foi recomendada a tática insurrecional, que já deixara de ser recomendada para os outros partidos”⁴.

P. S. Pinheiro confirma que “a explicação mais convencional é que, em 1934, a decisão da revolta foi tomada em Moscou”⁵, mas reconhece que não se deva recorrer ao “simplismo da ‘mão de Moscou’ em 1935”⁶, concluindo que “não há como atribuir a revolta de 1935 simplesmente a uma deliberada vontade de ‘experimentação’ decidida em Moscou”⁷.

A III Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e a virada tática na política da Internacional Comunista.

Nos últimos anos, com a abertura dos arquivos de Moscou, surgiram novas possibilidades para que, através de pesquisas levadas adiante com seriedade, se possa esclarecer o que efetivamente foi discutido e aprovado em Moscou com relação aos acontecimentos de 1935 no Brasil. Dispomos hoje, em nosso país, de importante acervo de cópias microfilmadas de documentos da Internacional Comunista relacionados com as atividades dos comunistas no Brasil, dentre os quais incluem-se as Atas taquigráficas da III Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe, realizada em Moscou, nos dias 16 a 28 de outubro de 1934⁸.

Como é sabido, os delegados latino-americanos a essa conferência haviam viajado a Moscou com o objetivo de participar do VII Congresso da IC, que, entretanto, acabaria sendo transferido para o ano seguinte. Diante de tal adiamento, é que se decidiu aproveitar a presença em Moscou das delegações latino-americanas para a realização da III Conferência dos partidos comunistas dessa região⁹.

⁴ Jacob Gorender, “O ciclo do PCB: 1922-1980”. In: Alexandre Fortes (org.), *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo, Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005, p. 165.

⁵ Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 289.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 288,

⁷ Idem, *ibidem*, p. 291.

⁸ Arquivo da Internacional Comunista, in Centro de Documentação e Memória (CE-DEM) / UNESP, SP. Existe outra cópia dessa mesma documentação no Arquivo Edgar Leurenroth/ IFCH / UNICAMP, Campinas, SP.

⁹ Cf. Anita Leocadia Prestes, *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora – os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis, Vozes, 1997, pp. 62-63.

A delegação brasileira fora escolhida na I Conferência Nacional do PCB, realizada pouco antes no Brasil, e estava composta por Antônio Maciel Bonfim (Miranda ou Queiroz), Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), José Caetano Machado (Alencar ou Almeida), Elias Reinaldo da Silva (André ou Souza) e Valdevino de Oliveira (Márquez)¹⁰. Luiz Carlos Prestes (Fernandez), recém-aceito no PCB, embora não fizesse parte de sua direção, também participaria dos chamados “encontros de Moscou”, assim como Otávio Brandão, ex-dirigente do PCB, exilado nessa cidade desde o início dos anos trinta.

Há que assinalar que, durante a Conferência e nos encontros dos delegados brasileiros com Dimitri Manuilski e outros dirigentes da IC, a questão da virada tática do sectarismo do “terceiro período” da IC para a tentativa de formar “frentes populares” foi um dos pontos importantes discutidos¹¹, o que se evidencia no texto de artigo publicado no órgão oficial da IC, a revista *A Internacional Comunista*, a respeito das decisões tomadas nessa Conferência:

A luta da libertação nacional contra o imperialismo colocou em primeiro plano a necessidade aguda de organizar a revolução nacional conduzindo sistematicamente as mais amplas massas nacionais à luta contra o imperialismo e seus agentes locais, formando assim *a mais ampla frente antiimperialista*¹².

Ao consultar as Atas taquigráficas da III Conferência dos partidos comunistas da América do Sul e do Caribe, chamam atenção os informes feitos pelo então secretário-geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim (Miranda), codinome *Queiroz*, adotado durante os encontros de Moscou. O triunfalismo e o caráter fantasioso das informações transmitidas por esse personagem são reveladores de que, tendo empolgado havia pouco tempo a direção máxima do PCB, tratava-se, na verdade,

¹⁰ Não é verdadeira a informação da presença de Fernando Lacerda (que só chegou a Moscou em maio de 1935, para tratamento de saúde), conforme escrevem vários autores como Marcos Del Roio, *A Classe operária na Revolução Burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p. 273; Marly de Almeida Gomes Vianna, *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 61; etc.

¹¹ Cf. Atas taquigráficas da III Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe (Moscou, 1934). Arquivo da Internacional Comunista, CEDEM / UNESP. (Em russo)

¹² The Communist International, 20/05/35, p. 459. *Apud* Manuel Caballero, *La Internacional Comunista y la Revolución Latinoamericana, 1919-1943*. Caracas, Ed. Nueva Sociedad, 1987, p. 101. Grifo meu.

de um parlapatão, bem-falante, vaidoso e aventureiro, que, num momento de grave crise do partido, conseguira ser promovido rapidamente ao seu cargo máximo, sem um exame criterioso da trajetória anterior desse militante recém-ingresso nas fileiras comunistas.

A segurança com que Queiroz desfiou, na Conferência, dados minuciosos e informações detalhadas sobre a situação brasileira – falando correntemente em francês, idioma que Manuïlski e outros dirigentes da IC compreendiam – impressionou profundamente tais dirigentes, tendo para isso contribuído, certamente, o desconhecimento então existente sobre a América Latina e, em especial, o Brasil. Queiroz afirmava, por exemplo, que havia uma “profunda crise revolucionária no Brasil”, exagerando o diapasão das lutas camponesas “pelo país todo”, assim como das lutas do proletariado. Referia-se a uma crise “terrível” no país e dizia que os cangaceiros “conclamam à luta, unificam todos os miseráveis, que lutam por pão, pela vida”¹³.

É espantosa a parlapatice de Queiroz, quando afirma – sem ser contestado por nenhum dos membros da delegação brasileira – que os camponeses lutavam sob a direção do PCB, dizendo textualmente: “Os campos em todo o país vêm agora como única saída da situação criada a luta dirigida pelo Partido Comunista”. Atribuindo a Lampião e ao cangaço um papel revolucionário, o secretário-geral do PCB acrescentava: “Já não são grupos isolados, mas guerrilheiros, que de boca em boca se tornam defensores da liberdade, defensores da vida do campesinato. Essa luta difunde-se e estende-se de um estado para outro”¹⁴.

Num de seus informes, Queiroz prosseguia difundindo informações fantasiosas e apreciações triunfalistas ao dizer que as massas camponesas assumiam a luta armada, os cangaceiros possuíam uma base de massas e as massas camponesas estariam dispostas a seguir Luiz Carlos Prestes – por isso, os comunistas deveriam utilizar o prestígio dessa liderança –, acrescentando que as “massas querem a revolução”, “os camponeses querem lutar de armas nas mãos” e a autoridade do PC no campo é indiscutível¹⁵.

Ao referir-se ao proletariado urbano, o secretário-geral do PCB também exagerava as proporções dos movimentos grevistas e, em particular, da influência dos comunistas, chegando a dizer que “a autoridade do PC é colossal”, “nós dirigimos todas as greves” e “no Rio de Janeiro, a maioria das greves é dirigida pelo Partido”¹⁶. Queiroz afirmava que o PCB estava organizado praticamente em todas as empresas, sendo que todos os membros do Partido e da direção atuavam de forma

¹³ Atas taquigráficas da III Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe (Moscou, 1934), cit., pp. 1193, 192, 203.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 206.

¹⁵ Idem, ibidem, pp. 1197-1198, 1201, 1203, 1204-1205.

¹⁶ Idem, ibidem, pp. 212, 217.

permanente nas organizações de base, embora reconhecesse que o baixo nível ideológico fosse a principal debilidade dos comunistas brasileiros. Por essa razão, solicitava ajuda da IC para formar quadros capazes de dirigir as lutas que se avizinhavam. Pedia ele “cinco ou seis camaradas, que nos ajudem a formar quadros”¹⁷.

Dando asas à imaginação, Queiroz prosseguia com seus informes triunfalistas, afirmando que se marchava “agora” para a “unificação de todo o país em torno do PC”. Em resposta a pergunta feita por Manuïlski, dizia que o Partido contava com mais de três mil membros, quando a delegação saiu do país. Mas acrescentava que, após cada greve, ingressavam nas fileiras do PCB “centenas de milhares de novos membros”¹⁸.

É no que se refere às Forças Armadas brasileiras que as afirmações fantasiosas de Queiroz foram especialmente espetaculares, suscitando surpresa e admiração dos dirigentes do Comintern, conforme Luiz Carlos Prestes lembraria anos mais tarde¹⁹. O secretário-geral do PC afirmava que o Exército estava “em decomposição de cima abaixo”, era uma corporação com grandes tradições de luta, em que o Partido possuía bases na maioria dos corpos, sendo que as tropas simpatizavam com os soviéticos²⁰. Citando números, Queiroz afirmava que havia mais ou menos cento e cinquenta organizações de base do Partido nas fileiras do Exército, o que representaria o maior número de células comunistas da América do Sul. Dizia ainda que o prestígio dos comunistas na tropa era grande e que 70% dos soldados simpatizavam com o PCB²¹.

Em documento intitulado “BRAZIL. EXÉRCITO e MARINHA DE GUERRA”, datado de 18 de novembro de 1934 e assinado por Queiroz, são apresentados dados numéricos detalhados sobre ambas as corporações²², reafirmando-se o estado de desagregação das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, ressaltando que elas estão “muito politizadas devido às lutas políticas e golpes que tem tomado (sic.) parte desde o Império”²³. Queiroz escrevia que “de cinco anos para cá se multiplicam as lutas sob nossa direção” e “ultimamente a maioria dos conflitos nos quartéis em defesa das reivindicações dos soldados, e das lutas (sic) estão sob nossa direção ou influência”. Afirmava-se também nesse documento que “os soldados, sobretudo no exército, no Brasil, são muito queridos pelo povo, e muitas vezes se negam a atirar contra o povo e a fazer reação. Sobretudo no

¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 192, 211, 218, 222.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 207.

¹⁹ Depoimentos de Luiz Carlos Prestes à autora.

²⁰ Atas taquigráficas, cit., pp. 207, 208.

²¹ Idem, *ibidem*, pp. 209-210, 218.

²² BRAZIL. EXÉRCITO E MARINHA DE GUERRA, ass. Queiroz (Delegação do P.C. do Brasil), 18/11/1934, 13 ps. Arquivo da Internacional Comunista, CEDEM / UNESP.

²³ Idem, *ibidem*, p. 10.

Norte, é comum e tradicional até para certos Batalhões, nunca negam armas ao povo, nos dias de grandes lutas”²⁴.

Prosseguindo com as informações fantasiosas, o secretário-geral do PCB deixou registrado no referido informe:

Temos uma enorme influência cada vez mais crescente, no exército sobretudo, e também na marinha e na polícia. A nossa influência é de 70% no exército, depois das desilusões crescentes dos soldados nos demagogos e esquerdistas, e depois da entrada de Prestes no Partido, pois este camarada tem um enorme prestígio em todas as forças armadas. (...) Entre Exército, Polícia e Marinha tínhamos em Julho de 1934, mais de 45 células e alguns comitês de lutas. Destas 45 células mais de 30 no exército, (no Rio, só no exército temos 16 células), e depois policiais 12 e o resto na Marinha (4)²⁵.

Diante de informações tão otimistas, Rodolfo Ghioldi (Altobelli) – dirigente do PC argentino e membro do Secretariado Sul-Americano da IC – concluía, durante a III Conferência, que o fato de “70% do exército estar sob nossa influência” é uma “boa perspectiva, que, entretanto, nos obriga a desenvolver um enorme trabalho” e, mais adiante, acrescentava que “devemos também encabeçar o movimento de Lamião”²⁶.

Cabe registrar que os informes de Queiroz não só não foram contestados pelos demais membros da delegação brasileira à III Conferência, como, ao contrário, no fundamental o triunfalismo também esteve presente em suas intervenções. Cristiano Machado (Almeida), por exemplo, ao tratar da luta dos camponeses, afirmava que Lamião não era bandido e Prestes (Fernandez) dizia que só o PC seria capaz de dirigir os cangaceiros²⁷.

Há que lembrar que Prestes, embora participasse dos “encontros de Moscou”, não era membro da direção do PCB nem fazia parte da delegação do Partido à III Conferência. Segundo suas palavras, a delegação lhe solicitara tratar, em particular, do problema do negro no Brasil. Ao abordar tal questão, Prestes reconhecia que existia no país “opressão de raça”, concluindo que “devemos, no fundamental, levantar perante os negros a questão da igualdade de direitos. Nós, comunistas, somos contra qualquer forma de opressão racial das massas”²⁸. É interessante destacar que,

²⁴ Idem, *ibidem*, pp. 10-11.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 12.

²⁶ Atas taquigráficas, cit., pp. 1306, 1309.

²⁷ Idem, *ibidem*, pp. 1161-1162, 789.

²⁸ Idem, *ibidem*, pp. 789, 792, 793.

já em 1934, os comunistas brasileiros estavam preocupados com o problema racial no país e, em particular, com a questão do negro na sociedade brasileira.

É necessário considerar que, enquanto a delegação brasileira à III Conferência viera diretamente do Brasil, Prestes encontrava-se no exílio desde fevereiro de 1927, quando à frente da Coluna Prestes emigrara para a Bolívia. Durante a Marcha, Prestes percorreu o interior do país, ficando distante, portanto, da vida política nacional, que, dada a precariedade dos meios de comunicação da época, transcorria fundamentalmente nas grandes cidades. Desta forma, é evidente que o líder da Coluna, recém-aceito no PCB, não estava em condições de questionar as informações fantasiosas apresentadas pelos delegados brasileiros na III Conferência. O triunfalismo foi geral entre todos os participantes do conclave.

Dimitri Manuilski seria um dos participantes dos “encontros de Moscou” mais entusiasmado com as perspectivas revolucionárias presentes no Brasil, de acordo com as informações levadas à III Conferência pelos delegados brasileiros. Logo no início de sua fala, ele afirmaria que “a questão brasileira” era “o problema central e básico” da Conferência, explicando:

Se no período de formação de nossos partidos comunistas, no período de atividade de agitação e propaganda junto às massas, de preparação da revolução, a hegemonia no continente latino pertencia ao partido mais antigo, o argentino, é necessário reconhecer, camaradas, que agora no centro de tudo se coloca a questão brasileira. (...) O eixo central de toda esta conferência é a questão brasileira²⁹.

O dirigente da IC afirmava que o “Secretariado Latino-Americano não percebeu esse processo de transição do período de agitação e propaganda para um novo período, em que se coloca a questão da tomada do poder em alguns países da América Latina”³⁰. Acreditando nas informações transmitidas pela delegação brasileira, Manuilski chegou a dizer que “os camaradas brasileiros não exageraram a respeito do amadurecimento da situação revolucionária no país”. Abordou também várias outras questões, ressaltando que a revolução no Brasil repercutiria em toda a América Latina e que o Brasil marchava “rapidamente para uma situação revolucionária, isto é, para a revolução de fato, e a correlação de forças no Brasil será muito mais favorável para tal revolução do que, por exemplo, nos grandes países-metrópoles capitalistas”³¹.

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 1208.

³⁰ Idem, *ibidem*.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 1211.

Qual era, contudo, o caráter dessa revolução, na qual apostavam suas cartas os participantes da III Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe? Desde 1929, tanto os dirigentes do PCB quanto os da IC haviam definido a situação no Brasil como revolucionária, acreditando que estavam criadas as condições para a realização, nesse país, da primeira etapa da revolução socialista, denominada de “democrático-burguesa”, ou, em outras palavras, da “revolução agrária e antiimperialista”. O objetivo de tal revolução seria eliminar a dominação imperialista e a presença do feudalismo (sic.) no campo, abrindo caminho para um suposto desenvolvimento capitalista autônomo do país, condição considerada necessária para que, sob a hegemonia do proletariado, se tornasse possível a vitória da etapa socialista do processo revolucionário. Era a visão etapista da revolução, aceita e amplamente difundida, durante décadas, entre os partidos comunistas dos países “coloniais e semicoloniais”, de acordo com as teses aprovadas no VI Congresso da IC, realizado em 1928³².

A partir do III Pleno do Comitê Central do PCB, realizado em outubro de 1929, sob a influência das resoluções do VI Congresso da IC e da I Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos – promovida, em Buenos Aires, em julho de 1929 –, os comunistas brasileiros passaram a definir as “principais forças motrizes” da revolução no Brasil como “o proletariado e a massa de assalariados agrícolas e os camponeses pobres”³³. Partindo da definição de uma situação revolucionária no Brasil e da suposição de que seria possível promover uma insurreição das massas trabalhadoras, o PCB e a IC apelavam abertamente à luta armada e à criação de um “governo operário e camponês baseado nos Soviets, isto é, nos Conselhos de Operários e Camponeses, Soldados e Marinheiros”³⁴.

Durante os “encontros de Moscou”, era essa primeira etapa da revolução que se tinha em vista. Não se tratava de implantar, de imediato, o socialismo ou o comunismo no Brasil, como a direita sempre se encarregou de propalar. Pretendia-se a conquista de um poder dos trabalhadores, que libertasse a nação do jugo do imperialismo e dos seus agentes internos, entendidos estes como os grandes proprietários de terras ou, em outras palavras, os latifundiários ou “feudais” (sic.).

Há que considerar a realização da III Conferência em outubro de 1934 – em conseqüência do adiamento do VII Congresso da IC – como reveladora das sérias contradições presentes entre os dirigentes do Comintern. Na ocasião, manifesta-

³² Cf. Prestes, op. cit., pp. 43-49.

³³ “O III Pleno do C.C.” (outubro de 1929). In: Edgard Carone, *O PCB (1922-1943)*. V. 1. São Paulo: Difel, 1982, p. 78.

³⁴ “O Partido Comunista perante o Manifesto de Luiz Carlos Prestes (junho de 1930)”. In: Carone, op. cit., p. 87.

ram-se, em particular, as divergências a respeito da política de alianças a ser levada adiante pelos partidos comunistas, frente ao avanço do fascismo em escala mundial. Se até aquele momento fora posta em prática a tática de “classe contra classe” – de acordo com as resoluções do VI Congresso da IC, realizado em 1928 –, a partir da vitória alcançada com a libertação de Jorge Dimitrov da Alemanha nazista, no final de 1933, após o rumoroso Processo de Leipzig, tal tática passaria a ser questionada não só pelo próprio Dimitrov, cujo prestígio se tornara enorme junto aos comunistas e à opinião pública democrática mundial, como também por setores importantes do próprio Comintern³⁵.

É nesse contexto que se realizaram os trabalhos da III Conferência, em cujos documentos, em nenhum momento, estão presentes supostas diretivas da IC para o desencadeamento de uma insurreição armada no Brasil. Tratava-se apenas de dar continuidade à orientação política anteriormente aprovada pela direção do PCB e que já vinha sendo posta em prática no país. Atendendo à solicitação feita por Queiroz, a IC enviaria um grupo reduzido, de cerca de 10 pessoas, para assessorar a direção do PCB na formação de quadros e para ajudar na montagem de alguns elementos logísticos – uma equipe excessivamente reduzida, se fosse intenção do Comintern desencadear e dirigir uma insurreição no país.

A luta antifascista no Brasil e a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL)

No Brasil, principalmente durante o segundo semestre de 1933, a repercussão do processo de Leipzig e da campanha mundial movida na Europa contra a guerra e o fascismo viria a criar um clima favorável para que, por iniciativa dos comunistas, apoiados em setores da intelectualidade progressista e da opinião pública, fosse formado o *Comitê de Luta contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo*, que se tornou conhecido como “Comitê Antiguerreiro”³⁶.

Durante o ano de 1934, com o agravamento da situação econômica do país e o crescimento do movimento grevista³⁷, diante do desencanto generalizado com o Governo Vargas – e, principalmente, com os resultados da Constituinte – e devido à agressividade cada vez maior dos integralistas contra o movimento popu-

³⁵ Cf. Prestes, op. cit., pp. 49-52.

³⁶ *Correio da Manhã*, RJ, 25/11/1933, p. 4; Edgard Carone, *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 247; Edgard Carone, *A República Nova (1930-1937)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1976, pp. 127-128; Roio, op. cit., p. 237.

³⁷ Cf. imprensa do ano de 1934; Karine Dull Sampaio, *A luta do movimento operário no Rio de Janeiro e sua relação com o PCB nos anos 1934 e 1935*. Rio de Janeiro, PPGHIS / IFCS / UFRJ, 2003 (Dissertação de Mestrado em História).

lar e democrático, observa-se uma mobilização impressionante e inédita no Brasil em torno das consignas levantadas inicialmente pelo Comitê Antiguerreiro³⁸.

Os choques dos antifascistas com os integralistas e as forças policiais tornavam-se cada vez mais violentos, deles resultando mortos, feridos, numerosos presos e muitos deportados³⁹. É nesse contexto que se forma a *Comissão Jurídica e Popular de Inquérito* (CJPI), visando apurar os casos de desaparecimento de militantes antifascistas e de violências praticadas pela polícia e pelos integralistas. Entre os organizadores da Comissão estavam advogados pertencentes ao PCB ou à Juventude Comunista, ou muito próximos dessas organizações⁴⁰. As adesões que essa entidade recebeu seriam múltiplas e variadas⁴¹.

É possível afirmar que a CJPI, contando com a adesão e o apoio do Comitê Antiguerreiro e de diversas outras entidades e frentes que se criaram naquele período, foi a grande aglutinadora das forças que viriam a constituir a maior frente única já formada no Brasil – a Aliança Nacional Libertadora⁴².

Diante da ofensiva reacionária do Governo, que iniciara entendimentos para o envio ao Congresso Nacional do projeto de Lei de Segurança Nacional (significativamente tal projeto ficaria conhecido como “Lei Monstro”), intensifica-se a atuação da CJPI. É no bojo desse crescente movimento pela aglutinação de amplas forças populares e democráticas que nasce a ANL. A mobilização em torno do combate ao projeto da “Lei Monstro” revela-se o *acontecimento-chave*, que precipita, através da intensa atividade pública da CJPI, a criação da ANL. O surgimento da ANL representou a culminância de um processo de aglutinação de grupos, setores, organizações e personalidades decepcionados com o rumo tomado pela Revolução de 30, desiludidos de Vargas e do seu Governo. Ao mesmo tempo, para que essa unidade fosse alcançada, o nome, o prestígio, a liderança de Luiz Carlos Prestes mostraram-se essenciais.

Naquele ano de 35, a figura de Prestes viria a desempenhar um papel histórico determinado e necessário – congregar em torno da ANL grande parte dos setores da nação insatisfeitos de uma maneira geral com o Governo Vargas e o processo como haviam sido conduzidos os trabalhos da Constituinte e a eleição do presidente da República, mas também com a dominação imperialista do país e a força do latifúndio, com o avanço do integralismo e as medidas antidemocráticas adotadas pelo Governo, como a Lei de Segurança Nacional. O Cavaleiro da Espe-

³⁸ Prestes, op. cit.

³⁹ Cf. *A Pátria*, números desse período; também outros jornais.

⁴⁰ *A Pátria*, RJ, 11/11/1934, p. 3.

⁴¹ Idem, ibidem, nov./dez. de 1934.

⁴² Prestes, op. cit., pp. 60-61.

rança, embora inicialmente distante do país e posteriormente vivendo na clandestinidade, sintetizava em sua figura os anseios de todos esses setores, que, em maio de 30 – quando foi lançado seu famoso Manifesto de rompimento com o tenentismo –, lhe haviam dado as costas⁴³.

Embora não se saiba exatamente de quem foi a iniciativa de fundação da ANL, as informações de que se dispõe e, principalmente, os textos dos pronunciamentos feitos por essa entidade não deixam lugar a dúvidas: a influência das teses defendidas pelo PCB (Partido Comunista do Brasil) é inquestionável. Fato este de fácil verificação, quando se recorre aos documentos da própria ANL. Havia, contudo, nos primeiros documentos dessa entidade uma diferença significativa em relação às posições do PCB, pois a ANL, na fase inicial de sua existência, não levantava a questão do poder, ou seja, de qual seria o governo que deveria implementar suas propostas, consubstanciadas no lema “Pão, Terra e Liberdade”⁴⁴.

A partir da divulgação do seu manifesto-programa⁴⁵, a ANL encontraria ampla aceitação, seja nos meios civis (que incluíam tanto setores das camadas médias urbanas quanto do operariado, e mesmo elementos das classes dominantes e das elites políticas) seja junto aos militares de diferentes patentes (oficiais, subalternos e praças)⁴⁶. Como diria anos mais tarde Gregório Bezerra, sargento do Exército que ingressou no PCB e teve papel destacado no Partido e na ANL: “sectário ou não, foi um programa... (o da ANL)... que empolgou as massas populares”⁴⁷.

A ANL transformou-se numa grande frente formada através tanto de adesões individuais de destacadas personalidades da cultura, da ciência e da política quanto de organizações populares, sindicais, femininas, juvenis, estudantis, democráticas etc. Sua composição estava marcada pela presença de setores das camadas médias urbanas, de segmentos do movimento operário e de jovens militares, oriundos em grande parte das lutas tenentistas dos anos vinte.

A direção da ANL contava com a presença de “tenentes”, atraídos pela liderança de Prestes, de personalidades progressistas e de militantes do PCB. A presen-

⁴³ Idem, *ibidem*. cap. 2.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, cap. 6.

⁴⁵ “Manifesto da Comissão Provisória de Organização da ANL”. In: *A Pátria*, RJ, 01/03/35, pp. 1 e 4.

⁴⁶ Cf. os jornais citados; Vitor Manoel da Fonseca, *A ANL na legalidade*. Niterói: UFF, 1986 (Dissertação de Mestrado em História); Marly de Almeida Gomes Vianna, *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; Diorge Alceno Konrad, *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 1994 (Dissertação de Mestrado em História); etc.

⁴⁷ Gregório Bezerra, *Memórias (1ª parte: 1900-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 234.

ça dos comunistas foi significativa, embora, no início, houvesse restrições de alguns dirigentes do PCB à participação na ANL, pois existia o temor de que o Partido pudesse dissolver-se nessa entidade, conforme se considerava que ocorrera com o Bloco Operário Camponês (BOC), no final dos anos vinte.

A atuação da ANL se caracterizava pela organização de grandes atos públicos, caravanas aos estados do Norte-Nordeste, pela participação em lutas de rua contra os integralistas, pela publicação e vasta distribuição de boletins, volantes e jornais aliancistas. No Rio de Janeiro, *A Manhã* e, em São Paulo, *A Platéia* foram os principais jornais que deram publicidade aos documentos e às atividades promovidas pela ANL.

Embora o programa aliancista despertasse grande entusiasmo junto a setores muito amplos da sociedade brasileira e da opinião pública nacional, não havia na ANL unanimidade nem clareza quanto aos meios a serem empregados para a conquista dos objetivos inscritos nesse programa. Seus primeiros documentos foram omissos nesse particular⁴⁸. Entre os dirigentes da ANL existia a tendência legalista de considerar possível levar adiante seu programa “dentro da ordem e da lei”, posição desde o início criticada pelos comunistas⁴⁹.

O PCB, mantendo-se fiel à orientação política aprovada em sua Primeira Conferência Nacional, de julho de 1934⁵⁰, afirmava existir no Brasil uma suposta “situação revolucionária” e convocava os trabalhadores a “pegar em armas desde já”, a multiplicar as guerrilhas no campo⁵¹ e a lutar pela instalação de um “governo operário e camponês, na base de conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros (sovietes)”⁵². Embora a ANL tivesse adotado o programa antiimperialista, antilatifundista e democrático proposto pelo PCB e amplamente aceito pela opinião pública, devido à influência decisiva de L.C.Prestes, os *caminhos* para atingir esses objetivos eram vistos de maneiras distintas e contraditórias. Fator que provocaria reservas em relação à ANL de parte da direção do PCB.

⁴⁸ Cf. “1º Manifesto da ANL”, lido pelo dep. Gilberto Gabeira na Câmara dos Deputados. In: *Diário do Poder Legislativo*, RJ, 18/01/35, pp. 388-389; “Manifesto da ANL”, lançado por intermédio do seu Comitê Provisório de Organização. In: *A Pátria*, RJ, 01/03/35, pp. 1 e 4; “Manifesto-relatório da ANL”. In: *A Pátria*, RJ, 31/03/35, p. 12.

⁴⁹ Cf. Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), “Os perigos do nacional-reformismo na Aliança Nacional Libertadora”. *A Classe Operária*, nº 180, 01/05/35. Apud Vianna, op. cit., p. 42.

⁵⁰ Prestes, op. cit., cap. 3.

⁵¹ Miranda, “Como os trabalhadores do Brasil resolverão a crise lutando e pegando em armas contra os esfomeadores do Brasil”. *A Classe Operária*, nº 174, 11/03/35.

⁵² Miranda, “A luta pela revolução agrária e antiimperialista e a posição do Partido perante a Aliança Nacional Libertadora”. *A Classe Operária*, nº 179, 23/04/35. Apud Marly Vianna (org.), *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro / São Carlos, Arquivo Nacional / Universidade Federal de São Carlos, 1995, p. 36.

Maio de 1935: a virada tática na política do PCB sob a influência das diretivas da Internacional Comunista

Em documento intitulado “A luta pela revolução agrária e antiimperialista e a posição do Partido perante a ANL”⁵³, os comunistas deixariam claro suas discordâncias com a entidade que haviam ajudado a criar, afirmando que “não aderimos e não aderiremos à ANL, pois somos um partido político que visa ao poder político para uma classe, a proletária”. Na verdade, os comunistas queriam dizer que, embora atuando ativamente nas fileiras da ANL, não admitiriam dissolver-se nessa entidade nem perder sua independência política e programática, erros que reconheciam ter cometido à época da sua participação no Bloco Operário e Camponês, no final da década anterior⁵⁴.

Na realidade, havia uma flagrante contradição entre a linha política do PCB, voltada para a instalação imediata dos *soviets* e a nova orientação, acertada, nos “encontros de Moscou”, de outubro de 1934, e trazida pelos dirigentes do Partido, em seu regresso ao Brasil, a qual pregava a criação de “frentes populares”⁵⁵. Como seria possível combinar a formação de uma frente tão ampla, como a recém-criada Aliança, com a proposta de “soviets de operários e camponeses, soldados e marinheiros”, totalmente dissociada – conforme hoje se percebe – das reais condições existentes no país?

Ao mesmo tempo em que, no Brasil, eram dados os últimos passos para o lançamento oficial da ANL, Luiz Carlos Prestes empreendia viagem de volta do exílio moscovita, disposto a dar sua contribuição para a luta antifascista no Brasil⁵⁶. A 27/02/35, encontrando-se clandestino em Paris, ele receberia telegrama proveniente de Moscou, enviado pela Comissão Executiva da IC – o que na época se justificava, pois o PCB era uma seção da IC –, no qual se dizia textualmente: no manifesto a ser lançado, “a palavra de ordem de soviets talvez no momento não deva ser lançada”⁵⁷. Anos mais tarde, Prestes recordaria a satisfação com que recebera tal sugestão, acrescentando que, nessa ocasião, fora também consultado por Wan Min (um dos dirigentes da IC) sobre a conveniência de substituir a palavra de ordem de “Governo Soviético” por “Governo Popular Nacional Revolucionário”.

⁵³ Idem, *ibidem*, pp. 36-37.

⁵⁴ Cf. “Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira” (fevereiro de 1930). *A Classe Operária*, nº 89, 17/04/30; “Resolução do C. C. do PCB”, de 11/02/29. *In*: Carone, *op. cit.*, pp. 74-76.

⁵⁵ Cf. Prestes, *op. cit.*, cap. 6.

⁵⁶ LCP (Entrevistas concedidas por Luiz Carlos Prestes a Anita Leocádia Prestes e Marly de Almeida Gomes Vianna, gravadas em fita magnética e transcritas para o papel; RJ, 1981-83). LCP, fita nº 10 (lado 20), pp. 11, 19-24.

⁵⁷ Telegrama confidencial da IC para Prestes (em Paris), 27/02/35, em francês. Centro Russo de Conservação e Pesquisa de Documentos de História Contemporânea / AMORJ / IFCS-UFRJ.

rio”. Prestes respondera a Moscou concordando com a proposta, pois considerava que assim a frente seria muito mais ampla, e, portanto, mais adequada à nova orientação de criar “frentes populares”⁵⁸.

Já no Brasil, durante o mês de abril, Prestes redigiria sua célebre carta de adesão à ANL, dirigida ao presidente da entidade, Herculino Cascardo. Por motivos de segurança, a carta estava datada de Barcelona⁵⁹. Nesse documento eram reafirmados os objetivos programáticos da ANL, enfatizando-se a luta contra a “barbárie fascista ou fascitizante” e o integralismo⁶⁰. Levantava-se, pela primeira vez, a *questão do poder*, que deveria realizar o programa aliancista. Afirmava-se que a ANL

pode chegar rapidamente a ser uma grande organização popular-nacional revolucionária, capaz de sustentar a luta de massas pela instalação de um *governo popular nacional-revolucionário* em todo o Brasil⁶¹.

Embora a “carta de Barcelona” estivesse datada de 25/4, ela só se tornaria conhecida a 13/5, quando a ANL realizou no Estádio Brasil, na capital da República, grande ato público alusivo à data da Abolição. Na presença de cerca de 10 mil pessoas, foi lida a carta de Prestes, recebida com grande vibração popular e logo em seguida publicada tanto nos jornais ligados à ANL quanto na grande imprensa, como, por exemplo, no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro⁶².

É a partir desse momento que a consigna de um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR) é adotada oficialmente pela ANL e ganha as ruas. Sua repercussão seria imensa e a aceitação generalizada, embora na carta de Prestes já se falasse em “dar à ANL um caráter antiimperialista combativo e *revolucionário*”⁶³, apontando, portanto, para o caminho da ruptura da legalidade e do apelo à luta armada, o que seria feito logo a seguir pela própria direção da ANL.

Se Prestes lançara, por sugestão da IC, a palavra de ordem de GPNR, que rapidamente conquistara a adesão da ANL e de seus seguidores, a direção do PCB mantinha-se fiel à tese do “poder soviético”. Em telegrama enviado pela Comissão Executiva da IC a Queiroz, o então secretário-geral do PCB, havia referência a

⁵⁸ LCP, fita nº 10 (lado 20), p. 28.

⁵⁹ “Carta de L. C. Prestes a H. Cascardo”, Barcelona, 25/04/35. In: Edgard Carone, *A Segunda República (1930-1937)*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1978, pp. 435-430.

⁶⁰ Idem, ibidem, pp. 426 e 427.

⁶¹ Idem, ibidem, p. 430; grifos meus.

⁶² Cf. *Correio da Manhã*, RJ, 14/05/35, pp. 1 e 7; *A Pátria*, RJ, 14/05/35, pp. 1 e 8; *A Manhã*, RJ, 14/05/35, p. 1.

⁶³ “Carta de L.C. Prestes a H. Cascardo”, op. cit., p. 426; grifo meu.

artigo por ele publicado em *A Classe Operária* de 10/04/35, no qual se insistia na tese do “poder aos soviets”, posição que era criticada pela IC⁶⁴.

Somente na segunda metade de maio de 1935 seria realizado o Pleno do Comitê Central do PCB, durante o qual foi aprovada a nova orientação proposta pela IC. Mesmo assim, na resolução tomada nessa reunião, o GPNR era apresentado como uma etapa no processo de luta pela conquista do “poder soviético”. Foi essa, portanto, a maneira encontrada pela direção do PCB de conciliar as diretivas da IC com as teses até então vigentes nos documentos partidários⁶⁵. Ao caracterizar a situação brasileira como revolucionária, os comunistas consideravam que o objetivo da revolução democrático-burguesa ou agrária e antiimperialista deveria ser o estabelecimento do “poder soviético”, mas passavam a admitir a necessidade do GPNR para *começar* a revolução⁶⁶.

Constata-se, portanto, que, em maio de 1935, teve lugar uma importante virada tática na política do PCB, sob a influência de diretivas oriundas da IC. Era adotada uma tática partidária mais ampla e mais flexível do que a anterior – de apelo direto ao “poder dos soviets” – e mais de acordo com a política de “frentes populares”, que vinha sendo levada à frente pela IC e teria sua consagração no VII Congresso dessa entidade mundial, realizado em agosto de 1935.

A influência crescente de Prestes sobre a Aliança, e das teses por ele avalizadas – aprovadas pela direção do PCB na segunda quinzena de maio –, torna-se evidente quando se consulta o documento lançado na mesma época pelo Diretório Nacional da ANL, intitulado “O Governo Popular Nacional Revolucionário e o seu programa”. Dizia-se nesse documento que o GPNR não é o “governo soviético”, nem “a ditadura democrática de operários, camponeses, soldados e marinheiros”, numa linguagem típica dos comunistas⁶⁷.

Afirmava ainda a direção da ANL: “O que nós, da ANL, proclamamos é a necessidade de um governo surgido realmente do “*povo em armas*”, esclarecendo a seguir que “o GPNR não significará a liquidação da propriedade privada sobre os meios de produção, nem tomará sob o seu controle as fábricas e empresas nacionais”⁶⁸.

⁶⁴ Telegrama da IC para o C.C. do PCB, camarada Queiroz, 13/05/35, em alemão. Centro Russo de Conservação...

⁶⁵ Cf. “O Governo Popular Nacional Revolucionário e as tarefas do Partido”, resolução do C.C. do PCB, maio de 1935 (documento datilografado, 8 folhas). Arquivo DOPS, setor *Comunismo*, pasta 11 (Arquivo do Estado do Rio de Janeiro).

⁶⁶ Cf. Prestes, op. cit., pp. 111-113.

⁶⁷ “O Governo Popular Nacional Revolucionário e o seu programa”, maio de 1935 (documento datilografado, 5 folhas). Arquivo Getúlio Vargas (AGV). Existem cópias impressas, por exemplo, no processo de Taciano José Fernandes, no Tribunal de Segurança Nacional, caixa 10561, Arquivo Nacional.

⁶⁸ Idem, *ibidem*.

Surgia, pela primeira vez, nos documentos da ANL, a proposta da luta armada como meio de chegar ao GPNR. A concepção insurrecional do processo revolucionário, adotada tanto pelo PCB quanto pela IC, era assim encampada pela ANL, o que, certamente, não significava que todos os seus dirigentes estivessem com ela de acordo. H. Cascardo, presidente da ANL, comandante da Marinha e “tenente histórico”, se manteria fiel às concepções legalistas, externadas por ele desde o momento da criação da ANL, desmentindo, assim, a tese de que a radicalização das posições da ANL e do próprio PCB seria decorrência direta das influências tenentistas, supostamente trazidas por Prestes e os antigos “tenentes” para o movimento.

Durante os meses de maio e junho de 1935, o movimento antifascista no Brasil, sob a direção da ANL, deu consideráveis passos à frente. Repetiam-se as manifestações aliancistas tanto no Rio de Janeiro e em São Paulo quanto nos mais variados pontos do país, destacando-se a cidade fluminense de Petrópolis como um dos lugares onde o movimento adquiriu maior força e onde também ocorreriam choques particularmente violentos com os integralistas. Sob a pressão da campanha liderada pela ANL, os integralistas eram obrigados a recuar, tendo, muitas vezes, suas marchas e manifestações dissolvidas pelas massas mobilizadas pelos diretórios aliancistas⁶⁹.

Ao mesmo tempo, o Governo Vargas, apoiado na “Lei Monstro” e contando com a colaboração da polícia do Distrito Federal, sob o comando do capitão Filinto Muller, intensificava a perseguição não só aos comunistas como aos aliancistas e antifascistas, prendendo e seqüestrando seus líderes, proibindo seus atos públicos e invadindo ou depredando suas sedes e as dos jornais democráticos. Por outro lado, as autoridades policiais fechavam os olhos aos distúrbios promovidos por integralistas, quando não os incentivavam, na busca de pretextos para identificar a ANL com o “comunismo internacional”, justificando, assim, a necessidade do seu fechamento⁷⁰.

O ambiente político tornava-se visivelmente mais tenso, e era evidente que o Governo se sentia ameaçado pelo avanço do movimento antifascista e os êxitos alcançados pela ANL e demais entidades democráticas e populares, cujo inegável crescimento atraía setores ponderáveis da opinião pública nacional, incluindo uma parte das Forças Armadas.

Enquanto aumentavam a influência e o prestígio da ANL junto aos mais diversos segmentos da opinião pública brasileira, embora seu objetivo programático – “o povo em armas” para conquistar o GPNR – ultrapassasse os limites da legalidade constitucional, as posições dos comunistas sofriam mudanças. Desde o início de abril, a IC insistia junto ao seu Secretariado Sul-Americano e à direção do PCB para que fosse adotada a consigna de

⁶⁹ Cf. *A Manhã*, RJ, *A Pátria*, RJ, *Correio da Manhã*, RJ, maio e junho de 1935.

⁷⁰ Cf. os jornais da época.

“todo o poder à ANL”⁷¹. Em telegrama enviado pela Comissão Executiva da IC ao secretário-geral do PCB, Queiroz, era feita a ligação da ANL com o GPNR, deixando claro que, de acordo com a análise da IC, o GPNR deveria ser um poder constituído pela própria ANL, o que, naquele momento, ou seja, antes da reunião do Comitê Central do PCB de maio de 1935, significava a adoção pelos comunistas de uma *concepção mais ampla* da frente destinada a conquistar o poder⁷².

A radicalização do processo e a deflagração dos levantes de novembro de 1935

A consigna de “todo o poder à ANL” foi lançada a 5/7, em Manifesto assinado por L.C. Prestes e lido por Carlos Lacerda no ato comemorativo à data dos levantes tenentistas. Se tal Manifesto⁷³ revelava, por um lado, a influência da IC na política adotada pelo PCB e a ANL, por outro, expressava a radicalização que vinha se dando no país. Ao intensificar a perseguição movida à ANL e a todas as forças democráticas, o Governo contribuía para que estas se sentissem crescentemente ameaçadas e motivadas a reagirem contra um poder desmoralizado, aparentemente isolado, conivente com os integralistas e empenhado em reprimir os movimentos populares e democráticos.

Os dirigentes da ANL, das demais entidades progressistas e democráticas e do PCB não se davam conta, contudo, do *nível incipiente de organização* do movimento aliancista e popular e, desta forma, não percebiam que esse movimento seria incapaz de enfrentar com eficácia o golpe a ser desfechado pelas forças de direita, cuja preparação tornara-se para todos evidente. O entusiasmo com o crescimento das adesões à ANL, com os comícios extremamente concorridos por ela promovidos, com os movimentos grevistas e as manifestações de insatisfação generalizada de variados setores da vida nacional, levava essas lideranças a superestimarem suas forças e acreditarem que os dias do Governo Vargas estariam contados, sendo viável, pois, a sua derrubada.

Hoje é evidente que a avaliação da situação feita no Manifesto de 5/7 não correspondia à real correlação de forças presentes no cenário político daquele momento, mas uma parcela considerável e mais radicalizada dos aliancistas não só concordava com tal avaliação como considerava que o apelo de Prestes deveria ser seguido. Assim, se explicam o entusiasmo com que o documento foi recebido em todo o país e a confiança dos aliancistas em que o chamamento à *greve geral*,

⁷¹ Telegrama da IC para o Secretariado Latino-Americano, 29/04/35, em russo. Telegrama da IC “pessoal” a Altobelli (R. Ghioldi), Ferreira (Prestes), Queiroz (Miranda), 07/05/35, em alemão. Centro Russo de Conservação.

⁷² Telegrama da IC para o C.C. do PCB, camarada Queiroz (Miranda), 13/05/35, em alemão. Centro Russo de Conservação.

⁷³ “Manifesto de 5 de Julho”. In: Carone, *A Segunda República*, op. cit., pp. 430-440.

anunciado pela ANL, seria atendido imediatamente pelas massas, caso o Governo decretasse o fechamento da entidade ou resolvesse implantar o estado de sítio⁷⁴.

A 11/7, G. Vargas assinou o decreto fechando a ANL, acusada de ser um instrumento a serviço do “comunismo internacional”⁷⁵. Embora o “Manifesto de 5 de Julho” fornecesse um bom pretexto para a adoção dessa medida, sua verdadeira causa residia no fato de que a ANL e as demais entidades democráticas estavam ampliando sua penetração junto à opinião pública e atraindo um número crescente de adeptos e simpatizantes⁷⁶. O movimento aliancista adquiria cada vez mais um caráter *unitário*. Como foi apontado por E. Hobsbawm, a estratégia das “frentes populares”, adotada nos anos 30, pelo movimento comunista internacional, ainda é até hoje aquela mais temida pelas forças da direita, pois a reação sabe que os revolucionários isolados não representam perigo⁷⁷. Nada mais temível, pois, do que a sua unidade.

Deve-se reconhecer, contudo, que o processo de constituição da ANL enquanto “frente popular” dava apenas os primeiros passos, e a extrema radicalização do seu discurso, com apelos à luta armada, não poderia deixar de alimentar *concepções golpistas*⁷⁸, dificultando, apesar de todas as declarações em contrário, o efetivo avanço da organização popular⁷⁹.

O fechamento da ANL provocou inúmeros protestos, mas a greve geral, a ser desencadeada em resposta aos repetidos apelos feitos pelos núcleos aliancistas em todo o país, não aconteceu. É compreensível que a proibição da ANL não provocasse a reação esperada por alguns de seus dirigentes: na realidade, não havia preparação nem para a greve geral nem para resistir às medidas repressivas desencadeadas com violência pela polícia. As massas que acorriam com entusiasmo aos comícios da ANL não estavam mobilizadas nem organizadas para resistir. Os repetidos chamamentos à greve revelaram-se insuficientes para levá-las a uma efetiva resistência.

Com a proibição oficial da ANL e a violenta repressão desencadeada pelo Governo contra seus militantes e seguidores, era natural que muitos desses elementos, atemo-

⁷⁴ Cf. *A Pátria*, *A Manhã*, *Correio da Manhã*, etc. daquele período.

⁷⁵ Cf. *Correio da Manhã*, 12/07/35, p. 1. Cf. também: *A Pátria*, 11/07/35, p. 1; 13/07/35, p. 1; *A Manhã*, 12/07/35, p. 1; 13/07/35, p. 1; e os dias subsequentes desses jornais.

⁷⁶ Isso fica evidente ao se consultarem os jornais da época.

⁷⁷ Eric J. Hobsbawm, *Estratégias para uma Esquerda Radical: escritos políticos, 1977-1988*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 135.

⁷⁸ Chamamos de *concepções golpistas* ao conjunto de idéias e atitudes, amplamente difundidas na sociedade brasileira, segundo as quais um levante, uma revolta ou um golpe militar poderiam desencadear a insurreição popular. Ainda que os comunistas combatessem o chamado *golpismo*, na prática não conseguiram resistir à influência das concepções golpistas presentes em nossa sociedade (Prestes, op. cit., pp. 104, 129-140).

⁷⁹ Cf. declarações da ANL e do PCB, publicadas em *A Manhã*, *A Pátria*, etc. daquele período.

rizados e sem ânimo para prosseguir na luta, se afastassem da entidade. Como costuma acontecer em situações similares, de derrota ou de descenso do movimento democrático e progressista, os que permanecem dispostos a persistir no combate pelos objetivos traçados são os mais conscientes e desprendidos, os mais destemidos e conseqüentes. A prática mostrou que esse foi o caso dos comunistas filiados ao PCB. Dispondo de uma estrutura clandestina que lhe conferia condições de assegurar a atividade política de seus militantes nos diretórios aliancistas, o PCB conquistava o controle da entidade, que, a partir do seu fechamento, também se tornara clandestina. Detentores de um grande trunfo político – o nome de Luiz Carlos Prestes –, os comunistas, levados pelas circunstâncias do momento, assumiram na prática a liderança da ANL.

Se os comunistas, antes do fechamento da ANL, já vinham adotando posições de crescente radicalismo, após o decreto de 11/07 os apelos à luta armada e à insurreição se tornariam mais intensos e freqüentes. Em reunião do Comitê Central do PCB, realizada na segunda quinzena de julho, não só foi reafirmada a orientação aprovada na reunião de maio, mantidas as consignas de GPNR e “todo o poder à ANL”, como insistia-se na existência de uma “situação revolucionária” e na necessidade de desencadear tanto lutas grevistas como “lutas armadas e guerrilhas” em nome do GPNR⁸⁰.

As diretivas do PCB e, sob a sua influência, as da ANL, estavam voltadas para o desencadeamento de lutas armadas parciais, que deveriam permitir às massas populares chegarem a uma insurreição nacional. Essa insurreição derrubaria o Governo Vargas, estabelecendo o GPNR com Prestes à frente, ou seja, o poder da ANL, que realizaria os seus objetivos programáticos. Não se tratava, portanto, de uma insurreição para estabelecer o comunismo no Brasil, conforme a História Oficial sempre difundiu, consagrando a designação de “Intentona Comunista” para os levantes de novembro de 1935.

As posições do PCB foram apoiadas e defendidas pelo Secretariado Sul-Americano da IC, o que é confirmado por uma série de telegramas por ele enviado à Comissão Executiva da IC, em Moscou⁸¹. É nesse contexto que deve ser entendida a posição de Prestes, que regressara ao Brasil em abril de 1935, após um exílio de quase dez anos. Correndo o risco de ser preso, seria ele obrigado a viver na clandestinidade, afastado tanto da militância no PCB, de cuja direção não fazia parte, como do contato com os aliancistas e demais correligionários e amigos. Isolado, Prestes acompanhava a situação, seja do movimento popular seja do próprio PCB, através de Miranda (Queiroz) – o seu secretário-geral, que lhe transmitia informações exageradas e fantasiosas – e do Secretariado Sul-Americano da IC, cujo conhecimento da real correlação de forças

⁸⁰ “Concentremos todas as nossas forças na preparação e desencadeamento das greves, das lutas camponesas e populares”. *Revista Proletária*, Rio de Janeiro, nº 5, agosto de 1935.

⁸¹ Cf. Prestes, op. cit., p. 126.

presente na sociedade brasileira naquele momento era precário. Presidente de honra da ANL, Prestes liderava um movimento cujo controle não lhe pertencia.

Mais ainda do que a direção do PCB, Prestes revelaria a preocupação de combater o golpismo. Em carta a Roberto Sisson, de setembro de 1935, ele escrevia:

(...) À diferença dos simples conspiradores, dos golpistas de todos os tempos, nós, os aliancistas, preparamos e marchamos para a insurreição, isto é, a *luta de massas*, a grande luta em que deve e precisa participar o povo brasileiro⁸².

Para deixar mais clara sua posição, Prestes, referindo-se aos violentos acontecimentos ocorridos em Petrópolis, os quais haviam parecido a R. Sisson o sinal de que chegara a hora de pegar em armas, argumentava:

Há treze anos que se conspira no Brasil. Mas falta-nos a experiência das verdadeiras lutas insurrecionais, das grandes lutas de massas, das lutas populares conscientemente e cientificamente preparadas⁸³.

E, por isso, enfatizava a importância das “lutas parciais”, acrescentando:

Lutas, como a de Petrópolis, precisam ser preparadas e levadas a efeito em todo o Brasil. Depois de uns vinte Petrópolis a insurreição será inevitavelmente vitoriosa⁸⁴.

De acordo com Prestes, a preparação da insurreição seria longa, pois “vinte Petrópolis” demandariam tempo para serem desencadeados. Tanto os documentos do PCB e do Secretariado Sul-Americano da IC quanto os assinados por Prestes deixam clara a preocupação dos comunistas com o perigo representado pelas tradições golpistas, sabidamente presentes na vida política brasileira. Os comunistas insistiam na necessidade de preparar e organizar as massas para que a insurreição planejada – uma vez que se postulava a existência de uma “situação revolucionária” no país, num evidente erro de avaliação política, – não corresse o risco de transformar-se em mais um golpe militar, como tantos outros antes tentados.

Havia, contudo, uma enorme distância entre os propósitos dos comunistas, enfatizados com tanta insistência em seus documentos, e a avassaladora influência das concepções golpistas, das quais os comunistas não conseguiram escapar.

⁸² “Carta de L.C. Prestes a Roberto Sisson”, setembro de 1935. In: Luiz Carlos Prestes, *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro, Vitória, s.d., pp. 18-19. Grifos meus.

⁸³ Idem, *ibidem*, p. 19.

⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 20.

Durante os meses de outubro e novembro de 1935, o clima de insatisfação generalizada tornara-se particularmente grave no Exército, pois o Governo resolvera implementar com energia a política de redução dos efetivos militares, que vinha sendo planejada havia meses⁸⁵. Numa situação de crescente agitação nos meios operários, quando se intensificava o movimento grevista por todo o país, destacando-se a greve dos ferroviários nordestinos da Great Western⁸⁶, os comunistas foram levados a concluir que corriam o risco de terem suas bases dentro do Exército solapadas, através das expulsões iniciadas pelo Governo. Desta forma, poderiam perder a oportunidade de desencadear a insurreição armada, cuja preparação “vinha sendo feita desde havia meses”, segundo documento do próprio Secretariado Nacional do PCB⁸⁷.

O risco era real, pois, como seria assinalado nesse mesmo documento do Partido, a preparação para a insurreição, na região do Rio de Janeiro, “caminhava com bastante lentidão. A preparação de destacamentos civis de combatentes não tinha sido feita (...)”, mas “a preparação do setor Militar era melhor e a influência da ANL e do Partido no seio do Exército, entre os oficiais de pequena patente e soldados era decisiva”⁸⁸. Não é de admirar, pois, que os comunistas, convencidos de que a “desagregação do país” marchava “a passos rápidos, a passos agigantados”⁸⁹, e apostando no Exército como instrumento capaz de desencadear a insurreição popular, decidissem acelerar os preparativos para o seu início. A insurreição estava sendo preparada para dezembro ou janeiro, mas acabou ocorrendo nos últimos dias de novembro, devido à precipitação dos acontecimentos no Nordeste do país. Prestes daria a seguinte explicação:

A vida nos colocou frente ao dilema: ir à insurreição com todos os perigos, ou assistir passivos aos acontecimentos do Nordeste e à prisão dos nossos oficiais e expulsão de nossos soldados, aqui no Rio. Cada dia que passasse, mais difícil seria a nossa situação. Perderíamos, sem combate, as mesmas forças que perdemos combatendo. A um revolucionário, a escolha não era difícil⁹⁰.

⁸⁵ Anita Leocádia Prestes, op. cit, cap. 7.

⁸⁶ *A Manhã*, 17/11/35, pp. 1 e 8.

⁸⁷ “Situação do movimento revolucionário no Brasil” (documento do Secretariado Nacional do PCB), RJ, 23/05/36 (datilografado, 16 folhas). Arquivo do DOPS, setor *Administração*, pasta 14, p. 5. (Arquivo do Estado do Rio de Janeiro).

⁸⁸ *Idem*, *ibidem*.

⁸⁹ “O Grande Exército Popular Nacional” (artigo de L.C. Prestes para *O Libertador*), s.d. (anterior a 27/11/35), (5 folhas datilografadas). Arquivo do DOPS, setor *Comunismo*, pasta 9 (Arquivo do Estado do Rio de Janeiro).

⁹⁰ “Carta de Prestes de dezembro de 1935” (rascunho). In: Vianna (org.), *Pão, terra e liberdade...*, op. cit., p. 378.

À guisa de conclusão

A história dos levantes é conhecida⁹¹. A decisão para o seu desencadeamento – diante da precipitação dos acontecimentos no Nordeste – foi tomada pela direção do PCB conjuntamente com o Secretariado Sul-Americano da IC; o que restara da ANL, confinada na ilegalidade, encontrava-se sob a direção dos comunistas. Os levantes de novembro não resultaram, portanto, de supostas “ordens de Moscou”, conforme as versões consagradas pela História Oficial, sendo o melhor desmentido dessa patranha o telegrama enviado pelo Secretariado da IC, em Moscou, para o Bureau da América Latina e o C.C. do PCB, a 27/11/35, no próprio dia do levante no Rio de Janeiro:

A questão da ação geral, *decidam vocês mesmos, quando julgarem necessário*. Procurem garantir o apoio à ação do Exército pelo movimento operário e camponês. Tomem todas as medidas contra a prisão de Prestes⁹².

À consulta feita pelos comunistas brasileiros, a IC respondia que decidissem de acordo com as condições locais, segundo a avaliação, feita por eles próprios, da situação nacional.

Se as diretivas da IC repercutiram de alguma forma nos acontecimentos de 1935 no Brasil, tal influência foi no sentido de *ampliar* o caráter da frente popular que se formava no país, no sentido de que o PCB substituiu a estreiteza da consigna de “poder dos soviets” por uma outra, de maior amplitude, como o GPNR e lutasse por um poder de todas as forças aglutinadas na ANL. Se a orientação da IC foi inadequada às condições brasileiras, a responsabilidade por tal situação coube fundamentalmente aos dirigentes do próprio PCB, conforme foi visto no decorrer deste artigo.

⁹¹ Cf. Prestes, op. cit., pp. 134-136.

⁹² Telegrama do Secretariado da IC para o Bureau da América Latina e o C.C. do PCB. Moscou, 27/11/35, em russo e francês. Centro Russo de Conservação... Grifos meus.

Engels & Marx: guerra e revolução

JOÃO ROBERTO MARTINS FILHO*

Cento e dez anos após a morte de Engels, a produção dos fundadores do marxismo sobre a temática da guerra ainda espera mais atenção. A fortuna crítica reunida por Bob Jessop e Charlie Malcolm-Brown, em *Karl Marx's social and political thought. Critical assessments* (London/New York, Routledge, 1990, quatro volumes), não tem um único artigo dedicado especificamente ao tema, nos seus 134 textos. Em português, a coletânea mais completa da produção engelsiana é o já antigo *Temas militares* (Lisboa, Editorial Estampa, 1976), com cerca de 400 páginas. A importante obra de Raymond Aron, *Pensar a guerra: Clausewitz* (Brasília, UNB, 1986, 2 vols), preocupada em refletir sobre o fenômeno da guerra no âmbito de uma teoria da ação, centra-se na linhagem Maquiavel-Clausewitz-Lenin-Mao, deixando de lado os fun-

dutores do marxismo. O texto básico lido hoje pelos militares brasileiros – *Introdução à estratégia*, de André Beaufre (Rio, Bibliex, 1998) –, reflete também o interesse pelo maoísmo, típico da produção francesa do início dos anos 60, quando foi pela primeira vez publicado. Sua atualidade em terras brasileiras parece estar ligada à importância que os estrategistas da força terrestre dão atualmente às táticas de guerrilha em suas hipóteses de defesa no cenário da Amazônia.

Nesse quadro, para o leitor interessado em análises sobre a contribuição de Marx e Engels para o estudo da guerra, um dos caminhos mais acessíveis é a produção em inglês vinda à luz nas últimas décadas, nos EUA e na Inglaterra, na sua maior parte durante a guerra fria. Vale lembrar que a mais completa coleção dos escritos militares

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

de Engels foi publicada na Alemanha Oriental, com cerca de duas mil páginas. Mas, voltando ao inglês, esse idioma pode se constituir numa porta de entrada interessante à obra dos clássicos do marxismo sobre o tema. Em nossa perspectiva, a literatura nessa língua pode ser dividida em três vertentes.

A primeira delas foi inaugurada por Sigmund Neumann, cujo artigo “Engels and Marx: military concepts of the social revolutionaries” apareceu pela primeira vez na edição de 1943 da coletânea organizada por Edward Mead Earle, *Makers of modern strategy. Military thought from Machiavelli to Hitler* (Princeton University Press). Na nova edição dessa coletânea, *Makers of modern strategy. Military thought from Machiavelli to the nuclear age*, organizada por Peter Paret, em 1986 (Princeton University Press; editada no Brasil recentemente pela Bibliex), o texto foi um dos poucos sobreviventes, o que não deixa de ser surpreendente, tratando-se de uma coletânea que incluiu dessa vez um texto da conservadora Condolezza Rice sobre a estratégia soviética e suprimiu o artigo que, na obra original, tratava de Lênin, Trotski e Stalin, de autoria do próprio Mead Earle.

Neumann inaugura, assim, a corrente de autores não-marxistas que passaria a situar Engels como um dos maiores autores militares do século XIX e termina seu texto exaltando a presença do companheiro de Marx no entendimento do caráter dos exércitos modernos e da relação entre guerra e polí-

tica. Essa tradição de valorização da obra engelsiana tem continuidade em um artigo publicado na revista *Military Affairs*, em outubro de 1977, de autoria do especialista em história alemã, Martin Kitchen, com o título “Friedrich Engels’ theory of war”. O texto contrapõe o realismo de Engels ao romantismo dos partidários de Guevara e também elogia a capacidade de previsão do colega de Marx: “No curso de suas discussões da questão belga, Engels foi capaz de predizer o plano Schlieffen com extraordinária precisão” (p.123). Pouco tempo depois, no capítulo “Marx and Engels, on revolution and war”, parte integrante da obra *Philosophers of peace and war: Kant, Clausewitz, Marx, Engels and Tolstoy* (Cambridge University Press, 1978; há edição brasileira), W.B.Gallie, consideraria Engels “o mais perspicaz crítico militar do século XIX” (p.68).

Já no clima do pós-guerra fria, o estudo de Azar Gat, *A history of military thought. From the Enlightenment to the Cold War* (Oxford University Press, 2001) - extensa obra inicialmente publicada em três volumes e que eleva o pensamento sobre a guerra a um capítulo importante da história intelectual do ocidente - trata da produção de Marx e Engels em “Marxism, Clausewitz and military theory: 1848 to the nuclear age”, onde defende a tese de que não há uma leitura marxista de Clausewitz, mas um campo comum historicista que aproxima as duas vertentes do pensamento estratégico. De um modo ou de outro, Gat dá aos fundadores do mar-

xismo, com destaque para Engels, um lugar indiscutível na história do pensamento militar do século XIX.

Marxismo, guerra e guerra fria

Uma segunda corrente da produção anglo-saxã expressa-se na visão de que o estudo do pensamento militar marxista funcionaria como chave para entender as intenções da URSS, no contexto da guerra fria. Talvez a obra inaugural dessa vertente seja o obscuro *The operational code of the Politburo*, de N. Leites, provavelmente um pseudônimo (New York, Rand Corporation, 1951), que procura na psicologia social os conceitos capazes de decifrar o ethos comunista. Com mais sofisticação, *Marxism and the science of war* (Oxford University Press, 1981), organizado por Bernard Semmel, continua essa tendência, ao propor o entendimento das relações entre pensamento estratégico e ideologia, num livro que, ao mesmo tempo, constitui útil coletânea de textos de vários autores marxistas, de Marx e Engels a Byely.

Por fim, há uma vertente cujos autores analisam a importância do pensamento de Marx e Engels sobre a guerra a partir do próprio campo marxista, ou pelo menos bem próximos a ele. Insere-se aí o indispensável *Engels, armies & revolution*, de Martin Berger (Hamden, Anchor Books, 1977), exemplo da ascensão do marxismo, no mundo anglo-saxão, no período posterior a guerra do Vietnã. Voltaremos a este texto mais adiante.

A contribuição de Draper e Haberkern

É nessa linhagem que, finalmente, situamos o último volume da obra *Karl Marx's theory of revolution*, escrita por Hal Draper e completada, após sua morte, em 1990, por E. Haberkern, a partir das anotações deixadas pelo primeiro. O volume em questão traz o subtítulo *War & Revolution* (New York, Monthly Review Press, 2005). Analisa em detalhe os escritos dos dois autores sobre guerras como a da Criméia (1854-56), de Independência da Itália (1848-70), Civil Americana (1861-65), Austro-Prussiana (1866) e Franco-Prussiana (1870-71), entre outras. Debruça-se, também sobre a visão de Engels quanto à catástrofe que se avizinhava no final do século XIX. Discute com minúcia as esperanças colocadas por Engels no exército de voluntários, como arma à disposição da revolução.

War & Revolution oferece sobretudo uma abrangente e aprofundada reconstrução das reflexões de Marx e Engels não sobre a guerra em geral, mas sobre a *relação* entre guerra e revolução. Com base em análise da literatura publicada em inglês, francês, russo e alemão, o livro nos dá talvez a mais sofisticada interpretação recente sobre o tema. Para tanto, parte de uma indagação central: há fundamento na alegação dos socialistas que aderiram à guerra em 1914 de que eles davam continuidade a uma tradição supostamente inaugurada por Marx e Engels, fundada na idéia da legitimidade da *guerra defensiva*, como argumento

para apoiar os governos burgueses em seu esforço de guerra?

A partir daí, e da análise metódica da avaliação que Marx e Engels fizeram de cada um dos acontecimentos bélicos da segunda metade do século XIX, propõe a tese de que há uma ruptura fundamental na perspectiva dos fundadores do marxismo sobre as relações entre guerra e revolução. Até a guerra franco-prussiana, Marx e Engels analisam as guerras de sua época – marcadas pelo choque entre a Europa dinástica e a Europa burguesa – como uma *oportunidade* para o desencadeamento da revolução. Depois de 1870-71, a partir da constatação de uma mudança crucial no caráter da guerra – que passam a ser “guerras de povos, em que a própria nação estava ameaçada, ou se via ameaçada” (p.155) – os pais do marxismo vêem cada vez mais as guerras na Europa como uma *ameaça* à unidade do campo revolucionário. Em outras palavras, Marx e Engels percebem que o perigo no horizonte revolucionário é a ascensão do chauvinismo: “Depois de 1870, Marx e Engels não desejam uma guerra contra a Rússia. Eles a temem. E eram inflexíveis em que não apoiariam nenhum dos governos em tal guerra” (p.169). Engels, por sua vez, em seus últimos anos, “desenvolveu a sólida posição política antiguerra que foi a fonte das resoluções da Segunda Internacional” (p.17).

Nesse sentido, uma das facetas mais interessantes do livro é o destaque que dá à genialidade tática de Marx e Engels, na difícil tarefa de conduzir

as organizações internacionais dos trabalhadores a posicionar-se de forma a não prejudicar a unidade operária, em meio aos conflitos europeus, principalmente os que opunham Alemanha e França. Nesse contexto, Lassale, Bebel, Liebknecht e outros líderes aparecem como interlocutores frequentes – às vezes como fontes de preocupação - de Marx e Engels. Mesmo nesse quadro, no entanto, não é possível encontrar nada que justifique a colaboração com os governos nacionais e suspensão de toda atividade independente da classe operária durante a duração do conflito, adotadas como política por parte do movimento socialista em 1914.

Mas o livro apresenta contribuições bem maiores que essa breve síntese. Dedicou um capítulo ao escorregão hegeliano de Engels, na caracterização das minorias eslavas austríacas como “povos não-históricos”, mas nega que Marx ou Engels tenham com isso justificado a supressão de uma minoria em revolta. Analisa a posição dos dois autores diante das cinco potências envolvidas na guerra da Criméia, para lembrar o apoio deles à “sexta potência”: o proletariado. Acompanha a extrema complexidade das mudanças de posição de Engels e Marx no curso da guerra franco-prussiana e a profunda intuição de Engels de que a anexação da Alsácia-Lorena pela Prússia provocaria uma sede de vingança capaz de transformar o chauvinismo daí em diante num traço permanente da política francesa. Explora as discordâncias pontuais de Marx e

Engels. Dá grande importância à refutação da idéia do russofobismo e do filoprussianismo de Marx e talvez dê elementos para pensar, por exemplo, a questão do puro antiamericanismo como guia para as posições da esquerda neste começo do século XXI. E, finalmente, explora a expectativa de Engels, nos últimos anos de sua vida, de que, na era do sufrágio e do recrutamento universais, a chave da revolução seria um motim militar.

Alguns problemas

Da leitura da obra, ressalta, no entanto uma constatação: o pouco crédito que dá a textos que o precederam no tratamento do mesmo tema, principalmente o já citado capítulo de W. B. Gallie e o livro de Martin Berger. No caso do primeiro, parece inegável que já aparecia aí uma discussão inspirada da questão do gênio tático de Marx e Engels e da importância da temática das relações entre guerra e revolução. Parece difícil que Hal Draper não tivesse conhecimento do capítulo de Gallie, principalmente se pensamos na ênfase que dá ao caráter excepcional do único período em que Engels entrou na complicada questão da *guerra defensiva*, principalmente numa malfadada carta a Bebel. Gallie toma a carta como expressão de uma mudança importante na posição de Engels; Draper e Haberkern a consideram um acidente de percurso.

Mais intrigante é a falta de menção significativa à obra que mais se aproxima, já no próprio título, de *War &*

Revolution: o livro de Martin Berger, *Engels, Marx & revolution*. Apenas numa curta nota, aparece uma menção a ela, para afirmar, bastante equivocadamente, que esta “critica as tentativas de alguns de exagerar a influência de Engels no pensamento militar” (p.279). Na verdade, a tese de Berger é mais complexa: o que ele diz é que Engels “não marcou o curso do pensamento militar do século XIX” e completa: “durante a vida de Engels, a ciência militar teve mais impacto no marxismo que o marxismo na ciência militar”(p.13).

Ora, a afirmação não parece fora de propósito. Não seria realmente de esperar que os estabelecimentos militares do século XIX adotassem as sugestões de um dirigente comunista conhecido internacionalmente. Além disso, há que reconhecer o lugar paradigmático de Clausewitz na filosofia da guerra, ontem e hoje, aceita inclusive por todos os autores marxistas. Contudo, mais adiante, Berger destaca que Engels fez grande sucesso com seus textos militares: “A carreira de Engels como jornalista militar foi notável; ele foi respeitado em círculos militares burgueses e aristocráticos. Com efeito, chegou em 1854 a considerar a possibilidade de se tornar um autor militar em tempo integral” (p.51).

Feitas as contas, talvez a falta de referências a Berger no livro de Draper e Haberkern se deva justamente à semelhança de suas perspectivas. Afinal, a principal tese de *War & revolution* aparece com todas as letras em *Engels,*

armies & revolution:: “A tendência da Social-Democracia alemã a pressupor que as guerras defensivas eram justas e as guerras agressivas eram injustas não é um legado de Marx e Engels” (p.69). O mesmo vale para a relação entre guerra e revolução: “O interesse de Engels e Marx pela guerra e pela política externa era um produto de seu interesse pela transformação revolucionária da Europa e do mundo” (p.73). Ou para a questão do russofobismo: “O ódio (de Engels) e Marx pela Rússia era baseado em sua avaliação do papel contra-revolucionário” desse país “e diminuiu um pouco, à medida que a Rússia passou a aparecer menos inequivocamente comprometida com a reação” (p.72).

A importância de Engels

Finalmente, o livro de Draper e Haberkern poderia ter encontrado em Berger um precursor na constatação de que o estudo da guerra era a província de Engels. Nesse sentido, Berger afirma que “Marx tinha pouco interesse pela guerra” (p.50) e que “em geral, Marx abordava os temas militares num espírito de relutância e apreensão”, o que *War & revolution* confirma amplamente. Ao comentar os artigos que Marx assinou no *New York Daily Tribune*, o texto diz: “Engels era geralmente encarregado de escrever material sobre assuntos militares (...). Era seu campo” (p.53). Mais à frente, refere-se à tendência de Marx a considerar “fora de seu departamento” (palavras de Marx) as questões mais especificamente militares (p.88),

ou a tomar detalhes militares como meio para chegar a assuntos realmente cruciais (p.108). Por outro lado, tanto Martin Berger quanto Draper e Haberkern destacam a grande repercussão dos artigos de Engels sobre a guerra franco-prussiana, publicados na *Pall Mall Gazette*, bem como de seus artigos “O Pó e o Reno” e “Pode a Europa se desarmar?”. Finalmente, Berger lembra que “até sua morte, em 1895, (Engels) foi o principal conselheiro militar do movimento revolucionário” (p.56).

Diante de tudo isso, o título geral da obra parece particularmente injusto com Engels neste volume (na introdução, Haberkern diz que “este é o quinto volume de uma série projetada de seis sobre as visões políticas de Marx e Engels” - grifo meu). A mais breve leitura basta para revelar a proeminência de Engels no debate em questão, de resto, amplamente admitida por Marx, que chamava o amigo de “ministro da guerra de Manchester”. Estatisticamente, o índice final da obra o comprova: aí aparecem 104 menções a Engels e apenas 37 a Marx. Não por acaso, a filha de Marx, Jenny, gostava de provocar o “tio”, que não chegara sequer a cabo ao servir o Exército, com o apelido de “General”.

De resto, o brilhantismo de Engels continua a ser descoberto em tempos recentes. Em sua análise iconoclasta sobre a Primeira Guerra Mundial, *The pity of war* (New York, Basic Books, 1999), o historiador Niall Ferguson, estrela atual do meio acadêmico anglo-saxão, reconhece que pouquíssimos contempo-

râneos tiveram a capacidade de antever a hecatombe que se anunciava na guerra de 1914. Citando apenas três exceções, admite que “um foi o colaborador de Marx”. Com efeito, Engels, em texto de 1887, quatro anos depois da morte de Marx e vinte e sete anos antes da eclosão da Grande Guerra, visualizou:

uma guerra mundial de extensão e intensidade jamais vista, se o sistema de superação mútua em armamentos, levado ao extremo, produzir seus frutos naturais. (...) Oito a dez milhões de soldados se exterminarão mutuamente e deixarão a Europa arrasada, como nenhuma nuvem de gafanhotos seria capaz. As devastações da Guerra dos Trinta Anos, condensadas em três ou quatro anos, e espalhadas por todo o continente; fome, epidemia, barbárie geral de exércitos e de massas, provocadas por puro desespero; caos completo em nossos negócios, comércio e indústria, terminando em bancarrota geral; colapso dos velhos estados e de sua sabedoria tradicional, de tal forma que coroas rolarão nas valetas às dúzias e não haverá ninguém disponível para recolhê-las; absoluta impossibilidade de antever onde tudo isso terminará e quem serão os vitoriosos nessa luta; apenas um resultado é absolutamente certo: exaustão geral e a criação das circunstân-

cias para vitória final da classe operária (Ferguson, p.8).

Trágica clarividência, que pode servir como um convite a mais para visitarmos, cento e dez anos depois da morte de Engels, os escritos sobre a temática militar de um dos fundadores do marxismo.

Arte, verdade e política*

HAROLD PINTER

Em 1958, escrevi o seguinte:

“Não existem distinções concretas entre o que é real e o que é irreal, nem entre o que é verdadeiro e o que é falso. Uma coisa não é necessariamente ou verdadeira ou falsa; pode ser verdadeira e falsa a um só tempo”.

Acredito que essa alegação continue a fazer sentido e continue a se aplicar à exploração da realidade por intermédio da arte. Portanto, como escritor eu reafirmo o que disse. Mas não posso fazê-lo como cidadão. Em minha condição de cidadão, me cabe perguntar: O que é verdadeiro? O que é falso?

A verdade na dramaturgia é sempre fugaz. Não é possível encontrá-la por inteiro, mas a busca por ela é compulsiva.

É a busca que claramente propela a jornada. A busca é a sua tarefa. O mais freqüente é que você tropece na verdade em meio à escuridão, colida com ela ou capte simplesmente um vislumbre de uma imagem ou forma que parecem corresponder à verdade, muitas vezes sem compreender que o tenha feito. Mas a verdade real é que jamais existe algo como uma verdade a ser encontrada na arte dramática. As verdades são muitas. Essas verdades se contestam umas às outras, evadem umas às outras, refletem umas às outras, ignoram umas às outras, provocam umas às outras, não percebem umas às outras. Às vezes, você sente ter em mãos a verdade de um momento, e ela logo escapa por entre seus dedos e se perde.

Muitas vezes me foi perguntado de que maneira surgem as minhas pe-

* Discurso do dramaturgo inglês lido na Academia Sueca, por ocasião da entrega do *Prêmio Nobel de Literatura* de 2005. A tradução do texto, de Paulo Migliacci, é aqui reproduzida com a permissão do jornal *Folha de S. Paulo*. O original está disponível em www.haroldpinter.org

ças. Não sei dizer. Nem sou capaz de resumi-las, sumarizá-las, exceto dizendo que foi aquilo que aconteceu. É aquilo que elas dizem. Foi aquilo que elas fizeram.

A maior parte das peças é engendrada por uma linha, uma palavra ou uma imagem. A palavra em questão é muitas vezes seguida, pouco depois, pela imagem. Vou lhes oferecer dois exemplos de linhas que me vieram à cabeça sem motivo aparente, seguidas de imagens, e mais tarde perseguidas por mim. As peças são “The Homecoming” [a volta para casa] e “Old Times” [velhos tempos]. A primeira linha de “The Homecoming” diz “o que é que você fez com a tesoura?” A primeira linha de “Old Times” é “Escuro”.

Em ambos os casos, eu não dispunha de quaisquer outras informações.

No primeiro caso, era evidente que alguém estava procurando uma tesoura, e indagava sobre seu paradeiro a outra pessoa de quem suspeitava pelo possível roubo do objeto. Mas eu de alguma forma sabia que a pessoa a quem a pergunta era dirigida não se importava nem um pouco com a tesoura, ou, aliás, com o sujeito que estava à procura dela.

“Escuro” eu decidi considerar como sendo a descrição do cabelo de alguém, o cabelo de uma mulher, e como resposta a uma pergunta. Em cada um dos casos, me vi compelido a investigar a questão mais a fundo. Isso aconteceu lentamente, por meio de uma dissolução muito lenta, da sombra para a luz.

Sempre começo uma peça dando aos personagens os nomes A, B e C.

Na peça que veio a se tornar “The Homecoming”, vi um homem entrar em uma sala decorada com parcimônia, e fazer a pergunta a um homem mais jovem, sentado em um sofá horroroso e lendo um jornal de turfe. Eu de alguma maneira suspeitava que A fosse um pai e B fosse seu filho, mas não tinha certeza. No entanto, a suspeita se confirmou pouco mais tarde quando B (que viria mais tarde a ganhar o nome Lenny) diz para A (que viria a se chamar Max): “Pai, você se incomodaria em mudar de assunto? Quero lhe perguntar uma coisa. O jantar, logo agora, o que era aquilo que comemos? Qual é o nome daquilo? Por que você não compra um cachorro? Sua comida só serve para cachorros. Sério. Dá pra imaginar que o senhor está cozinhando para um monte de cachorros”. Assim, já que B chama A de “pai”, me pareceu razoável presumir que fossem pai e filho. “A” era também, claramente, o responsável pela cozinha, e sua culinária não parecia ser levada em alta conta. Será que isso significava que não existia mãe na casa? Eu não sabia. Mas, como disse a mim mesmo então, os nossos inícios jamais conhecem os nossos finais.

“Escuro”. Uma grande janela. Céu noturno. Um homem, A (mais tarde batizado como Deeley), e uma mulher, B (que se tornaria Kate), sentados, com drinques nas mãos. “Gorda ou magra?”, pergunta o homem. Sobre quem eles estão falando? Mas a seguir vejo, de pé

diante da janela, uma mulher, C (mais tarde, Anna), iluminada de maneira diferente, de costas para os dois, revelando seus cabelos escuros.

É um momento estranho, o momento de criar personagens que até aquele momento não existiam. O que vem a seguir é um procedimento espasmódico, incerto, até mesmo alucinatório, embora ocasionalmente ocorra como uma avalanche incontrolável. A posição do autor é incômoda. Em certo sentido, os personagens não o acolhem com agrado. Os personagens resistem a ele, a convivência nunca é fácil, defini-los é impossível. Mas você enfim descobre que tem em suas mãos pessoas de carne e osso, pessoas dotadas de vontade e de uma sensibilidade pessoal própria, feitas de componentes que é impossível alterar, manipular ou distorcer.

Assim, a linguagem, na arte, continua a ser uma transação altamente ambiciosa, uma areia movediça, um trampolim, uma piscina congelada que pode ceder sob seus pés, os pés do autor, a qualquer instante.

Mas, como eu disse, a busca pela verdade não pode parar. Não se pode postergá-la. Ela precisa ser encarada, naquele exato lugar, naquele exato momento.

O teatro político acarreta um conjunto completamente diferente de problemas. É preciso evitar a qualquer custo um tom de pregação. Objetividade é essencial. É preciso permitir que os personagens respirem um ar que lhes seja próprio. O autor não pode confiná-los

e restringi-los a fim de satisfazer seu gosto, disposição ou preconceito. Deve estar preparado para abordá-los de diferentes ângulos, com um conjunto amplo e desinibido de perspectivas, tomá-los de surpresa, talvez, ocasionalmente, mas ainda assim dar-lhes a liberdade de seguir o caminho que preferirem. Isso nem sempre funciona. E a sátira política, evidentemente, não adere a qualquer desses preceitos, e na verdade age de maneira completamente oposta, o que está implícito em sua função.

Em minha peça “The Birthday Party” [a festa de aniversário], creio que permiti que uma ampla gama de opções operasse em meio a uma densa floresta de possibilidades, antes de finalmente me concentrar no ato de subjugação.

“Mountain Language” [idioma da montanha] não pretendia atingir uma gama de operação tão ampla. É brutal, curta e feia. Mas os soldados da peça se divertem um pouco com ela. Às vezes é fácil esquecer que os torturadores se entediam com facilidade. Precisam de uma dose de riso para manter seu ânimo. Isso, evidentemente, foi confirmado pelos acontecimentos em Abu Ghraib e Bagdá. “Mountain Language” dura apenas 20 minutos, mas poderia se estender por hora após hora, interminavelmente, com o mesmo padrão repetido vezes sem conta, interminavelmente, hora após hora.

“Ashes to ashes” [do pó ao pó], por outro lado, me parece transcorrer sob a água. Uma mulher que está se afogando, a mão que se ergue por sobre as

ondas e volta a desaparecer, tentando encontrar outras pessoas mas sem achar ninguém ali, quer acima, quer abaixo da água. Existem apenas sombras, reflexos, fluando. A mulher é uma figura perdida em uma paisagem afogada, uma mulher incapaz de escapar ao destino trágico que parecia caber apenas a outros.

Mas, da mesma forma como eles morreram, ela deve morrer.

A linguagem política, tal qual usada pelos políticos, não se aventura por qualquer parte desse território, já que a maioria dos políticos, pelos indícios de que dispomos, não estão interessados na verdade, e sim no poder, e na manutenção desse poder. Para manter o poder é essencial que as pessoas sejam mantidas na ignorância, que vivam ignorando a verdade, até mesmo a verdade de suas vidas. O que nos cerca, portanto, é uma vasta tapeçaria de mentiras, das quais nos alimentamos.

Como sabem todas as pessoas aqui presentes, a justificativa para a invasão do Iraque era o fato de que Saddam Hussein possuía um perigoso arsenal de armas de destruição em massa, algumas das quais podiam ser disparadas em prazo de apenas 45 minutos, e seriam capazes de causar chocante devastação. Garantiram-nos que isso era verdade. Não era verdade. Fomos informados de que o Iraque tinha um relacionamento com a rede Al Qaeda e era co-responsável pela atrocidade de 11 de setembro de 2001 em Nova York. Garantiram-nos que isso era verdade. Não era ver-

dade. Fomos informados de que o Iraque representava uma ameaça para a segurança do mundo. Garantiram-nos que isso era verdade. Não era verdade.

A verdade é algo de inteiramente diferente. A verdade se relaciona à maneira pela qual os Estados Unidos compreendem seu papel no mundo, e escolhem personificá-lo.

Mas antes que eu retorne ao presente, gostaria de mencionar o passado recente, e com isso quero dizer a política externa dos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial. Acredito que seja obrigatório, para nós, sujeitar esse período a pelo menos alguma forma de escrutínio limitado, que é tudo que o tempo disponível nos permitirá, aqui.

Todos sabem o que aconteceu na União Soviética em toda a Europa Oriental no período do pós-guerra: a brutalidade sistemática, as atrocidades generalizadas, a supressão impiedosa do pensamento independente. Tudo isso foi amplamente documentado e comprovado.

Mas o que pretendo defender aqui é que os crimes dos Estados Unidos no mesmo período só foram registrados de maneira superficial, quanto menos documentados, e ainda menos reconhecidos como crimes de qualquer ordem. Acredito que isso precise ser encarado, e que a verdade a esse respeito tenha considerável importância para a situação em que o mundo agora se encontra. Ainda que restringidas, em certa medida, pela existência da União Sovi-

ética, as ações dos Estados Unidos em todo o mundo deixavam claro que o país concluiria dispor de carta branca para fazer o que desejasse.

A invasão direta de um Estado soberano jamais foi o método predileto dos Estados Unidos, na realidade. No geral, os norte-americanos preferem o que costuma ser descrito como “conflitos de baixa intensidade”. Um conflito de baixa intensidade significa que milhares de pessoas morrem, mas de maneira mais lenta do que se você lançasse uma bomba contra elas em uma ação rápida. Significa que você infecta o coração do país, estabelece um tumor maligno e assiste enquanto a gangrena se espalha. Quando a população foi subjugada ou espancada até a morte, e seus amigos — os militares e as grandes empresas — ocupam o poder confortavelmente, você convoca as câmeras e anuncia que a democracia prevaleceu. Essa era uma situação comum na política externa norte-americana, durante os anos aos quais me refiro.

A tragédia da Nicarágua é um caso altamente significativo. Eu decidi mencioná-la aqui como poderoso exemplo da visão norte-americana quanto ao papel de seu país no mundo, tanto então quanto agora.

Participei de uma reunião na embaixada norte-americana em Londres, no final dos anos 80.

O Congresso dos Estados Unidos estava se preparando para decidir se concederia mais dinheiro aos Contras em sua campanha contra o Estado da Ni-

carágua. Eu era membro de uma delegação que deporia em favor da Nicarágua, mas o mais importante integrante dessa delegação era o padre John Metcalf. O líder da equipe norte-americana era Raymond Seitz, então primeiro secretário da embaixada e mais tarde embaixador dos Estados Unidos em Londres. O padre Metcalf disse: “Senhor, cuido de uma paróquia no norte da Nicarágua. Os fiéis locais construíram uma escola, um centro de saúde, um centro cultural. Vivíamos em paz. Alguns meses atrás, uma força de Contras atacou a paróquia. Destruíram tudo: a escola, o centro de saúde, o centro médico. Estupraram enfermeiras e professoras, massacraram médicos, da maneira mais brutal. Comportaram-se como selvagens. Por favor, exijam que o governo dos Estados Unidos retire seu apoio a essas chocantes atividades terroristas”.

Raymond Seitz tinha ótima reputação como homem racional, responsável e altamente sofisticado. Era muito respeitado nos círculos diplomáticos. Ele ouviu, fez uma pausa e a seguir disse, de forma solene: “Padre, permita-me dizer-lhe uma coisa. Na guerra, pessoas inocentes sofrem”. Surgiu um silêncio gélido. Nós o encaramos. Ele não mostrou qualquer hesitação.

As pessoas inocentes, de fato, sempre sofrem.

Por fim, alguém disse: “Mas nesse caso as ‘pessoas inocentes’ foram vítimas de uma atrocidade cruel subsidiada por seu governo, uma dentre mui-

tas. Se o Congresso conceder mais verbas aos Contras, novas atrocidades como essas acontecerão. Não é verdade? O seu governo, portanto, não deveria ser considerado culpado por apoiar atos de assassinato e destruição praticados contra os cidadãos de um país soberano?”

Seitz se manteve imperturbável. “Não concordo que os fatos, tais como apresentados, sustentem essas asserções”, afirmou.

Quando estávamos saindo da Embaixada, um dos assessores da delegação norte-americana disse que apreciava minhas peças. Eu não respondi.

Devo lembrá-los de que, naquele período, o presidente Reagan afirmou que “os Contras são o equivalente moral de nossos Pais Fundadores”.

Os Estados Unidos apoiaram a brutal ditadura de Somoza na Nicarágua por mais de 40 anos. O povo nicaraguense, liderado pelos sandinistas, derrubou esse regime em 1979, em uma inspiradora revolução popular.

Os sandinistas não eram perfeitos. Eram dotados de dose considerável de arrogância, e sua filosofia política continha dose considerável de elementos contraditórios. Mas eram pessoas inteligentes, racionais e civilizadas. Decidiram estabelecer uma sociedade estável, decente e pluralista. A pena de morte foi abolida. Centenas de milhares de camponeses vítimas da pobreza foram resgatados, à beira da morte. Mais de 100 mil famílias receberam terras. Duas mil escolas foram construídas. Uma notável campanha de alfabetização re-

duziu o analfabetismo no país a menos de 15%. A educação gratuita foi estabelecida, bem como um serviço gratuito de saúde. A mortalidade infantil foi reduzida em um terço. A poliomielite foi erradicada.

Os Estados Unidos denunciaram essas realizações como subversão marxista/leninista. Na opinião do governo norte-americano, um exemplo perigoso estava sendo estabelecido. Se fosse permitido que a Nicarágua estabelecesse normas básicas de justiça social e econômica, se o país conseguisse elevar seus padrões de saúde e educação e obter unidade social e auto-respeito nacional, os países vizinhos talvez começassem a fazer as mesmas perguntas e a agir da mesma maneira. Existia, na época, uma feroz resistência ao status quo em El Salvador.

Falei anteriormente sobre uma “tapeçaria de mentiras” que nos cerca. O presidente Reagan usualmente se referia à Nicarágua como “calabouço totalitário”. A mídia, e com certeza o governo, britânicos consideravam que a declaração representasse um resumo acurado e justo. Mas não existem, na verdade, registros de que esquadrões da morte estivessem em operação sob o governo sandinista. Não há histórico de tortura. Não há registro de brutalidade militar sistemática ou oficial. Nenhum religioso foi assassinado na Nicarágua. Na verdade, o governo contava com três religiosos em suas fileiras, dois padres jesuítas e uma missionária de Maryknoll. Os calabouços totalitários

na verdade existiam nos países vizinhos, em El Salvador e na Guatemala. Os Estados Unidos derrubaram o governo guatemalteco democraticamente eleito, em 1954, e estima-se que mais de 200 mil pessoas tenham caído vítimas das ditaduras militares que se sucederam.

Seis dos mais distintos religiosos jesuítas do mundo foram assassinados cruelmente na Universidade Centro-Americana de El Salvador, em 1989, por um batalhão do regimento Alcatl, treinado em Fort Benning, Geórgia, EUA. O arcebispo Romero, homem de extraordinária coragem, foi assassinado enquanto celebrava a missa. Estima-se que 75 mil pessoas tenham morrido. Por que foram mortas? Foram mortas porque acreditavam que uma vida melhor era possível e devia ser conquistada. Essa crença as qualificava imediatamente como comunistas. Morreram porque ousaram se opor ao status quo, ao infinito platô de pobreza, doença, degradação e opressão que lhes cabia desde o nascimento.

Os Estados Unidos por fim conseguiram derrubar o governo sandinista. Demoraram alguns anos, mas perseguição econômica incansável e 30 mil mortes acabaram por solapar o espírito do povo nicaraguense. Eles estavam exaustos, e a pobreza voltou a atacar. Os cassinos se reinstalaram no país. A saúde e educação gratuitas não mais existiam. As grandes empresas voltaram a todo vapor. A “democracia” havia triunfado.

Mas essa “política” de forma alguma estava restrita à América Central.

Foi aplicada em todo o mundo. Era incessante. E todos a tratam como se nunca tivesse acontecido.

Os Estados Unidos apoiaram e em muitos casos engendraram todas as ditaduras de direita surgidas no mundo depois da Segunda Guerra Mundial. Basta citar Indonésia, Grécia, Uruguai, Brasil, Paraguai, Haiti, Turquia, Filipinas, Guatemala, El Salvador e, evidentemente, o Chile. Os horrores infligidos pelos Estados Unidos ao Chile em 1973 jamais poderão ser purgados, e não serão perdoados nunca.

Centenas de milhares de mortes aconteceram nesses países. Elas realmente aconteceram? E podem ser atribuídas, em todos os casos, à política externa norte-americana? A resposta é que sim, elas aconteceram, e podem ser atribuídas à política externa norte-americana. Mas é como se não tivessem ocorrido.

Jamais aconteceram. Nada aconteceu, em tempo algum. Mesmo quando estavam acontecendo, essas coisas não estavam acontecendo. Não importavam. Não mereciam interesse. Os crimes dos Estados Unidos foram sistemáticos, constantes, cruéis, impiedosos, mas pouca gente fala sobre eles. Temos de reconhecer o talento norte-americano. O país exerceu uma manipulação clínica do poder em todo o mundo, enquanto posava o tempo todo como força que deseja o bem universal. Foi um ato brilhante, e até mesmo sutil, de hipnotismo, que obteve imenso sucesso.

Eu gostaria de afirmar diante de vocês que os Estados Unidos são sem a menor dúvida o maior espetáculo do planeta. Ainda que sejam brutais, impiedosos, desdenhosos e indiferentes, são também muito espertos. Como vendedores, eles não têm rivais, e o produto que eles mais vendem é o amor pelos Estados Unidos, por eles mesmos. É uma idéia vencedora. Ouçam as palavras de qualquer presidente norte-americano, na televisão, quando afirma que “digo ao povo norte-americano que é hora de orar e de defender os direitos do povo norte-americano, e peço ao povo norte-americano que confie em seu presidente quanto à ação que ele está por executar em nome do povo dos Estados Unidos”.

É um estratagema cintilante. A linguagem é empregada de maneira a impedir que o pensamento atue. As palavras “o povo norte-americano” oferecem uma almofada verdadeiramente voluptuosa de segurança, de confiança. Não é preciso pensar. Simplesmente recoste-se na almofada. A almofada talvez sufoque a sua inteligência e suas faculdades críticas, mas é muito confortável. Isso não se aplica, claro, aos 40 milhões de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza, ou aos dois milhões de homens e mulheres detidos no vasto gulag de penitenciárias que se estende ao longo do território norte-americano.

Os Estados Unidos agora nem se incomodam mais em usar a desculpa dos conflitos de baixa intensidade. Não vêem mais utilidade em usar a reticên-

cia ou a astúcia. Colocam as cartas na mesa sem medo e sem favor. Simplesmente não ligam a mínima para as Nações Unidas, a lei internacional ou os dissidentes e críticos, que consideram impotentes e irrelevantes. Além disso, dispõem de um cordeirinho na coleira, que os segue balindo alegremente, o patético, submisso Reino Unido.

O que aconteceu à nossa sensibilidade moral? Será que um dia ela existiu? O que quer dizer essa expressão? Refere-se a um termo raramente empregado nos nossos dias, a consciência? Uma consciência que se relaciona não apenas aos nossos atos mas à responsabilidade de que compartilhamos pelos atos alheios? Será que isso tudo morreu? Pensem na baía de Guantánamo. Centenas de pessoas detidas sem acusação por mais de três anos, sem direito a representação legal, sem direito a processos justos, tecnicamente detidas para sempre. Essa estrutura totalmente ilegítima é mantida em flagrante desafio à Convenção de Genebra. É não apenas tolerada mas raramente comentada pelo que costumamos designar como “comunidade internacional”. Esse ultraje criminoso está sendo cometido por um país que se declara “líder do mundo livre”. Será que nós pensamos sobre os habitantes da baía de Guantánamo? O que a imprensa tem a dizer sobre eles? Surgem ocasionalmente em alguma pequena reportagem na página seis. Foram consignados a uma terra de ninguém da qual é de fato possível que nunca retornem. No momento, pode

ser que estejam em greve de fome, e sendo alimentados à força. Há cidadãos britânicos entre eles. Não existe nada de sutil no procedimento usado para forçar um detento a se alimentar. Nenhum sedativo ou analgésico. Um tubo é inserido pelo nariz do prisioneiro, até sua garganta. A pessoa vomita sangue. Isso constitui tortura. O que o secretário do Exterior britânico tem a dizer sobre isso? Nada. O que o primeiro-ministro britânico tem a dizer sobre isso? Nada. Por que nada? Porque os Estados Unidos determinaram que criticar sua conduta na baía de Guantánamo constitui violação de aliança. Quem não está com eles, está contra eles. Por isso, Blair mantém a boca fechada.

A invasão do Iraque foi um ato de banditismo, um ato de gritante terrorismo de Estado, e demonstrou completo desprezo pelo conceito de lei internacional. A invasão foi uma ação militar arbitrária inspirada por uma série de mentiras e mais mentiras, por absurda manipulação da mídia, e portanto do público; um ato cujo objetivo é consolidar o controle econômico e militar norte-americano sobre o Oriente Médio, disfarçado de ação de último recurso, já que todas as demais justificativas não conseguiram defender a idéia de que se trataria de um ato de libertação. Uma formidável afirmação de poderio militar, responsável pela morte e mutilação de milhares e mais milhares de pessoas inocentes.

Nós levamos tortura, munição fragmentável, projéteis de urânio, inu-

meráveis atos de homicídio aleatório, miséria, degradação e morte ao povo iraquiano, e a isso chamamos “levar liberdade e democracia ao Oriente Médio”.

Quantas pessoas será preciso matar antes que o líder possa ser qualificado como assassino em massa ou criminoso de guerra? Cem mil? Mais que o suficiente, é o que eu imaginaria. Portanto, é justo que Bush e Blair sejam indiciados diante do Tribunal Internacional de Justiça. Mas Bush foi esperto. Não ratificou o tratado que constitui o Tribunal Internacional de Justiça. Assim, se qualquer soldado, ou, aliás, político norte-americano for levado a julgamento, Bush já alertou que recorrerá à força para libertá-lo. Mas Tony Blair ratificou a constituição do tribunal, e portanto poderia ser processado. Podemos fornecer o endereço dele ao tribunal, caso exista interesse. É Downing Street, número 10, Londres.

A morte nesse contexto é irrelevante. Tanto Bush quanto Blair dão importância muito pequena à morte. Pelo menos 100 mil iraquianos foram mortos por bombas e mísseis norte-americanos antes que a insurgência do Iraque começasse. Essas pessoas não importam. As mortes delas não existem. São um vazio. Não estão sequer sendo registradas como vítimas fatais. “Não contamos cadáveres”, disse o general norte-americano Tommy Franks.

Nos primeiros dias da invasão, os jornais britânicos publicaram em suas

primeiras páginas fotos de Tony Blair beijando um menininho iraquiano. “Uma criança agradecida”, afirmavam as legendas. Poucos dias mais tarde, uma reportagem e foto publicadas em página interna mostravam um menino de quatro anos com os braços amputados. A casa de sua família foi destruída por um míssil. Todos morreram. “Quando vou ter meus braços de volta?”, ele perguntava. Bem, Tony Blair não o estava abraçando, ou a qualquer outra criança mutilada, ou a qualquer cadáver ensanguentado. O sangue é sujo. Mancha a camisa e a gravata quando você está fazendo um discurso sincero na televisão.

Os dois mil norte-americanos mortos são motivo de embaraço. São transportados para seus túmulos no escuro. Os funerais são discretos, realizados em locais distantes. Os mutilados apodrecem em suas camas, alguns pelo resto de suas vidas. Assim, mortos e mutilados apodrecem, em tipos diferentes de leito.

Eis um extrato de “Estou explicando algumas coisas”, poema de Pablo Neruda:

E certa manhã tudo estava queimando
uma manhã as fogueiras
saltaram da terra
devorando seres humanos
e depois disso o fogo,
a pólvora depois disso,
e depois disso o sangue.
Bandidos com aviões e mouros,

bandidos com anéis nos dedos e duquesas,
bandidos com monges encapuzados
abençoando feridas

vieram pelo céu para matar crianças
e o sangue das crianças corria pelas ruas
sem ruído, como sangue de crianças.

Chacais que os chacais desprezariam
pedras que o musgo seco morderia e cuspiria longe

víboras que as víboras abominariam.

Face a face com você eu vi o sangue
da Espanha subindo qual maré
para afogá-lo em uma onda
de orgulho e facas.

Generais

traíçoeiros:

procurem minha casa morta,

olhem a Espanha morta:

de cada casa metal em chamas flui

em lugar de flores

de cada órbita ocular da Espanha

a Espanha emerge

e de cada criança morta um rifle com olhos

e de cada crime nascem balas

que um dia encontrarão

o alvo de seus corações.

E vocês perguntarão: por que a poesia dele

não fala de sonhos e folhas

e dos grandes vulcões de sua terra natal.

Venham e vejam o sangue nas ruas.

Venham e vejam

o sangue nas ruas.

Venham e vejam
o sangue nas ruas! *

Permitam-me deixar bem claro que ao citar um poema de Neruda não estou de maneira alguma comparando a Espanha republicana de Neruda ao Iraque de Saddam Hussein. Cito Neruda porque em nenhum outro trabalho de poesia moderna li descrição tão poderosa e visceral do bombardeio a civis.

Eu afirmei anteriormente que os Estados Unidos são agora completamente francos quanto a colocar suas cartas na mesa. É esse o caso. É uma política oficialmente declarada, definida agora como “domínio completo do espectro”. Não é um termo que eu tenha cunhado: eles o fizeram. “Domínio completo do espectro” quer dizer controle da terra, mar, ar e espaço, e todos os recursos subjacentes.

Os Estados Unidos ocupam hoje 702 instalações militares em todo o mundo, em 132 países, com a honrosa exceção da Suécia, evidentemente. Não sabemos exatamente como eles chegaram lá, mas lá estão, sem dúvida.

Os Estados Unidos possuem oito mil ogivas nucleares ativas e operacionais. Duas mil delas estão em alerta imediato, prontas para lançamento em 15 minutos. O país está desenvolvendo novos sistemas de força nuclear, conheci-

dos como “arrasa-bunkers”. Os britânicos, sempre cooperativos, planejam substituir o míssil nuclear que empregam, o Trident. Contra quem, imagino, eles estão apontados? Osama bin Laden? Você? Eu? Joe Dokes? China? Paris? Quem sabe? O que sabemos é que essa infantil insanidade, a posse e ameaça do uso de armas nucleares, é o cerne da filosofia política atual dos Estados Unidos. Precisamos nos lembrar de que os Estados Unidos estão sempre em pé de guerra, e não mostram sinais de relaxar sua postura.

Muitos milhares, se não milhões, de pessoas nos Estados Unidos mesmos estão comprovadamente enojadas, envergonhadas e enraivecidas diante das ações de seu governo, mas sob a situação atual ainda não são uma força política coerente. Mas a ansiedade, incerteza e medo que podemos ver crescendo a cada dia nos Estados Unidos não devem diminuir.

Sei que o presidente Bush dispõe de muitos redatores de discursos extremamente competentes, mas eu gostaria de me oferecer como voluntário para o posto. Proponho o seguinte discurso, curto, a ser feito ao país em rede de televisão. Eu o vejo sério, com o cabelo cuidadosamente penteado, convincente, sincero, quase sedutor, ocasionalmente empregando um sorriso sardô-

* Excerto de “I’m Explaining a Few Things”, de Pablo Neruda, traduzido por Nathaniel Tarn para o inglês, em “Pablo Neruda: Selected Poems”, Jonathan Cape, Londres, 1970. Uso licenciado pelo Random House Group. **Tradução:** Paulo Migliacci.

nico, estranhamente atraente, um homem másculo.

“Deus é bom. Deus é grande. Deus é bom. Meu Deus é bom. O Deus de Bin Laden é ruim. O Deus dele é ruim. O Deus de Saddam era ruim, mas ele não tinha Deus. Ele era um bárbaro. Nós não somos bárbaros. Não arrancamos a cabeça das pessoas. Acreditamos na liberdade. Deus também. Não sou um bárbaro. Sou o líder democraticamente eleito de uma democracia que ama a liberdade. Somos uma sociedade compassiva. Nós usamos eletrocuções compassivas e injeções letais compassivas. Somos uma grande nação. Não sou um ditador. Ele é. Não sou bárbaro. Ele é. E ele é. Todos eles são. Eu tenho autoridade moral. Está vendo esse punho? Ele é minha autoridade moral. E não se esqueça disso”.

A vida de um escritor é altamente vulnerável, uma atividade quase nua. Não precisamos lamentar esse fato. O escritor faz sua escolha e tem de viver com ela. Mas é lícito dizer que você fica aberto a todos os ventos, alguns dos quais de fato gélidos. Você está por sua conta, isolado. Não encontra abrigo ou proteção a menos que minta, o que permite que você construa sua própria proteção e, poder-se-ia alegar, se torne político.

Eu me referi à morte algumas vezes, esta noite. Citarei agora um de meus poemas, chamado “Morte”.

Onde o corpo foi encontrado
Quem encontrou o corpo?

O corpo estava morto quando encontrado?

Como o corpo foi encontrado?

Quem era o corpo?

Quem era o pai ou filha ou irmão

Ou tio ou irmã ou mãe ou filho

Do corpo morto e abandonado?

O corpo estava morto quando abandonado?

O corpo foi abandonado?

Por quem ele foi abandonado?

O corpo estava nu ou vestido para uma viagem?

O que faz com que o corpo seja declarado morto?

O corpo morto foi declarado morto?

Como você sabia que o corpo estava morto?

Você lavou o corpo

Fechou-lhe ambos os olhos

Enterrou o corpo

Deixou-o ao abandono

Você beijou o corpo

Quando nos olhamos no espelho acreditamos que a imagem que vemos seja acurada. Mas basta um movimento de um milímetro e a imagem muda. Na verdade, estamos olhando uma gama infinita de reflexos. Mas às vezes o escritor precisa quebrar o espelho porque é do outro lado do espelho que a verdade nos encara.

Acredito que a despeito das enormes dificuldades que existem, cabe-nos

como cidadãos, com ferrenha, inamovível e feroz determinação intelectual, definir a verdade real de nossas vidas e nossas sociedades. Trata-se de uma obrigação crucial para todos nós.

É de fato compulsória.

Se essa determinação não for incorporada por nossa visão política, não teremos esperança de restaurar aquilo que está quase perdido para nós: a dignidade do homem.”

O Imaterial. Conhecimento, valor e capital

André Gorz
São Paulo, Editora Annablume, 2005, 108 p.

HENRIQUE AMORIM*

O último livro de André Gorz, *O Imaterial* traz reflexões importantes sobre o trabalho hoje e sintetiza uma longa discussão sobre a crise do processo de valorização do capital. A análise do autor está focada em uma nova forma de criação de riqueza que estaria desvinculada do processo de valorização do capital, sendo o conhecimento a nova força produtiva que viria substituir o trabalho abstrato na criação da riqueza social.

Seu eixo teórico está dividido em duas partes. A primeira está relacionada à caracterização do que há de específico nos conteúdos do trabalho imaterial, cujo potencial, o deslocaria em direção a um universo que não poderia ser *subsumido* pelo capital. A se-

gunda parte visa, para endossar a primeira, criticar a teoria do valor com base na sua incapacidade de calcular o valor do trabalho imaterial, isto é, não haveria possibilidade de mensuração de trabalhos imateriais, já que os conteúdos destes trabalhos seriam relativos. “Componentes comportamentais” e “motivação”, ingredientes de um “capital humano”, segundo Gorz, não seriam capacidades quantitativas, não poderiam ser pensadas como unidades de produção, finalmente, não poderiam ser mensuradas.

O componente do saber presente no trabalho industrial e de serviços teria crescido em importância hoje. “*O saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-orga-*

* Doutorando em Ciências Sociais – IFCH/UNICAMP.

nização e de comunicação.” (p. 09) não podendo ser reduzidos a saberes técnicos, não poderiam ser formalizados. Formar-se-ia, assim, o que podemos chamar: uma suposta resistência dentro da lógica de valorização do capital.

As contradições em presença teriam fundamentado um tipo de trabalho cujo componente central seria o conhecimento. Lembremos, rapidamente, da tese de Gorz desenvolvida em *Adeus ao Proletariado* na qual indica a existência de uma dualização da sociedade capitalista: sociedade heterônoma *versus* sociedade autônoma. Nos “interstícios” da sociedade capitalista ter-se-ia formado uma força produtiva cognitiva ancorada nas experiências cotidianas dos indivíduos.

Esta produção imaterial levaria a teoria do valor à exorcência, pois indicaria uma contradição intransponível entre a lógica de universalização dos produtos imateriais e a mercadoria. Gorz caracteriza um redimensionamento da forma histórica de valorização do capital hoje. Neste contexto, o capital tentaria incessantemente conservar, restringir o acesso, patentear o conhecimento presente nos produtos comercializados. Mas, não poderia fazê-lo por completo, pois fugiria do movimento intrínseco ao capital, de acumulação e de extensão ilimitada da exploração do trabalho; para produtos imateriais, lembra o autor, essa lógica não faria, portanto, mais sentido. A universalização dos produtos do trabalho imaterial acabaria por caracterizar o conhecimento formalizado e codifica-

do como uma “não-mercadoria”, um bem comum.

Haveria, nestes termos, um movimento de independência do trabalho imaterial frente ao processo de acumulação de capital cujo, este último, deveria conter. A imensurabilidade, essa propriedade particular dos trabalhos imateriais, seria utilizada como fonte de um novo processo de valorização na medida em que esta fosse restringida. O monopólio do “capital conhecimento”, por exemplo, sintetizaria a contenção dos produtos imateriais. Isto submeteria uma realidade considerada pelo autor ilimitada (dos produtos cognitivos) ao movimento limitado de troca de mercadorias. Até aqui nada de novo nas formas de apropriação do trabalho pelo capital.

Gorz indica, em seguida, a passagem/evolução da economia baseada no tempo de trabalho para a economia da abundância. Com a diminuição do trabalho imediato, as formas de pagamento e o valor de troca presente nas mercadorias seriam também reduzidos. Isto produziria uma diminuição dos valores monetários, isto é, da riqueza e dos lucros produzidos. O capitalismo cognitivo apresentar-se-ia como momento de “*crise do capitalismo em seu sentido mais estrito.*” (p. 37). Evidencia-se, com isso, a indicação de uma transição (sem sujeitos sociais) do capitalismo para o comunismo. Esta indicação antiga ao corolário gorziano, lembremos da tese sobre “reformas não-reformistas” exposta em *Estratégia Operária e*

Neoliberalismo, corrobora a idéia de uma passagem, e não de uma ruptura, como o modo de produção capitalista. Subentende-se, portanto, o fim do antagonismo entre as classes sociais baseada na prescrição de uma alternativa consensual dos embates sociais.

Ademais, os produtos ditos imateriais parecem estar ligados a uma lógica produtora de valores de uso. Gorz não estaria, assim, pensando o trabalho concreto como forma geral do trabalho imaterial? Parece que sim, pois ao caracterizar a particularidade do trabalho imaterial com base nas “*externalidades positivas*” (pp. 21 e 57) compreende que tais produtos não podem ser submetidos a uma abstração geral, tendo, portanto, utilidades sociais distintas. Em seu conjunto, não teriam mais a função primeira de valorizar o capital.

Percebe-se ainda a coexistência de, pelo menos, dois modos de produção no interior das sociedades capitalistas. Um modo de produção baseado no valor-trabalho e que teria como medida unidades de tempo produtivas, fundado no trabalho simples, e, um segundo, cognitivo, no qual o processo de valorização estaria ancorado no trabalho imaterial (apreendido por Gorz como complexo), no “capital humano” e no “capital conhecimento”.

Configura-se, assim, uma ambivalência em processo, pois, para que o “capital conhecimento” possa entrar na circulação, ele deve converter-se em capital-mercadoria, deve associar-se às formas tradicionais do capital, já que,

“*ele não é capital, no sentido usual, e não tem como destinação primária a de servir a produção de sobrevalor; nem mesmo de valor, no sentido usual.*” (p. 54). Não se adequando à norma tradicional de valorização do capital e, ao mesmo tempo, desenvolvendo-se como força produtiva central o “capital conhecimento” apresentar-se-ia como momento de negação e de possível superação do capitalismo. No entanto, tal superação estaria na dependência de uma tomada de consciência, de um reconhecimento por parte do indivíduo. “*A criação de riqueza deve ser desatrelada da criação de valor.*” (p. 57). Com isso, o valor mercantil daria lugar a uma riqueza que não poderia ser regulamentada. Por fim, esta separação formaria espontaneamente um processo de solidariedade e coletividade como vetor central de organização social.

A presença dessa dualidade social nos confere uma visão contraditória do capitalismo, pois ao mesmo tempo em que essas lógicas trabalham dentro do mesmo sistema, isto é: obedecem às mesmas leis, o “capital conhecimento” precisa travestir-se de capital-mercadoria para entrar no processo de circulação. No entanto, por suas particularidades específicas, este “capital conhecimento” garantiria um isolamento em relação ao caráter perverso do capital; isto permitiria ao conjunto de trabalhos imateriais construir uma resistência política e uma possível transição a uma economia “*comunista do saber*” (p. 10).

Configura-se, portanto, uma análise docilizada e pacífica da transforma-

ção estrutural da sociedade capitalista. Mas por que essa leitura torna o capital dócil e transforma uma ruptura social em uma transição inevitável? Algumas respostas podem ser desenvolvidas. Aqui indicarei apenas uma delas. Gorz apreendeu de Marx a tese, exposta no *Manifesto Comunista*, sobre a relação contraditória entre forças produtivas e relações de produção, mas a apreendeu parcialmente, isto é, não considerando a necessidade de uma força político-material transformadora da sociedade: as classes sociais. Por conta disso, excluiu de sua análise a figura do sujeito histórico que pode criar e se organizar, em torno de um projeto revolucionário, uma ruptura social. Contrariamente, para Gorz, é o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, oriundo da exploração do intelecto do trabalhador, que forjaria um novo sujeito, um sujeito imaterial. Há, portanto, uma determinação unilateral do desenvolvimento das forças produtivas. A dialética está cindida. Não há embate social. Os indivíduos não constroem a base material da ruptura, pelo contrário, são levados pela lógica sistêmica de expansão dessas forças cognitivas, ou ainda, é o desenvolvimento das forças produtivas cognitivas que forja o indivíduo e espera dele uma tomada de consciência que o projete na direção da transição “*rumo ao comunismo do saber*”. O primado das forças produtivas cognitivas é retido como elemento transformador da sociedade, a despeito de um sujeito social de carne e osso.

O projeto intelectual de Gorz, pelo menos desde a publicação de *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, está fundado em uma perspectiva individualista na análise social. A questão da transição ao socialismo, por exemplo, está ajustada a essa dimensão individualista. Mesmo quando Gorz nas décadas 1960 e 1970 ainda falava em classes sociais, seu mote era a tomada de consciência do indivíduo – a partir da retomada de controle de seu posto de trabalho – e a classe social. Esta última aparecia como uma extensão dos objetivos individuais do operário.

Trata-se, assim, de uma forma de entender as transformações do processo de produção e de trabalho e, também, da sociedade que tem seus prejuízos e seus êxitos. Seja com base nas influências do existencialismo ou da sociologia do trabalho francesa dos anos 1950 e 1960, presa a uma compreensão humanista do processo de trabalho, seja ainda com base na mais recente teoria sistêmica da sociedade, percebemos onde está assentada a análise de Gorz hoje. Em *O Imaterial*, livro crítico ao capitalismo, verifica-se ainda a primazia do indivíduo em relação aos grupos, as classes, aos movimentos sociais, ao movimento da estrutura social. Contudo, este livro demonstra uma força de síntese impressionante, em especial nos dois primeiros capítulos, nos quais questões teóricas e sociais relevantes são profundamente discutidas. O livro de André Gorz convida ao debate.

Mao – O processo da revolução

Márcio Bilharinho Naves
São Paulo, Editora Brasiliense, 2005

LUCIANO CAVINI MARTORANO*

A modesta aparência deste trabalho (um livro de bolso com pouco mais de 100 páginas, incluindo fotografias, bibliografia e cronologia da vida do líder chinês), não deve levar o leitor a se equivocar quanto ao seu alcance: o ensaio de Márcio Naves não é apenas uma biografia política de Mao Tse-tung, nem tão somente uma análise da revolução chinesa; ele é, sobretudo, uma importante contribuição aos estudos dedicados ao socialismo, apoiada no exame da experiência chinesa e do marxismo de Mao.

No primeiro capítulo, “O Período de Formação”, que começa com o nascimento do biografado em 1893 e vai até a proclamação da República Popular da China em 1949, nota-se o grande significado desempenhado pelas experiências das “bases vermelhas” – áreas libertadas e administradas pelo PCCh a partir de 1927 –, bem como a do go-

verno de Yen-an, constituído após a Longa Marcha, tanto no desenvolvimento da ligação política entre os comunistas e o campesinato, como no aprendizado necessário à realização das tarefas futuras do novo Estado chinês.

Ainda deste período, Naves destaca como uma grande contribuição teórica de Mao a revelação da especificidade da dialética marxista, cuja natureza complexa é o ponto de superação da dialética especulativa, onde as diferentes formações históricas estão submetidas “a um princípio espiritual interno simples, e a totalidade pode aparecer como um ‘sistema’ circular, fechado sobre si mesmo” (pg.36).

Já a partir deste capítulo inicial, o leitor poderá perceber a capacidade de Naves em apresentar, de forma sintética e rigorosa, a gênese e o conteúdo dos principais textos do comunista chinês

* Doutorando do Iuperj/RJ.

em sua estreita vinculação com os desafios políticos enfrentados pelos revolucionários de seu país.

Em “Construindo o ‘socialismo’?”, capítulo dedicado à década de 50 e meados dos anos 60, o autor mostra o grande esforço feito nos primeiros anos da nova República para assegurar uma contínua e ascendente incorporação do povo no processo de mudanças que o país sofreria; empreendimento aliado à tentativa feita pelo PCCh de chegar a uma compreensão cada vez mais independente sobre os acontecimentos verificados na então URSS.

Entre os inúmeros problemas que exigiam a atenção dos revolucionários chineses, Naves destaca os que se relacionavam com a própria concepção que eles tinham sobre a melhor maneira de fazer avançar o processo revolucionário, como a manifestada por Liu Shaoqi, que, entre outras coisas, subordinava o avanço da coletivização no campo à nacionalização das indústrias; enquanto para Mao, “a modificação nas relações sociais no campo precede e condiciona as mudanças técnico-organizativas”(53). Sem falar das questões colocadas pela luta contra o burocratismo e a corrupção presentes no novo Estado, e que eram apontados, de forma simplista, como meros “desvios” pessoais de militantes que ainda estariam sob a influência da burguesia.

Desenvolvendo o seu estudo, o autor passa a indicar os limites encontrados nas próprias formulações de Mao sobre o socialismo, cuja “tese decisiva” é o princí-

pio da continuidade da luta de classes durante toda a transição até o comunismo: 1) a “identificação” entre o socialismo e o fim da propriedade privada, o que garantiria o surgimento de relações de produção socialistas só com a estatização dos meios de produção – ainda que Naves ressalve o fato do líder comunista ter “restabelecido” a tese do primado das relações de produção sobre as forças produtivas. 2) Restabelecimento ofuscado, porém, pela subordinação da consigna “colocar a política no posto de comando” ao desenvolvimento das forças produtivas. São tais operações teóricas que permitirão a Mao classificar a China Popular como uma formação social socialista. Por sua vez, Naves afirma que, ainda em 1966, uma nova burguesia, a estatal, teria conquistado a hegemonia não apenas do aparelho estatal, como também do próprio partido comunista.

O ponto alto do livro é o terceiro e último capítulo dedicado à Revolução Cultural Chinesa, considerada pelo autor como a principal experiência do movimento socialista no século XX. Concebida originalmente por Mao como um grande movimento de massas dirigido contra os membros do partido e os funcionários do Estado adeptos da chamada “via capitalista”, e como uma tentativa de promover uma radical mudança no campo das idéias em toda a sociedade, esta revolução, como mostra o livro, vai superar os seus objetivos iniciais e fornecer elementos para uma melhor compreensão de um dos pontos cruciais de todo processo de superação do capitalismo: o da necessida-

de da revolucionarização das relações de produção, que permanecem capitalistas mesmo com a tomada do poder pelos trabalhadores, através da luta pelo fim da divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

É neste capítulo que o autor consegue, de um lado, aprofundar a sua análise sobre o marxismo de Mao, e, de outro lado, apontar, embrionariamente, alguns elementos de uma concepção própria e original da transição socialista. Em relação ao primeiro ponto, Naves, depois de relevar que se as formulações maoistas possibilitam “o estabelecimento do marco inaugural de uma nova problemática da transição socialista”(103) – de caráter “antieconomicista”, por admitir que a superestrutura possa, em dada circunstância, jogar um papel mais importante que o da base econômica –, elas não rompem inteiramente com o “economicismo”, já que “*a tese do primado das relações de produção joga um papel subordinado no dispositivo conceitual*” do revolucionário chinês(106).

Quanto à concepção esboçada por Naves sobre a transição socialista, entendida por ele como a transformação tanto das relações de produção e das forças produtivas capitalistas por outras novas, já de caráter comunista, como também do Estado, pode-se no limite desta resenha, formular três perguntas, como um convite à leitura, ao estudo e ao debate deste livro:

a) se a revolução política dos trabalhadores tem como resultado pré-

estabelecido a conquista da hegemonia política por parte de uma nova burguesia de Estado, como eles poderão se engajar no processo revolucionário, que mesmo sendo vitorioso, manterá, na sua essência, a exploração de classe?

b) Se tanto a forma Estado, quanto a forma partido – considerado por Naves como “*um dos principais obstáculos à apropriação do poder pelas massas e à transformação efetiva das relações sociais*”(105-106) –, são formas fadadas a inibir a ação dos trabalhadores no socialismo, como poderia se desenvolver o complexo processo do aprendizado político e estatal do povo na passagem ao comunismo, como uma das condições necessárias para a consolidação do novo poder, estando ele, ao menos no começo de tal processo, ainda influenciado, em sua maioria, por tais formas?

c) O déficit de democracia revelado no curso da própria Revolução Cultural, e destacado pelo autor, não reforça a necessidade de se discutir o tema do regime político socialista, sobretudo admitindo-se que o ideal de um completo exercício direto do poder pelos trabalhadores, ou seja, de uma democracia direta, não pode ser atingido no início da transição?

Marxismo e educação: *debates contemporâneos*

José Claudinei Lombardi e Dermeval Saviani (Orgs.)
Campinas, Autores Associados, 2005, 304p.

PATRÍCIA VIEIRA TRÓPIA *

Como afirmou Mario Manacorda (*Marx e a pedagogia moderna*), a educação é um tema apenas ocasional na obra marxiana. Todavia, ao analisarem as relações de produção no capitalismo, a ideologia burguesa, o desenvolvimento das forças produtivas, a luta de classes e o movimento operário e socialista, Marx e Engels elaboraram alguns conceitos e elementos teóricos a partir dos quais se produziu no século XX, além de uma teoria marxista da educação, uma pedagogia marxista e socialista. Apresentar um panorama da produção marxista sobre a educação é, entre outros, o objetivo da coletânea *Marxismo e educação – debates contemporâneos*. Organizada pelos coordenadores do HISTEDBR (Grupo de Estudos e Pesquisas “Histó-

ria, Sociedade e Educação no Brasil) da Unicamp, José Claudinei Lombardi e Dermeval Saviani, a coletânea é fruto de uma série de conferências de um grupo de pesquisadores cujos propósitos teórico-políticos, a julgar pelos textos publicados, são: evidenciar a atualidade da teoria marxista para a compreensão dos processos sociais em curso, enfrentar teoricamente os modismos antimarxistas, fazer a crítica radical às ideologias teóricas e práticas burguesas, sobretudo às pedagogias sob influência do pós-modernismo – em especial aquelas intituladas por Newton Duarte como pedagogias do “aprender a aprender” – e avançar na formulação teórica de uma pedagogia socialista.

* Professora da Faculdade de Educação da PUC-Campinas, SP.

Os textos que compõem o livro podem ser agrupados em três problemáticas relacionadas, mas específicas: há uma teoria pedagógica nas obras de Marx e Engels?; qual a contribuição da teoria marxista para a educação?; quais os fundamentos da pedagogia marxista e socialista?

José Claudinei Lombardi e José Carlos Souza Araujo rastrearam a obra de Marx e Engels para encontrar os fundamentos que comporiam a pedagogia marxiana, enquanto José Luís Sanfelice, em aberta polêmica contra o ceticismo epistemológico dos pós-modernos, analisou a trajetória do conceito de dialética, os pressupostos da dialética materialista e a contribuição e validade do materialismo dialético para a pesquisa educacional. Lombardi e Araujo analisaram as passagens em que Marx e Engels criticam as concepções e o modelo de escola burguesas e refletem sobre a experiência da Comuna de Paris, para delas retirar, no dizer de Lombardi, os fundamentos da pedagogia marxiana: educação “pública (estatal), gratuita, popular e voltada ao desenvolvimento de todos; laica e totalmente livre da influência da religião, das classes e do Estado Burguês; formativa e pautada exclusivamente no método experimental e científico” (p.20). Da produção dos revolucionários russos e da experiência pedagógica de Krupskaja e Makarenko, Lombardi retoma outro tema indissociável ao debate sobre a educação: a formação política do proletariado. Discute, por conta disso, uma ques-

tão complexa e atual: a necessária articulação entre formação politécnica e formação política. Complexa porque neste debate ainda estão para serem aprofundadas algumas polêmicas: a defesa do trabalho de crianças acima de nove anos, a compatibilidade entre formação (técnica e científica) e o trabalho, a organização do sistema de ensino no socialismo diante da permanência de uma base tecnológica fordista. Atual, pois em um momento de aviltamento da educação escolar e de avanço do assistencialismo no campo educacional, permanecem válidas as seguintes questões: qual o lugar da formação das classes dominadas no capitalismo? A escola é lugar de formação política ou de instrução? Cabe aos sindicatos e partidos políticos qual função educativa?

A contribuição do pensamento de Gramsci, Althusser e Lênin para educação é o tema geral dos trabalhos de Marcos Francisco Martins, Marcos Cassin, Máuri de Carvalho, respectivamente. Martins analisa, especialmente, o lugar e o papel do conhecimento – e neste sentido da educação escolar – na luta pela hegemonia em Gramsci e procura responder negativamente à polêmica sobre o suposto idealismo gramsciano. Cassin destaca primeiramente a importância da análise althusseriana sobre os aparelhos ideológicos do Estado para a compreensão do papel e da estrutura da educação em geral, e da escola em particular, na sociedade capitalista. Aponta também a necessidade de retomada dos conceitos de reprodu-

ção das relações de produção, ideologia e Estado – categorias fundamentais para uma análise global e estrutural das mudanças tanto na estrutura produtiva na atual fase do capitalismo quanto na superestrutura, em particular na escola. Finalmente, discute passagens em que Althusser define a relação entre educação e luta de classes: segundo Cassin, “no texto *Sobre a reprodução* (1999), pode-se inferir que com relação à escola Althusser também a compreende como um espaço de luta de classes, mantendo a advertência que a luta que se trava na escola, como em qualquer outro AEI, é limitada, uma vez que a luta de classes nasce externamente a estas” (p.169). Deve-se observar que as polêmicas sobre o caráter idealista da obra de Gramsci e o teorismo do estruturalismo althusseriano, apesar de enunciadas, não foram suficientemente enfrentadas no plano teórico – provavelmente em função do formato coletânea.

Carlos Lucena não trabalha com o legado de um autor, mas retoma o debate marxiano e marxista em torno do conceito de crise do capitalismo monopolista, para analisar a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas, a base material e técnica da produção capitalista e a educação dos trabalhadores (qualificação profissional) na atualidade. Afirma que, na atual fase, os capitalistas, com o intuito de reverter a tendência à queda da taxa de lucro, além da implantação de novas tecnologias, minimizam as despesas com a formação e reduzem os valores gastos

com a compra da força de trabalho, enquanto, contraditoriamente, demandam a elevação da qualificação profissional dos trabalhadores – lançando mão, assim, de um artifício meramente ideológico.

A reflexão sobre os fundamentos da pedagogia marxista e socialista é o tema dos trabalhos de Newton Duarte e Dermeval Saviani. Muito embora a construção da pedagogia marxista seja parte de um processo de luta pela superação radical das pedagogias de cunho liberal burguês, este processo é, ressalta Duarte, indissociável da luta pela superação da sociedade capitalista da qual nasceram essas pedagogias. Frente ao processo de esvaziamento, da educação escolar, a crítica ao construtivismo, à pedagogia do “aprender a aprender”, à pedagogia das competências, à pedagogia do professor reflexivo e à pedagogia de projetos é tarefa urgente e necessária. É preciso, contudo, fugir das simplificações e oposições tão comuns ao pensamento vulgar e confrontar, teoricamente, cada um dos pressupostos daquelas pedagogias à sua antagonista: a pedagogia tradicional. Para Duarte, a pedagogia marxista deve procurar desenvolver e preservar o que é clássico na educação, ou seja a transmissão-assimilação do saber sistematizado, mostrando que a transmissão do conhecimento pela escola não tem como produtos necessários nem a passividade do aluno, nem a aprendizagem mecânica. Por fim, reflete sobre o principal produto das pedagogias do “aprender a aprender”: o esvaziamento da escola, a descaracterização

do papel da educação escolar na formação das novas gerações. Na concepção de Saviani, ainda que nos quadros do sistema capitalista seja impossível a garantia de acesso das classes dominadas em igualdade de condições às escolas públicas, no plano político, a luta pela sua universalização e de seu padrão de qualidade coincide com a luta pelo socialismo. No plano teórico, a luta pelo socialismo passa pela formulação de uma pedagogia, elaborada e cunhada pelo próprio autor com a expressão pedagogia histórico-crítica.

Em seu conjunto, o interesse desta coletânea consiste na defesa da atualidade e fecundidade do marxismo e por seu estilo polêmico e, predominantemente, não dogmático. Uma lacuna a ser destacada é a ausência do relevante tema da relação entre as classes sociais e a educação. Seus autores são pesquisadores no campo marxista e procuram evidenciar a importância da investigação para o avanço da pesquisa educacional. Em uma área do conhecimento em que, a despeito do avanço do pensamento crítico, proliferam leituras idealistas – fora e mesmo dentro do marxismo –, a retomada da concepção materialista da história e seu estudo rigoroso é uma iniciativa editorial a ser ressaltada e bem vinda.

A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso.

Lúcia Maria Wanderley Neves (Org.)
São Paulo, Editora Xamã, 2005, 312p.

VIRGÍNIA FONTES*

Este livro é leitura obrigatória para os que pretendem compreender a história brasileira recente. Uma pesquisa rigorosa e séria desvenda as estratégias burguesas atuais e as maneiras pelas quais se procura “açucarar” e diluir a dominação de classes no Brasil contemporâneo. É, portanto, leitura obrigatória também para todos os que têm compromisso com uma verdadeira transformação histórica.

Para além da extraordinária relevância intelectual e social do tema, este trabalho pode – e deve – exercer um

papel exemplar no interior da universidade brasileira. Este livro prova que é possível lutar contra tendências dominantes na academia, arduamente defendidas por alguns e acatadas como inescapáveis por muitos: a concorrência, a fogueira de vaidades e de egos, a produtividade cega que se limita a replicar nos trabalhos dos orientandos a mesma tese inúmeras vezes expressa por orientadores que precisam manter níveis quantitativos de produtividade de *papers*... O Coletivo de Estudos sobre Política Educacional, coordenado por

* Professor de História da Universidade Federal Fluminense

Lúcia Neves, demonstra ser possível pesquisar conjuntamente, problematizar as questões, redigir e construir um trabalho unitário e cujo fio central, tendo sido exaustivamente discutido e debatido, constitui um todo cujo sentido se encontra exatamente na pesquisa comum. As singularidades não desaparecem no coletivo; ao contrário, ganham seu maior relevo e significado ao se defrontarem com um problema comum. Ganha a Universidade o exemplo e ganhamos nós, leitores, pois a leitura prova o quanto é enriquecedora cada contribuição singular e o quanto é feliz o fato de que essas singularidades se somem para um trabalho coletivo.

O livro tem caráter e coragem de assumi-lo. Parte de uma concepção crítica do processo histórico, de base marxista, calcado em uma abordagem gramsciana refinada. Delineia precisamente os conceitos, estabelecendo muito claramente o problema que se propõe a investigar e, em seguida, aceita a exigência de explicar as condições da vida social atual em toda a sua complexidade. Os conceitos aqui não assumirão a forma de ‘jogos de palavras’ ou meros enfeites nem, em sentido inverso, serão cristalizados em entidades fixas, pairando em um céu teórico abstrato. Evidenciam-se como um efetivo patamar de pensamento, alavancando a compreensão dos fenômenos contemporâneos, retirando-os do palavreado corrente que os fantasia e revelando a extensão da dominação burguesa no Brasil atual, acoplada a uma forma peculiar de am-

pliação do Estado (no sentido gramsciano).

Até aqui, mencionei apenas a “cozinha” da preparação do livro, as condições nas quais ele se construiu. Agora, a o nervo central – ele aborda uma das questões mais cruciais de nosso tempo. Não se limita a contemplar e a constatar uma crise, mas averigua um dos pontos chave das relações de classe no Brasil atual: a produção do convencimento burguês, através de intensa atividade desenvolvida com vistas à acomodação das consciências. De vez que os setores dominantes não consideram possível – e, sobretudo, não desejável – alterar o quadro real das desigualdades, trata-se de incorporar as desigualdades como... cultura. Ao investigar cuidadosamente diversas modalidades de organizações sociais – os aparelhos privados de hegemonia - em sua imbricação com o Estado, o livro demonstra como se vem construindo um novo enquadramento das camadas subalternas. Seus autores esquadriham como ocorre a disseminação de uma maneira agitada mas acrítica de pensar o mundo, de sentir-se no mundo. Apresentam o processo de construção disso que, nos últimos 15 anos, vem alterando o que se convencionou chamar de neoliberalismo e que se gesta também pela elaboração de um enorme aparato cultural – e pedagógico - para sua implantação e difusão. Este livro mostra como a dominação de classes, para ser econômica, precisa também ser cultural, forjar corações e mentes “adequados”. Acoplada às formas repres-

sivas (que persistem se mesmo se aprofundam), essa “nova” hegemonia procura apassivar a democracia, reduzi-la a um voluntariado frouxo e desprovido de sentido mais geral, uma retórica democrática cujo fundamento se torna mais e mais emasculado e filantropizado.

As teses tratadas no livro são fortes e vêm sendo ignoradas por boa parte da literatura produzida sobre a reestruturação produtiva. O neoliberalismo implantou-se por etapas e, ao encontrar uma esquerda disposta a ele se adequar, vem se convertendo em um programa pedagógico de massas, pelo viés da chamada *Terceira Via*, que o teoriza e promove de forma veemente e generalizada uma *americanização* do processo político e dos procedimentos sociais brasileiros. Os aparelhos privados de contra-hegemonia, a longas penas construídos pelos trabalhadores, são “refuncionalizados”, convertendo-se em locais de reprodução desse consenso dominante peculiar. Redefine-se o padrão de politização anterior, e, agora, o estímulo à participação social deverá cumprir o papel inverso, o de reduzir o nível de consciência social. Há a promoção ativa de um *certo tipo* de participação popular, limitando-o porém aos níveis mais primários de consciência. Neste caso, a cultura volta-se para atividades catárticas, as associações estimulam soluções individuais, os aparelhos privados de hegemonia difundem uma pedagogia voltada para limitar a consciência ao terreno do imediato, do corporativo em seu sentido mais restri-

to, localizado, pontual, segmentado. A cultura burguesa organiza-se para apagar a reflexão sobre a totalidade social.

O livro *A nova pedagogia da hegemonia* apresenta as bases sociais do recuo da grande política, aquela na qual se opõem grandes projetos de sociedade (devendo confrontar-se pois a uma contra-hegemonia ativa), limitada agora à pequena política, a das futricas e da desqualificação do conjunto da expressão política. Esse recuo foi fortemente impulsionado pela transformação paulatina do PT em força similar ao PSDB, ambos atraídos por um forte empresariamento da sociedade civil e que, na atualidade, procura apresentar-se como se desvinculada fosse do mercado e do Estado, sob a etiqueta de “Terceiro Setor”. Partindo da reflexão gramsciana sobre o Estado ampliado, os autores identificam as duas características de classe desse novo associativismo empresarial – sua estreita vinculação ao Estado (pelos financiamentos e pela atuação) e sua ênfase na construção de grupos de interesses desvinculados das relações de trabalho e de subsistência. No sentido oposto ao do nascimento dos chamados “novos movimentos sociais”, que lutavam pela autonomia de classe, gestou-se uma nova institucionalidade que, desde o final da II Guerra Mundial, procura desqualificar as lutas relacionadas ao mundo do trabalho.

Se a hegemonia nasce da fábrica, trata-se de mostrar como “o trabalhador contemporâneo vai, paulatinamente, abdicando de sua função militante e

transmutando-se em voluntário, (...) transfigurando-se em cidadão colaborador que abdica espontaneamente do enfrentamento ao patrão na defesa dos seus direitos e das condições de trabalho.” (p.90). É este processo duplo de esfacelamento das organizações classistas e de sua rápida substituição por aparelhos privados de hegemonia de cunho empresarial o tema central do livro que, sempre seguindo à risca a reflexão gramsciana, identifica consistentemente o papel do Estado nessa nova configuração. Reestruturado segundo o novo padrão produtivo (financeirizado e internacionalizado), o Estado agora promove - com o apoio massivo da mídia, das associações empresariais e do próprio processo escolar - uma nova cultura cívica, eliminando ativamente as conquistas universalizantes e produzindo uma “cidadania” fragmentada e impotente.

Não há aqui nenhuma especulação - os dados sobre os quais se apóia a pesquisa são impressionantes. Os autores se debruçaram sobre diversos temas, todos fartamente documentados. Mas dados não falam por si, precisam ser interrogados de maneira consistente. Assim, os autores, em um primeiro momento, expõem com rigor os pressupostos que norteiam o trabalho e analisam o procedimento de formatação e de teorização dessa nova hegemonia de *Terceira Via*, assinalando o papel central cumprido por A. Giddens, respaldado no Brasil por uma série de discípulos (confessos ou não), dentre os quais Bresser Pereira, cujo papel de adaptador

dessa nova forma de controle social através de reformas implementadas no Estado brasileiro é analisado em capítulo subsequente, assim como as demais transformações mais recentemente em curso na legislação brasileira. Evidencia-se a conexão entre os aparelhos privados de hegemonia e o Estado.

Pensar a hegemonia na atualidade do imperialismo financeirizado exige ser capaz de compreendê-la à luz do quadro internacional, identificando-se os agentes e agências que vêm atuando como elaboradores e divulgadores de práticas sociais concretas, como o FMI e o Banco Mundial, o que é realizado a partir da prática político-pedagógica disseminada (e apoiada financeiramente) pelos organismos internacionais.

Em seguida, dedicam-se especificamente ao caso brasileiro, apresentando a verdadeira teia de associações empresariais e seu efeito multiplicador através de cursos, ações diretas e indiretas na educação escolar e na capacitação de professores, para não falar do efetivo domínio das instituições privadas no ensino superior brasileiro. Mas, sobretudo, mostram como essa aparente expansão social imbrica-se estreitamente ao Estado, reformatado para adequar-se ao novo padrão e, dessa forma, estimulá-lo e incentivá-lo.

Finalmente, apresentam algumas análises de experiências concretas – estudos de caso – onde se evidencia a dimensão exata da atuação dessa “educação para o consenso burguês”. A reformulação dos parâmetros curriculares nacionais

188 • A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA. ESTRATÉGIAS DO CAPITAL PARA EDUCAR O CONSENSO

constitui um dos momentos desse novo padrão de sociabilidade “domesticada” que se intenta criar, através de uma escola difusora de uma “cidadania” esvaziada de sentido crítico. Grandes empresas passam a “adotar” escolas, no que chamam de atuação “cidadã” ou “responsabilidade social”, forjando alunos à sua imagem e modelando-os no contexto de uma privatização que passa a se enraizar no cotidiano. A Igreja Católica, por seu turno, contribuiu de forma não homogênea mas significativa para essa nova hegemonia do capital, por um duplo viés: pela defesa precoce de sustentação pública para entidades privadas (e confessionais) e pelo cunho filantropizante que imprime à sua atuação social. Forneceria, para o conjunto das entidades pró-empresariais, uma formatação que lhes seria extremamente útil: atuação privada mas com um novo “selo” público, produzindo uma “justificativa” para o uso de recursos públicos para a própria privatização, que destroça as conquistas de cunho universal. No último estudo de caso, mostram como essa imbricação entre as entidades privadas (e de cunho empresarial) e os setores públicos (o Estado) se torna a cada dia mais complexa, procurando imiscuir-se ali onde emergem – ou podem emergir – formas associativas contra-hegemônicas, como nas favelas.

Este livro é um alerta para os pesquisadores, que há algum tempo vêm se limitando a reproduzir as técnicas de pesquisa de última moda, exportadas por universidades dos países centrais e

que procuram nos confortar nessa modernidade frouxa da hegemonia empresarial de terceira via. Hegemonia que expressa o viés filantropizante típico de um período no qual o imperialismo se expande como financeirização generalizada mas que não está apenas do “lado de fora”, num suposto mundo do exterior. Enraíza-se aqui e procura forjar corações e mentes, destroçando as conquistas sociais e simultaneamente educando a obediência. Inconveniente e incômodo, ele produz conhecimento e não se limita a repeti-lo. Obriga-nos a olhar para o nosso mundo tal como ele é.

A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes

João Quartim de Moraes
São Paulo, Editora Expressão Popular, 2005, 238p.

AUGUSTO BUONICORE*

Há 15 anos veio à luz a primeira edição de *A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. Imediatamente um sentimento de desconforto tomou conta de uma parte de nossa esquerda intelectual. Afinal, havíamos saído de uma ditadura militar que havia durado vinte anos. Teria, ainda, sentido falar de uma “esquerda militar” no país? Isso não seria cair nas velhas ilusões da “esquerda populista” do pré-1964? Gato esquentado sempre terá medo de água fria.

O impacto do golpe militar e os anos de arbítrio que se seguiram apagaram da memória social o fato de que existiram, no seio das Forças Armadas, setores progressistas que fizeram suas às causas nacionais, democráticas e populares. Ou seja, esqueceram que, durante mais de um século, existiu uma ativa - e prestigiada - “esquerda militar” no Brasil. Foi, justamente, esta lacuna da história da esquerda brasileira que João Quartim de Moraes procurou preencher.

* Doutorando pela Unicamp.

O projeto inicial era vasto e deveria se traduzir numa obra de três volumes – dos quais apenas dois foram publicados. O primeiro, que o público têm agora reeditado pela Expressão Popular, aborda o período que vai da conspiração republicana até a Coluna Prestes; o segundo trata do período entre a Coluna e o Levante da Aliança Nacional Libertadora. O último – ainda não publicado – tratará da fase que se iniciou com a participação brasileira na Guerra Civil espanhola e que se concluiu com o golpe militar de 1964.

No primeiro volume, do qual trata essa resenha, o autor foi procurar no Império escravista as origens de um pensamento anti-oligárquico no interior das Forças Armadas. Durante todo este período houve um verdadeiro braço de ferro entre o governo central, apoiado pelas oligarquias regionais, e o Exército. Um ano após a derrubada de D. Pedro I, por exemplo, os efetivos das forças de terra foram reduzidos em mais de cinquenta por cento. As despesas do Ministério da Guerra que chegou a 37% despencou para 20% dos gastos totais do governo. Estes eram sinais, mais do que evidentes, da desconfiança das oligarquias em relação ao Exército que se formava.

Um Exército nacional, segundo Quartim de Moraes, não era funcional às classes dominantes do período. Para elas “só uma força armada política e organicamente descentralizada constituiria num instrumento de hegemonia subordinado ao poder local dos grandes plantadores escravocratas”. Por isso eles

não perderam tempo em constituir um instrumento mais confiável: a Guarda Nacional. Da nova instituição militar somente poderiam participar os homens com direito ao voto – ou seja, os proprietários. Por outro lado, as tropas do Exército eram recrutadas entre “os elementos oriundos das camadas mais pobres da população, que não dispunham de renda para integrar o corpo eleitoral, nem, por conseguinte, da milícia latifundiária”.

Quartim faz um interessante esquema da divisão das forças políticas nos estertores do Império. Escreveu ele: “três principais contradições políticas que caracterizaram a crise de legitimidade do Império e a gênese conturbada da República (escravocrata x abolicionista, monarquistas x republicanos; centralistas x federalistas), a posição de direita era escravocrata, monarquista e centralista; a posição de centro, abolicionista, republicana e federalista; a posição de esquerda, abolicionista, republicana e centralista”.

Ao longo da década de 1880 o Exército se transformou num fator desestabilizador da ordem escravista e monárquica. Um marco desse processo foi a exigência feita pelo Clube Militar, presidido pelo Marechal Deodoro da Fonseca, para que o Exército não fosse usado para capturar escravos fugitivos. Este histórico documento, elaborado no final de 1887, selou definitivamente a sorte da escravatura.

Acontecimentos como este fizeram com que surgissem boatos sobre a

pretensão governamental de extinguir o Exército. Em meio à crise, setores militares passaram a conspirar ao lado dos líderes civis do movimento republicano. Assim, os jovens oficiais – inspirados pelo positivismo – tiveram papel decisivo na Proclamação da República e na formatação que esta adquiriu nos seus primeiros anos.

Esse novo quadro político, que se formou imediatamente após a proclamação, não podia agradar os republicanos históricos, representantes políticos das classes economicamente dominantes: a oligarquia cafeeira paulista. A desconfiança mútua entre as oligarquias e o Exército não se arrefeceu. Pelo contrário, a República recolocou em um novo patamar o conflito entre centralistas e federalistas.

Os primeiros grandes combates se deram durante a própria elaboração da nova constituição. Esta manteve a Guarda Nacional e tentou-se, novamente, negar ao Exército um caráter de instituição permanente. Neste ponto os federalistas oligárquicos foram derrotados e na Constituição ficou estampado que as “forças de terra e de mar” seriam “instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da pátria no exterior e à manutenção das leis no interior”. Assim o Exército republicano passava a ser uma instituição nacional, permanente e, também, castrense.

Foi o governo do Marechal Floriano Peixoto que, segundo Quartim, estabeleceu o embrião do que poderíamos chamar de “plataforma histórica da esquerda

nacionalista”. E seria este um dos motivos para que “ultra-federalistas” e monarquistas colocassem o país num estado permanente de insurgência. A Revolução Federalista e a Revolta da Armada foram os marcos dessa tentativa reacionária de desestabilizar o novo regime.

Apesar do prestígio do Marechal de Ferro, não havia nenhuma força que pudesse se contrapor às oligarquias agrárias. Se Floriano tentasse romper com a legalidade republicana recém-instaurada acabaria se tornando, nas palavras de Quartim, “um ‘ditador jacobino’ sitiado no Rio de Janeiro por uma formidável coligação reunindo os interesses latifundiários de um extremo ao outro do país, que cedo ou tarde o derrubaria do poder”.

Dois fatores, segundo o autor, impossibilitariam a realização de uma ‘revolução jacobina’ no país. O primeiro era a inexistência de “milhões de camponeses maciçamente mobilizados para suprimir os privilégios feudais e ocupar as terras” e o segundo era o “frágil peso específico das camadas populares urbanas”. Isso “não somente tornava inviável a perspectiva de uma ‘República jacobina’ no Brasil, mas também esvaíava de qualquer conteúdo democrático a retórica liberal das oligarquias republicanas”.

O “jacobinismo” brasileiro teve uma existência curta, mas “configurou a primeira versão, em nossa história política, de um partido de esquerda”. O seu ideário “comportava alguns dos temas essenciais do que seria o ‘programa histórico’ da esquerda brasileira ao

longo do século 20: defesa intransigente da soberania nacional, proteção de nossa indústria, Estado laico e identificação da causa republicana à causa patriótica e popular”.

A última grande expressão da “esquerda militar”, tratada pelo autor neste primeiro volume, foi o “movimento tenentista”. Segundo ele a “rebelião dos ‘tenentes’ constitui um episódio de rara densidade ético-cívica em nossa história política”.

O primeiro levante, ocorrido em 1922, teve por origem a disputa eleitoral entre Arthur Bernardes, candidato da oligarquia paulista, e o oposicionista Nilo Peçanha, apoiado pelo Clube Militar. A vitória eleitoral de Bernardes – sustentada pela fraude – levou a que parte da oficialidade estabelecesse a convicção “de que, na impossibilidade de promover qualquer mudança política através de um jogo eleitoral em que todas as cartas estavam marcadas, impunha-se o caminho do levante armado”. O levante armado no Forte de Copacabana foi uma das conseqüências dessa convicção revolucionária. Dois anos mais tarde os “tenentes” tentaram um levante armado na capital paulista.

Quartim contesta vivamente a tese de que as concepções que nortearam o movimento tenentista eram “elitistas excludentes”. Esta conclusão é, no fundamental, falsa. Pelo menos na experiência paulista, “houve amplo recrutamento de voluntários”. Os operários, continua ele, “que se alistaram nas fileiras rebeldes compreenderam o caráter democrático da re-

belião militar”. Por outro lado, os tenentes, também, “não se propunham desempenhar o papel de vanguarda da classe operária, nem do de patronos de uma organização militar proletária”.

Para Quartim, “apesar de evidentes diferenças de formação intelectual, de formulação doutrinária, de forma de atuação e de perspectiva programática” existiria uma “clara continuidade da inspiração moral e política dos jovens oficiais abolicionistas e republicanos que derrubaram o Império em 1889, dos ‘tenentes’ da década de 1920 e dos militares antiimperialistas da década de 1950”. Porém esta continuidade havia se rompido “com os amplos expurgos que os golpistas vitoriosos em 1964 promoveram nos quadros das Forças Armadas”.

Assim, a ausência de uma esquerda militar na atualidade não se constituiria numa “fatalidade inexorável, mas o resultado (...) da grande derrota sofrida pelas forças democráticas e antiimperialistas em nosso país em 1964”. Um quadro que poderá ainda ser superado se a esquerda romper com o “internacionalismo vazio” e o “pacifismo de avestruz” e romper com o seu preconceito ao princípio da “defesa nacional”. A esquerda assumindo decididamente em suas mãos as bandeiras nacionais – antiimperialistas – ajudaria a constituir uma corrente do pensamento militar “socialmente mais generosa e politicamente mais avançada”. Levaria à construção de um consenso em torno do verdadeiro nacionalismo que “não pode dissociar nação e povo”.

L'adieu à la classe moyenne

Jean Lojkine
Paris, La Dispute/SNÉDIT, 2005, 246p.

ANDRIEI GUTIERREZ*

L'adieu à la classe moyenne (O adeus à classe média) é um livro provocante e atual. Nele Lojkine empreende um tratamento às classes assalariadas do ponto de vista da sua tese da Revolução Informacional. Para tanto, procura não se furtar às polêmicas com A. Touraine, P. Bourdieu, M. Castels, A. Negri, entre outros, para demonstrar como o capitalismo teria entrado sim em uma nova (e contraditória) fase, mas que esta, tal como a anterior, ainda permaneceria marcada por conflitos entre classes sociais, remetendo, em última instância, ao modo de produção em torno do qual a sociedade se estrutura.

I

Lojkine tem por objetivo agregar novos elementos para a sua tese da Re-

volução Informacional, escrita em 1992 (e publicada no Brasil em 1995, pela Editora Cortez). Nessa empreitada, mostra o que seriam os elementos de um novo “capitalismo informacional” em oposição ao “capitalismo da Revolução Industrial”. O autor não rompe com a problemática marxista. Questiona, por sua vez, a validade da medida “tempo da força de trabalho” como padrão de mensuração do valor de troca: “Esta medida capitalista da produtividade do trabalho pela quantidade de tempo de trabalho estandardizado foi fundada sobre as características da revolução industrial capitalista e do trabalho operário taylorizado” (p. 111 – tradução minha).

A implicação primeira dessa mudança (que está diretamente ligada às mutações sócio-técnicas da produção e

* Pesquisador do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp.
(andriei.gutierrez@uol.com.br)

à introdução das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação) é que passa a haver o *predomínio* da informação face à mercadoria. Todas as atividades “produtivas” e de “serviços” passariam a ser caracterizadas pelo “trabalho de informação”.

Com a Revolução Informacional, a luta de classes assumiria um novo patamar: a disputa pela apropriação da produção passaria, primeiro, pela disputa pela informação. Para tanto, o autor identifica “três dimensões fundamentais do trabalho de informação”. Primeiro, existiria uma dimensão “subjetiva”, particularmente expressiva. A segunda seria de ordem “intersubjetiva”, “é a sua dimensão relacional e interpretativa, tão fundamental nos serviços públicos”. E, por fim, haveria uma dimensão “política”: “informar, ou não informar, é freqüentemente estabelecer uma relação de poder cuja característica é seja a partilha da informação para cooperar, seja, ao contrário, sua monopolização para dominar” (p. 156). Esta dimensão política parece ser fundamental no capitalismo informacional. Não é à toa que o autor subdivide a “informação” em três níveis: informação estratégica, informação tática e informação operacional, circunscrevendo o campo da luta de classes à disputa pelos três níveis de informação, tão importantes tanto para a gestão das empresas quanto para a organização da vida política.

Mas quando e de que forma ocorreram tais modificações estruturais e

quais foram as suas implicações, sociológica e política, para as classes sociais?

Para Jean Lojkin, há uma “crise estrutural do capitalismo”, diferente da “crise de superacumulação cíclica” da década de 1930. Desde 1969 até os dias atuais, a crise estrutural marcaria o início da Revolução Informacional, que seria, em última instância, “uma revolução cultural na maneira de fazer da política” (p. 110). Cabe destacar aqui o papel determinante que Lojkin concebe ao desenvolvimento das forças produtivas face às relações políticas, como se lograssem uma autonomia relativa e uma determinação absoluta.

De um lado, teríamos as mutações sócio-técnicas da produção: a) autonomização e polifuncionalidade das máquinas por meio de um comando numérico e b) reformulação da organização do processo de trabalho (aumento da responsabilidade do trabalhador e redução da hierarquização de atividades; redução da distância entre o produtor direto e o consumidor, através dos procedimentos como o *just in time* etc.). De outro, ocorreria uma mutação antropológico-política proporcionada pelas Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação: a) objetivação das funções cerebrais do operador de tais tecnologias, que induziria ao fim da separação entre concepção e execução – legado da Revolução Industrial – e “criaria” no plano político um trabalhador propício à auto-representação; b) abertura da possibilidade de controle das informações estratégicas (tanto da pro-

dução como da organização estatal) por esse novo trabalhador.

II

Com vistas a levar a sua análise às classes sociais, Lojkine faz um estudo histórico e sociológico da classe operária e do grupo de quadros (estes últimos, trabalhadores próximos dos cargos de gestão, hierarquicamente superiores, portadores de um diploma superior e com características políticas próprias). Ambos teriam sido os dois pólos aglutinadores da identificação e da representação política dos trabalhadores assalariados desde meados do século XIX até parte do século XX. Contudo, o autor procura mostrar que, desde o final da década de 1960 até os últimos anos do século, houve um “estilhaçamento” (*éclatement*) tanto da classe operária quanto do grupo de quadros, que culminou com o surgimento de um “novo assalariado informacional”.

O antigo operário taylorista teria o seu modo de pensar e de agir alterado pela Revolução Informacional. Perderia seu “fundamento sociológico de identidade de classe” ao perder seu estatuto de produtor direto e ao aproximar-se dos trabalhadores do serviço de gestão. Lojkine defende então a idéia de que a redução na participação política dos operários nos partidos e sindicatos é um forte sintoma do fim dessa identidade.

Ao longo do livro, o autor tem uma preocupação central em deixar claro que há uma diferença entre Revolu-

ção Informacional e capitalismo informacional. A lógica do capitalismo informacional seria a de utilizar as potencialidades da Revolução Informacional com o intuito de reduzir mão-de-obra e custos. Dessa forma, durante os anos 80 e 90, as empresas procuraram difundir para o conjunto dos assalariados as antigas especificidades do grupo de quadros: autonomia na organização do seu trabalho, polivalência (*polyactivité*), obrigação de resultados, avaliação regular de competências e de eficiência; o que permitiu ao patronato dissociar qualificações requeridas e reconhecimento estatutário na grade de classificações salariais: a posse de título universitário deixa de ser garantia do nível de vida (p. 48). Assim, o capitalismo informacional levaria, para Lojkine, também a um estilhaçamento do grupo de quadros. O aumento substancial do desemprego entre os jovens diplomados, entre as décadas de 1970 e 1990, o crescimento dos contratos por tempo determinado, a “desvalorização dos diplomas” – jovens exercendo funções aquém da sua capacitação –, a redução do seu poder de compra, assim como uma carga de trabalho excessiva evidenciarão a procedência de sua tese.

Embora tenha havido uma proletarização do grupo de quadros, não seria possível afirmar que houve uma convergência identitária com o “proletariado” operário: “O estilhaçamento do grupo de quadros pôs fim a uma identificação simbólica artificial, puramente ideológica, mas ele criou ao mesmo

tempo um assalariado muito mais complexo, multipolar, do qual atualmente é difícil de encontrar a identidade, a coerência” (p. 68). O novo assalariado informacional tem sua dimensão política comparada por Lojkin à metáfora geográfica do “arquipélago”: “a diversidade objetiva do conjunto assalariado é tal, hoje em dia, que toda tentativa de representá-lo por um pólo único só pode redundar em fracasso” (p. 82).

A partir do estudo dos trabalhadores do ensino (tanto professores, como técnicos e empregados), dos trabalhadores da saúde (médicos, enfermeiras) e dos artistas, Lojkin procura mostrar que não só os trabalhadores altamente qualificados, como também os trabalhadores especializados e os executores das tarefas mais simples, têm todos uma aspiração comum, característica do trabalhador informacional: são “(...) unidos pelos problemas comuns colocados pela elaboração, pela circulação, pela partilha da informação” (p. 131). Mas a realidade sociológica seria muito mais contraditória e ambivalente; os assalariados teriam “(...) uma configuração multipolar na qual o conflito de classes (capital/trabalho) é filtrado, até ocultado, pelas clivagens e pelos conflitos culturais entre operários e quadros, entre operários e empregados das burocracias públicas ou privadas, entre camadas populares pouco diplomadas (operários, empregados) e jovens diplomados, entre homens e mulheres, especificamente nos serviços mas também nas profissões do enquadramento

industrial (desigualdades de gênero, peso da dominação cultural)” (p. 132).

III

A partir das análises de Lojkin, podemos apreender uma teoria da transição em “estado prático”. Ou seja, para o autor, o sistema capitalista mundial começaria a mostrar seus limites: a lógica da Revolução Informacional tenderia a colocar em cheque a lógica capitalista mercantil: o capital procura utilizar as novas tecnologias como forma de reduzir os empregos qualificados e de restringir as informações estratégicas; ao passo que, como um efeito colateral, surgem trabalhadores cada vez mais capacitados, intelectualizados, com a tendência à auto-representação e à autogestão.

L’adieu à la classe moyenne, como se pôde ver, é um livro denso, por vezes repetitivo, mas que acrescenta uma série de argumentos em torno da tese da Revolução Informacional. É, sem dúvida, um convite à reflexão e uma contribuição inquestionável no campo da problemática teórica marxista.

Dominação burguesa nas sociedades modernas

JORGE MIGLIOLI

RESUMO: A base da dominação burguesa nas sociedades modernas consiste no fato desta classe deter o monopólio dos meios de produção. Daí deriva diretamente o poder que ela exerce sobre os assalariados e outros dependentes. Mas, em escala mais ampla, ela se utiliza de seu controle sobre o Estado, com seus instrumentos de regulação, repressão, coação e persuasão, expandindo e aprofundando a submissão das demais classes sociais.

Palavras-chave: classes sociais, burguesia, Estado, dominação.

The bourgeois domination in modern societies

ABSTRACT: The source of bourgeois domination in modern societies is the fact that this class has the monopoly of the means of production. From this it directly arises the power of that class over the employees and other dependants. In a larger scale of domination, the bourgeoisie uses the State's instruments of regulation, repression, coercion and persuasion, expanding and deepening the submission of the other social classes.

Keywords: social classes, bourgeoisie, State, domination.

RESUMOS

Marx com Espinosa: em busca de uma teoria da emergência

MAURÍCIO VIEIRA MARTINS

RESUMO: O artigo discute o recorrente projeto de se fundar um *marxismo espinosano*, entendido como o esforço de absorver algumas das contribuições do filósofo B. Espinosa num quadro categorial marxista. Porém, diferentemente de alguns defensores mais em evidência desse projeto (como A. Negri, G. Deleuze), busca-se apontar para certas discontinuidades reais existentes entre o pensamento de Marx e o de Espinosa. Ênfase especial foi atribuída à crítica de Marx a um certo tipo de naturalismo e, da parte de Espinosa, à sua instigante polêmica com o conceito de teleologia. Entendemos que, percorrido esse trajeto, ficam dadas as condições para se discutir as possibilidades de uma *teoria da emergência* (cuja definição foi também explicitada), pano de fundo contemporâneo dessa problematização envolvendo os dois filósofos.

Palavras-chave: Marx, Espinosa, teoria da emergência, naturalismo.

Marx and Spinoza: towards a theory of emergence

ABSTRACT: The article discusses the recurring project of founding a *spinozan marxism*, understood to be an effort to absorb some of the contributions of the philosopher B. Spinoza into a marxist categorical frame. However, unlike certain more visible defenders of this project, such as A. Negri and G. Deleuze, genuine existent discontinuities are pointed out between Marx's and Spinoza's thought. Special emphasis was placed on Marx's criticism of a certain type of naturalism, and as regards Spinoza, on his instigating controversy around the concept of teleology. We understand that, having travelled this path, the conditions are then in place to discuss the possibilities of a *theory of emergence* (of which a definition was also explained), the contemporary background of this problem.

Keywords: Marx, Spinoza, theory of emergence, naturalism.

Socialismo e tecnologia: uma visão setorial

VICTOR WALLIS

RESUMO: Em sua primeira seção, o artigo enfatiza a importância da tecnologia no contexto da oposição capitalismo/socialismo, tirando daí a implicação de que uma análise de suas funções e efeitos colaterais na sociedade não pode estar ausente da fundamentação teórica necessária para sustentar a luta pelo socialismo. Relacionam-se a seguir os princípios básicos que tal fundamentação deve incorporar. As demais seções apresentam uma visão panorâmica setorial das questões da tecnologia nos dias de hoje, analisando um por um os cinco seguintes setores da atividade econômica: 1. Agricultura/florestas/pesca; 2. Indústria/transporte/energia; 3. Informação/comunicação/educação; 4. Vigilância/repressão/setor militar; 5. Saúde pública e serviços de saúde. Para cada setor, faz-se um esboço das principais características da prática capitalista corrente e dos requisitos implícitos para uma alternativa socialista, e estima-se o grau em que as condições que satisfazem tais requisitos já estão presentes.

Palavras-chave: socialismo, capitalismo, tecnologia, ecologia.

Socialism and technology: a sectoral overview

ABSTRACT: In its first section, the article emphasizes the importance of technology in the context of the opposition capitalism/socialism, drawing from that the implication that an analysis of its functions and side-effects in society cannot be absent from the theoretical underpinnings necessary as a basis in the struggle for socialism. The basic principles of a socialist approach are then enunciated. The remaining sections present a sectoral overview of the issues of technology today, analysing one by one the following five sectors of economic activity: agriculture/forests/fisheries, industry/transport/energy, information/communication/education, surveillance/repression/military, public health and healthcare services. For each sector, a sketch is made of the main characteristics of current capitalist practice, the implicit requirements for a socialist alternative, and the degree to which the conditions for satisfying these requirements are already present.

Keywords: socialism, capitalism, technology, ecology.

Novos rumos do comunismo Communism's new paths

ÂNGELO NOVO

RESUMO: Este ensaio analisa as razões do falhanço da transição ao comunismo tentada nas revoluções do século XX, não recuando perante uma crítica direta a Karl Marx, em particular ao influente esquema de transição presente na *Crítica do Programa de Gotha*. Sustenta-se que Marx foi demasiado optimista na avaliação do avanço da socialização do trabalho operada pela grande indústria no seu tempo. Parcialmente em resultado disso, os processos de transição ao comunismo tentados no século passado procuraram suprimir o funcionamento da lei do valor, quando não havia condições materiais para tal. Sustentar-se-á que, para além da socialização do trabalho em sentido “fraco”, operada pela grande indústria, haverá que procurar um outro tipo de socialização do trabalho, que permitirá finalmente superar a divisão do trabalho que está na base das relações de apropriação privada. Essa socialização do trabalho em sentido “forte” será um produto do próprio processo de transição, realizada em condições de poder proletário.

Palavras-chave: comunismo, valor, trabalho, transição.

ABSTRACT: This essay analyses the reasons for the failure of the attempted transition to communism in the revolutions of the XXth century, not shying away from a direct critique of Karl Marx, particularly to his influent scheme for the transition included in the *Critique of the Gotha Programme*. It will be argued that Marx was too optimistic in his evaluation of the advances in the socialization of labour operated by the great industry of his time. Partially as a result of that, the processes of transition to communism attempted over the past century have tried to suppress the functioning of the law of value, when the material conditions for such suppression were not available. It will be argued that, beyond the socialization of labour in a “weak” sense, operated by great industry, we will have to seek another type of socialization of labour, which will finally allow us to overcome the division of work that stands as the basis of the relations of private appropriation. This socialization of labour in a “strong” sense will be the product of the transitional process itself, under conditions of workers’ rule.

Keywords: communism, value, labour, transition.

CRÍTICA MARXISTA • 201

Sobre a teoria marxiana da história nas “Formações econômicas pré-capitalistas”

MARCO VANZULLI

RESUMO: No “texto-laboratório” das *Formen*, Marx tenta determinar as linhas abstratas do processo de desenvolvimento multilinear das formas de propriedade partindo da *unidade natural* do trabalhador com seus pressupostos materiais até a forma capitalista de privatização da propriedade. Ele coloca em ato uma abstração conceitual muito elevada que se serve em particular das categorias próprias à lógica hegeliana da reflexão, a qual só lhe permite conduzir adiante uma análise da “dialética” das formas de propriedade na sua abstração. Trata-se de uma dialética interna à transformação própria da reprodução, não de uma dialética supra-histórica e geral, típica de uma filosofia da história. A dialética marxiana não se apresenta como a lógica hegeliana que se desenvolve sobre uma base materialista, mas como uma abstração heurística cujas implicações ontológicas e metodológicas devem ser levadas em consideração no que diz respeito a uma teoria marxista da história.

Palavras-chave: propriedade, abstração, história, dialética.

On marxian theory of history in the “Pre-capitalist economic formations”

ABSTRACT: In the “laboratory-text” of the *Formen*, Marx tries to determine the abstract lines of the process of multilinear development of the forms of property, starting from the *natural unity* of the workingman with its material premises until the capitalist form of privatisation of property. He puts into effect a very elevated conceptual abstraction that uses in particular the categories of the Hegelian logic of reflection, which is the only one to permit him to go into an analysis of the “dialectic” of the forms of property in its abstraction. It’s a dialectic which stays inside the typical transformation produced by the reproduction, and it’s not a super-historical dialectic and general, characteristic of a philosophy of history. The Marxian dialectic doesn’t appear therefore as the Hegelian logic developed on a materialistic base, but as a heuristic abstraction of which ontological e methodological implications must be considered in regard to a Marxist theory of history.

Keywords: property, abstraction, history, dialectic.

202 • RESUMOS/ABSTRACTS

Concepção de história e apostasias de esquerda Conception of history and left apostasies

MÁRIO DUAYER

RESUMO: Este artigo focaliza uma obra pouco comentada de E. P. Thompson. No referido trabalho, *An Open Letter to Leszek Kolakowski*, ao analisar as metamorfoses do pensamento do dissidente comunista polonês Leszek Kolakowski, o seu gradual afastamento da tradição marxista até a total apostasia, e localizar na concepção de história o eixo teórico de tal inflexão, o marxista britânico pôde antecipar e criticar, investigando este caso exemplar, o fundamento teórico substantivo das correntes de pensamento que, a partir dos anos 70, combatem o pensamento marxista a pretexto da luta contra toda metanarrativa.

Palavras-chave: história, marxismo, objetividade, relativismo.

ABSTRACT: This paper focuses on a greatly neglected work by E. P. Thompson – *An Open Letter to Leszek Kolakowski*. In this writing E. P. Thompson examines the metamorphoses of the thought of the Polish philosopher. Analyzing the gradual distancing of the former communist dissident from the Marxist tradition up to the complete apostasy and locating this turn on the conception of history, the British marxist was able to foresee and criticize, on the basis of this archetypal instance, the substantive theoretical foundation of those schools of thought that since the 70s have been engaged in a struggle against marxist thought under the guise of a fight against all metanarratives.

Keywords: Marxism , history, objectivity, relativism.

A Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de novembro de 1935 no Brasil

ANITA LEOCADIA PRESTES

RESUMO: O artigo faz uma apreciação dos debates ocorridos e das resoluções aprovadas na III Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe, realizada em Moscou, nos dias 16 a 28 de outubro de 1934. Examina sua repercussão nas atividades do PCB (Partido Comunista do Brasil) e do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista durante o ano de 1935. Discute sua real influência na preparação dos levantes de novembro desse ano. Revela que os levantes antifascistas de novembro de 1935 não resultaram de supostas “ordens de Moscou”, conforme as versões consagradas pela História Oficial.

Palavras-chave: III Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe, PCB, Internacional Comunista, levantes de 1935

The Conference of the Communist Parties of South America and the Caribbean and the 1935 revolts un Brazil

ABSTRACT: This article examines the debates that took place and the resolutions approved in the III Conference of the Communist Parties of South America and the Caribbean, held in Moscow in October 16 to 28, 1934. It examines its repercussion in activities of the PCB (Brazilian Communist Party) and the South-American Secretariat of the Communist International during the year of 1935, and discusses its actual influence in the preparation of the social revolts of November. This study reveals that the anti-fascist revolts of November 1935 were not the result of supposed “orders from Moscow”, as the established Official History versions claim.

Keywords: III conference of the Communist Parties of south America and the Caribbean, PCB, Communist International, 1935 revolts

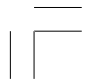


CRÍTICA MARXISTA • 205





206 • APRESENTAÇÃO



NORMAS PARA COLABORAÇÕES

A Revista *Crítica Marxista* aceita colaborações.

Ver normas e orientações no *sítio*:

www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista

Outubro nº 13/2005

Revista do Instituto de Estudos Socialistas

Políticas keynesianas e crises: suas implicações para os trabalhadores
Guiglielmo Carchedi

Degradação ambiental no socialismo e no capitalismo
Guillermo Foladori

Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro
Felipe Abranches Demier

Progresso e barbárie: as armadilhas da ciência na contemporaneidade
Alvaro Bianchi

Alea jacta est: desafios da reorganização da esquerda depois do Delúbio gate
Valério Arcary

A crise de 2005 e a social-liberalização do PT
João Machado

End. para correspondência: redacao@revistaoutubro.com.br
Visite a página de Outubro na Internet: www.revistaoutubro.com.br
Contatos com a redação: redacao@revistaoutubro.com.br
Para adquirir a revista: contatos@revistaoutubro.com.br

**Visite nossa loja na Internet:
www.revan.com.br**

Atendemos também a livrarias, diretamente.

**Se preferir, podemos atendê-lo por telefone,
e-mail, fax ou carta.**

Editora Revan

Avenida Paulo de Frontin, 163
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20260-010
Tel.: (21) 2502-7495 / Fax: (21) 2273-6873

Nossos e-mails:

Editorial: editorial@revan.com.br

Vendas: vendas@revan.com.br

Assessoria: divulg@revan.com.br